



Victor Magarian Chilelli

**A Seleção dos Ministros do Supremo
Tribunal Federal: um estudo descritivo
sobre suas normas, bastidores,
críticas e proposições**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Direito do Departamento
de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Adrian Sgarbi

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.



Victor Magarian Chilelli

**A Seleção Dos Ministros do Supremo
Tribunal Federal: um estudo descritivo
sobre suas normas, bastidores,
críticas e proposições**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Dr. Adrian Sgarbi

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Dr. Fábio Carvalho Leite

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof.^a Dr.^a Carolina Nobre Castello
Branco**

Centro Universitário de Ensino
Superior do Amazonas

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Victor Magarian Chilelli

Graduado em direito pela PUC-Rio, na qual exerceu atividades de monitoria discente. Na pós-graduação, tem interesse nas áreas de Direito Constitucional, Teoria do Estado e Teoria do Direito.

Ficha Catalográfica

Chilelli, Victor Magarian

A seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal : um estudo descritivo sobre suas normas, bastidores, críticas e proposições / Victor Magarian Chilelli ; orientador: Adrian Sgarbi. – 2022.

204 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2022.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Supremo Tribunal Federal. 3. art. 101 da Constituição Federal de 1988. 4. Seleção de juízes. 5. Jurisdição Constitucional. . I. Sgarbi, Adrian. II.. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

Agradeço aos colegas, Professores e demais profissionais da PUC-Rio que, seja na graduação ou no mestrado, contribuíram para minha formação.

Em especial, agradeço pelos excelentes ensinamentos do meu orientador, Prof. Adrian Sgarbi.

Além disso, agradeço a CAPES pelo auxílio de bolsa de estudos que me foi concedido.

Por fim, fora do âmbito acadêmico, devo registrar o apoio que recebi da minha mãe, Dalila Magarian, da minha namorada, Letícia Martins Boechat, e de todos os meus amigos próximos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Resumo

Chilelli, Victor Magarian; Sgarbi, Adrian (Orientador). **A Seleção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal: um estudo descritivo sobre suas normas, bastidores, críticas e proposições**. Rio de Janeiro, 2022, 203p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação de mestrado explora a seleção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Tem por escopo oferecer estudo descritivo e detalhado sobre os dados e discussões sobre o assunto. Para tanto, quatro tópicos foram elaborados e concatenados. Primeiramente, são apresentados os aspectos jurídicos da progressão da forma de ingresso e as normas que são base à relevância atual da Suprema Corte e seus juízes. Em seguida, essa exploração é expandida com a demonstração da aplicação prática da norma por parte dos agentes oficiais competentes. Como isso atrai muitos debates na literatura acadêmica, o terceiro item é responsável por classificar as críticas existentes ao modelo vigente. Por fim, o mesmo é feito quanto às proposições de modificação do sistema, filtrando e organizando as Propostas de Emenda à Constituição atinentes ao tema.

Palavras-chave

Supremo Tribunal Federal; art. 101 da Constituição Federal de 1988; seleção de juízes; jurisdição constitucional.

Abstract

Chilelli, Victor Magarian; Sgarbi, Adrian (Advisor). **The Selection of the Ministers of the Federal Supreme Court: a descriptive study about it's norms, backstage, criticisms and propositions.** Rio de Janeiro, 2022, 203p. Master's dissertation – Law Department, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This master's dissertation explores the selection of the Ministers of the Brazil's Federal Supreme Court. It intends to offer a descriptive and detailed study about the data and discussions about the subject. In order to do that, four topics were elaborated and concatenated. Firstly, the legal aspects of the progression of selection and the norms that grounds the current relevancy of the Supreme Court and it's judges are presented. Following, that analysis is expanded with the demonstration of the practical application of the norm by it's official competent agents. As that attracts a lot of debates in the academic literature, the third item is responsible for classifying the existing critics about the current model. Lastly, the same is done with the propositions for reforming the system, by filtering and organizing the Constitutional Amendment Proposals related to the theme.

Keywords

Federal Supreme Court; article 101 of the 1988's Constitution; justices appointment; constitutional jurisdiction.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução | 14 |
| 1. Aspectos normativos | 18 |
| 1.1. Progressão da norma de seleção | 19 |
| 1.1.1. imórdios | 19 |
| 1.1.2. Períodos constitucionais | 25 |
| 1.1.3. Balanço | 35 |
| 1.2. Relevância da jurisdição | 37 |
| 1.3. Conclusão parcial: descompasso | 49 |
| 2. Aspectos práticos | 51 |
| 2.1. Indicação presidencial | 52 |
| 2.1.1. queiros | 53 |
| 2.1.2. ampanhas | 56 |
| 2.1.3. tas | 60 |
| 2.1.4. ooptação | 72 |
| 2.2. Apreciação senatorial | 74 |
| 2.2.1. Entre a indicação e a sabatina | 74 |
| 2.2.2. sabatina | 78 |
| 2.2.3. votação do plenário | 83 |
| 2.3. Conclusão parcial: processo multifatorial | 86 |
| 3. Problemas decorrentes | 89 |
| 3.1. Anacronismo ideológico | 89 |
| 3.2. Controle Processual | 99 |
| 3.2.1. ontrole ativo | 100 |
| 3.2.2. ontrole passivo | 102 |
| 3.3. Pressão eleitoral | 103 |
| 3.4. Prevalência de interesses privados | 107 |
| 3.5. Conclusão parcial: modelo ultrapassado | 109 |
| 4. Proposições de modificação | 112 |
| 4.1. lassificação | 112 |
| 4.2. Proposições ampliativas | 114 |
| 4.2.1. método | 114 |

Sumário

| | |
|--|-----|
| 4.2.2. requisitos | 118 |
| 4.2.3. zões | 120 |
| 4.2.4. ontrarrazões | 122 |
| 4.3. Proposições redutivas | 124 |
| 4.3.1. método | 124 |
| 4.3.2. requisitos | 125 |
| 4.3.3. zões | 126 |
| 4.3.4. Contrarrazões | 127 |
| 4.4. Proposições alternativas | 128 |
| 4.4.1. ição | 128 |
| 4.4.2. oncurso público | 129 |
| 4.4.3. gressão de carreira | 131 |
| 4.4.4. Sorteio | 132 |
| 4.5. Proposições correlatas | 133 |
| 4.5.1. Mandato | 133 |
| 4.5.2. enovação agendada | 135 |
| 4.5.3. <i>Recall</i> | 135 |
| 4.5.4. xercício provisório e suplência | 136 |
| 4.5.5. Impedimentos póstumos | 137 |
| 4.5.6. Quantidade de membros | 137 |
| 4.5.7. constitucionalização e regimentalização | 138 |
| 4.6. Balanço | 139 |
| 4.7. Conclusão parcial: dispersão de ideias | 142 |
| 5. Conclusão | 144 |
| 6. Referências Bibliográficas | 148 |
| 7. Apêndices | 164 |

Lista de Tabelas e Figuras

| | |
|--|-----|
| Diagrama 1: processo de seleção para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor | 18 |
| Diagrama 2: <i>supremocracia</i> . Fonte: elaboração do próprio autor. | 45 |
| Diagrama 3: <i>ministocracia</i> . Fonte: elaboração do próprio autor. | 49 |
| Diagrama 4: anacronismo ideológico. Fonte: elaboração do próprio autor. | 99 |
| Diagrama 5: forma de ingresso ao STF e problemas relacionados. Fonte: elaboração do próprio autor. | 109 |
| Diagrama 6: classificação das proposições de modificação. Fonte: elaboração do próprio autor. | 114 |
| Gráfico 1: evolução da propositura de ações de controle concentrado por legitimados (2000 – 2020). Fonte: DORNELLES (2021). | 40 |
| Gráfico 2: evolução de processos recebidos pelo STF (1940, 1970 e 1988 – 2020). Fonte: VIEIRA (2019, p. 175). | 43 |
| Gráfico 3: processos recebidos no STF por classe processual (2010 – 2020). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: https://transparencia.stf.jus.br). | 43 |
| Gráfico 4: comparativo entre decisões colegiadas e monocráticas no âmbito do STF (2010 – 06/2021). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: https://transparencia.stf.jus.br). | 47 |
| Gráfico 5: últimos cargos exercidos por cada indicado ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados declarados no currículo <i>lattes</i> de cada Ministro. | 64 |
| Gráfico 6: indicados ao STF por UF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados obtidos no Portal do STF (disponível em: https://www.stf.jus.br/portal). | 68 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 7: evolução do tempo de duração das sabatinas da CCJ dos indicados ao STF (2000 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados organizados por JORGE (2020, p. 76), atualizados com base nos registros do Portal e-Cidadania do Senado Federal (disponível em: https://www12.senado.leg.br/ecidadania). | 82 |
| Gráfico 8: comparativo do tempo de permanência nos cargos de Senador da República, Presidente da República e Ministro do STF . Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal do STF (disponível em: https://portal.stf.jus.br/). | 97 |
| Gráfico 9: percentual de brasileiros de diferentes espécies de escolaridade, renda, gênero etc. que declararam conhecer ou ter ouvido falar sobre o STF. Fonte: FALCÃO e OLIVEIRA, F. (2013). | 104 |
| Gráfico 10: quantidade de PEC visando modificar a seleção ao STF propostas por ano (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor. | 141 |
| Tabela 1: forma de ingresso provisória para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 22 |
| Tabela 2: primeira forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 28 |
| Tabela 3: segunda forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 30 |
| Tabela 4: terceira forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 31 |
| Tabela 5: quarta forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 32 |
| Tabela 6: quinta forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 34 |
| Tabela 7: sexta e atual forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 35 |
| Tabela 8: comparativo entre as seis formas de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor. | 36 |
| Tabela 9: amostra de temas relevantes julgados pelo STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor. | 39 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 10: ADI ajuizadas por partidos políticos (1988 – 2016). Fonte: VIEIRA (2019, p. 172) | 41 |
| Tabela 11: quantidade de processos recebidos no STF por seara (01/01/2010 – 13/09/2021). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: https://transparencia.stf.jus.br). | 63 |
| Tabela 12: títulos acadêmicos <i>stricto sensu</i> dos indicados ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal do STF (disponível em: https://www.stf.jus.br/portal). | 66 |
| Tabela 13: perguntas e elogios realizados na sabatina de indicados ao STF. Fonte: PAES (2011, p. 71). | 79 |
| Tabela 14: comparativo entre a votação da CCJ e do Plenário do Senado Federal sobre as indicações ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal e-Cidadania e Portal do STF (Acessíveis em https://www12.senado.leg.br/ecidadania e https://www.stf.jus.br/portal). | 84 |
| Tabela 15: relação das PEC por espécie de proposição que contêm. Fonte: elaboração do próprio autor. | 141 |

Abreviações e siglas utilizadas:

ADI = Ação Direta de Inconstitucionalidade

AI = Anacronismo Ideológico

AO = Ação Originária

AP = Ação Penal

ARE = Agravo em Recurso Extraordinário

CCJ = Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CF = Constituição Federal

CNJ = Conselho Nacional de Justiça

CNMP = Conselho Nacional do Ministério Público

CP = Controle Processual

CSMPF = Conselho Superior do MPF

Dep. = Deputado Federal

DPE = Defensoria Pública dos Estados

DPU = Defensoria Pública da União

FHC = Fernando Henrique Cardoso

MA = Mandado de Segurança

MAC = Método relativo aos Agentes Competentes

MC = Medida Cautelar

Min. = Ministro

MP = Método relativo ao Procedimento

MPDF = Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPE = Ministérios Públicos Estaduais

MPF = Ministério Público Federal

OAB = Ordem dos Advogados do Brasil

PE = Pressão Eleitoral

PEC = Proposta de Emenda à Constituição

PGR = Procuradoria-Geral da República

PIP = Prevalência de Interesses Privados

PL = Projeto de Lei

RE = Recurso Extraordinário

RO = Requisitos Objetivos

RS = Requisitos Subjetivos

Sen. = Senador da República

STF = Supremo Tribunal Federal

STJ = Superior Tribunal de Justiça

STM = Superior Tribunal Militar

TCU = Tribunal de Contas da União

TRF = Tribunal Regional Federal

TRT = Tribunal Regional do Trabalho

TST = Tribunal Superior do Trabalho

Introdução

O Supremo Tribunal Federal é formado por 11 Ministros. Aqueles que ocupam as vagas no momento presente são, em ordem de antiguidade: Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça¹. Mas, por que esses juízes e não outros? A resposta é simples: porque o sistema de ingresso à Suprema Corte selecionou essa composição. No entanto, essa explicação, por si só, não é satisfatória. Note-se como ela suscita tantos outros questionamentos: “No que se constitui esse sistema de seleção?”; “De qual maneira ele é executado?”; “O mesmo é problemático?”; “Haveria outras opções ou propostas de melhoria?”. Tais indagações demandam tratamento mais elaborado.

A presente dissertação apresentará uma análise exploratória do processo de seleção para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ou seja, dará ao leitor respostas detalhadas às perguntas apresentadas, concatenando-as em um raciocínio comum: no que se constitui a seleção para o STF, na teoria e na prática, e quais as críticas e propostas dela decorrentes. Essa construção contém quatro tópicos.

O primeiro deles se refere ao aspecto jurídico-normativo do sistema. Sobre quais normas ele se fundamenta, e como tais regras estão estruturadas? Essa etapa apresentará as características legais da seleção, tendo dois enfoques: arquitetura da norma e alteração de seus elementos, desde a criação do STF até o ordenamento constitucional atual. O leitor terá acesso, portanto, a uma descrição objetiva da dimensão jurídica da forma de ingresso e sua reconstrução no tempo.

Só que o conhecimento sobre a configuração jurídica de qualquer objeto é, isoladamente, superficial. Entre a existência de uma norma e os seus efeitos na realidade, há uma irredutível etapa de aplicação. Ou seja, saber como a lei está formulada instiga questões sobre como tal disposição é executada. O segundo ponto, então, cuidará de como os agentes competentes à aplicação normativa se comportam. Esses agentes são altas autoridades da República, constantemente influenciadas por personagens com trânsito nos bastidores do Planalto. Para obter

¹ Nesta dissertação, via de regra irei aludir aos Ministros do STF pelo sistema de dois nomes adotado pela própria Corte. Para fins de referência, os nomes completos de todos os Ministros podem ser verificados no apêndice 1.

informações sobre suas práticas e intenções, fiz uso de material jornalístico de profissionais especializados nas searas do Judiciário e da política de Brasília. Filtrei e classifiquei os dados dessas fontes a fim de adaptá-los aos propósitos desta dissertação. Com isso, o leitor terá percepção global e organizada da aplicação da norma, a partir de exemplos reais.

Do conhecimento da extensão plena do objeto em estudo, é natural que decorram críticas. Assim, se as etapas anteriores fizeram análise imparcial quanto à seleção, o terceiro item fará caminho inverso, deduzindo os possíveis e/ou atuais problemas causados pelas premissas apresentadas. É claro que esse exame já foi realizado por muitos autores; e qualquer cidadão interessado na Corte Constitucional e seus juízes poderia opinar livremente a favor ou contra quaisquer aspectos do ingresso ao Supremo. Por isso, visando oferecer acréscimo relevante às discussões sobre o tema – e evitar redundâncias acadêmicas –, decidi convergir as críticas existentes em quatro grandes argumentos. O conteúdo do capítulo três terá, por conseguinte, teor argumentativo: os elementos do sistema de seleção serão associados racionalmente a consequências consideradas problemáticas. Tais questões serão alocadas em classificação inédita, que pretende simplificar as futuras discussões e fornecer arranjo que congregue o estado da arte – hoje, bastante disperso.

Um resultado construtivo de uma análise crítica é a postura propositiva quanto às causas do problema. Dito de outra maneira, é esperado que dos inconformismos com a forma de ingresso sucedam propostas para o seu melhoramento. O último tópico, então, conclui a linha de raciocínio desta pesquisa percorrendo sobre quais são as proposições existentes que visam reformar a seleção para a Corte Constitucional. Cada proposta chama para si razões e contrarrazões que advogam a favor ou contra a implementação da modificação sugerida. Entretanto, o presente trabalho não tem a intenção de acolher este ou aquele posicionamento como superior aos demais: o objetivo será, de modo semelhante à exposição das críticas, dar ao leitor dados detalhados e pertinentemente organizados sobre o debate prescritivo estabelecido. Assim, novamente uma classificação pioneira será elaborada neste trabalho. Isso auxiliará as discussões acadêmicas vindouras ao mesmo tempo em que associará cada proposta aos elementos normativos e aos problemas relacionados à forma de ingresso.

Apresentado o planejamento deste estudo, passo a tratar de suas limitações e ressalvas.

Inicialmente, o seu recorte no tempo. O enfoque cronológico desta dissertação é o período constitucional instaurado a partir de 1988². Essa decisão se justifica por três motivos: i. atualidade, já que este é o momento histórico corrente e, portanto, único passível de retificações; ii. limitação de fontes, pois tanto as discussões literárias como documentos oficiais pré-1988 são mais escassos do que os contemporâneos; e iii. relevância conjuntural, levando em conta que o ordenamento de 1988 e o agir recente dos agentes políticos geraram um cenário que dá ao STF e a seus Ministros poderes sem precedentes. Reputo que os dois primeiros pontos são autoexplicativos, mas o último merece elaboração. Como ele se baseia em premissas estritamente jurídicas, conforma-se dentro da análise técnica atribuída ao primeiro capítulo. Além disso, faz alusão às mesmas normas (Constituição Federal) e instituições (Congresso e STF) atinentes à forma de ingresso. Por conseguinte, sua explicação no mesmo tópico do exame legal da seleção ao STF não só será apropriada como evitará redundâncias.

Outra redundância a se esquivar é a repetição enfadonha de informações ou exposição de dados muito longos no decorrer do texto. Ainda que vinculada à demonstração de um considerável número de dados, a construção textual deste trabalho pretendeu ser sucinta e fluida. Buscando um equilíbrio, alocuei muitas informações pertinentes, mas não imprescindíveis ao raciocínio central, aos apêndices deste volume. A leitura deles é essencial à compreensão plena do objeto de estudo, mas é recomendável que seja feita em apartado, conforme cada interesse específico demande. A função dos apêndices é ofertar uma base de dados que não estão disponíveis de forma centralizada nem correlacionados entre si de modo conveniente às pesquisas sobre o tema.

Por fim, há de se explicar o uso das fontes bibliográficas. Primeiramente, esclareço que foram excluídas, deliberadamente, todas as produções estrangeiras.

² Isso não quer dizer que alusões a outros períodos serão inexistentes: sempre que necessários à construção do argumento central, dados e discussões sobre períodos anteriores à 1988 serão referenciados. Não terão, porém, qualquer pretensão de serem exaustivos ou constituírem um resumo histórico. Aliás, este trabalho não tem enfoque na exploração histórica. Para esse interesse, v., entre outras, as obras de RODRIGUES (1991a, 1991b, 1991c e 2002), RECONDO (2018) e VALÉRIO (2010).

O STF e seus Ministros são objetos de estudo inexoravelmente inseridos no contexto jurídico e político brasileiros. Logo, considere mais adequados os trabalhos de autores familiarizados com as instituições pátrias – em que pese todo o valor que textos de outros países possuem³. Além disso, devo anotar que ignorei qualquer argumento, referência ou legislação relacionadas ao direito comparado. Isso se deu por duas razões. Primeiro, porque uma análise comparada entre Cortes Constitucionais atrairia a necessidade de investigação sobre aspectos dos ordenamento jurídico e contexto sociopolítico das outras nações. Isso desvirtuaria o foco deste trabalho ao ponto de transfigurá-lo em pesquisa distinta da pretendida. Segundo, pois não vislumbrei benefícios que um estudo comparativo traria a uma análise preponderantemente descritiva sobre a seleção ao STF. Por fim, o último aviso diz respeito ao acesso a documentos oficiais. Foi satisfatória a obtenção dos dados relativos às qualidades pessoais Ministros do STF, datas relevantes e diplomas jurídicos. Todavia, a reunião de informações sobre os atos das autoridades públicas, apesar de suficiente, foi incompleta. É que diversos registros sobre a votação senatorial quanto aos indicados ao STF ou foram perdidos ou são sigilosos. Também é muito recente o armazenamento em vídeo das sabatinas dos indicados, de modo que em alguns tópicos utilizei dados de período um pouco mais recente que 1988 (2000 – 2021). Não considero que isso tenha prejudicado quaisquer fundamentos da pesquisa, mas o leitor não deve esperar uma exposição integral de todos os dados atinentes ao tema.

Este texto foi construído seguindo uma ordem lógica, tal como o processo de seleção ao STF. Seu arranjo poderia ter sido outro, reduzindo, adicionando ou invertendo tópicos. Porém, como a dissertação objetiva fornecer descrições detalhistas, acredito que a arrumação proposta é a mais enriquecedora aos interessados em uma visão global sobre a matéria estudada.

Dito tudo isso, sem mais demoras.

³ Especialmente quando exploram os aspectos teóricos das Cortes e jurisdição constitucionais, sem restrição a país ou ordenamento jurídico específicos. Exemplos notáveis de autores que cuidam dessa seara são Louis Favoreu e Roberto Gargarella.

1. Aspectos normativos

O presente capítulo discorrerá sobre aspectos estritamente jurídicos relacionados ao STF, tendo dois enfoques. O primeiro será a progressão da legislação atinente à forma de ingresso ao STF desde a criação do Tribunal. Em seguida, apresentarei as estruturas normativas que são base à relevância dos seus Ministros no cenário constitucional atual. Ambos tópicos são logicamente interligados: é a norma de seleção ao STF que define quem vai exercer a competência jurisdicional da Suprema Corte, ao mesmo passo que é a competência jurisdicional do Tribunal que confere importância a seus Ministros.

Para os fins deste trabalho, o sistema de seleção de Ministros será apresentado em três fases. A primeira é a abertura de vaga, que acontece quando um Ministro do STF deixa seu cargo em definitivo, por qualquer motivo⁴. Logo em seguida, inicia-se a fase de escolha, na qual um agente indicante – o Presidente da República – decide um nome para o assento vago, a ser apreciado por um agente de controle – o Senado Federal. A decisão senatorial pode ser no sentido de aprovação (*i.e.*, chancela) ou reprovação (*i.e.*, rejeição). Perceba-se, então, que a fase de escolha é binominal: se o controle senatorial não existisse, a indicação presidencial se transformaria em escolha direta. Com a aprovação, faz-se escolhido o sucessor. Agora, o último momento é meramente formal: realiza-se a fase de sucessão, na qual o novo juiz é nomeado (nomeação), ensejando sua tomada de posse (*i.e.*, investidura) no cargo. “Seleção” ou “forma de ingresso” serão os termos utilizados para aludir ao iter completo. O diagrama abaixo mostra todas as etapas do procedimento:



Diagrama 1 processo de seleção para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor

⁴ Por falecimento, aposentadoria (compulsória, voluntária ou por saúde) ou *impeachment*.

Além do procedimento ilustrado, existem certas exigências legais para que um indivíduo seja alçado ao Supremo. Como as mesmas dizem respeito a qualidades do magistrado e são cogentes, serão referidas como “requisitos”. Os mesmos serão tratados em apartado das normas procedimentais – o conjunto destas chamarei de “método”. Anote-se que alguns requisitos são de ordem objetiva, pois prescindem qualquer juízo de valor para sua verificação (*i.e.*, são factualmente constatados), ao passo que outros são subjetivos, eis que precisam ser interpretados por agentes competentes. Quando for pertinente, também farei uso dessa classificação⁵.

A formulação dessa estrutura conceitual é importante: na literatura jurídica, é comum a confusão entre termos, com autores mencionando uma mesma etapa ou aspecto da seleção com nomes distintos⁶. Como este estudo é especializado, as referências conceituais que apresentei darão base à análise técnica dos elementos, problemas e proposições relativas ao objeto.

Isso posto, começarei com o tópico menos complexo: a progressão normativa da forma de ingresso.

1.1. Progressão da norma de seleção

1.1.1. rimórdios

A primeira alusão legislativa ao Supremo Tribunal Federal ocorreu no Decreto n. 510 de 22/06/1890, que publicou o esboço do que viria a ser a Constituição da recém-proclamada República. Definia o art. 54 do dito esboço que “[o] Poder Judiciario da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com séde na capital da Republica e tantos juizes e tribunaes federaes, distribuidos pelo juiz, quantos o Congresso crear” (*sic passim*). A forma de composição do Tribunal foi estabelecida pelo artigo seguinte:

Art. 55. O Supremo Tribunal Federal compor-se-ha de quinze juizes, nomeados na fôrma do art. 47, n. 11, dentre os trinta juizes federaes mais antigos e os cidadãos de notavel saber e reputação elegiveis para o Senado. (*sic passim*)

⁵ Tal classificação é semelhante à proposta por ALMEIDA (2019, p. 36 e ss.).

⁶ É comum o uso do termo “nomeação” para se referirem à indicação presidencial; ou o termo “escolha” para referenciar todo o procedimento, inclusive a investidura.

A ser lido em conjunto com o art. 47, n. 127:

Art. 47. Compete privativamente ao Presidente da Republica:

(...)

12 Nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os ministros diplomaticos, mediante approvação do Senado; podendo, na ausencia do Congresso, designal-os em commissão até que o Senado se pronuncie; (*sic passim*)

Esses dispositivos nunca entraram em vigor⁸. O art. 3º do Decreto-Lei n. 510/1890, ao estabelecer que “[a] Constituição ora publicada vigorará desde já unicamente no tocante á dualidade das Camaras do Congresso, á sua composição, á sua eleição e á função, que são chamadas a exercer, de aprovar a dita Constituição, e proceder em seguida na conformidade das suas disposições” (*sic passim*), não abrangeu qualquer disposição sobre o Poder Judiciário. Assim sendo, o Supremo Tribunal Federal só seria efetivamente criado pelo art. 1º do Decreto n. 848 de 11/10/1890⁹. A forma de seleção à Corte também foi definida nesse Decreto, mas de uma nova maneira:

Art. 4º Ao Presidente da Republica compete nomear os juizes federaes, dependendo da approvação do Senado a nomeação dos membros do Supremo Tribunal Federal (*sic passim*).

Esse poder presidencial foi limitado por dois requisitos, alternativos, no artigo seguinte:

Art. 5º O Supremo Tribunal Federal terá a sua séde na capital da Republica e compor-se-ha de quinze juizes, que poderão ser tirados dentre os juizes seccionaes ou dentre os cidadãos de notavel saber e reputação, que possuam as condições de elegibilidade para o Senado (*sic passim*).

O primeiro requisito alternativo é o indicado ser juiz seccional. De acordo com o art. 14 do mesmo Decreto n. 848/1890, os juízes seccionais são indicados pelo Presidente da República, “dentre os cidadãos habilitados em direito com pratica de quatro annos, pelo menos, de advocacia ou de exercicio de magistratura, devendo ser preteridos, tanto quanto possivel, os membros actuaes desta” (*sic passim*).

⁷ O art. 55 faz referência ao número onze do artigo 47. Entretanto, o número do art. 47 que cita a seleção dos magistrados do STF é o número doze. Trata-se de um erro técnico que ressalta o caráter provisório do esboço publicado.

⁸ A forma que ingresso que seria prevista no Decreto nº 848 de 11/10/1890 e, logo depois, reproduzida pela Constituição de 1891, todavia, traz método semelhante à norma enunciada.

⁹ Contudo, sua primeira sessão somente ocorreu em “28 de fevereiro de 1891, quatro dias depois de promulgada a primeira Constituição republicana” (RODRIGUES, 1991a, p. 7).

O segundo é ser o indicado cumulativamente cidadão, elegível para o Senado e ter “notável saber e reputação”. As condições à aquisição de cidadania e elegibilidade ao Congresso Nacional estavam previstas, respectivamente, nos artigos 69¹⁰ e 25 e 29 do esboço de Constituição publicado no Decreto n. 510/1890. Para ser Senador era exigida cidadania brasileira por ao menos 9 anos, alistamento eleitoral e idade mínima de 35 anos. O alistamento eleitoral foi regulado pelo art. 70 do mesmo esboço.

Note-se que os dois requisitos alternativos são cumuláveis.

A apreciação senatorial não teve previsão de quórum, valendo, portanto, o geral, constante no art. 18 do esboço publicado no Decreto n. 510/1890¹¹: maioria simples, presente a maioria absoluta, em sessão pública.

A tabela abaixo esquematiza as regras apresentadas:

| FORMA PROVISÓRIA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 11/10/1890 – 23/02/1891 | |
|---|--|
| REQUISITOS ALTERNATIVOS 1 | MÉTODO |
| Notável saber (art. 5º do Decreto n. 848/1890) | Indicação do Presidente da República (art. 4º do Decreto n. 848/1890) |
| Notável reputação (art. 5º do Decreto n. 848/1890) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria simples em sessão pública (art. 4º do Decreto n. 848/1890 c/c art. 18 do esboço publicado no Decreto n. 510/1890) |
| Idade mínima de 35 anos (art. 5º do Decreto n. 848/1890 c/c art. 29 do esboço publicado no Decreto n. 510/1890) | |
| Alistamento eleitoral (art. 5º do Decreto n. 848/1890 c/c art. 25, n. 1º e 70 do esboço publicado no Decreto n. 510/1890) | |
| Cidadania brasileira (art. 5º do Decreto n. 848/1890 c/c art. 69 do esboço publicado no Decreto n. 510/1890) | |
| REQUISITO ALTERNATIVO 2 | |

¹⁰ O artigo considera cidadão o indivíduo com nacionalidade brasileira, obtida por qualquer modo.

¹¹ Como todos os dispositivos do esboço publicado no Decreto nº 848/1890 citados são relacionados à eleição ou funcionamento do Congresso Nacional, estavam abrangidos pelas exceções previstas no art. 3º do mesmo Decreto e, por conseguinte, em vigor.

| | |
|--|--|
| Ser juiz seccional (art. 5º c/c art. 14, ambos do Decreto n. 848/1890) | |
|--|--|

Tabela 1: forma de ingresso provisória para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Ao tempo de vigência da forma de ingresso enunciada, o Marechal Deodoro da Fonseca indicou os quinze primeiros¹² membros do STF, em 12/11/1890 e 29/1/1891¹³. Nessa época, o Brasil passava por um governo militar provisório e o Senado não estava em funcionamento, não podendo ser exercido o controle previsto no art. 4º do Decreto n. 848/1890. A reabertura da Casa Legislativa só se daria em 15/06/1891, já durante a vigência da CF/1891. Ainda assim, 14 dos 15 Ministros tomaram posse¹⁴ durante a primeira sessão da Corte, em 28/02/1891, quatro dias depois de promulgada a primeira Constituição republicana e mais de três meses antes da sessão senatorial sobre o tema (RODRIGUES, 1991a, p. 7 e 8).

Isso gerou embates entre os Senadores, que deveriam apreciar a indicação de juízes que, embora já empossados, o foram apenas com base no ato do Poder Executivo. Porém, ainda que o parecer da Comissão de Justiça tenha sido contrário a alguns nomes¹⁵, todos os magistrados foram aprovados (RODRIGUES, 1991a, p. 9 – 12).

As nomeações dos primeiros Ministros terem ocorrido na sessão de abertura do STF, anterior à reabertura do Senado, não causou um imbróglio jurídico. Isso porque a norma sobre a forma de ingresso, apesar de sutilmente alterada pela Constituição de 1891¹⁶, se manteve com o método de indicação presidencial e aprovação senatorial preservados. Assim, apesar dos 15 primeiros membros do

¹² Dez deles, no entanto, já eram membros do Supremo Tribunal de Justiça, órgão que desempenhava, à época do Brasil Império, as funções, *mutatis mutandis*, herdadas pelo Supremo Tribunal Federal. Foram eles: João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, João Antonio de Araujo Freitas Henriques, Tristão de Alencar Araripe, João José de Andrade Pinto, Olegario Herculano D'Aquino e Castro, Joaquim Francisco de Faria, Ignacio José de Mendonça Uchôa, Luiz Correa de Queiroz Barros, Antonio de Souza Mendes e Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro.

¹³ A décima quinta nomeação tardia se deu pela recusa de um dos primeiros nomeados, Bernadino de Campos (RODRIGUES, 1991a, p. 8).

¹⁴ Apenas um deles, Piza e Almeida, tomara posse em 01/04/1891 (RODRIGUES, 1991a, p. 8). Logo, ainda antes da reabertura do Congresso Nacional.

¹⁵ Barão de Lucena e Tristão de Alencar tiveram parecer de recusa pela comissão deixar de “reconhecer a precisa idoneidade para o desempenho imparcial e justo dos grandes deveres e atribuições que lhes adviriam de tão elevado encargo”. Aliás, o Senador Ubaldino do Amaral fez questão de anotar que provavelmente a maioria dos indicados por Deodoro da Fonseca seriam recusados por não estarem à altura do que se deve desejar ao bom desempenho e elevada missão confiada ao STF (RODRIGUES, 1991a, p. 12).

¹⁶ A redação, conforme analisada *infra*, 1.2.1, foi formalmente remanejada, mas o único conteúdo material modificado foi a exclusão da previsão do cargo de juiz seccional como requisito alternativo (previsto no art. 5º do Decreto nº 848/1890).

STF terem tomado posse sob a vigência de Decreto de 11/10/1890, sua aprovação senatorial seguiu a Constituição promulgada em 24/02/1891. O referido Decreto, aliás, foi a única norma infraconstitucional da história brasileira que tratou da seleção ao STF e nunca foi, portanto, plenamente aplicado¹⁷.

Rui Barbosa é considerado um dos mais célebres revisores do projeto da Constituição de 1891 pela literatura (v., p. ex., SERRANO, 2015, p. 47). O mesmo deixou claro que sua principal inspiração¹⁸ foi a Constituição Norte-Americana de 1787 (CFEUA/1787). O Supremo Tribunal Federal moldou-se, desse modo, na *Supreme Court of the United States* (SCOTUS):

E quando estas portas se abrirem, vendo por ellas sair, coroados por vós, o juiz MIBBIELLI, de clarim á boca, anunciando a toque de fogo a sua entrada no Supremo Tribunal Federal, não para servir ali á justiça, mas defender daquellas trincheiras a República contra os seus inimigos, o meu espirito buscando lá para o norte, nos remotos horizontes da outra América, a mãe pátria deste regimen, que os nossos arremedos calumniam, as nossas misérias enxovalham, a nossa incapacidade envergonha, se aliviará, enxergando ao longe, na luz crepuscular da glória, essas imagens que passam em uma longa theoria de cabeças aeoroladas, esses juizes da Suprema Corte Americana, consciências sem medo, vidas sem manchas, nomes sem suspeita, cuja tradição de virtude, independência, saber e grandeza moral constitue a mais inestimável das riquezas no patrimônio dos Estados Unidos (*sic passim*) (BARBOSA *apud* JORGE, 2020, p. 25).

Faz sentido, então, que a mesma Constituição determinasse a forma de composição da Suprema Corte seguindo o estabelecido na CFEUA/1787¹⁹. De fato, o método é o mesmo: ato administrativo complexo e discricionário²⁰ composto pela indicação pelo Chefe do Executivo e ulterior apreciação do Senado Federal²¹.

¹⁷ Por conta disso, este trabalho considera a primeira forma de ingresso para o Supremo Tribunal Federal a prevista na CF/1891, sendo a utilizada por Deodoro da Fonseca meramente provisória.

¹⁸ Essa busca nos “remotos horizontes da outra América” se deu em conformidade com a sugestão de D. Pedro II, que via na SCOTUS um dos motivos para o bom funcionamento do Poder Judiciário nos Estados Unidos. A ideia do monarca era fazer da Corte Suprema uma espécie de “Poder Moderador” dentro do país (v. SERRANO, 2019, p. 35; e RODRIGUES, 1991a, p. 1).

¹⁹ A forma de ingresso para a SCOTUS é prevista na seção 2 do art. II da CFEUA/1787: “[o] Presidente (...) [n]omeará, mediante o parecer e aprovação do Senado, os embaixadores e outros ministros e cônsules, juizes do Supremo Tribunal, e todos os funcionários dos Estados Unidos cujos cargos, criados por lei, não têm nomeação prevista nesta Constituição”.

²⁰ “A nomeação dos Ministros do STF é definida pela doutrina como “ato administrativo complexo e discricionário”: complexo, porque dele participam dois órgãos, o Presidente da República e o Senado, e discricionário, porque cabe ao primeiro escolher livremente o candidato, atendidas as exigências constitucionais. Vale apontar que não é necessário ao Senado motivar o ato de aprovação” (TAVARES FILHO, 2006, p. 5).

²¹ A preferência dada ao Senado em detrimento da Câmara dos Representantes não é aleatória. Segundo HAMILTON, JAY e MADISON (1987, p. 476 e 477), “um corpo tão flutuante e ao mesmo tempo tão numeroso jamais pode ser considerado próprio para o exercício desse poder. Sua inadequação parecerá manifesta a todos quando for lembrado que, dentro de meio século [à época,

Esse sistema foi analisado e defendido por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay nos Artigos Federalistas. Seus argumentos se baseavam na crença de que o Presidente da República, agindo individualmente, engendraria “senso mais forte do dever e uma atenção mais enfática à reputação”. Assim, “ele se sentirá mais comprometido, e terá maior interesse em investigar com cuidado as qualidades necessárias para os cargos a serem preenchidos”. Em contrapartida, uma escolha coletiva, feita por uma assembleia²², seria fortemente exposta a desafetos, predileções partidárias, fidelidades e simpatias. Em que pese o próprio Presidente também possa ter preferências pessoais, o viés de um único homem seria muito menos lesivo que a soma de vários.

A participação do Senado, como regulador da indicação presidencial, não seria, contudo, indesejável nem mera formalidade. Afinal,

[a] possibilidade de rejeição seria um forte incentivo à cautela na proposição. O perigo que sua própria reputação e, no caos de um magistrado eleito, sua existência política correriam se revelasse um espírito de favoritismo ou uma busca inadequada de popularidade a um corpo dotado de grande peso na formação da opinião pública não poderia deixar de atuar como barreira contra uma coisa e outra. Ele [o Presidente] teria ao mesmo tempo vergonha e medo de apresentar, para os cargos mais eminentes ou lucrativos, candidatos que não tivessem outro mérito senão o de provir do mesmo Estado a que ele particularmente pertencesse, ou de estar de um modo ou de outro pessoalmente ligados a ele, ou de ser nulos e subservientes ao ponto de se tornarem os obsequiosos instrumentos de sua vontade (HAMILTON, JAY e MADISON, 1987, p. 472).

A atuação senatorial teria viés mais fiscalizador do que propositivo: garantiria uma decisão imparcial (ou evitaria algum favoritismo indevido), mas seria mera coadjuvante na busca pelos candidatos ao cargo. Mesmo que o Senado recusasse um candidato por critérios políticos – tentando, assim, apropriar-se da escolha de quem será o futuro Ministro –, isso só acarretaria em nova indicação a

em 1837/8], ele poderá abrigar trezentas ou quatrocentas pessoas. Todas as vantagens da estabilidade, tanto do executivo quanto do Senado, seriam destruídas (...), com a geração de infinitos adiamentos e embaraços”.

²² Os autores deixam claro que essa assembleia seria um órgão representativo, descartando a participação popular direta na escolha de magistrados e outros servidores públicos: “[s]erá prontamente admitido que o exercício desse poder pelo conjunto do povo seria impraticável; (...) isso lhe deixaria com pouco tempo para fazer qualquer outra coisa [que não indicar servidores públicos]. Portanto, quando se menciona, nas considerações subsequentes, uma assembleia ou corpo de homens, o que é dito deve ser compreendido como referindo-se a um corpo ou assembleia escolhida do tipo já definido. As pessoas, coletivamente, em razão do seu número e dispersão, não podem ser reguladas em seus movimentos por aquele espírito sistemático de conluio e intriga que se apresentaria com principal objeção a confiar o poder em pauta a um corpo de homens” (HAMILTON, JAY e MADISON, 1987, p. 470).

ser feita, inexoravelmente, pelo Chefe do Executivo. O resultado, para os autores, seria este:

A pessoa finalmente designada será necessariamente objeto da sua preferência [do Presidente da República], embora talvez não da preferência máxima. Não é muito provável, tampouco, que sua nomeação seja rejeitada com frequência. Os senadores não poderia (*sic*) se sentir tentados a rejeitar a pessoa proposta em razão de sua preferência por outra, porque nada lhes asseguraria que a pessoa que acaso desejasse seria apontada numa segunda nomeação ou em qualquer outra subsequente. Não poderiam sequer ter certeza de que uma nomeação futura apresentaria um candidato mais aceitável em qualquer grau; e como sua rejeição poderia lançar um estigma sobre o indivíduo rejeitado e poderia ter a aparência de um descrédito em relação ao julgamento do primeiro magistrado, não é provável que recusassem com frequência sua aprovação na ausência, quando inexistissem razões especiais e fortes para tanto (HAMILTON, JAY e MADISON, 1987, p. 471 e 472).

Os argumentos apresentados em 1787 e 1788 parecem ter sido influentes o suficiente, pois o método de composição da Suprema Corte é o mesmo desde sua criação até hoje, tanto nos EUA (por mais de 234 anos), como Brasil (por mais de 130 anos). O ordenamento jurídico brasileiro, entretanto, passou por diversas mudanças constitucionais que retificaram, ainda que de maneira singela, a forma de seleção dos juízes constitucionais. Passarei, agora, a descrever o caminho percorrido.

1.1.2. Períodos constitucionais

1.1.2.1. 1891 – 1934

A estrutura elaborada na CFEUA/1787 determinou a escolha dos juízes da Corte Suprema pela livre indicação presidencial com apreciação senatorial, mas não previu nenhum requisito para o indicado²³. A Constituição Brasileira de 1891, por outro lado, determinou certas exigências ao apontado:

Art 56 - O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de quinze Juízes, nomeados na forma do art. 48, n. 12, dentre os cidadãos de notável saber e reputação, elegíveis para o Senado.

Diz o citado art. 48, n. 12:

Art 48 - Compete privativamente ao Presidente da República:

²³ A única alusão constitucional para o *Justice* da SCOTUS manter-se no cargo é a do Art. III, Seção 1: “Os juízes, tanto da Suprema Corte como dos tribunais inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem”.

12º) nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os Ministros diplomáticos, sujeitando a nomeação à aprovação do Senado. Na ausência do Congresso, designá-los-á em comissão até que o Senado se pronuncie;

Note-se que, em comparação com o sistema norte-americano, a única diferença na forma de ingresso é justamente a vinculação da indicação presidencial aos requisitos do candidato, quais sejam, ser “cidadão elegível para o Senado” e possuir “notável saber e reputação”. As condições de elegibilidade ao Senado são determinadas pela própria CF/1891, em seu artigo 26:

Art. 26 - São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

1º) estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistado como eleitor;

2º) para a Câmara, ter mais de quatro anos de cidadão brasileiro, e para o Senado mais de seis.

Tanto o cargo de Senador como o de Ministro do STF exigem a cidadania brasileira, cujas formas de obtenção estão contidas no art. 69 da CF/1891²⁴. Ao que interessa à elegibilidade ao Senado, que autoriza o ingresso para o STF, o constituinte de 1891 exigiu um decurso mínimo de seis anos²⁵ da obtenção desse *status*. Além disso, delimitou que apenas cidadãos com mais de 35 anos poderiam se eleger Senadores (art. 30 da CF/1891), idade mínima que se aplica indiretamente aos magistrados do STF. O alistamento eleitoral, por fim, foi regulado pelo art. 70 da CF/1891.

Os demais requisitos, “notável saber e reputação”, não possuem definição legislativa: são conceitos jurídicos indeterminados²⁶. Por isso, seu sentido é

²⁴ São, ao todo, seis vias: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. Note-se que a CF/1891 mescla, portanto, o conceito de cidadania com o de nacionalidade.

²⁵ Perceba-se a redução de três anos em relação à exigência contida no Decreto nº 510/1890.

²⁶ Recentemente, houve tentativa de se normatizar o conceito de “reputação ilibada” (acrescentando-se novo artigo à LINDB, pela via do PL nº 401/2009): “situação em que a pessoa não teve, e não tem contra si, antecedentes de processos penais transitados em julgado ou processos judiciais criminais em andamento” (v., para mais detalhes, SILVEIRA, 2019, p. 256). Também seria razoável se extrair algum detalhe quanto ao que vale como “saber jurídico” do conceito de “exercício de atividade jurídica” exarado por alguns órgãos, como o Conselho Nacional de Justiça (art. 59 da Resolução nº 75/2009). Não há, contudo, qualquer norma vigente que realmente delimite os conceitos em tela.

definido casuisticamente, com a interpretação do próprio Presidente da República (individualmente) e, depois, pelo Senado (por decisão coletiva).

A aprovação senatorial não exige quórum específico, de forma que há incidência da norma geral de deliberação do Congresso Nacional (art. 18 da CF/1891): maioria dos votos presente a maioria absoluta dos membros, em sessão pública.

Apesar do termo “notável saber” não especificar nenhuma área do saber, a recusa do Senado pela indicação do médico Cândido Barata Ribeiro, feita pelo Presidente Floriano Peixoto em 23/10/1893, demonstrou que o termo deveria ser compreendido como notável saber em ciências jurídicas. Pronunciou-se o Senado, na ata da sessão de 24/09/1894²⁷, que apreciou a indicação:

(...) v) que mentiria a instituição a seus fins se entendesse que o sentido daquela expressão de notável saber, referindo-se a outros ramos de conhecimentos humanos, independesse dos que dizem respeito à ciência jurídica, pois que isso daria cabimento ao absurdo de compor-se um Tribunal de astrônomos, químicos, arquitetos, etc, sem se exigir a habilitação profissional em direito; vi) que, se combinados os arts. 56 e 72 da Constituição, poder-se-ia concluir pela legitimidade da nomeação para membro do Supremo Tribunal Federal de um indivíduo não diplomado por alguma das Faculdades de Direito da República. Não se pode, todavia, concluir senão pela nomeação de pessoa de notável saber jurídico, e não de quem nunca gozou dessa reputação; vii) que o nomeado nunca se distinguiu como jurisconsulto, e conforme a Constituição, para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, nem bastaria mesmo e somente ser jurisconsulto, mas seria ainda necessário ser notável por seu saber nas matérias sobre as quais atua o Tribunal; (...) (v. SILVA, M., 2012, p. 3674).

Como se vê, a recusa de Barata Ribeiro ocorreu pela ausência de formação em ciências jurídicas²⁸, muito embora a exigência não fosse explicitamente designada na CF/1891. Esse episódio, entretanto, foi o provável estopim para que as normas posteriores sobre o tema especificassem o “notável saber” como “jurídico”, conforme será demonstrado adiante.

²⁷ O Senado recusou a indicação de Barata Ribeiro em sessão realizada onze meses após o apontamento e dez meses após sua posse. O fato da investidura ter ocorrido antes da apreciação senatorial se deve à possibilidade, naquela época, de um Ministro do STF ocupar o cargo provisoriamente, antes da apreciação senatorial. A norma que autorizava o exercício provisório do cargo era o art. 48 nº 12 da CF/1891 (p. detalhes. v. SILVA, M., 2012, p. 3673 e 3674). Essa autorização nunca foi repetida.

²⁸ Alguns autores atribuem a recusa de Barata Ribeiro ao atrito político entre o Congresso Nacional e Floriano Peixoto (v., p. ex., OLIVEIRA, M., 2009 p. 72 e 73). Entretanto, como o Senado publicou em seus anais o parecer da sessão da Comissão de Justiça e Legislação que é, a rigor, secreta, há suspeitas de que o tenha feito justamente para afastar o argumento de que a recusa era uma represália política (SILVA, M., 2012, p. 3676).

Outros quatro nomes foram recusados pelo Senado Federal durante a vigência da CF/1891. Foram eles: i. apontado em 19/09/1894 e rejeitado pelo Senado em 01/10/1894, Galvão de Queiroz (general militar); ii. nas mesmas datas, Antônio Sève Navarro (bacharel em direito e subprocurador da República); iii. apontado em 15/10/1894 e rejeitado pelo Senado em 17/11/1894, Ewerton Quadros (general militar); e iv. nas mesmas datas, Demosthenes da Silveira Lobo (diretor-geral dos Correios). Ressalte-se que, dentre esses, dois são militares sem formação jurídica, o que ratificou o precedente do Senado pela rejeição de leigos em direito (OLIVEIRA, M. 2009, p. 73 e ss.). Quanto a Navarro e Lobo, suas reprovações se deram pela avaliação senatorial de ausência de notável reputação²⁹.

A tabela abaixo organiza as normas citadas:

| PRIMEIRA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 24/02/1891 – 15/07/1934 | |
|---|---|
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber (art. 56 da CF/1891) | Indicação do Presidente da República (art. 48, n. 12) |
| Notável reputação (art. 56 da CF/1891) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria simples em sessão pública (art. 48, n. 12 c/c art. 18) |
| Idade mínima de 35 anos (art. 56 c/c art. 30, todos da CF/1891) | |
| Posse de direitos de cidadania brasileira, por ao menos seis anos (art. 56 c/c art. 30 c/c art. 26, todos da CF/1891) | |
| Alistamento eleitoral (art. 56 c/c art. 30 c/c art. 26, todos da CF/1891) | |

Tabela 2: primeira forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

²⁹ Segundo OLIVEIRA, M. (2009, p. 75 e 77), a recusa de Navarro “é a que suscita maiores indagações. (...) Por seu currículo, pode-se deduzir que preenchia ele o requisito de notável saber jurídico, e, possivelmente, a recusa de sua nomeação pelo Senado se dera por razões estritamente políticas, nestas incluídas possivelmente a ausência de notável reputação – não era o caso da incidência dos critérios objetivos que atingiram o Dr. Barata Ribeiro e o General Galvão de Queiroz, respectivamente, médico e militar. De outro lado, poder-se-ia ainda suscitar a tese de que ele não teria o notável saber jurídico, ainda que seja muito pouco provável que tenha sido esse o cerne da discussão no Senado”. No tocante a Lobo, “[r]esta claro que a motivação principal da recusa do Senado em aprovar a nomeação de Demosthenes Lobo restou na falta de comprovação da exigência de notável reputação em razão das graves acusações a ele feitas da tribuna. Evidente que esse requisito se reveste de forte cunho político. Não se sabe o teor das acusações nem dos fatos suscitados na ocasião, já que não se tem notícia do paradeiro das atas das sessões secretas da época”. A deliberação da Comissão de Justiça e Legislação do Senado sobre a temática era secreta e, por isso, suas atas, via de regra, não eram publicadas.

Ao longo do período em vigor dessa norma, foram realizadas 85 indicações. Ressalvadas as cinco recusas citadas, todas as demais indicações presidenciais foram aprovadas pelo Senado. Assim sendo, foram nomeados 80 Ministros, muito embora 81 indivíduos tenham exercido o cargo, por conta da posse provisória de Barata Ribeiro.

1.1.2.2. 1934 – 1937

Com a promulgação da Constituição de 1934, a forma de composição do Supremo Tribunal Federal³⁰ foi ligeiramente alterada:

Art 74 - Os Ministros da Corte Suprema serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre brasileiros natos de notável saber jurídico e reputação ilibada alistados eleitores, não devendo ter, salvo os magistrados, menos de 35, nem mais de 65 anos de idade.

A principal mudança se deu nos requisitos à indicação: os termos “notável saber e reputação” foram retificados, explicitando-se que o saber é o jurídico. A alusão à “notável reputação”, por sua vez, foi substituída por “reputação ilibada”. A obrigatoriedade do alistamento eleitoral (art. 108 da CF/1934) se manteve, mas não a elegibilidade ao Senado³¹. Passou-se a exigir nacionalidade brasileira nata³², regulada no art. 106, alíneas “a”, “b” e “c” da CF/1934. A idade mínima de 35 anos foi explicitada e, conjuntamente à nova previsão de 65 anos como limite máximo, compôs um íterim de 30 anos para um indivíduo ser indicado. Esses limites de idade, no entanto, poderiam ser excepcionados caso o ingressante fosse magistrado.

O quórum para a aprovação manteve-se sem previsão explícita, incidindo, novamente, a norma geral de votação: aprovação por maioria simples, presente a maioria absoluta (art. 27 da CF/1934). A votação passou a ser secreta (art. 90, “a” da CF/1934).

As normas apresentadas foram organizadas na tabela que segue:

| |
|--|
| SEGUNDA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
|--|

³⁰ O art. 9º da CF/1934 mudou a nomenclatura do Supremo Tribunal Federal para “Corte Suprema”, retornando o nome original na CF/1937. Essa mudança é irrelevante às análises desta dissertação, de forma que será considerado mero nominalismo.

³¹ A exigência seria redundante, pois os requisitos para ser eleito Senador passaram a ser a nacionalidade nata, o alistamento eleitoral e a idade mínima de 35 anos (art. 89 da CF/1934).

³² Em substituto à posse da cidadania brasileira. A nacionalidade e cidadania se confundiam na CF/1934, sem alusão constitucional explícita a quem é cidadão, bastando a previsão do art. 106 sobre a nacionalidade.

| 16/07/1934 – 09/11/1937 | |
|---|--|
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber jurídico (art. 74 da CF/1934) | Indicação do Presidente da República (art. 74 da CF/1934) |
| Reputação ilibada (art. 74 da CF/1934) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria simples em votação secreta (art. 74 c/c art. 27 c/c art. 90, “a”, todos da CF/1934) |
| Idade mínima de 35 e máxima de 65 anos, salvo os magistrados (art. 74 da CF/1934) | |
| Nacionalidade brasileira nata (art. 74 c/c art. 106, “a” a “c”, ambos da CF/1934) | |
| Alistamento eleitoral (art. 74 da CF/1934) | |

Tabela 3: segunda forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

No período de vigência da CF/1934, houve seleção de apenas um Ministro para o STF: Carlos Maximiliano.

1.1.2.3. 1937 – 1946

Com o advento da CF/1937, a forma de ingresso foi, mais uma vez, pouco alterada:

Art 98 - Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Conselho Federal, dentre brasileiros natos de notável saber jurídico e reputação ilibada, não devendo ter menos de trinta e cinco, nem mais de cinquenta (*sic*) e oito anos de idade.

A primeira mudança a se tratar é sobre o órgão de controle: como o Senado Federal deixou de existir, a atribuição para aprovar a indicação do Presidente da República passou a ser do Conselho Federal. Ao que interessa estritamente ao método de escolha, essa mudança é mero nominalismo, já que o Conselho Federal tinha as mesmas atribuições e forma de deliberação que o Senado no tocante à aprovação das indicações presidenciais (art. 38 e ss. da CF/37).

Os requisitos de nacionalidade nata, notável saber jurídico, reputação ilibada e idade mínima de 35 anos se mantiveram. Não obstante, a idade máxima de 65 anos foi reduzida para 58; e a possibilidade de excetuar esse limite, até então conferida aos magistrados, foi revogada. Também foi excluída a obrigação de alistamento eleitoral.

Mais uma vez, a deliberação sobre a aprovação não teve previsão de quórum específico, valendo, por isso, a norma geral do art. 40 da CF/1937 (maioria simples,

presente a maioria absoluta). A votação não mais teve a previsão de ser secreta, até então constante na Constituição anterior.

As normas apresentadas foram esquematizadas na seguinte tabela:

| TERCEIRA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 10/11/1937 – 17/09/1946 | |
|---|--|
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber jurídico (art. 98 da CF/1937) | Indicação do Presidente da República (art. 98 da CF/1937) |
| Reputação ilibada (art. 98 da CF/1937) | Posterior aprovação do Conselho Federal, por maioria simples (art. 98 c/c art. 40, ambos da CF/1937) |
| Idade mínima de 35 e máxima de 58 anos (art. 98 da CF/1937) | |
| Nacionalidade brasileira nata (art. 98 c/c art. 106, ambos da CF/1937) | |

Tabela 4: terceira forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Durante o período de vigência da CF/1937, foram indicados³³ e nomeados 16 Ministros. Desde a dissolução do Congresso Nacional, em 10/11/1937, o Conselho Federal nunca foi estabelecido³⁴. Por isso, nenhuma das indicações foi apreciada, bastando à nomeação a decisão presidencial. Ou seja: a rigor, a terceira forma de ingresso ao STF nunca foi de fato aplicada.

1.1.2.4. 1946 – 1967

Com a promulgação da CF/1946, foi novamente alterada a forma de composição da Suprema Corte:

Art 99 - Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (art. 129, n. I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

³³ Nesse período, apenas dois indivíduos ocuparam a Presidência da República: Getúlio Vargas (de 10/11/1937 até 29/10/1945) e José Linhares (de 29/10/1945 até 31/01/1946). O segundo, indicado pelo primeiro ao STF, acabou sendo convocado pelas Forças Armadas para ocupar a Presidência da República após a saída de Vargas, em um arranjo político improvisado (v. RODRIGUES, 2002, p. 42 e 43). Nos pouco mais de 90 dias em que ocupou a Presidência, Linhares indicou três Ministros para o Tribunal que ele mesmo fazia parte. Essa sucessão de acontecimentos, apesar de extraordinária, é um exemplo notável da extensão dos poderes que um Ministro do STF pode vir a obter.

³⁴ O parlamento voltaria a funcionar em 31/01/1946, com a nova Constituição sendo promulgada em 18/09/1946. Entre essas duas datas, ninguém foi indicado ao cargo de Ministro do STF.

A idade máxima foi extinta, mas a mínima se manteve em 35 anos. As expressões “notável saber jurídico” e “reputação ilibada” foram mantidas. A seleção passou a se dar entre os indivíduos com nacionalidade brasileiros nos moldes do art. 129, n. I e II³⁵. A nova norma deixou de exigir o alistamento eleitoral para o cargo. Isso apenas evitou uma redundância, uma vez que o art. 133 c/c art. 131 da CF/1946 exigia que todos os brasileiros acima de 18 anos se alistassem.

A votação do Senado novamente não teve previsão específica de quórum, valendo o geral (art. 42 da CF/1946). O art. 63, I da CF/1946 previu a votação como secreta.

Com essas alterações, a nova forma de ingresso passou a ser a seguinte:

| QUARTA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | |
|---|--|
| 18/09/1946 – 14/03/1967 | |
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber jurídico (art. 99 da CF/1946) | Indicação do Presidente da República (art. 99 da CF/1946) |
| Reputação ilibada (art. 99 da CF/1946) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria simples em votação secreta (art. 99 c/c art. 42 c/c art. 63, I, todos da CF/1946) |
| Idade mínima de 35 anos (art. 99 da CF/1946) | |
| Ser brasileiro, nos moldes do art. 129, I ou II da CF/1946 (art. 99 da CF/1946) | |

Tabela 5: quarta forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Durante sua vigência, foram indicados e aprovados 19 Ministros para o STF³⁶. Mais uma vez, nenhuma indicação presidencial foi rejeitada pelo Senado.

1.1.2.5. 1967 – 1988

A Constituição brasileira subsequente foi a de 1967, que manteve a forma de ingresso praticamente idêntica àquela de 1946:

Art 113 - O Supremo Tribunal Federal, com sede, na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de dezesseis Ministros.

³⁵ Quais sejam, aqueles que obtiveram nacionalidade nata por nascer no solo brasileiro (*ius soli*) ou os filhos de brasileiros, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no país (*ius sanguinis*). Neste caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos.

³⁶ Esse número foi dilatado em razão do Ato Institucional nº 2 (de 27/10/1965), que alterou o art. 98 da CF/1946 para ampliar o número de membros do STF de onze para dezesseis. Com isso, cinco novas vagas foram criadas e preenchidas com indicações do então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

§ 1º - Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

A exigência da nacionalidade brasileira em moldes específicos (art. 129, I ou II da CF/1946) foi substituída pela nacionalidade nata (regulada no art. 140 da CF/1967³⁷). Os requisitos de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, assim como a limitação de idade (mínimo de 35 anos), se mantiveram idênticos. O mesmo ocorreu no método de escolha: indicação presidencial com chancela senatorial. A nova Constituição mais uma vez foi silente quanto ao alistamento eleitoral, mas o mesmo manteve-se obrigatório (art. 142 § 1º da CF/1967).

A votação no Senado, que deveria ser secreta (*ex vi* do art. 45, I da CF/1967), não teve quórum específico previsto. Portanto, outra vez a aprovação exigia a maioria simples, conforme regra geral de deliberação, seguindo o disposto no art. 33 da CF/1967.

Anote-se que o Ato Institucional n. 6 modificou a redação do art. 113 da CF/1967, mas apenas no tocante ao número de membros do STF, reduzindo-o de volta a onze. O sistema também se manteve incólume com a Emenda Constitucional n. 1 de 17/10/1969, considerada por vários juristas como uma nova Constituição³⁸.

Com isso, a forma de ingresso do período passou a ser a seguinte:

| QUINTA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 15/03/1967 – 04/10/1988 | |
|---|---|
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber jurídico (art. 113 §1º da CF/1967) | Indicação do Presidente da República (art. 113 §1º da CF/1967) |
| Reputação ilibada (art. 113 §1º da CF/1967) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria simples em votação secreta (art. 113 §1º c/c art. 33 c/c art. 45, I, todos da CF/1967) |

³⁷ O dispositivo adicionou uma terceira hipótese de aquisição da nacionalidade, alínea “c” do artigo: “os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, não estando estes a serviço do Brasil, desde que, registrados em repartição brasileira competente no exterior, ou não registrados, venham a residir no Brasil antes de atingir a maioridade. Neste caso, alcançada, esta, deverão, dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira”.

³⁸ “Teórica e tecnicamente, não se tratou de emenda, mas de nova constituição. A emenda só serviu como mecanismo de outorga, uma vez que verdadeiramente se promulgou texto integralmente reformulado, a começar pela denominação que se lhe deu: Constituição da República Federativa do Brasil, enquanto a de 1967 se chamava apenas Constituição do Brasil” (SILVA, J. A., 2015, p. 89).

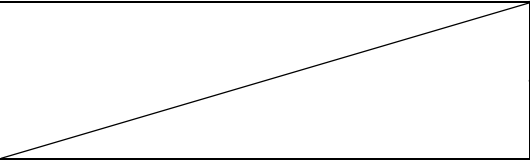
| | |
|---|--|
| Idade mínima de 35 anos (art. 113 §1º da CF/1967) |  |
| Nacionalidade brasileira nata (art. 113 §1º c/c art. 140, ambos da CF/1967) | |

Tabela 6: quinta forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Durante sua vigência, foram indicados e aprovados 26 Ministros³⁹ para o STF. Em repetência, nenhuma indicação foi reprovada pelo Senado.

1.1.2.6. 1988 – Hoje

A última modificação existente ao processo de ingresso na Suprema Corte veio com a Constituição hoje vigente, que tratou do tema no seguinte dispositivo:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Apesar do artigo enunciado ser omissivo quanto à nacionalidade, o art. 12 § 3º da CF/1988 definiu que são cargos privativos de brasileiro nato, entre outros, o de Ministro do STF. As formas de obtenção da nacionalidade nata estão previstas no art. 12, inciso I. A idade mínima manteve-se nos 35 anos, retornando a previsão de 1891 quanto ao limite máximo aos 65, que fora reduzido para 58 com a CF/1937 e totalmente excluído pelos ordenamentos seguintes. O texto faz alusão à escolha dos magistrados dentre “cidadãos”, o que caracteriza a exigência da posse dos direitos de cidadania brasileira⁴⁰, algo até então previsto apenas na CF/1891.

A deliberação no Senado finalmente sofreu uma alteração, exigindo-se agora a maioria absoluta dos seus membros para a aprovação do indicado. Por força do art. 52, III da CF/1988, a votação é secreta.

³⁹ A quinta forma de ingresso só entrou em vigor junto com a Constituição de 1967 que, embora publicada em 24/01/1967, teve início de sua vigência determinado em 15/03/1967 pelo seu art. 189. Por isso, Djaci Falcão e Adauto Cardoso, que tomaram posse respectivamente em 21/02/1967 e 02/03/1967, fazem parte da lista de Ministros nomeados no viger da quarta forma de ingresso ao STF, constante na CF/1946.

⁴⁰ De acordo com o § 3º do art. 1º da Lei nº 4.717/1965, comprovação da cidadania é feita por meio do título de eleitor. Assim, ainda que indiretamente, exige-se do Ministro do STF o alistamento eleitoral.

A tabela abaixo esquematiza a sexta e atual forma de ingresso no Supremo Tribunal Federal:

| SEXTA FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | |
|--|--|
| 05/10/1988 – | |
| REQUISITOS | MÉTODO |
| Notável saber jurídico (art. 101, <i>caput</i> , da CF/1988) | Indicação do Presidente da República (art. 101, parágrafo único da CF/1988) |
| Reputação ilibada (art. 101, <i>caput</i> , da CF/1988) | Posterior aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta em votação secreta (art. 101, parágrafo único, c/c art. 53, III, ambos da CF/1988) |
| Idade mínima de 35 e máxima de 65 anos (art. 101, <i>caput</i> da CF/1988) | |
| Posse de direitos de cidadania brasileira (art. 101, <i>caput</i> c/c art.14 da CF/1988) | |
| Nacionalidade brasileira nata (art. 12 § 3º, IV da CF/1988) | |

Tabela 7: sexta e atual forma de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Durante o período de vigência da norma, foram indicados e aprovados 27 Ministros. Até a data de elaboração desta dissertação, nenhuma indicação foi reprovada pelo Senado.

1.1.3. Balanço

Ao longo dos 130 anos de existência do STF, foram seis diferentes formas de ingresso para a Suprema Corte (descontando-se a provisória). A tabela abaixo organiza a evolução a partir dos requisitos e método para a escolha dos Ministros:

| COMPARATIVO ENTRE AS FORMAS DE INGRESSO AO STF | | | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|--|--|
| REQUISITOS | | | | | | |
| Período | 1891 – 1934 | 1934 – 1937 | 1937 – 1946 | 1946 – 1967 | 1967 – 1988 | 1988 – Hoje |
| Requisito | | | | | | |
| Idade | Ao menos 35 anos | Entre 35 e 65 anos* | Entre 35 e 58 anos | Ao menos 35 anos | Ao menos 35 anos | Entre 35 e 65 anos |
| Nacionalidade | Ao menos 6 anos com a brasileira | Brasileira nata | Brasileira nata | Brasileira (art. 129, I e II da CF/1967) | Brasileira nata | Brasileira nata |
| Status | Alistado eleitor | Alistado eleitor | Nenhum específico | Nenhum específico | Nenhum específico | Alistado eleitor |
| Qualidades | Notável saber e reputação | Notável saber jurídico e reputação ilibada | Notável saber jurídico e reputação ilibada | Notável saber jurídico e reputação ilibada | Notável saber jurídico e reputação ilibada | Notável saber jurídico e reputação ilibada |
| MÉTODO | | | | | | |
| Período | 1891 – 1934 | 1934 – 1937 | 1937 – 1946 | 1946 – 1967 | 1967 – 1988 | 1988 – Hoje |
| Etapa | | | | | | |
| Indicação presidencial | Discrecionária | Discrecionária | Discrecionária | Discrecionária | Discrecionária | Discrecionária |
| Aprovação senatorial | Maioria simples | Maioria simples | Maioria simples | Maioria simples | Maioria simples | Maioria absoluta |

Tabela 8: comparativo entre as seis formas de ingresso para o STF. Fonte: elaboração do próprio autor.

Dois balanços se extraem desses dados. Primeiramente, que o método para seleção dos magistrados se conservou desde sua origem, apenas alterando-se a publicidade da votação no Senado e, com a CF/1988, o quórum exigido à

aprovação. Segundo, que os requisitos para ser membro da Suprema Corte sempre foram semelhantes, dividindo-se em duas espécies: i.. objetivos, relacionados a *status* que o candidato possui (nacionalidade, idade e condição de eleitor) e ii. subjetivos, relacionados a dois conceitos jurídicos indeterminados, quais sejam, notável saber (especificado como jurídico a partir de 1934) e reputação ilibada, (também chamada de notável reputação pela CF/1891). Entre os requisitos objetivos, o mais alterado foi a idade; mas o limite mínimo sempre foi 35 anos (excetuados os magistrados durante a vigência da CF/1934). A nacionalidade brasileira nata também é uma constante⁴¹, provavelmente diante da possibilidade de um Ministro do STF exercer o comando das Forças Armadas⁴². O alistamento eleitoral, por fim, também é um requisito perene, seja diretamente, por um comando explícito, ou indiretamente, ao exigir-se que o indicado seja “elegível para o Senado” ou “cidadão brasileiro”.

Ao todo, foram realizadas 174 indicações presidenciais, com 169 aprovações⁴³ e 169 diferentes Ministros⁴⁴. O apêndice 1 contém os nomes, data de indicação, tempo no cargo e Presidente que indicou cada um dos Ministros.

A principal inferência sobre os dados reunidos é simples: a forma de ingresso para o STF permanece quase inalterada desde a criação da Corte.

1.2. Relevância da jurisdição

Estudar a forma de composição do Supremo Tribunal Federal se justifica pela extensão dos poderes que seus membros têm. Esses poderes partem das competências jurisdicionais da Corte, podendo ser exercidos coletiva ou individualmente. Em que pese as funções do STF tenham sempre sido significativas

⁴¹ Mesmo que suas formas de obtenção tenham sido modificadas desde 1891.

⁴² Esse comando é decorrente da linha de substituição provisória da Presidência da República nos casos de impedimento ao exercício do cargo. O Presidente do STF é sempre o último substituto (art. 41 § 2º, 52 § 8º, 79 § 1º, 80 e 80, respectivamente das Constituições de 1891, 1934, 1946, 1967 e 1988). O único hiato dessa regra foi, portanto, durante a vigência da CF/1937, que cuidou do tema no seu art. 82. Ironicamente, os imbróglios políticos à época ocasionaram em José Linhares, justamente um Ministro do STF, assumindo a Presidência da República.

⁴³ Subtraem-se do número total de indicações as 5 reprovadas pelo Senado em 1894.

⁴⁴ A rigor, a quantidade de juízes nomeados é 168, pois o Min. Francisco Rezek foi indicado e aprovado duas vezes (24/03/1983 e 21/05/1992). Entretanto, como o Min. Barata Ribeiro ocupou o cargo por breve período antes de ter sua indicação rejeitada pelo Senado, foram 169 indivíduos a exercer o ofício.

à República ao longo de seus 130 anos de existência⁴⁵, é com a atual Constituição de 1988 que os poderes do Tribunal foram elevados a nível inédito.

A Constituição Cidadã é resultado de um processo constituinte que reagiu às políticas do regime militar até então instaurado no país. A Assembleia Nacional Constituinte, formada por representantes de múltiplas ideologias, produziu um “documento bastante extenso e detalhista, que sobre tudo legislou”⁴⁶ (VIEIRA, 2019, p. 134 e 135); razão pela qual, aliás, se acomoda na classificação de “analítica” constante na literatura. Porém, ainda que o texto constitucional seja extenso, muitas de suas normas têm eficácia limitada⁴⁷, o que exige do Legislativo uma suplementação normativa infraconstitucional. Ao mesmo tempo, “o texto constitucional também inclui inúmeros princípios abstratos que reclamam a mediação o legislador para que possam exercer sua força normativa”. Com isso,

[a] incompletude e abertura do texto impõem uma constante atuação do legislador para mediar a tensão entre princípios e complementar a vontade constitucional, além de exigirem uma ampla atuação do Judiciário, solucionando conflitos não resolvidos no decorrer do processo constituinte e alimentados pela luta de diversos setores da sociedade.(...) Essa necessidade contínua de complementação permite que o sentido da Constituição seja constantemente atualizado pela legislação ordinária e mesmo por sentenças judiciais, sem a necessidade de alteração do texto constitucional (VIEIRA, 2019, p. 158 – 159).

É a partir desses termos abstratos – como o direito à vida, igualdade, liberdade e dignidade – que muitas políticas públicas e decisões judiciais se lastreiam. A tabela abaixo traz exemplos ecléticos de processos notórios, decididos pelo STF em ações do controle concentrado de constitucionalidade, envolvendo esses princípios:

⁴⁵ Confira-se o apêndice 2 para uma listagem dos julgamentos históricos realizados pelo STF nos períodos constitucionais anteriores a 1988.

⁴⁶ Conforme sintetiza VIEIRA (2019, p. 148), “[a] Constituição incorporou uma ampla gama de direitos de natureza difusa, como meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, direitos do consumidor, assim como de crianças e adolescentes ou idosos (...). Também as questões mais tradicionais, mas que não tinham hierarquia constitucional, subiram de posto. Temas de processo, direito civil, tributário ou previdenciário passaram a ocupar um espaço constitucional muito mais amplo do que nas Constituições anteriores”. O termo que o autor utiliza para nomear as consequências dessa nova estrutura constitucional é “hiperconstitucionalização”.

⁴⁷ Faço uso da classificação de SILVA, J. A. (2015), referindo-me às normas constitucionais que exigem outras normas, em caráter regulamentador, para poderem ser plenamente aplicadas.

| JULGAMENTOS NOTÁVEIS DO STF A PARTIR DE 1988 | | |
|---|---------------------------------|-------------|
| TEMA | PROCESSO | ANO |
| Racionamento de energia elétrica | ADC n. 9 | 2001 |
| Cláusula de desempenho eleitoral (cláusula de barreira) | ADI n. 1.351 | 2006 |
| Pesquisas com células-tronco | ADI n. 3.510 | 2008 |
| Constitucionalidade da Lei n. 6.683/79 (Lei de Anistia) | ADPF n. 153 | 2010 |
| Casamento civil homoafetivo | ADI n. 4.277 | 2011 |
| Liberdade de expressão na “marcha da maconha” | ADPF n. 187 | 2011 |
| Aborto de feto anencefálico | ADPF n. 54 | 2012 |
| Cotas raciais | ADPF n. 186 | 2012 |
| Constitucionalidade da Lei Complementar n. (Lei da Ficha Limpa) | ADC 29 e 30 | 2012 |
| Constitucionalidade da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) | ADC n. 19 e ADI n. 4.424 | 2012 |
| Fidelidade partidária (posse do mandato) | ADI n. 5.081 | 2015 |
| Exigência de autorização para produções biográficas | ADI n. 4.815 | 2015 |
| Proibição da vaquejada | ADI n. 4.983 | 2016 |
| Proibição do amianto | ADI n. 3.406 e 3.470 | 2017 |
| Registro de nome social de transsexuais | ADI n. 4.275 | 2018 |
| Reconhecimento das comunidades quilombolas | ADI n. 3.239 | 2018 |
| Criminalização da homofobia | ADO n. 26 | 2019 |
| Execução da sentença penal após a 2ª instância | ADC n. 43 e 44 | 2019 |
| Competência concorrente para ações conta a COVID-19 | ADI n. 6.341 | 2020 |
| Reeleição dos Presidentes da Câmara e Senado | ADI n. 6.524 | 2020 |

Tabela 9: amostra de temas relevantes julgados pelo STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor.

A diversidade e extensão da lista – que é meramente exemplificativa, ressalte-se – corrobora a tese de Vieira: há uma contínua complementação de sentido, pela via judicial, de diversas normas contidas na Constituição. Frise-se que essa atuação é realizada especialmente pela via do controle concentrado de constitucionalidade.

Esse ponto relaciona-se a outra reforma realizada pela CF/1988: a ampliação dos legitimados ativos à propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade⁴⁸ (art. 103, *caput*, da CF/1988), faculdade até então restrita ao Procurador-Geral da

⁴⁸ A lista também vale para as outras ações de controle de constitucionalidade, quais sejam, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (art. 12-A da Lei nº 9868/1999), Ação Declaratória de Constitucionalidade (art. 103, *caput*, da CF/1988) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (art. 2º, I, da Lei nº 9882/1999).

República (art. 114, I, “I” da CF/1967). O número de legitimados passou de um para dez⁴⁹. O gráfico que segue demonstra a quantidade de ações de controle concentrado⁵⁰ propostas por cada espécie de legitimado no período de 2000 a 2020:

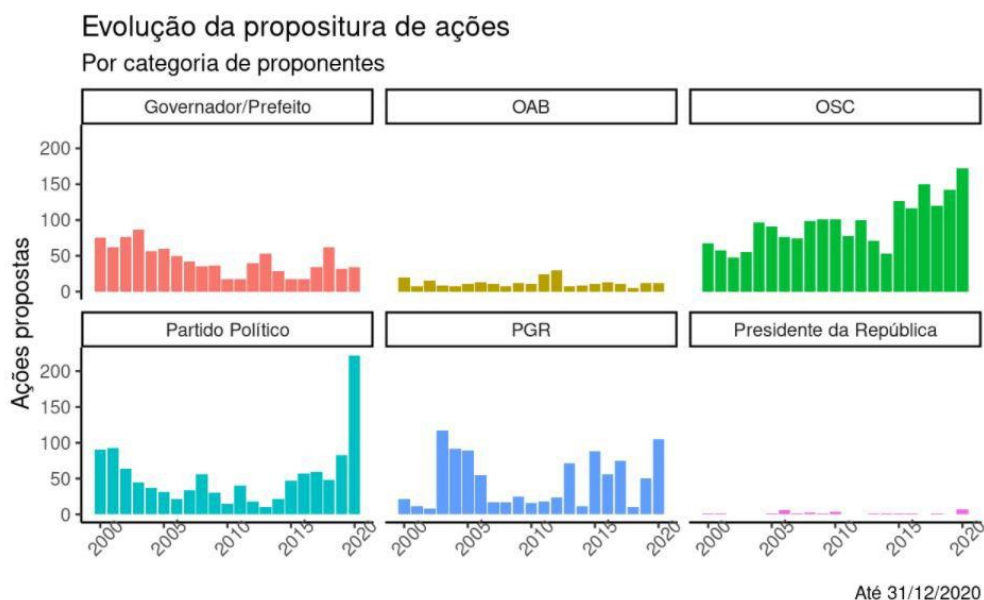


Gráfico 1: evolução da propositura de ações de controle concentrado por legitimados (2000 – 2020).
Fonte: DORNELLES (2021).

Como se vê, os partidos políticos estão entre os legitimados que mais provocam a jurisdição do STF. Há dois motivos para tanto: i. a discussão judicial sobre uma norma aprovada possibilita que uma minoria derrotada no processo legislativo ganhe uma nova chance de êxito, fazendo do STF uma espécie de “segunda instância deliberativa” (VERÍSSIMO, 2008, p. 409) e ii. a inércia legislativa⁵¹ pode levar as discussões políticas a serem decididas pela Corte, evitando o ônus eleitoral que recairia nos parlamentares⁵².

⁴⁹ Dez espécies. Porém, várias delas conformam quantidade bem maior de legitimados individualizados. Basta que se pense, por exemplo, nas confederações sindicais e entidades de classe (conformadas no art. 103, *caput*, IX).

⁵⁰ O gráfico só trata de todas as quatro ações de controle concentrado. Confira-se, porém, o apêndice 2, que demonstra que a Ação Direta de Inconstitucionalidade é a espécie processual mais comumente proposta ao longo de todo o período demarcado.

⁵¹ A inércia impediria que certas normas que exigem regulamentação fossem aprovadas. A partir de 1988 um veículo processual foi criado especialmente para sanar isso: o Mandado de Injunção (art. 5º, LXXI da CF/1988, regulado pela Lei nº 13.300/2016).

⁵² Isso é corroborado pela garantia de vitaliciedade (art. 95, I da CF/1988) que os magistrados têm, de forma que uma decisão contramajoritária e/ou impopular não ameaça a perda do cargo dos juízes pela via eleitoral.

O próximo gráfico discrimina a quantidade de ações diretas de inconstitucionalidade⁵³ proposta por cada partido até o início do Governo Temer⁵⁴. Perceba-se a discrepância da atuação do Partido dos Trabalhadores enquanto oposição, durante o Governo FHC, e posteriormente, quando pertencente à base governista, durante os Governos Lula e Dilma. O mesmo se aplica, inversamente, na atuação do Democratas e Partido da Social Democracia Brasileira (v. VIEIRA, 2008, p. 447 e 448). Esse comportamento parlamentar, vale registrar, paulatinamente tornou o ajuizamento de ADI perante o STF uma constante crescente, sendo, assim, um dos indicadores da emergência da judicialização da política no Brasil (v. ZUCCOLOTTO, 2016, p. 82 e 83).

ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas
por partidos políticos entre 1988 e 2016⁵⁴

| | Sarney (1988- -1989) | Collor (1990- -1992) | Itamar (1993- -1994) | FHC (1995- -2002) | Lula (2003- -2010) | Dilma (2011- -2016) | Temer (2016) | Total |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------|-------|
| PT | 3 | 26 | 12 | 140 | 5 | 4 | 1 | 191 |
| PDT | 3 | 21 | 10 | 51 | 28 | 3 | 2 | 118 |
| PSL | | | | 68 | 12 | 9 | 1 | 90 |
| PFL/DEM | | | 1 | 4 | 51 | 9 | 1 | 66 |
| PSDB | 1 | 5 | 1 | 2 | 48 | 8 | | 65 |
| PSB | | 19 | 5 | 13 | 2 | 4 | 3 | 46 |
| PCDOB | 1 | 2 | 1 | 34 | 4 | 1 | 1 | 44 |
| PCB/PPS | 1 | | 1 | 8 | 12 | 9 | 2 | 33 |
| PHS | | | | 25 | 7 | | 1 | 33 |
| PL | 1 | | | 24 | 6 | | | 31 |
| Solida- riedade | | | | | | 23 | 7 | 30 |
| PMDB | | 5 | 2 | 16 | 5 | 1 | | 29 |
| PTB | | | | 11 | 16 | 1 | | 28 |
| PSOL | | | | | 10 | 10 | 6 | 26 |
| PPB/PP | | | | 10 | 8 | 2 | 2 | 22 |
| PV | | | 1 | 1 | 10 | | 1 | 13 |
| PSC | | 1 | 2 | 1 | 7 | 2 | | 13 |
| PMN | | | | 8 | 2 | 2 | | 12 |
| Outros (menos de 10 ADIS ajuizadas) | 1 | 10 | 7 | 13 | 9 | 12 | 9 | 61 |
| TOTAL GERAL | 11 | 89 | 43 | 429 | 242 | 100 | 37 | 951 |

Tabela 10: ADI ajuizadas por partidos políticos (1988 – 2016). Fonte VIEIRA (2019, p. 172)

⁵³ As outras espécies de ações do controle concentrado também são propostas, mas a ADI é a mais comum. Para detalhes sobre essa proporção, confira-se o apêndice 2.

⁵⁴ A pesquisa de MADEIRA e OLIVEIRA, V. (2021) apurou que o período do Governo Bolsonaro (até 2021) também teve grande número de ADI propostas por partidos de oposição, com prevalência temática relacionada à pandemia de COVID-19. Isso indica que o uso da ADI como ferramenta política é atual.

Somam-se ao julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade outras duas competências: i. as de natureza penal, pela via originária, que dão ao Supremo foro especializado para o julgamento das altas autoridades da República (art. 102, I, “a” e “b”) e ii. as de natureza cível, em sua maioria pela via recursal, que fazem da Corte juízo *ad quem* nas causas que, entre outros temas, houver contrariedade com algum dispositivo da Constituição (art. 102, III, “a”). O primeiro ponto tornou-se relevante gradativamente, começando com o processo criminal contra o ex-Presidente da República Fernando Collor (Ação Penal n. 307) e, pouco tempo depois, com julgamento de políticos pelos crimes relacionados ao “mensalão” (Ação Penal n. 470)⁵⁵ e nos diversos inquéritos decorrentes da Operação Lava Jato⁵⁶.

Por sua vez, a competência recursal, especialmente pela via de Recursos Extraordinários, tornou a jurisdição da Corte facilmente provocável. Os dados a seguir demonstram uma consequência dessa facilitação. Em primeiro lugar, o gráfico que segue discrimina a evolução no número de processos recebidos pelo Tribunal desde 1940 até 2017. Note-se o aumento significativo a partir de 1988:

⁵⁵ A AP nº 470 foi uma das principais causas de ampliação da presença do STF na mídia no período de 2008 – 2012, com pesquisas demonstrando que as menções ao Tribunal quase dobraram nessa época em relação ao período de 2004 – 2007 (FALCÃO e OLIVEIRA, F., 2013, p. 429 e 430).

⁵⁶ Os inquéritos relativos à operação atraíram a atenção da opinião pública não só sobre a revelação dos esquemas de corrupção como também quanto ao posicionamento do STF em matérias penais, como a concessão de *habeas corpus* a políticos investigados e execução da pena após condenação em segunda instância. Nesse contexto, as constantes decisões monocráticas e os julgamentos definidos por quóruns apertados deram ao Tribunal um aspecto fragmentado e instaram um sentimento de “provisoriedade” em meio ao espaço público (MELLO, 2018, p. 27).

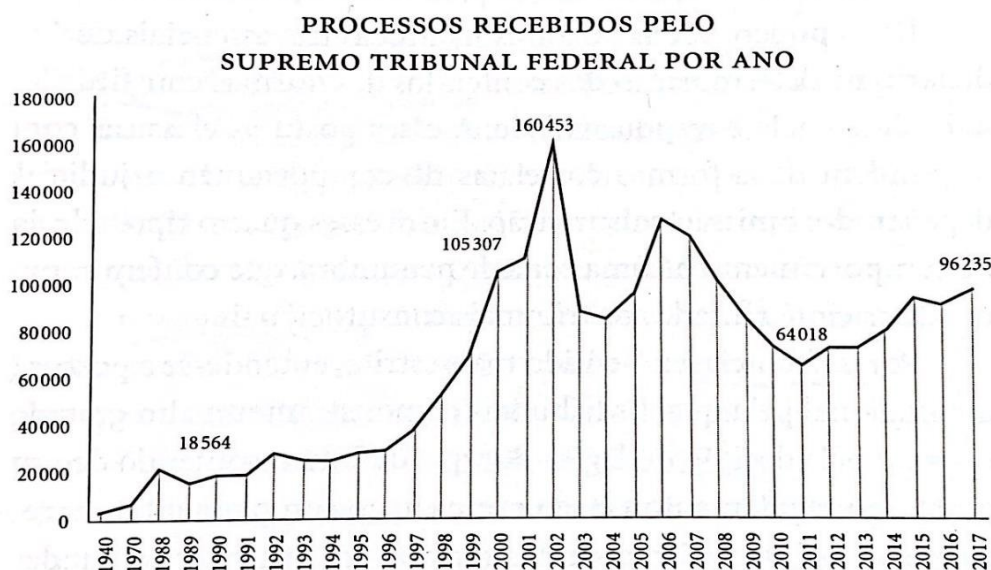


Gráfico 2: evolução de processos recebidos pelo STF (1940, 1970 e 1988 – 2020). Fonte: VIEIRA (2019, p. 175).

Em seguida, analise-se a proporção de Recursos Extraordinários (RE) e Agravos em Recurso Extraordinário (ARE) entre as oito classes processuais mais comuns no STF no período mais recente (2010 – 2020):

Processos recebidos por classe

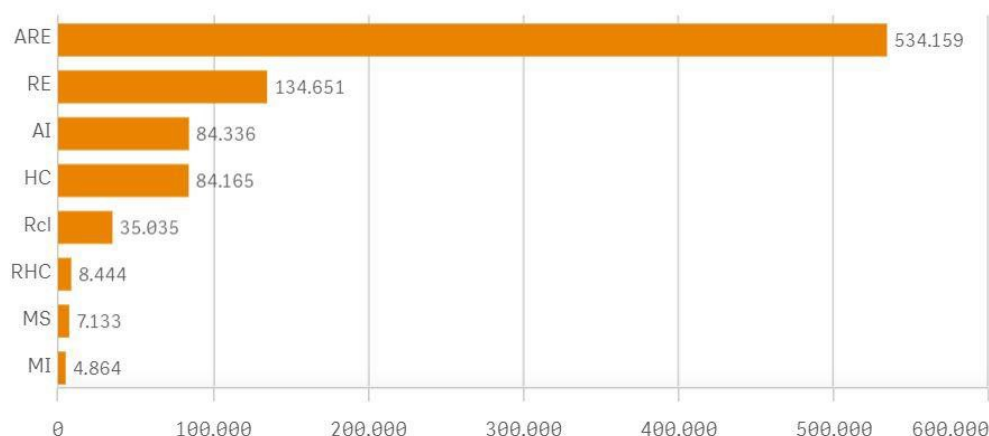


Gráfico 3: processos recebidos no STF por classe processual (2010 – 2020). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: <https://transparencia.stf.jus.br>).

O que se infere é que a competência recursal relativa a ARE e RE é o principal vetor de hiperinflação de processos enviados ao STF⁵⁷. A causa disso é o

⁵⁷ Mas esse vetor, apesar de principal em quantidade, não é o único em qualidade. VELLOSO (2003, p. 302) considera que competências que chama de “extravagantes” (*i.e.*, aquelas que fogem da jurisdição constitucional, como as penais, relativas a direito internacional e conflitos entre entes federativos) “distraem a Corte, tomam o tempo que a Corte deveria destinar às magnas questões constitucionais que são levadas a sua decisão”.

enorme aumento na quantidade de normas de hierarquia constitucional a partir do período sinalizado no primeiro gráfico, isto é, 1988. A CF/1988 é tão prolixa que ficou simples indicar uma norma constitucional contrariada por lei constante em alguma lide (v. VIEIRA, 2019, p. 175).

A multiplicidade e heterogenia política da Assembleia Constituinte de 1987 resultou, portanto, em uma Constituição ambiciosa em direitos, mas incompleta no seu texto. Somando-se isso à ampliação dos legitimados ativos (art. 103 da CF/1988) e às significativas competências penais e recursais do STF, criou-se um cenário no qual “[t]odas as questões mais relevantes discutidas na sociedade brasileira parecem, mais dia menos dia, reclamar uma decisão do STF, tornando a sua presença uma constante na nossa vida pública” (VIEIRA, 2019, p. 161). Isso não significa que a Corte já não tinha um histórico de relevância nos regimes passados, “com enorme fertilidade jurisprudencial e proeminência política, como na Primeira República, ou ainda de grande coragem oral, por exemplo, no início do período militar”, e sim que “não há como comparar a atual proeminência do Tribunal com a atuação passada” (VIEIRA, 2019, *idem*).

Foi com a Constituição atual, então, que o STF transcendeu a função de cúpula do Judiciário que até então exercia para ocupar o centro da arena política. Esse papel é nomeado por Vieira como *supremocracia*⁵⁸ (v. VIEIRA, 2019, p. 162, e 2008, p. 444). Segundo o autor, a *supremocracia* é

consequência da desconfiança na política e da hiperconstitucionalização da vida brasileira. Sua arquitetura está baseada na concentração de três funções jurisdicionais nas mãos de uma única corte, assim como na criação de canais de acesso direto aos atores políticos para provocar a jurisdição do Tribunal. (...) Também tem sido favorecida pela ampla discricionariedade, decorrente da ausência de uma cultura consolidada de precedentes no país; da dificuldade do tribunal de estabelecer standards interpretativos; assim como da indisposição do STF de se submeter apenas àquilo que foi pedido pelas partes. Importa destacar, por fim, o surgimento de diversas correntes do pensamento constitucional, no contexto da “terceira onda da democratização”, preocupadas em maximizar a eficácia das novas constituições, que concedem uma maior amplitude à ação do Judiciário na interpretação e aplicação da Constituição (VIEIRA, 2019, p. 162 e 163).

⁵⁸ O autor atribui duplo sentido ao termo: “*supremocracia* diz respeito, em primeiro lugar, à autoridade recentemente adquirida pelo Supremo de governar jurisdicionalmente (*rule*) o Poder Judiciário no Brasil. (...) Em um segundo sentido, o termo *supremocracia* refere-se à expansão da autoridade do Supremo em detrimento dos demais poderes” (VIEIRA, 2008, p. 444 e 445).

O diagrama abaixo sistematiza o raciocínio enunciado:

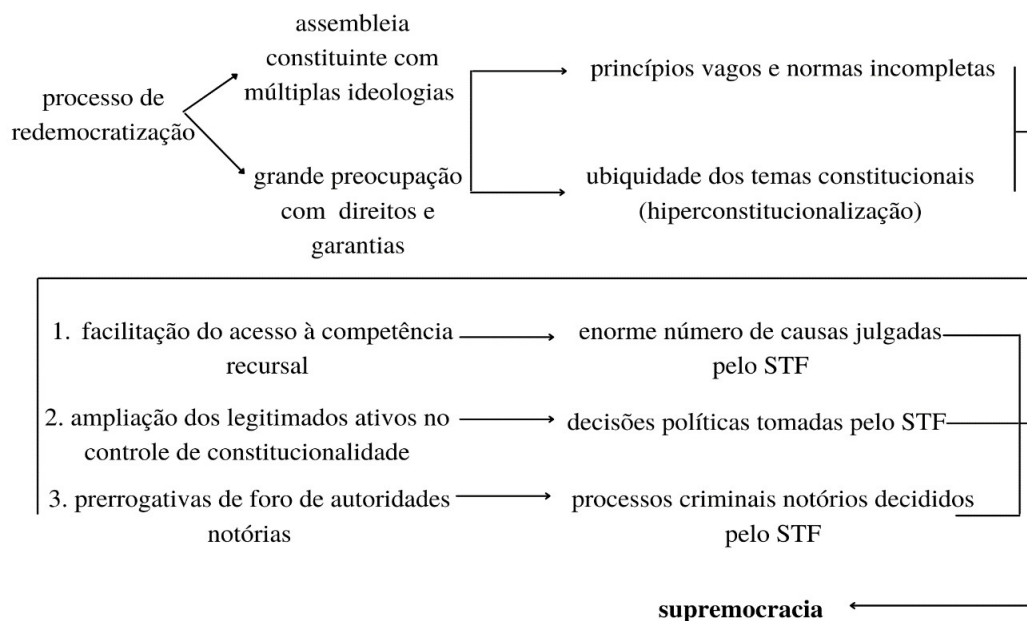


Diagrama 2: *supremocracia*. Fonte: elaboração do próprio autor.

Esse esquema, contudo, não detalha suficientemente o exercício atual da jurisdição do STF. Muito embora esteja demonstrada a enorme extensão das funções do Tribunal enquanto instituição, também é necessário tratar da atuação individual da Corte, isto é, aquela realizada monocraticamente pelos seus membros.

Ressalte-se, em primeiro lugar, que cada Ministro do STF tem um poder descentralizado na Corte, exercido por meio dos pedidos de vista. A requisição de vista é um direito regimental assegurado no art. 134 do RISTF, cujo prazo de devolução (30 dias, prorrogável uma vez por igual período, segundo o mesmo artigo 134, *caput* e § 4º, do RISTF) é constantemente violado (ARGUELHES e HARTMANN, 2017, p. 117 e 118). Feito o pedido, fica impedida a prolação da decisão colegiada – mesmo quando já tiver maioria formada – adiando-se a conclusão do processo. No período de 1988 até 2013, o número de pedidos de vista ultrapassava a marca de 2987 (ARGUELHES e HARTMANN, 2017, p. 116).

Em segundo lugar, cada Ministro pode, em processos nos quais for relator⁵⁹, determinar medidas cautelares *ad referendum* (art. 294 e ss. do CPC e art. 21, IV e

⁵⁹ Para uma discussão detalhada sobre os poderes dos relatores dos processos no STF, v. SILVA, V. (2016).

V, do RISTF) e (deixar de) requerer o dia para o julgamento da causa (art. 21, X e XIV do RISTF). Essas cautelares, via de regra, podem ser reformadas pelo Plenário⁶⁰ (art. 8º, I do RISTF). Todavia, não só uma esmagadora maioria das decisões em controle de constitucionalidade é monocrática como sua revisão constantemente perde o objeto, por conta do decurso do tempo⁶¹. Esse é um problema complexo: mesmo que o Pleno fosse obrigado a se manifestar em prazo certo – e de fato o fizesse –, a já ressaltada amplíssima carga processual no acervo da Corte seria empecilho para que tudo fosse decidido em colegiado⁶². O gráfico abaixo comprova esse contraste:

⁶⁰ Em diversos episódios, no entanto, o que acontece é que uma decisão individual se consolida, sozinha, como arcabouço jurisprudencial da Corte; sendo inclusive citada pelos demais juízes como base de seus votos (v. ARGUELHES e RIBEIRO. 2015, p. 142 – 144).

⁶¹ Segundo os autores, “[e]ntre 2007 e 2016, passaram-se em média 1.278 dias entre uma decisão liminar monocrática, em controle concentrado, e a primeira oportunidade de manifestação colegiada no mesmo processo. Considerando-se apenas as decisões *concessivas* de liminares, a média é de 797 dias. Para além do controle concentrado, considerando todas as classes processuais no período de 2012 a 2016, passaram-se em média 617 dias entre a concessão monocrática de uma medida liminar e a primeira oportunidade de apreciação por um colegiado. No mesmo período, nos casos em que a liminar monocrática concessiva foi seguida de uma decisão declarando o julgamento prejudicado, o tempo de vigência da referida liminar foi, na média, de 767 dias” (ARGUELHES e RIBEIRO. 2018b, p. 24). Algumas decisões monocráticas notáveis podem ser apontadas a título ilustrativo: i. na MC em MS nº 34.530, do Min. Luiz Fux, sobre o reinício do processo legislativo do PL nº 4.850/2016 da Câmara dos Deputados (“dez medidas contra a corrupção”); ii. na AO nº 1.773, do Min. Luiz Fux, sobre a concessão do auxílio-moradia para magistrados; iii. no MS nº 34.071, do Min. Gilmar Mendes, sobre a suspensão da nomeação do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva para a Chefia da Casa Civil; e iv. no MS nº 34.086, do Min. Marco Aurélio, sobre a ordem para reconsideração do arquivamento de pedido de *impeachment* pelo então Presidente da Câmara dos Deputados. Para detalhes, v. ARGUELHES e RIBEIRO (2018a).

⁶² Nesse contexto, o aumento das decisões monocráticas pode ser compreendido como uma forma de racionalização consensual da divisão de trabalho do Tribunal. “Dividindo por onze o trabalho que caberia ao plenário, os ministros se tornam mais eficientes. (...) a vasta maioria das decisões consiste no não conhecimento de ações resultante da aplicação mecânica e individual dos critérios de admissibilidade que o [STF] criou ao longo dos anos 1990. Mas essa fragmentação não tem nada a ver com propensão ao dissenso. Pelo contrário. É a existência de consensos prévios, amplos e estáveis que permite a delegação, aos relatores, de determinados poderes, normalmente restritos a juízos de admissibilidade, mas, recentemente, estendidos a juízos de mérito” (SILVA, J. M., 2018, p. 51).

Decisões por ano



Gráfico 4: comparativo entre decisões colegiadas e monocráticas no âmbito do STF (2010 – 06/2021). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: <https://transparencia.stf.jus.br>).

Há, em terceiro lugar, a definição do *timing*, exercido por meio do controle da pauta de julgamentos. Esse poder é centralizado, já que só pode ser exercido pelos relatores⁶³ e Presidente da Corte⁶⁴ ou das Turmas. Perceba-se que estabelecer quando e quais processos serão julgados é, na prática, ter a chance de vetar, ainda que provisoriamente, uma decisão⁶⁵. A consequência imediata disso é a manutenção do *status quo* (ARGUELHES e RIBEIRO, 2018, p. 29). Como esse poder é

⁶³ Há estudo que indica que conhecer o voto do relator é saber o resultado final do processo em 99% dos casos. Atribui-se como possível causa disso o uso de negociações nos bastidores do Supremo ao ponto de um tema só figurar na agenda de votação quando o relator entender que tem maioria suficiente para fazer valer sua orientação (OLIVEIRA, F. 2012b, p. 109 – 111).

⁶⁴ A definição da agenda não foi utilizada de forma estratégica pela Presidência do STF até a gestão do Min. Nelson Jobim (2004 – 2006), sendo tão somente rotina burocrática sem critérios pré-definidos. O Min. Nelson Jobim inaugurou outro critério: “selecionar para integrar a pauta da sessão, dentre os processos já conclusos para julgamento na secretaria, aqueles que corresponderiam ao momento político-jurídico, sendo que teriam prioridade os casos em que houvesse maior expectativa ou demanda da opinião pública”. A partir disso, “os sucessivos presidentes buscaram maior sintonia entre agenda do STF e a agenda da opinião pública” (FALCÃO e OLIVEIRA, F., 2013, p. 445).

⁶⁵ Essa faculdade pode ser exercida por meio de parâmetros estritamente racionais, como a preferência a processos sem decisão liminar e/ou com muito tempo de tramitação (visando a celeridade processual). Uma pesquisa de DIMOULIS e LUNARDI (2008) aponta, todavia, que isso sempre acontece: os relatores do STF têm ampla liberdade para definir a ordem dos julgamentos em parâmetros outros que a sua ordem de chegada. Nesse sentido, os autores levantam certas hipóteses para os critérios utilizados pelos Ministros na criação da pauta – entre eles, a conveniência política da época do julgamento. Não raro, denominam tal atribuição como uma *arcana iuris* indevida, que confere ao juiz constitucional poder tanto jurídico como político.

centralizado, há uma maior concentração de influência nos Ministros que ocupam certas posições na Corte⁶⁶, hipertrofiando, contingencialmente, sua individualidade.

Por fim, cada Ministro pode, de forma descentralizada e imprevisível (leia-se, sem regulamentação normativa), sinalizar na mídia ou academia seus posicionamentos pessoais sobre qualquer assunto político em voga⁶⁷. Embora o Estatuto da Magistratura coíba essa espécie de manifestação (Lei Complementar n. 35/79, art. 36, III), não há registro de censura ou punições oficiais a qualquer membro do STF que tenha concedido entrevistas ou feito palestras opinando sobre processos em julgamento na Corte ou sob sua relatoria⁶⁸.

A consequência do quadro apresentado é que “[e]m vários momentos críticos, o poder judicial foi exercido individualmente por Ministros do STF, sem participação relevante do plenário da instituição ou até mesmo contra ele”. Assim, “Pedidos de vista, relatorias estratégicas para o governo [e] manifestações na imprensa em momentos-chave” fazem com que, para determinados interesses políticos, “a utilidade de uma única indicação para o STF [se torne] incalculável” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2018, p. 13 – 14 e 26 – 27).

É justamente pelos poderes conferidos por meio de uma única nomeação ao Supremo que a forma de composição da Corte tem tanta importância no período constitucional atual.

O cenário narrado demonstra que a *supremocracia* é levada a um extremo com o exercício jurisdicional monocrático, gerando o que Arguelhes e Ribeiro chamam de “ministrocracia”. Ilustrando isso, o diagrama abaixo expande o

⁶⁶ Cumpre registrar que o Presidente do STF também preside o CNJ, podendo estabelecer uma agenda *ad hoc* também nesse segundo cargo e, por conseguinte, instaurar gestão personalíssima no órgão (CARVALHO e LEITÃO, 2013, p. 19).

⁶⁷ Isso é um dos fatores que leva o STF a estar “diariamente nas páginas dos jornais, [sendo] discutido nas ruas com a paixão de quem discute outros temas mundanos, como a novela, o futebol, a vilania dos políticos”. Em relação aos séculos passados, nos quais entrevistas com Ministros eram escassas, hoje “[r]aros são os juízes que não concedem entrevistas. (...) Também são inúmeros os casos em que ministros antecipam suas posições jurídicas publicamente, antes mesmo dos julgamentos. Tornou-se corriqueiro assistir a ministros dando seus pitacos sobre a política nacional e os caminhos que o governo A ou B deveria seguir ou qual o comportamento adequado para os congressistas”. Os poderes individuais de cada juiz ressaltam essa situação: “um deles, sozinho, pode suspender a eficácia de uma lei aprovada pela maioria do Congresso. Pode impedir a sequência de um julgamento indefinidamente, ao pedir vista do caso. Ou pode, como ocorreu em 2016, determinar liminarmente o afastamento do presidente do Senado” (RECONDO, 2018, p. 279).

⁶⁸ O STF decidiu na ADI nº 3.367 que os seus Ministros não estariam expostos ao controle do CNJ – e sim o contrário: seria o CNJ o órgão sujeito ao Supremo (v. ARGUELHES e RIBEIRO, 2015).

esquema anterior. Perceba-se como o raciocínio deságua justamente na forma de ingresso à Corte:

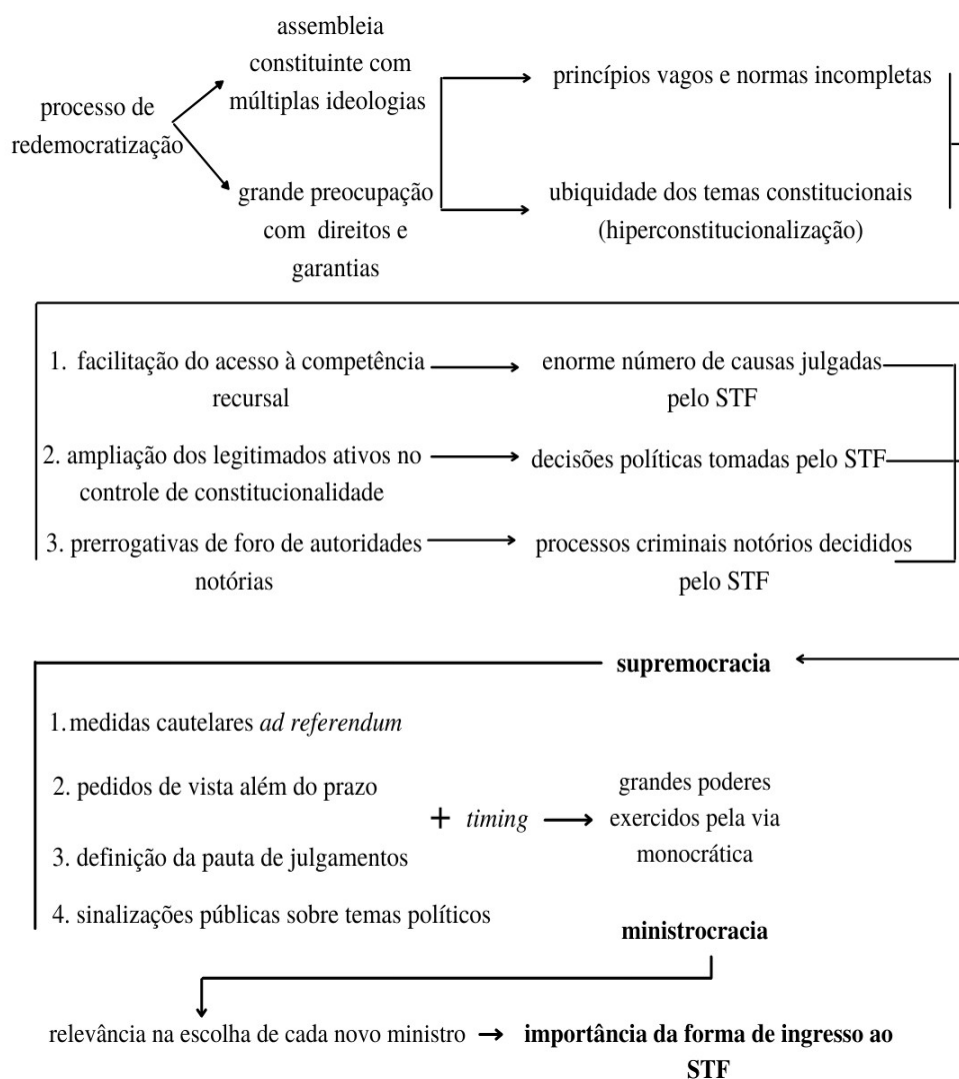


Diagrama 3: *ministrocracia*. Fonte: elaboração do próprio autor.

1.3. onclusão parcial: descompasso

Conforme demonstrado, a norma que regula o método e os requisitos para ser Ministro do STF praticamente não mudou, sobrevivendo à passagem de treze décadas e seis⁶⁹ Constituições. No período constitucional atual, porém, a competência jurisdicional do Supremo agigantou-se de modo inédito, por consequência da constitucionalização de um enorme número de matérias, inquéritos e processos criminais em desfavor de réus proeminentes com foro especializado e ampliação dos legitimados ativos para o controle de constitucionalidade. Há, como

⁶⁹ Sete, se computada a emenda de 1969.

vetor adicional, um exercício inédito do poder individual dos juízes da Suprema Corte, embasado no direito regimental à vista, decisões liminares de relatores, definição de pauta de julgamentos e sinalização pública de posicionamentos futuros.

Estabeleceu-se, portanto, um descompasso: os juízes que hoje desempenham um papel único de poder e importância na vida política chegam ao cargo por meio do mesmo método – e praticamente mesmos requisitos – utilizado em 1891. Essa relação, no entanto, não basta à elaboração de qualquer juízo de valor. Para que se possa determinar se a atual forma de ingresso é ou não desejável, relevante ou problemática para um determinado objetivo ou ideologia, a aplicação da regra também precisa ser estudada. Afinal, assim como a competência jurisdicional e a monocrática cresceram, a aplicação do sistema de seleção dos juízes constitucionais também pode ter evoluído. Isso se daria tanto nos motivos de cada indicação presidencial como nos fundamentos pelos quais a aprovação dos Senadores é concedida. Os requisitos subjetivos para o cargo, por sua vez, podem tanto exacerbar a discricionariedade dessas autoridades como serem reguladores de suas opções.

O próximo capítulo tratará justamente do modo como o art. 101 e parágrafo único da CF/1988 vêm sendo aplicados.

2. Aspectos práticos

Conforme tratei no capítulo anterior, a forma de ingresso ao STF constitui-se em dois elementos: atendimento aos requisitos e método de escolha. Uma parte dos requisitos (idade, nacionalidade e cidadania) é objetiva, sendo apurável documentalmente. Outra, porém, não possui meios de verificação imediata (notável saber jurídico e reputação ilibada), requerendo a avaliação da autoridade competente. Esse exame acaba ocorrendo durante o processo de escolha, sendo executado pelo Presidente da República e Senado Federal. Tais agentes determinam se um indivíduo possui os requisitos subjetivos para o cargo, sem que haja, contudo, qualquer regulamentação para guiar essa valoração⁷⁰. A vagueza do texto normativo permite até mesmo que o Chefe do Executivo indique para o cargo aqueles com quem é mais íntimo ou simplesmente deseja recompensar por um favor pessoal.

Mas, ainda que tenha grande liberdade, a discricionariedade da decisão presidencial também dá ensejo a uma lista amplíssima de potenciais nomes. Cria-se, dessa forma, duas fases de aplicação da norma: a conceituação dos requisitos subjetivos pelas autoridades e a filtragem dos indivíduos que se amoldam nesses conceitos.

Como essas decisões não exigem fundamentação oficial, torna-se inviável um estudo baseado em informações documentadas sobre a realização do processo. Esse vácuo, por si só, tornaria meramente especulativo⁷¹ qualquer empenho acadêmico na análise da aplicação da norma do art. 101 e parágrafo único da CF/1988.

Entretanto, existem certos esforços que dão base a avaliações razoáveis sobre como os procedimentos se desenvolvem. Refiro-me às informações colhidas da atividade jornalística especializada no Supremo Tribunal Federal, compilada na

⁷⁰ O notável saber jurídico, por exemplo, “é um conceito aberto que se amolda ao candidato a depender da boa vontade dos avaliadores, no caso os senadores que sabatinam o escolhido. Impreciso e subjetivo, raramente o comando constitucional foi um sarrafo elevado demais para os indicados ao Supremo”. Até a mudança na redação trazida com a CF/1934, “nunca deixou de ser insuficiente para mensurar conhecimentos jurídicos ou capacidade de interpretar e aplicar a Constituição” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 136).

⁷¹ Especulativo porque as únicas fontes de informação seriam relatos jornalísticos da imprensa comum que, embora tenham valor informacional para o público leigo, a rigor não apresenta conteúdos técnicos adequados a trabalhos de nível acadêmico.

obra “Os Onze: o STF, seus bastidores e suas crises”⁷² de Felipe Recondo e Luiz Weber, e às entrevistas com Ministros do Supremo do projeto História Oral do Supremo (HOS)⁷³, realizado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. É a partir dessas duas fontes que discorrerei sobre a forma de aplicação da norma de ingresso ao STF.

2.1. Indicação presidencial

Em sua entrevista ao HOS, o Min. Ayres Britto talvez tenha sido o que melhor sintetizou como se dá a indicação de um nome ao Supremo: “[o]lha, não adianta tapar o sol com a peneira, o processo é institucional, acadêmico e político, com um peso enorme para a instância política. É esse o processo” (FONTAINHA *et al*, 2017d, p. 83). Esse tripé faz com que “[a] escolha de um ministro do STF nunca [seja] simples (...) Lobbies, ambiente político no Congresso, o veto ou a aquiescência dos demais ministros, a pressão da sociedade, idade, carreira e região

⁷² O texto, ainda que se amolde no gênero jornalístico, traz referências bibliográficas especializadas e contou com a colaboração de um número significativo de juristas e historiadores na sua elaboração. Baseia suas informações em entrevistas realizadas ao longo de 12 anos (2007 a 2019) com aqueles que participaram dos próprios relatos narrados, sejam eles Ministros do STF e seus assessores como ex-Ministros de Estado, parlamentares, juízes de Tribunais Superiores, membros do Ministério Público, servidores públicos e/ou advogados. Além disso, segundo os autores, “inúmeros fatos foram apurados e observados a quente, no dia a dia da lida jornalística. Detalhes e bastidores de muitos deles vieram à tona com o desenrolar dos acontecimentos, a partir de depoimentos das fontes diretas, checadas e confirmadas por fontes primárias, ajudando-nos a melhor perceber seus contornos, causas e consequências”. Some-se a isso a análise de “milhares de e-mails e mensagens de WhatsApp compartilhadas conosco e com outras fontes (inclusive ministros do STF), além de processos, votos, palestras e manifestações de agentes públicos – de fora e do próprio Supremo” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 11 – 14).

⁷³ O projeto HOS é especialmente pertinente à temática. O prefácio de Fernando Fontainha e Joaquim Falcão expõe que um dos objetos do estudo é justamente a aplicação do art. 101 e parágrafo único da CF/1988: “[c]omo se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo” e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alçar alguém à posição de ‘supremável’. Portanto, além de mapear essas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no Direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF. Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo” (FONTAINHA *et al*, 2015a, p. 10 e 11). A utilização que dei ao material concorda, a propósito, com a sugestão de que “a análise detalhada dessas entrevistas e da nova produção acadêmica sobre o STF poderá revelar um quadro novo no que diz respeito ao processo prévio de indicação de ministros para o STF, em que o papel desempenhado pelo Senado Federal na análise do nome poderá ser pintado com novas cores, muito além do discurso corrente de que o Legislativo apenas chancela a vontade do Presidente da República” (JORGE, 2020, p. 30). Uso com esse teor foi feito, por exemplo, no artigo de COSTA *et al* (2017).

(...) são forças que interagem no complexo processo de indicação de um novo membro para a Corte” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 43).

As entrevistas do Ministro e seus colegas, somadas aos relatos trazidos por Recondo e Weber, permitem verificar que, durante o processo de escolha presidencial, quatro elementos se fazem centrais: arqueiros, campanhas, cotas e cooptações. Explicarei, a seguir, cada um deles.

2.1.1. Arqueiros

Como mencionado, a indicação presidencial para o STF pode dispensar qualquer critério e ser tão livre quanto a abertura à interpretação dos requisitos para o cargo. No extremo, é possível que se faça uma decisão superficial, tomada em minutos⁷⁴, conforme o diálogo entre o Min. Nelson Jobim e o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso ilustra:

[N J] — (...) Aí, eu disse para o Fernando: “Escuta, Fernando, eu não sou candidato à reeleição e tal, o que é que tu acha da possibilidade de eu ser indicado para o Supremo?”. Disse: “Não tem chance nenhuma, porque o Maurício Corrêa é que vai ser o indicado pelo... pelo...”

[C J] — *Itamar*.

[N J] — Pelo Itamar. “Vai ser indicado para o Supremo pelo Itamar. Mas, ô, Jobim, eu vou ganhar a eleição, e a primeira vaga que tiver, eu te indico” (FONTAINHA *et al*, 2015i, p. 143).

A decisão, entretanto, não é sempre é tão fácil. Ainda que o Presidente ignore os riscos e benefícios políticos da indicação e opte por aquele que seja de sua predileção pessoal, precisará saber quais seriam os interessados à vaga. Obter essa informação demanda extensa pesquisa e filtragem de nomes e currículos, trabalho que o Chefe da Administração Pública não tem tempo hábil para executar. Portanto, é natural que o processo seja auxiliado por assessores, secretários, Ministros de Estado e/ou outras pessoas de confiança. O indivíduo cuja função é conceituada como “aquele que lança ao STF, como uma flecha, os aspirantes a uma vaga”, é chamado de arqueiro⁷⁵ (RECONDO e WEBER, 2019, p. 159).

⁷⁴ “Escolher quem pode interpretar a Constituição de um ou outro modo é um privilégio e uma responsabilidade sobre os quais alguns presidentes não se detiveram muito”. Para mais detalhes sobre isso, a partir da indicação dos Min. Nelson Jobim, Ayres Britto e Alexandre de Moraes, v. RECONDO e WEBER (2019, p. 133 – 135).

⁷⁵ O Min. Francisco Rezek chama de “condestável” aquele que em dado “momento da história do governo brasileiro, [toma] decisões sobre quem vai e quem não vai para o Supremo”, atribuindo sua primeira indicação por ter o homem de confiança daquele que era o condestável à época, o então

A indicação do Min. Roberto Barroso é um exemplo claro dessa atuação. Em sua entrevista à HOS, o Ministro rememora que os ex-Ministros da Justiça José Eduardo Cardoso e Márcio Thomaz Bastos sondaram seu nome para preenchimento de vaga no STF. Após isso, teve sua indicação apoiada pelo ex-Secretário-Executivo da Casa Civil Beto Vasconcelos e ex-Deputado Federal Sigmaringa Seixas:

Como jabuti não sobe em árvore, evidentemente alguém me ajudou. E, como isso é absolutamente transparente republicano, eu vou dizer quem foram os alguéns que me ajudaram. Acho que duas pessoas me ajudaram, particularmente. Uma, uma pessoa que eu conhecia academicamente, também por participar de palestras e bancas e eventualmente... Era, na época, o secretário-geral da Casa Civil, Beto Vasconcelos, um rapaz jovem, brilhante, superdiscreto, provavelmente vocês não o conhecem, mas ele era e continua a ser uma pessoa que ajuda a máquina a funcionar, um menino diferenciado. E ele tinha me dito uma vez, há muito tempo atrás: “Professor, o dia que tiver espaço para uma nomeação técnica ou predominantemente técnica eu vou tentar ajudá-lo”. E a outra pessoa foi um sujeito que é meu amigo, há muito tempo, que é um ex- -parlamentar aqui de Brasília, que é o Sigmaringa Seixas, que, por alguma razão, era ouvido também, mas eu sou amigo dele há muito tempo. Eu sempre brincava com ele. Eu dizia: “O seu candidato é o que entra” (FONTAINHA *et al*, 2016a, p. 93 e 94).

O nome do ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, a propósito, é o mais citado como responsável pela seleção de Ministros para o STF pelos entrevistados: além do Min. Roberto Barroso, o Min. Cezar Peluso relatou uma oferta direta do cargo feita pelo arqueiro, inclusive dizendo que o mesmo “se empenhou profundamente” pela sua indicação⁷⁶ (FONTAINHA *et al*, 2015d, p. 126 e 127); o Min. Eros Grau cita uma sondagem de seu nome por parte de Márcio Thomaz Bastos até antes do mesmo assumir Ministério da Justiça⁷⁷; e o Min. Ayres

Ministro da Casa Civil José Leitão de Abreu (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 70 e 71). Outro nome dado a quem exerce essa função é “Jóquei” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 58).

⁷⁶ O Min. Cezar Peluso ainda relata que supostamente seu arqueiro apostou o próprio cargo no ministério em prol de sua indicação: “[o] Márcio Thomaz Bastos resolveu bancar e parece, isso a gente não sabe porque não presenciou, muito disse que disse, que a gente não é capaz de dizer que isso seja verdade, mas o que consta é que o presidente da República teria chegado um dia e teria dito: ‘Olha, a e b estão escolhidos, agora de São Paulo que está essa confusão aí, ministro Thomaz Bastos e outro ministro aí, cada um tem seu candidato, vocês resolvam e me digam quem é’. E o Márcio Thomaz Bastos, isso que comentam, e que eu não acho que seja mentira, que seja impossível, que o Márcio teria dito: ‘Ou nomeia o Peluso ou eu peço demissão do ministério’. Consta. Eu sei que eu fui nomeado” (FONTAINHA *et al*, 2015d, p. 126 e 127). Isso demonstra uma atuação de um arqueiro pode ser a causa definitiva na seleção do novo Ministro do STF, conforme admite o próprio entrevistado: “[h]ouve outras pessoas que se empenharam, houve políticos que se empenharam, até o pessoal do PSDB fez campanha, que não tinha nada a ver com o governo. Mas enfim, nunca escondeu que era o candidato deles também. Então tudo isso foi somando, mas parece que decisivo mesmo foi a participação do ministro Márcio Thomaz Bastos” (FONTAINHA *et al*, 2015d, p. 128).

⁷⁷ “(...) um amigo meu chamado Márcio Thomaz Bastos diz que quer falar comigo: (...) o Lula teria três vagas, três indicações, e que o Lula queria levar um professor de São Paulo, e que os nomes que tinham passado pela cabeça do Lula eram impraticáveis, porque seriam o Dalmo, o Celso Antônio

Britto relata que aqueles que apoiavam seu nome para o Supremo procuravam especificamente o ex-Ministro da Justiça em Brasília, sendo ele também figura central na construção de seu capital político (FONTAINHA *et al*, 2017d, p. 81).

Diversos outros nomes são mencionados como arqueiros: o advogado Kazuo Watanabe é citado pelo Min. Sydney Sanches (FONTAINHA *et al*, 2015e, p. 95); o ex-Ministro da Justiça Bernardo Cabral é noticiado pelo Min. Carlos Velloso (FONTAINHA *et al*, 2015g, p. 112); o ex-Governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral é colocado como um padrinho pelo Min. Luiz Fux (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 72); o ex-Ministro da Casa Civil João Leitão de Abreu é lembrado pelo Min. Octávio Gallotti (FONTAINHA *et al*, 2017b, p. 61); o Min. Marco Aurélio reporta o ex-Presidente do TST Marco Aurélio Prates de Macedo (FONTAINHA *et al*, 2017c, p. 55); e o Min. Ayres Britto registra a ajuda do ex-Governador de Sergipe Marcelo Déda para sua alçada ao Supremo (FONTAINHA *et al*, 2017d, p. 82). Além disso, RECONDO e WEBER (2019, p. 122) atribuem, durante o Governo Lula⁷⁸, o papel de auxiliar na “peneira de ministro do STF” ao ex-Secretário-Geral da Presidência Gilberto Carvalho e ao ex-Deputado Federal Sigmaringa Seixas⁷⁹, ambos em trabalho conjunto a Márcio Thomaz Bastos. Essa lista, apesar de meramente exemplificativa, é por si suficiente para demonstrar a pluralidade e ecletismo dos indivíduos que atuam como arqueiros. De Secretários e Ministros de Estado a governadores, juízes e advogados, a participação de ajudantes no processo de seleção ao STF é dinâmica, variando a cada vaga e momento político⁸⁰. Inexistem, assim, padrões que fixem quem pode ou não ajudar a decisão do Presidente da República.

e o Fábio Comparato, e os três já tinham mais de 65 anos, e que, então, o meu nome aparecera” (FONTAINHA *et al*, 2015j, p. 58).

⁷⁸ Ressalve-se, porém, que a participação de Márcio Thomaz Bastos como influenciador das indicações ao Supremo continuou mesmo quando o ex-Ministro da Justiça deixou seu cargo no governo: “Thomaz Bastos, que até então havia participado ativamente de todas as indicações de Lula para o Supremo, tentou interceder junto ao presidente para brevar o nome de Meneses Direito (*sic*). ‘Porque ele é muito ligado ao Gilmar, ao Eros, ao Jobim’, disse. MTB defendia a indicação de um penalista nos moldes de Pertence” (RECONDO e WEBER, p. 169).

⁷⁹ A atuação de Sigmaringa Seixas como arqueiro foi especialmente presente durante o Governo Lula: “[m]uito próximo a Lula, espécie de embaixador do PT junto ao STF, conhecedor dos humores do Supremo e da política, da dinâmica de uma nomeação, exímio operador dos bastidores (...) [Sigmaringa Seixas] participou das oito nomeações de Lula para o STF. (...) Seixas havia cunhado o termo ‘arqueiro do STF’ (...). Ele era o maior arqueiro pós-1988” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 159).

⁸⁰ É possível, apesar de incomum, que até familiares ajam como arqueiro. Um exemplo disso ocorreu na indicação da Min. Rosa Weber pela ex-Presidente da República Dilma Rousseff: “[o] ministro

Essa relação do postulante com um ou mais arqueiros é posta como imprescindível para uma indicação à Corte. O Min. Luiz Fux diz incisivamente que é “através dos políticos” que um nome chega ao Presidente, sendo essa intermediação um “ritual que todo mundo tem que passar” e que “[q]uem disser que não passou não está falando a verdade. Ninguém recebe uma ligação em casa: ‘Olha, você vai ser ministro do Supremo, está escolhido agora’” (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 71). O mero contato, no entanto, é insuficiente, uma vez que o Min. Luiz Fux também relata que embora tenha falado “com muita gente na época do governo Lula” muitos “não fizeram, infelizmente, não conseguiram contribuir para nada” (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 72). Isso demonstra que, para além de ter seu nome em evidência, é necessário angariar algo a mais. É nesse ponto que se encaixa a recomendação do Min. Marco Aurélio ao Min. Ilmar Galvão: “[p]erguntei-lhe, então: ‘E o que é que eu tenho que fazer, Marco Aurélio?’. ‘Você tem que fazer uma cobertura política. O governo tem que valorizar politicamente a sua indicação’” (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 49 e 50).

Pela natureza postulatória que tem, tratarei essa cobertura política por “campanha”. Termo, aliás, utilizado com naturalidade por diversos Ministros entrevistados, conforme se constatará a seguir.

2.1.2. panhas

O universo de interessados em uma vaga (a ser) aberta no STF pode ser tanto qualitativa como quantitativamente significativo: muitos nomes podem ser apresentados e defendidos por arqueiros ao mesmo tempo, cada qual com currículos distintos. Por conta disso, pode ser necessária uma atitude proativa para que um indivíduo se destaque dentre os demais. Essa ação pode se dar tanto de maneira direta, quando o postulante tem acesso imediato ao Presidente – como foi o caso do Min. Nelson Jobim –, ou indireta, por meio de vias alternativas. No segundo caso, o pretendente busca apadrinhamentos com influência sobre o Chefe do Executivo,

da Justiça José Eduardo Cardozo preparou uma lista com dez nomes (...). Com o descarte de nomes, ficou claro que Dilma apenas realizara aquela seleção para referendar uma candidata que lhe havia sido soprada por seu ex-marido, o advogado trabalhista gaúcho Carlos Franklin Paixão Araújo. ‘E a Rosa, cadê a Rosa?’, perguntou (...). Weber constava daquela lista pois preenchia um critério de Dilma, de merecimento: ser ministra de tribunal superior. Tinha o que o ministro Luís Roberto Barroso (...) chamou de ‘arqueiro’ – alguém que está bem perto do alvo (o gabinete presidencial). (...) Weber nunca fizera campanha para o Supremo – o acaso, uma amizade regional (o ex-marido da presidente) a impulsionou. Não era a regra” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 147 e 148).

fazendo a via inversa dos arqueiros: tenta ele rondar o Presidente, ao invés do mandatário enviar seus ajudantes para sondá-lo. Em ambos os casos, age para demonstrar sua adequação à vaga, podendo fazê-lo tanto no âmbito acadêmico, judicial ou político. O Min. Luiz Fux conta que trabalhou intensamente⁸¹ nessas três esferas:

[LF] — (...) Eu também sou guerreiro. Eu, quando quero um negócio, vou atrás. Eu sempre fui adepto do Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, entendeu? Então, por exemplo, eu fui para o STJ, o pessoal dizia: “Ah, Fux, é muito novo. Você não é do órgão especial ainda”. Nem liguei. Fiz a minha parte. Fui. Eu tinha, já na época, livros publicados, era professor, as pessoas me conheciam, eu não precisei de ninguém para me levar ao gabinete. Eu levava lá. Chegava lá (...) Mas eu tive apoio político de toda a bancada do Rio de Janeiro. De todos os partidos: Comunista, Partido Socialista, partido da situação.

[FF] — Como é que o senhor ficou sabendo desse apoio?

[LF] — Não. Isso foi interessante, porque é necessário fazer uma peregrinação, né? O cidadão tem que se mudar para Brasília. Fiquei num hotel. Currículo, os livros. Aí, frequentar os gabinetes, levar aquilo tudo.

[FF] — O senhor levava currículos e...

[LF] — E os livros escritos. Meus livros. Levava todos os meus livros. Mande fazer 33 kits de livros, de currículo.

[FF] — Trinta e três?

[LF] — Trinta e três. Porque eram trinta e três ministros. Bom, currículo, fiz vários. Depois a pessoa tem que ter o apoio político para ser indicado pelo presidente. Tem que procurar as pessoas que falam o seu nome com o presidente. Então a bancada do Rio de Janeiro toda assinou. Até que o professor, o doutor Francisco Dornelles, daqui, falou: “Fux, dificilmente ele não vai te nomear. Todos os partidos assinaram um documento em prol da sua nomeação”. E não existe, não há possibilidade nenhuma, zero, de se chegar a um cargo desse sem apoio político (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 70 e 71).

A partir da divulgação de seu currículo e pedidos de apoio, o candidato a Ministro do STF faz transitar seu nome nos bastidores, visando a acumulação de algum capital político. Tal capital pode ser formado dentro de um só Estado – como o Rio de Janeiro, no caso do Min. Luiz Fux – ou em diversos, conforme relatou o Min. Ilmar Galvão:

“Ítalo, você conhece o governador de Mato Grosso?”. “Conheço.” “Preciso do apoio político dele, porque surgiu uma possibilidade de eu vir a ser indicado para integrar o STF. Você poderia fazer-me esse favor?” Ele disse: “Pois não. Pode deixar, Ilmar”. Ele foi, falou e o governador me apoiou junto ao Collor. Eu pedi ao governador do Acre, que veio aqui, também, e falou com o Collor. O Gilberto Mestrinho era governador do Amazonas, aí é aquela história, “é um candidato da

⁸¹ Segundo o Ministro, sua atuação consistia em “levar meu currículo para várias pessoas”, ao ponto de “[o]nde [o ex-Presidente Lula] chegava, as pessoas falavam: ‘Olha, tem um currículo aqui do Fux’”. A presença tão constante do nome do então candidato, se tornou, ironicamente, um revés: “[m]as ele já tinha, segundo consta, assim... Um perfil, que preferia que não se falasse com muita gente. E eu não sabia disso”, ao ponto do ex-Presidente dizer que “[a]h, eu já ouvi falar. Já ouvi falar até demais” (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 72).

Amazônia e tal”, e o Mestrinho também veio e falou com o Collor. (...) Havia uns amigos do Rio Grande do Norte que, também, obtiveram o apoio do governador. A bancada federal do Paraná, segundo se soube, por duas vezes, pleiteou a nomeação de um paranaense para o STF. O Collor afirmou-lhes que para a vaga que existia, então, ele já tinha candidato, podendo atendê-los numa próxima. Com essas notícias, eu me animava e ia acreditando que minha indicação poderia acontecer (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 50 e 51).

A campanha, no entanto, é ato concorrencial. Nos bastidores, uma pluralidade de candidatos trabalha reunindo apoiadores que podem desbancar os esforços dos concorrentes. O Min. Roberto Barroso, nesse sentido, relata que vários nomes eram cogitados juntamente ao seu, como o de Dias Toffoli, então Advogado-Geral da União e com relação direta com o Presidente da República à época; César Asfor Rocha, apoiado pelo ex-Presidente José Sarney; Teori Zavascki, apoiado pelo então Ministro da Defesa Nelson Jobim; e Roberto Caldas, apoiado pelo ex-Ministro da Justiça Tarso Genro⁸² (FONTAINHA *et al*, 2016a, p. 91). À exceção do Min. Dias Toffoli, ressalte-se que todos os outros candidatos tinham algum arqueiro os apontando à vaga.

A mesma dificuldade foi vivenciada pelo Min. Luiz Fux, conforme explica:

[FF] — Mas a interação com essas pessoas era concorrencial? Era de solidariedade? Todo mundo sabia que todo mundo era?

[LF] — Não, eu te confesso, por exemplo, com o Toffoli, eu sabia que ele era o *enfant gâté* do Lula. Eu falei: “Eu não vou entrar nessa bola dividida. Nessa, eu não vou. Eu não vou concorrer com o Toffoli”. E aí... E eu fui solidário com o Toffoli. Além disso, o Toffoli estava concorrendo na vaga do Carlos Alberto Direito, que falecera, era meu amigo, do Rio de Janeiro. Eu falei: “Não vou aqui”. Lá, propositadamente, não fui. Não fiz um trabalho. Pelo contrário. Procurei... Eu me dava bem com o Toffoli, procurei de alguma maneira usar as pessoas que eu conhecia para ajudar o Toffoli, que não precisava. Ele era o *enfant gâté* do Lula. Mas, na última hora, surgiu um imprevisto, uma coisa desagradável, ele ficou um pouco chateado, naturalmente. Porque essa corrida é bruta. O jogo é bruto. A pessoa faz a sua parte ética, mas o jogo é bruto. A oposição joga pesado. Então... Nessa, eu não concorri. Mas eu concorri em todas. Todas eu concorri. Desde a nomeação do Lewandowski que eu estou brigando. Desde a nomeação do Lewandowski. Então, eu perdi para o Lewandowski, eu perdi para a Cármen Lúcia, eu perdi para o Toffoli, eu perdi para o Carlos Alberto Direito, eu perdi para eles, mas por falta de apoio político (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 101).

⁸² O Ministro também cita, em referência a outro momento, “o prof. Heleno Torres, da Universidade de São Paulo; o prof. Luiz Edson Fachin, da Universidade Federal do Paraná, meu amigo, um sujeito primeira linha; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves, que é um sujeito adorável, bom juiz e uma pessoa adorável; acho que esses eram os três nomes que mais se falavam e acho que se falava no Eugenio Aragão, que depois foi ser vice-procurador-geral da República” (FONTAINHA *et al*, 2016a, p. 94). A mudança na lista de candidatos é sinal de que não só as candidaturas são plurais como dinâmicas, a cada tempo podendo ser cogitada uma diferente lista de nomes.

Esse “jogo bruto” exige dos candidatos não só a construção de capital político como também a assunção de uma postura precatória. Por isso, há alguns ex-Ministros que entendem o ato de campanha como “extremamente desagradável”, conforme ilustra o diálogo com o Min. Sepúlveda Pertence:

[S P] — Eu não... Embora houvesse muitos precedentes de procuradores-gerais nomeados ministros do Supremo Tribunal, eu nunca me pus essa possibilidade como uma aspiração pessoal ou política. Isso envolveria algo extremamente desagradável, que era a procura de apoio possível e pressões e manifestos dirigidos ao presidente da República (...)

[F F] — O que foi que o senhor verificou, ministro?

[S P] — Eu verifiquei algumas campanhas para o Supremo Tribunal.

[F F] — Ministro, se o senhor não ficar à vontade de citar nomes, não precisa, mas descreva como eram essas campanhas.

[S P] — Ora, campanhas de um desembargador que, a cada comarca que visitava, pedia que houvesse um manifesto do prefeito, vereador e... afora os políticos de primeira linha de seu estado. Nos Tribunais Federais, também, uma série de abaixo-assinados em favor de candidatos ao Supremo.

[F F] — Tudo endereçado ao presidente?

[S P] — É. (...)

[F F] — (...) O senhor está me dizendo que alguns amigos, colegas, eles vinham até o senhor se oferecer para fazer a sua campanha...?

[S P] — Para fazer o lobby junto ao presidente da República e agregar apoios etc. Havia também os adversários, dentro do próprio governo (...) em campanha aberta.

[AM] — E essa mobilização envolve pessoas dos três poderes?

[S P] — Sim.

[A M] — Integrantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário que se articulam...

[S P] — Sim. Sobre tudo dos poderes políticos (FONTAINHA *et al*, 2015c, p. 84 e 85).

Outros, mais ainda, tratam como “vergonhoso” tal empenho, como documentado nas palavras do Min. Célio Borja: “[o]ra, convite para o Supremo, não se pede. Esse negócio que fazem agora, campanha para ver juiz do Supremo é uma vergonha, cá para nós, é uma verdadeira vergonha” (FONTAINHA *et al*, 2015f, p. 71). O Min. Eros Grau vê o ato de campanha até mesmo como risco à independência do aspirante: “[e]u acho que quem faz campanha para ir para o Supremo perde a credibilidade de si próprio, porque ele, a partir desse momento, ele já não é independente. (...) Se fosse eu o presidente da República, eu diria: ‘Fez campanha, está riscado’” (FONTAINHA *et al*, 2015j, p. 60). O Min. Francisco Rezek, por fim, apelida o processo de “Síndrome da Academia Brasileira de Letras”, reclamando que “nos últimos anos (...) esse fenômeno – novo e decididamente indesejável – campeou solto”. Ainda assim, o Ministro reconhece ser natural uma certa postulação, ainda que sutil, ao cargo:

Oscar Corrêa (...) costumava brincar com o provérbio segundo o qual o cargo de ministro do Supremo não se postula e não se recusa. Ele temperava: “Que não se recusa é certo. Mas que não se postula, é uma óbvia falsidade”. Ele dizia isso por brincadeira, sem dúvida. Ele próprio não postulou, mas ele e outras pessoas, em várias épocas da história, deixavam entrever que, se convidadas, ficariam honradas. E assim aconteciam as escolhas (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 70 e 71).

Criticadas ou não, as candidaturas são uma realidade no processo de seleção ao STF. É partir delas, afinal, que se cria o *networking* que dá condições para que o nome do interessado seja conhecido pelo Presidente.

Contudo, tais esforços ainda podem ser infrutíferos ou irrelevantes. É que características pessoais, intrínsecas à pessoa do indicado, também são levadas em conta na decantação dos potenciais indicados ao Supremo.

2.1.3.otas

Não há previsão normativa para cotas por qualquer critério na composição do STF, mas isso não impede que as indicações presidenciais busquem manter ou introduzir algum percentual de membros com certas características. Há quatro aspectos principais que são levados em conta: trajetória profissional, origem territorial, raça e gênero.

2.1.3.1. Por trajetória profissional

As carreiras jurídicas são numerosas, dividindo-se no âmbito acadêmico, iniciativa privada, serviço público e política. Compor um Tribunal com membros provenientes de diferentes áreas profissionais justifica-se na intenção de se formar um órgão julgador com visão eclética sobre o direito; além de evitar a exclusão (ou ganhar a simpatia) de uma determinada classe profissional.

Segundo relata o Min. Dias Toffoli, essa visão esteve presente nas indicações do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva para o STF:

O importante, por exemplo, que eu vejo, é que, pelo menos ao longo dos dois mandatos do presidente Lula, ele procurou trazer para cá pessoas de perfis variados. Então, por exemplo, as três primeiras indicações dele [Cesar Peluso, Ayres Britto e Joaquim Barbosa] foram um do Ministério Público, um da advocacia e um da magistratura. As três primeiras indicações do seu primeiro governo. Naquela época eu estava lá, acompanhei de perto as três indicações e era bem claro isso. A ideia, então, de colocar o tripé da área jurídica – magistratura, Ministério Público e advocacia – dentro do Supremo, na medida em que se abriam três vagas. Foram três pessoas com perfis totalmente diferentes. Também regionalmente diferentes. Então, tudo isso é levado em consideração na indicação de um ministro do Supremo. O seu perfil, a sua aceitação pelos outros poderes, a sua vida pregressa,

o seu notável conhecimento jurídico e o seu perfil para aquele momento. De qual estado da federação ele vem, de qual região do país ele vem (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 112).

Dentro de cada área, competem também diferentes instituições. A magistratura, por exemplo, engloba tanto os Tribunais Estaduais, Regionais e Superiores – os últimos se dividindo por searas do direito (TST, STM, STJ e TSE). Por isso, privilegiar diferentes instituições dentro da mesma classe profissional pode ser um dos objetivos da indicação presidencial. Isso ocorreu, segundo o Min. Marco Aurélio Mello, nas escolhas do ex-Presidente Fernando Collor de Mello:

[MM] — Como foi o processo de indicação?

[MAM] — O processo de indicação, como é o processo em geral da caminhada para o Supremo, envolveu a escolha direta do presidente da República. Contam que, à época, surgiu um problema. Quando o presidente Fernando Collor chegou ao poder, fê-lo com bandeira contrária ao nepotismo. E, no caso, era meu primo. Como nomear? Surgiu a primeira vaga e, logo depois, a segunda vaga, no que o ministro Francisco Rezek pediu exoneração dessa cadeira vitalícia para ser ministro das Relações Exteriores do presidente Collor. Então o que se fez? Dirigiu-se ofício ao Superior Tribunal de Justiça, indagando quais seriam os ministros do Tribunal candidatos à vaga no Supremo, e outro ao Tribunal Superior do Trabalho. O Superior Tribunal de Justiça respondeu que todos eram candidatos à vaga e que a escolha caberia ao presidente da República, atendidos os requisitos legais. O Tribunal Superior do Trabalho, para minha honra, para minha satisfação, disse que me continuava tendo como candidato (FONTAINHA *et al*, 2017c, p. 53 e 54).

Intenção confirmada por outro indicado de Collor ao STF, o Min. Carlos Velloso:

[CV] — A informação que eu tinha, que me foi transmitida pelo doutor Bernardo Cabral, é que o presidente Collor queria homenagear dois tribunais superiores, o TST e o STJ. É que havia duas vagas: aposentara-se o Rezek. Não, o Rezek pediu exoneração do cargo. E aposentara-se o Carlos Madeira. O presidente Collor, então, resolveu homenagear dois tribunais superiores: o TST e o STJ (FONTAINHA *et al*, 2015g, p. 112).

A preferência a Ministros do STJ ao STF é reconhecida pelo Min. Teori Zavascki quando o mesmo chama o Tribunal da Cidadania de “um bom celeiro para ministro do Supremo”⁸³ (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 70). Essa tendência, vale

⁸³ Razão pela qual ele, que era Ministro do STJ à época de sua indicação, acreditava que seu nome aparecia dentre os indicáveis ao STF: “[a]s pessoas diziam. Eu nunca fui de fazer campanha, não é que eu não quisesse, mas nunca fui assim de me colocar como candidato, mas meu nome já aparecia, talvez pela minha biografia, pela minha trajetória no STJ” (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 70). Somou-se à condição de Ministro do STJ, ainda, o “caráter discreto” de Teori Zavascki, “que não saída distribuindo currículos nem procurando políticos”, sendo sua origem gaúcha compatível com a “lógica regional de nomeações” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 58).

anotar, só pôde ser observada a partir de 1988 pois foi a Constituição Cidadã que determinou a criação do STJ.

Por seu turno, a indicação de um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho serviu para solucionar o problema de “[d]epois de quarenta e tantos anos da existência da Justiça do Trabalho, não se [ter], ainda, integrante do Supremo originário da Justiça do Trabalho” (FONTAINHA *et al*, 2017c, p. 54). Perceba-se que essa decisão deu reconhecimento não só à instituição do TST como à seara do direito trabalhista – que recebera contornos constitucionais inéditos justamente na CF/1988.

Mas o Supremo, ainda que precipuamente voltado à guarda constitucional, não é uma Corte especializada em razão da matéria. Conforme aponte *supra* (ponto 1.2), a hiperconstitucionalização instaurada após 1988 deu hierarquia constitucional a muitas áreas do direito, enviadas ao STF majoritariamente pela via dos numerosos RE e ARE. Talvez seja com base nisso que o Min. Luiz Fux argumente que o ramo do direito público seria a área de especialização preferencial para um postulante ao STF – o maior número de causas que chegam à Corte envolve essa seara:

[LF] — (...) Fiquei o tempo inteiro no Direito Público (...) Atuei na área de Direito Administrativo, Tributário, Constitucional. E aí foi me dando o desejo de concorrer.

[FF] — Concorrer?

[LF] — Para o Supremo. Porque estar no Direito Público, que é a área básica do Supremo... Porque hoje eu vejo que não é só isso. Mas eu pude ter mais contato com a Constituição do que na época que eu era mais da área de Direito Privado. Porque o Código Civil é a Constituição dos particulares, né? Tem essa... Aí, eu fui para o Direito Público. E alguns acenos surgiram, que alimentaram esse meu sonho de ir para o Supremo (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 69).

Para o Ministro, “o cidadão tem que ter uma cultura... Algum segmento do Direito é preciso escolher. Professor de Direito Civil, professor de Direito Constitucional”. Os dados do gráfico abaixo validam a aposta do Min. Luiz Fux em seu enfoque no Direito Público:

Processos recebidos por Ramo do Direito

| Ramo Direito Novo | Qtd. Recebidos | % Qtd. Recebidos |
|---|----------------|------------------|
| Totais | 950.538 | 98,3% |
| DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO | 305.202 | 31,6% |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO | 105.630 | 10,9% |
| DIREITO PROCESSUAL PENAL | 103.892 | 10,7% |
| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | 102.793 | 10,6% |
| DIREITO TRIBUTÁRIO | 94.748 | 9,8% |
| DIREITO CIVIL | 82.849 | 8,6% |
| DIREITO DO CONSUMIDOR | 55.021 | 5,7% |
| DIREITO PENAL | 52.797 | 5,5% |
| DIREITO DO TRABALHO | 33.721 | 3,5% |
| QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO | 5.601 | 0,6% |
| DIREITO ELEITORAL | 1.908 | 0,2% |
| DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 1.289 | 0,1% |
| DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL | 1.222 | 0,1% |

Tabela 11: quantidade de processos recebidos no STF por seara (01/01/2010 – 13/09/2021). Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (disponível em: <https://transparencia.stf.jus.br>).

No que diz respeito ao Ministério Público, relata o Min. Sepúlveda Pertence, ex-Procurador-Geral da República, que “é frequente na história da Procuradoria a conversão dos procuradores-gerais em Ministros do Supremo” (FONTAINHA *et al*, 2015c, p. 68). De fato, alçar o Procurador-Geral da República ao STF foi opção bastante comum no período de 1964 a 1988⁸⁴. Porém, desde a promulgação da Constituição vigente, apenas um Procurador-Geral da República foi nomeado à Suprema Corte (o próprio Min. Sepúlveda Pertence).

O gráfico seguinte põe em perspectiva⁸⁵ os misteres⁸⁶ dos indicados ao Supremo no período de 1988 a 2021 ao tempo do respectivo apontamento presidencial:

⁸⁴ No período destacado, sete dos indicados ao STF antes chefiavam o Ministério Público Federal (v. JORGE, 2020, p. 56).

⁸⁵ Refira-se ao apêndice 1 para a especificação da profissão exercida por cada indicado.

⁸⁶ Foi ignorada qualquer atividade docente, pois o currículo acadêmico foi analisado em separado.

Cargos ocupados pelos indicados ao STF no momento da indicação (1988 - 2021)

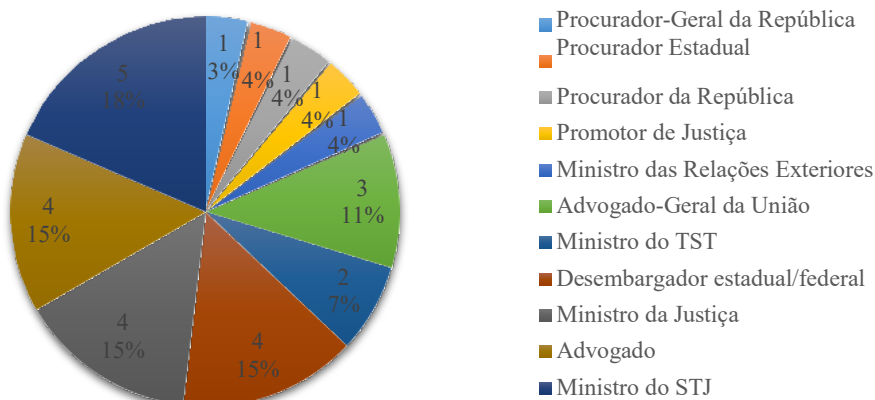


Gráfico 5: últimos cargos exercidos por cada indicado ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados declarados no Currículo Lattes de cada Ministro.

Observe-se que não é o Chefe do Ministério Público Federal aquele mais comumente enviado à Suprema Corte: dentre os 27 Ministros indicados ao STF desde 1988, o cargo mais presente foi o de Ministro do STJ, com cinco representantes.

As indicações advindas do STJ somadas às duas provenientes TST revelam uma certa predileção por membros dos Tribunais Superiores⁸⁷, corroborando os relatos destacados dos Min. Teori Zavascki, Marco Aurélio e Carlos Velloso. Da mesma maneira, a indicação de três Advogados-Gerais da União e quatro Ministros da Justiça torna possível se inferir que há certa tendência do Presidente da República no apontamento juristas com os quais já trabalhou e que teve oportunidade de selecionar previamente⁸⁸. Por fim, a baixa representatividade dos cargos com apenas um indicado sugere inexistir relação do posto ocupado com suas indicações para o Supremo.

⁸⁷ A razão para isso talvez não resida somente no reconhecimento dessas instituições, conforme foi atribuído aos ex-Presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff. Pode haver também motivação estratégica. É que, ao indicar um membro de um Tribunal Superior, o Presidente da República abre uma nova vaga a ser preenchida por ele mesmo, visto que é atribuição do Chefe do Executivo o apontamento dos Ministros do TST, STJ, STM e, em dois, TSE. Há, no entanto, procedimentos e requisitos distintos para a indicação de cada um desses órgãos (v., sobre isso, TAVARES FILHO, 2016), o que afasta a pertinência do tema no presente estudo.

⁸⁸ Tanto o Ministro da Justiça como o Advogado-Geral da União são cargos de livre escolha e exoneração do Chefe do Executivo (CF/1988, art. 84, I e 131 § 1º, respectivamente). Isso dá ensejo ao exame prévio de um potencial indicado antes de ser alçado ao cargo vitalício de Ministro do STF.

A indicação de advogados pode caracterizar a tentativa de selecionar um nome sem vinculação a algum partido ou instituição – representando, assim, uma opção técnica⁸⁹. É o que crê o Min. Roberto Barroso:

[LB] — (...) A presidenta, inclusive na reunião que tive com ela, ou eu ou ela mencionou: “Mas eu não tenho nenhum tipo de apoio político”. E ela disse: “Mas é isso que eu estou querendo”. Então eu acho que, por muitas circunstâncias brasileiras daquele momento, um nome talvez mais técnico e com menor vinculação política, os outros eram nomes técnicos também, mas talvez com mais apoios políticos. Eu, verdadeiramente, acho que não tinha nenhum. E acho que, de certa forma, me ajudou, naquela conjuntura, não ter apoio político.

[FF] — Porque (*sic*) o senhor acha isso?

[LB] — Eu acho que circunstâncias ligadas à nomeação anterior, a entrevistas. Aí, eu já preferia não especular. Eu acho que houve uma constelação de fatores que favoreceram alguém que não tivesse nenhuma vinculação com PT, nem com PSDB; acho que eu era considerado um advogado progressista, de causas progressistas, e um professor, enfim, que tinha procurado contribuir para a formatação que o direito constitucional no Brasil tem hoje, então acho que a minha imagem era de um professor e de advogado, e não de alguém que tivesse uma conexão política relevante. De resto, continuo a não ter (FONTAINHA *et al*, 2016a p. 95).

Frise-se que o Ministro, além de apresentar-se como advogado, cita sua imagem como Professor. Um título acadêmico, contudo, é dito como dispensável – ou até indesejável – pelo Min. Dias Toffoli. O mesmo fora questionado, à época de sua indicação, sobre a ausência de diplomas de pós-graduação no seu currículo:

No meu caso, por exemplo, tinha a crítica de que eu não tinha mestrado ou doutorado. E eu fiz um levantamento, que eu levei na minha sabatina. Naquela época, os nove integrantes da Suprema Corte Americana não tinham mestrado nem doutorado. Os que têm agora foram recentemente indicados pelo Obama, mas, na época da minha indicação, nenhum dos nove tinha sequer o correspondente ao mestrado brasileiro nos Estados Unidos. Mesmo na Corte Constitucional Inglesa, do Reino Unido, melhor dizendo, porque não é só a Inglaterra, é o Reino Unido, é a Corte Constitucional de todo o Reino Unido... Eu estive visitando em 2013 o presidente daquela Corte, ele viu o meu perfil e disse: “O seu perfil é mais próximo dos juízes daqui do que muitos dos seus colegas, porque aqui nós não aceitamos um perfil muito acadêmico. É melhor alguém que conviveu no Parlamento, que já tenha tido uma convivência”. E lá é um país parlamentarista, então, o Parlamento envolve as funções também, muitas vezes, nos gabinetes do Executivo. “Então nós temos aqui essa tradição de ter pessoas mais da vida prática, da advocacia e do Parlamento (...)” (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 111 e 112).

⁸⁹ Muito embora um juiz de carreira também pudesse se enquadrar nesse critério, como reconta o Min. Teori Zavascki: “[a] presidente tem uma visão do STF que eu achei importantíssima, tem uma visão de altíssimo nível. E para mim foi muito lisonjeiro o que ela disse, que estava me indicando porque ela gostaria de uma pessoa com o meu perfil, que fosse um perfil de uma pessoa tranquila, que tivesse uma experiência de juiz, que fosse técnico, que ela achava que era esse tipo de pessoa que precisava no Supremo, foi isso que nós conversamos” (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 71).

O perfil acadêmico dos magistrados do STF, contudo, não se assemelha àqueles das Cortes estrangeiras citadas pelo Ministro. A apuração abaixo demonstra que a maioria dos integrantes da Suprema Corte brasileira, ao menos após 1988, são pós-graduados:

| TITULAÇÃO ACADÊMICA DOS INDICADOS AO STF (1988 – 2021) | | | |
|--|-------------|---------------------|----------|
| MINISTRO | TÍTULO | MINISTRO | TÍTULO |
| Paulo Brossard | Bacharel | Eros Grau | Doutor |
| Sepúlveda Pertence | Bacharel | Ricardo Lewandowski | Doutor |
| Celso de Mello | Bacharel | Cármen Lúcia | Mestre |
| Carlos Velloso | Doutor (HC) | Menezes Direito | Doutor |
| Marco Aurélio | Mestre | Dias Toffoli | Bacharel |
| Ilmar Galvão | Bacharel | Luiz Fux | Doutor |
| Francisco Rezek | Doutor | Rosa Weber | Bacharel |
| Maurício Corrêa | Bacharel | Teori Zavascki | Doutor |
| Nelson Jobim | Bacharel | Roberto Barroso | Doutor |
| Ellen Gracie | Bacharel | Edson Fachin | Doutor |
| Gilmar Mendes | Doutor | Alexandre de Moraes | Doutor |
| Cezar Peluso | Doutor | Nunes Marques | Doutor |
| Ayres Britto | Doutor | André Mendonça | Doutor |
| Joaquim Barbosa | Doutor | | |

Tabela 12: títulos acadêmicos *stricto sensu* dos indicados ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal do STF (disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal>).

Conforme se vê, nove Ministros têm grau de bacharel, dois de mestrado e dezesseis de doutorado. Acrescente-se que quase todos⁹⁰ exerceram, em algum momento, o magistério⁹¹. Portanto, embora não seja determinante – conforme a própria nomeação de Toffoli exemplifica – é significativa a existência de trajetória acadêmica⁹² dentre os selecionados ao STF. Ainda, esses dados fundamentam a ideia de que “[s]er ‘doutor’, o apego a títulos, se transmudou numa vacina contra

⁹⁰ No caso do Min. Maurício Corrêa, não localizei qualquer registro de atividade docente. Todos os outros, no entanto, lecionaram em algum curso ou universidade, com ou sem título acadêmico ou enquadramento celetista formal ou estatutário.

⁹¹ Justamente por terem quase todos os Ministros exercido atividade docente que reputei mais informativa a diferenciação apenas entre os títulos de Bacharel, Mestre e Doutor. Para uma análise que leve em conta o título de Professor ou Livre-Docente, conferir BARBOSA, GOMES e MARONA (2013, p. 24).

⁹² Muito embora as manifestações acadêmicas nem sempre sejam levadas em conta, como foi o caso do Min. Alexandre de Moraes, “opção natural com a morte de Zavascki” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 133).

alegações de falta de conhecimento para o cargo e passou a ser valorizado nas sabatinas da CCJ do Senado” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 137).

A diversidade de cargos profissionais ocupados pelos indicados ao STF corrobora a noção de que “[o] caminho até o STF passa por atalhos, contornos, nunca é retilíneo ou previsível”. Até mesmo o posto de Ministro da Justiça, semelhante ao de Ministro do STF na forte atuação jurídica e presença de indicação presidencial, não é “garantia [de] acesso ao tribunal. De 28 ocupantes do cargo desde a promulgação da Constituição (...) apenas quatro (Paulo Brossard, Célio Borja, Nelson Jobim e Maurício Corrêa) haviam chegado ao STF” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 132).

Mas, antes mesmo de sua trajetória profissional, o aspirante ao STF já traz consigo outros elementos ainda mais pessoais e influentes para alcançar a Suprema Corte. Um deles é o seu Estado de origem.

2.1.3.2. Por território de origem

Dado o número de vagas, é inviável que todos os Estados da federação e o Distrito Federal se façam representados na composição do STF. A presença das cinco regiões, por outro lado, é possível. Essa cota por território de origem não atende, a princípio, nenhuma finalidade política⁹³, pois um Ministro originário do Rio de Janeiro não necessariamente trará algum benefício ao seu Estado ou será apoiado pela população e/ou governantes fluminenses. A justificativa talvez seja, então, mais pragmática: a proximidade do indicado com a realidade forense da sua Unidade Federativa.

Conforme relata o Min. Sydney Sanches, a maior parte dos processos no STF advir do Estado de São Paulo⁹⁴ é um argumento em favor da composição da

⁹³ Mas a mobilidade territorial dos membros do STF é relacionada a outras questões (p. ex., sociológicas), por ROS e SANTOS (2008, p. 140 e ss.).

⁹⁴ Segundo os dados, o número de fato é expressivo: entre 2010 e 2012, 21% dos processos no acervo do STF foram provenientes de SP, garantindo-lhe o primeiro lugar. Considerando-se o critério regional, o mesmo período indica que aproximadamente 42% dos processos são oriundos da região sudeste e 29% da região sul, somando 71% para as duas regiões (FALCÃO *et al*, 2014, p. 11 e 13). Ao se contrastar esses dados com o gráfico 6, repare-se como o número de processos por Estado e por região são quase diretamente proporcionais ao número de Ministros oriundos do mesmo padrão territorial.

Corte conter sempre algum paulista (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 90). O desrespeito a essa cota, inclusive, é motivo de atritos:

O presidente Geisel é quem me indicou para o Supremo Tribunal Federal. Houve, aliás, grande desgosto, porque entendia o pessoal de São Paulo que como se tratava do falecimento de um ministro originário de São Paulo, que devia ser alguém de São Paulo. Mas o Geisel não aceitou a ideia. Mandou fechar o assunto e me indicou para o Supremo, ser ministro do Supremo Tribunal Federal (FONTAINHA *et al*, 2015a, p. 59).

Confirmando a hipótese de que SP é proporcionalmente presente, o gráfico abaixo organiza as indicações ao STF, a partir de 1988⁹⁵, por Estado/DF:

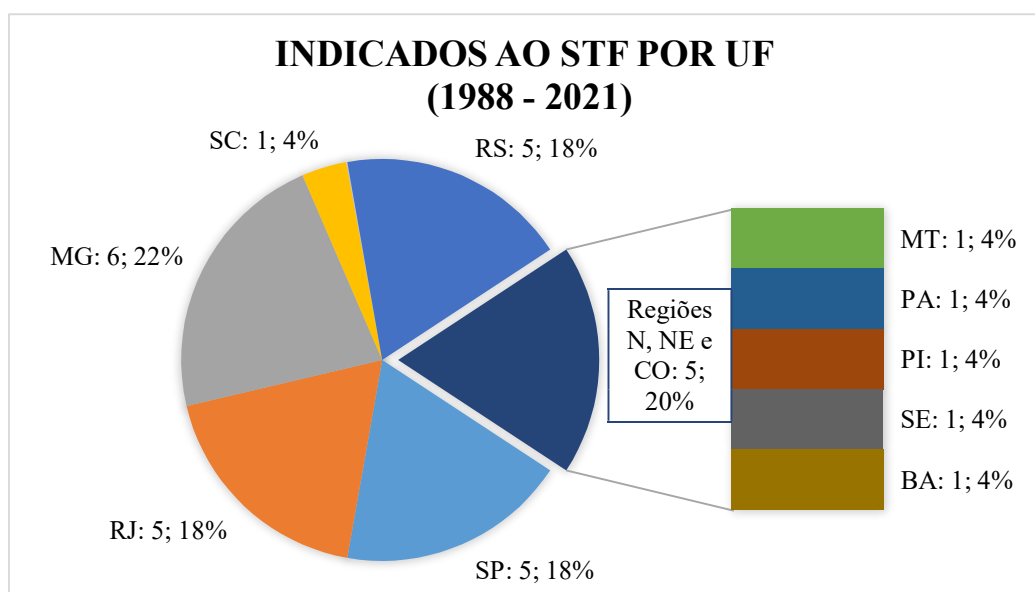


Gráfico 6: indicados ao STF por UF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados obtidos no Portal do STF (disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal>).

Note-se que a região Sudeste, representada por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, compete, sozinha, com dezessete (cerca de 58%) das vinte e sete indicações à Suprema Corte. Por outro lado, a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é expressivamente menor, contando com apenas cinco (aproximadamente 20%) dos Ministros⁹⁶. A preocupação com a presença dessas regiões foi um dos motivos do Min. Ilmar Galvão ter sido cooptado pelo Min. Marco Aurélio:

Ficaram o Norte e o Nordeste sem ninguém na corte. O ministro Marco Aurélio foi quem me passou essa informação. Ele disse: “O Collor está muito preocupado com

⁹⁵ Confira-se o apêndice 1 para os dados a partir de 1891.

⁹⁶ Esse padrão com “claro viés para a região sudeste” já se apresentava no período de 1988 a 2013, conforme demonstrado por BARBOSA, GOMES e MARONA (2013, p. 25). No apêndice 2, os dados das UF de origem de todos os Ministros do STF desde 1891 comprovam que a prevalência do Sudeste, na realidade, sempre existiu.

isso, muito preocupado”. Certo dia, em plena festa de carnaval, Marco Aurélio me chama à parte e pergunta: “Ilmar, o que você acha dessa vaga no Supremo?” (...) Fui visitá-lo depois de quinze dias. Ele já morava no prédio dos ministros do STF. Fui dizendo: “Marco Aurélio, é sobre aquela conversa. Não nego que me interessou”. Ele, então, confirmou: “É para valer. O que você acha?”. Eu indaguei, então: “Marco Aurélio, aquele palpite tem alguma possibilidade de concretizar-se?”. “Estou lhe dizendo, o Collor está preocupado. E já lhe disseram que você atende às exigências dele – é ministro do STJ, é baiano e ligado ao Acre, vinculado ao Acre”, disse o Marco Aurélio (FONTAINHA *et al*, 2016e, p. 48 e 49).

Dito isso, cumpre ressaltar outra espécie de característica do postulante, ainda mais pessoal, que também pode ser utilizada como fundamento da decisão: sua raça.

2.1.3.3. Por raça

O critério da raça na composição de diversos cargos públicos é consideravelmente utilizado no Brasil (v., p. ex., a Lei n. 12.990/14), muito embora as normas de composição dos Tribunais Superiores – incluso o STF – não prevejam isso.

A composição do STF teve três Ministros negros em sua história⁹⁷, sendo o Min. Joaquim Barbosa o único indicado no período constitucional atual. A indicação dele é retratada pelo ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos como especificamente fundada no critério racial, isto é, tendo “nada a ver com o direito, mas com o marketing da diversidade” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 161). Leia-se:

“O presidente Lula me chamou e disse: ‘Eu quero um negro para essa primeira nomeação’. Eu falei: ‘Eu acho ótimo, vamos procurar’, relatou Thomaz Bastos. A ideia fora soprada a Lula pelo publicitário Duda Mendonça ainda na campanha presidencial de 2002, e Lula, que desconhecia o potencial do STF, seus mecanismos e funções, que o via apenas como um clube de elite de velhos juristas (não sem razão), comprou a ideia” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 183).

⁹⁷ Os dois primeiros são Pedro Augusto Carneiro Lessa e Hermenegildo Rodrigues de Barros, indicados em 1907 e 1919, respectivamente. A estadia do Min. Pedro Lessa no STF, aliás, foi especialmente destacada, com participação relevante na construção da notória doutrina brasileira do *habeas corpus* (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 203 – 205). A indicação do Min. Joaquim Barbosa, em 2003, ocorreu 84 anos após, portanto, da indicação do Min. Rodrigues de Barros. Esse longo hiato levou a um equívoco de parcela da imprensa, que mencionou o Min. Joaquim Barbosa como o primeiro negro a integrar o STF. O erro foi corrigido pela historiadora Lêda Boechat Rodrigues em matéria ao jornal *Folha de São Paulo* e documentado por MENONCELLO (2017, p. 9 – 11) em dissertação de mestrado na qual discorre sobre a vida do Min. Pedro Lessa e a questão racial relativa a Ministros do STF.

Depois da nomeação, o “PT veiculou em sua propaganda institucional que Lula foi o primeiro presidente a indicar um negro para o Supremo”⁹⁸ (RECONDO e WEBER, 2019, p. 186). O Min. Joaquim Barbosa reconheceria⁹⁹ que sua indicação representaria um “momento único”, opinando que “o que eu acho muito interessante dessas nomeações do Lula é que ele teve a determinação de botar um negro, botar uma mulher. É isso aí que podemos chamar de ação deliberada de um governo de mudar uma instituição, mudar o curso da história” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 185).

De fato, para além do apontamento de um Ministro negro, o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva também se preocupou em realizar uma indicação baseada no gênero.

2.1.3.4. Por gênero

Ao todo, três mulheres figuraram na composição do STF, todas após 1988: Ellen Gracie, Cármen Lúcia e Rosa Weber; indicadas, respectivamente, pelos ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A indicação da Min. Ellen Gracie foi publicamente interpretada como uma preocupação explícita em trazer, pela primeira vez na história do país, uma mulher para a Corte Constitucional (ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 131). Do mesmo modo, a sucessora da vaga ser a Min. Rosa Weber demonstrou a preocupação em se manter a representatividade do gênero feminino na Corte:

Em agosto de 2011, Ellen Gracie se aposentou. Para manter o equilíbrio de representatividade, a escolhida deveria ser uma mulher. O ministro da Justiça José Eduardo Cardoso preparou uma lista com dez nomes, quase todas ministras de tribunais superiores” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 147).

Naturalmente, o requisito de o indicado à vaga da Min. Ellen Gracie ser uma mulher eliminou as expectativas dos homens interessados na vaga, como foi o caso do Min. Teori Zavascki:

“Agora é sua vez, hein, Teori”, provocou a ministra do STJ Maria Thereza de Assis Moura. “Só se eu passar a andar de kilt por aí”, respondeu Zavascki, referindo-se

⁹⁸ Uma informação falsa, porém.

⁹⁹ Em que pese criticasse a ideia de que seria representante de algum grupo ou interesse, se vendo tão somente como um Ministro (RECONDO e WEBER, 2019, p. 185).

ao traje típico escocês, uma saia para homens. “A vaga será de uma mulher” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 58).

2.1.3.5. Por outros critérios

Os critérios pessoais citados não são únicos elementos capazes de influenciar o processo de escolha presidencial. A religião, por exemplo, pode ser diferencial – ou até pré-requisito¹⁰⁰ – no currículo do jurista, ainda que não seja, a rigor, pertinente ao exercício do cargo¹⁰¹. O Min. Cezar Peluso coloca seu trânsito na igreja como um vetor positivo à sua indicação:

[C P] — (...) É verdade que eu tive apoio de outras forças importantes, que a gente acredita também que significava apoio valioso no contexto. Por exemplo, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns fez uma carta pro Lula. Isso eu sei, isto é verdade, porque o padre que levou a carta, trouxe a carta a Brasília, me contou. Ele fez uma carta para o presidente da República dizendo que o candidato dele...

[F F] — O senhor. Por que ele fez?

[C P] — Primeiro porque ele me conhecia. Ele sabia das minhas relações pessoais com o pessoal da Igreja, me conhecia, enfim, de certo modo ele confiava em mim e achou que eu era um bom candidato. Nunca fui perguntar para ele por que, mas imagino que fosse isso. E ele fez essa carta, isto é verdade. Não sei qual teria sido a força dessa carta dele, mas... E aí foram se somando, porque há coisas que... O presidente do tribunal de São Paulo esteve duas ou três vezes aqui no Planalto... (FONTAINHA *et al*, 2015d, p. 125).

Note-se, porém, que logo em seguida o entrevistado passa a discorrer sobre o apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo, do qual era desembargador à época de sua indicação. Isso ilustra como o pertencimento a diversas instituições pode ser positivo para a escalada ao cargo de Ministro do STF. A fala do Min. Ayres Britto demonstra isso:

A academia de São Paulo bancou minha candidatura. Mas eu tive adesões de outros estados, com expoentes tipo Paulo Bonavides, só para citar dois nomes, e Calmon de Passos, da Bahia. Pessoas de grande referência teórica se manifestaram. Então, o lado acadêmico meu estava muito bom. Mas tem o lado institucional: a OAB, universidades, institutos científicos, eu contei com um número altíssimo. Para você ter uma ideia, oito ex-presidentes da OAB se deslocaram fisicamente da sede da

¹⁰⁰ O nomeado mais recente ao STF, Min. André Mendonça, foi opção do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro com base na filiação daquele com a Igreja Evangélica. O Presidente afirmou que sua indicação ao Tribunal seria de alguém “terrivelmente evangélico”, conforme noticiado, dentre outras ocasiões, em discurso na Convenção de Ministros e Igrejas da Assembleia de Deus. A íntegra do pronunciamento consta no portal oficial da Presidência da República, disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2021/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-alusiva-ao-centenario-da-convencao-de-ministros-e-igrejas-assembleia-de-deus-no-para> (acesso em: 20 out. 2021).

¹⁰¹ Afinal, a Constituição de 1988 garante a laicidade do Estado Brasileiro em seu art. 5º, VI, de forma que a crença religiosa não é um impeditivo nem requisito para o exercício de qualquer profissão.

OAB para o Ministério da Justiça, para conversar com Márcio Thomaz Bastos, pedindo minha nomeação (...) A OAB pesa (...) Então eu tive o apoio das instituições: muitas universidades, muitos institutos de direito. Celso Bastos mesmo, como presidente do IBDC, mandou ofício para Lula; Michel Temer, como presidente do PMDB, mas um teórico do direito, mandou uma carta para Lula (...). Então, tive muito apoio (FONTAINHA *et al*, 2017d, p. 81).

A partir das entrevistas, não há registros constantes o suficiente para se afirmar que alguma filiação institucional exerce uma persuasão mais relevante que as demais. Mas, do mesmo modo, inexistem obstes para que uma indicação presidencial futura se lastreie exclusivamente no pertencimento do candidato a essa ou aquela instituição.

Há, não obstante, uma instituição específica, dentre todas as públicas e privadas, que possui influência ímpar no iter de seleção presidencial: o próprio Supremo Tribunal Federal.

2.1.4. Cooptação

A Suprema Corte não conta com nenhuma previsão normativa de participação na seleção dos seus componentes, mas seus membros podem ter preferências quanto a quem será seu novo colega ou sucessor. Isso é demonstrado nos atos de cooptação dos Ministros sobre os candidatos às vagas. Nos termos de RECONDO e WEBER (2019, p. 124) “[n]o STF, os próprios Ministros cultuam a lenda de que eles não interferem nas nomeações para o tribunal, que são no máximo *veto-player* – alguém com poder apenas de impedir a chegada de um indesejado. Mas, discretos, entram também na gincana de nomeações”.

Um exemplo de cooptação ocorreu quando o nome do então advogado Edson Fachin foi aventado pelo Min. Ricardo Lewandowski¹⁰². Noutro caso, o Min. Célio Borja relata que Ministros do Supremo o influenciaram a desistir da carreira política para aceitar a vaga na Corte:

[FF] — E o que mudou para o senhor resolver aceitar depois de um tempo?

[CB] — Porque é da tradição da nossa profissão que o Supremo não se recusa. Mas foi sobretudo a insistência dos ministros que lá estavam: Cordeiro Guerra, Aldir

¹⁰² Essa atuação do Min. Ricardo Lewandowski em prol do Min. Edson Fachin, embora ao fim bem-sucedida, trouxe ao então Presidente do STF um embate com o à época Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Recondo e Weber narram que o Senador, que tinha candidato próprio à vaga do Supremo, encontrou o Min. Ricardo Lewandowski “em campo neutro, onde a presença de ambos não levantaria suspeita. Ali, dois chefes de Poder, o Legislativo e o Judiciário, tiveram um diálogo como se tratassem de uma indicação para uma diretoria subalterna de estatal” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 125).

Passarinho e outros, Luiz Octávio Gallotti, que foi meu colega duas vezes de colégio e no jurídico da Light, e uma advertência do Sarney, que ele estava me escolhendo, não só pela nossa amizade, mas para evitar um outro, que era difícil de resistir, dizendo: “Se você não aceitar, eu vou cair nas mãos desse sujeito (FONTAINHA *et al*, 2015f, p. 72).

O Min. Marco Aurélio também é descrito como ativo na indicação do Min. Ilmar Galvão ao STF, conforme citado *supra* (ponto 2.1.3.2). Na mesma linha, o Min. Cezar Peluso relatou que as referências no âmbito do STF provavelmente “somaram” à sua indicação:

as minhas referências no Supremo eram do José Celso de Mello, que me conhecia. Ele foi meu promotor, trabalhou comigo na Promotoria, me conhecia, então conhecia meu trabalho. Provavelmente o José Celso deve ter passado uma ideia, falado: “Olha, ele vai ser uma boa aquisição no Supremo, vai ajudar, tal”. O José Paulo teria dito, “Olha, o Supremo Tribunal Federal está esperando o Peluso, a nomeação dele”. Também não sei qual é a força, mas enfim, soma (FONTAINHA *et al*, 2015d, p. 128).

Há, ainda, contato dos Ministros do Supremo com o próprio Presidente da República, conforme se deu na atuação do Min. Francisco Rezek em favor do Min. Carlos Velloso:

[CV] — (...) o grande articulador de minha candidatura não foi ele, Itamar.
 [CP] — Quem foi?
 [CV] — Foi o Rezek, o Francisco Rezek. (...)
 [CV] — Eu fui o sucessor do Rezek no Supremo. Ocupei a sua vaga. Veja só como são as coisas! Eu sei que ele me ajudou. Foi o próprio presidente Collor quem me contou, ao fazer-me o convite. Naquele tempo, o ministro do Supremo era convidado pelo presidente da República com pompa e circunstância. (...) E por que o presidente se inclinava para o meu nome? Porque o Rezek tinha falado a meu respeito com o presidente. O Rezek tinha uma grande influência, naquele momento, junto ao presidente, porque ele, Rezek, renunciara ao cargo de ministro do STF para ajudar o presidente Collor no Ministério das Relações Exteriores (FONTAINHA *et al*, 2015g, p. 110 – 113).

Em via inversa, existe também preocupação sobre se o indicado será aceito pelo Supremo “de bom grado, ou não” (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 110), o que revela que os Ministros do STF têm também certo poder de veto nas indicações. O relato abaixo evidencia essa superintendência:

A candidata que despontava no governo era a advogada tributarista Misabel Derzi, sessenta anos à época, cujo padrinho era o então prefeito de Belo Horizonte, o petista Fernando Pimentel. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em direito, procuradora do estado e advogada privada bem-sucedida, Derzi tinha os atributos constitucionais para integrar o Supremo. Mas nas consultas surgiu um obstáculo: “O supremo não quer a Misavel”, disse Thomaz Bastos a Lula. Não exatamente “o Supremo”, mas um de seus integrantes: Gilmar Mendes. O poder de apadrinhamento de um ministro do STF, de fazer valer sua vontade

numa indicação para o tribunal, é limitado – é quando exercem seus poderes de veto-player que os ministros do Supremo interferem na composição do tribunal (RECONDO e WEBER, 2019, p. 145).

A afirmação de que “[e]u não indico, mas posso vetar” do Min. Ricardo Lewandowski sobre ter recebido “25 candidatos em seu gabinete” confirma os “números e recheio a esse poder de obstrução” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 145). Não se trata, porém, de ingerência absoluta:

(...) Lula estava apreensivo (...). Toffoli precisaria conquistar outros atores que se opunham a sua indicação. “O Gilmar é contra sua ida para o Supremo”, disse-lhe a advogada Guiomar Feitosa. O poder de veto de um ministro do Supremo é real, mas não insuperável. A determinação de um presidente popular, a do próprio candidato e a de suas conexões políticas o superam (RECONDO e WEBER, 2019, p. 155).

Sendo, contudo, o veto efetivo, faz-se possível que a lacuna gerada se transmute em auxílio indireto ao próximo candidato na ordem de prioridade do Presidente da República. O obstáculo posto à Dra. Misabel Derzi pelo Min. Gilmar Mendes, por exemplo, ensejou a indicação da Min. Cármen Lúcia – que, aliás também era cooptada pelo Min. Sepúlveda Pertence¹⁰³.

O que se extrai desses relatos é que o ato de cooptação pode ser tanto positivo, visando recrutar um novo colega para uma vaga aberta, como negativo, vetando um nome repudiado por um ou mais Ministros do Tribunal.

A cooptação se soma, por conseguinte, como quarto elemento de influência sobre a indicação presidencial. Isso, por si só, já dá à aplicação da norma uma complexidade expressiva. No entanto, o papel do Presidente da República é apenas a primeira etapa para a investidura na Corte Constitucional.

2.2. Apreciação senatorial

2.2.1. Entre a indicação e a sabatina

A decantação realizada pelos arqueiros, campanhas, cotas e cooptação não é o único filtro à vaga na Corte: o crivo do Senado Federal também é etapa intrínseca no processo de aplicação da lei.

¹⁰³ Explicam RECONDO e WEBER que “[c]om a reprovação oficiosa de Derzi, o nome de Cármen Lúcia ganhou tração ao ser apoiado pelo primo distante, o então ministro e decano do STF Sepúlveda Pertence, amigo de Lula” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 146).

Segundo o Min. Dias Toffoli, após a indicação presidencial, o que o corre é

um total desplugue. Você é desplugado da tomada do Poder Executivo. No caso, eu, que ocupava a Advocacia-Geral da União, tirei férias da Advocacia-Geral da União, férias formais, para poder, então, fazer a minha movimentação junto aos senadores, me apresentar, apresentar o meu currículo, embora vários já me conhecessem. (...) Mas, no momento em que você é indicado, é o seguinte: você é indicado, agora você se vira. Se vira nos 30. O presidente indicou. Isso não se passa só comigo. Se perguntar para qualquer outro indicado, eu penso que é assim, porque outros já comentaram comigo. “Nossa, o governo parece que some. Ele te indica e some”. Você não tem uma base de apoio, por exemplo, na liderança do governo etc. (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 110 e 111).

Isso faz transparecer que há mais um momento de demonstração de valor após a indicação. Dessa vez, com novo objetivo: o voto favorável dos Senadores.

Esse convencimento é, em tese, obtido por meio da avaliação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado (regulada nos art. 383 e ss. do RISF¹⁰⁴), na qual vinte e sete Senadores têm a oportunidade de avaliar o currículo do candidato e questioná-lo sobre temas que repute pertinentes. A busca prévia do indicado pelo contato com seus avaliadores¹⁰⁵ pode lhe conferir “algum parlamentar que o [cicerone], que lhe [abra] as portas do Senado – fundamental para pavimentar o caminho da aprovação” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 126)¹⁰⁶.

Porém, antes mesmo da participação dos Senadores, são iniciadas pela imprensa investigações e críticas sobre a pessoa indicada¹⁰⁷. O Min. Teori Zavascki documenta que esse interesse é grande e ocorre “imediatamente” após tornar-se pública a indicação. A partir disso, opiniões divulgadas sobre candidato e contingências políticas podem influenciar a avaliação dos Senadores:

[FF] — Em função desse turbilhão que era uma indicação em pleno processo do Mensalão, o senhor foi assediado pela imprensa?

[TZ] — Muito, imediatamente.

[FF] — Como o senhor descreveria esse assédio?

[TZ] — Essa é uma experiência nova para mim. No dia seguinte, imediatamente... Mas a recepção de um modo geral foi boa. Num primeiro momento, houve assim... Ninguém num primeiro momento falou “ele foi escolhido por causa do Mensalão”,

¹⁰⁴ Para uma síntese objetiva dos aspectos burocráticos do procedimento, v. SILVEIRA (2019, p. 266).

¹⁰⁵ Ou com pessoas que possam o colocar em contato com os parlamentares, como foi o caso do pedido de ajuda “à beira do choro” do então indicado Edson Fachin ao Min. Gilmar Mendes (RECONDO e WEBER, 2019, p. 128).

¹⁰⁶ Esse périplo, na visão dos autores, é evidência de que a função do Senado não se limita a chancelar as indicações presidenciais, fazendo da sabatina e votação “reais filtros às escolhas do STF, mesmo que falhos” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 127).

¹⁰⁷ Para um detalhamento maior sobre o comportamento da mídia impressa e suas consequências na sabatina, v. GUIMARÃES (2020).

ninguém. Pelo contrário, para minha satisfação, até as manifestações foram muito boas, excelentes. Bom, mas aí tinha o problema, estava no período eleitoral, era setembro, o Senado tinha que fazer a sabatina, então eles queriam fazer antes dos tais recessos brancos. Então houve lá na Comissão de Constituição e Justiça um processo para fazer logo a sabatina. Isso começou a ser ligado com o problema “estão querendo nomear logo porque vai participar do Mensalão”. E aí não adiantava dizer que eu não podia participar desse julgamento porque ele já tinha começado, não adiantou nada. Insistiam. (...) Não quero fazer crítica à imprensa, não adianta dizer. Por que não adianta dizer? Por que às vezes não se quer ouvir certas coisas, não adianta. (...) Também não adianta explicar. Então eu passei assim, ficou como se... Eu e o Barroso, o Barroso foi até nomeado bem depois, mas eu não tinha a menor hipótese de se imaginar que fosse por causa disso.

[FF] — O senhor quer dizer que havia sempre uma certa desconfiança de que as nomeações durante o Mensalão seriam para favorecer os réus? Essa era a desconfiança?

[TZ] — Não sei se é uma desconfiança real, estou dizendo o que a imprensa publicou, algumas coisas. Mas, enfim, as coisas são assim (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 71 e 72).

O Min. Dias Toffoli, em que pese concorde com o desconforto narrado pelo Min. Teori Zavascki, defende a atuação da imprensa como um “batismo de fogo”:

E vem uma chuva de críticas na imprensa, o que é natural e é bom, porque isso é um batismo de fogo do que você vai passar. Se você tem condição de enfrentar aquelas duas semanas ou um mês e meio, dependendo do tempo que a pessoa fica entre a indicação e o encerramento do processo de sabatina e aprovação pelo plenário do Senado, se consegue passar por isso, daí você consegue ser ministro do Supremo mesmo. Porque a sua vida é devassada, é virada do avesso. A sua vida, a da sua família, a dos seus amigos. É uma coisa que, realmente, é importante que seja assim. Eu não sou contra, não. É um momento de sofrimento, sem dúvida nenhuma. O seu nome vem a público, começam a vir críticas (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 111).

Essa variável parece ser tanto quanto possível evitada pela Presidência. O Min. Roberto Barroso, por exemplo¹⁰⁸, narra que a ex-Presidente Dilma Rousseff¹⁰⁹ lhe orientou a manter segredo quanto a sua decisão:

[LB] — (...) Quando acabou essa reunião, ela me levou até a porta e me disse: “Vou nomeá-lo semana que vem”. Eu disse: “Está bom”. Não contei nem para a minha mulher. Ainda perguntei: “Presidenta, se alguém perguntar se eu estive aqui”, porque divulgou-se que uma pessoa que ela tinha entrevistado anteriormente vazou a notícia, de que isso teria afetado esse candidato, até um eminente professor de

¹⁰⁸ O Min. Teori Zavascki relatou que a ex-Presidente lhe fez pedido similar (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 71).

¹⁰⁹ A recomendação também foi dada ao Ministro em outra reunião com seu arquiteiro, o então Secretário-Executivo da Casa Civil Beto Vasconcellos: “o então advogado Luís Roberto Barroso foi chamado ao Planalto para ser comunicado que seria indicado para o Supremo. Na saída, Beto Vasconcellos (...) o interceptou: ‘Não fale sobre o convite com ninguém. Se ela souber que vazou, já era’. ‘Não falei nem para minha mulher’, lembrou Barroso, já ministro”. É que meses antes a intenção de indicar o advogado Heleno Torres para a mesma vaga havia sido publicada na mídia, o que deixou a ex-Presidente Dilma Rousseff “furiosa” e fez com que Torres fosse “reprovado, abrindo espaço ao Min. Roberto Barroso” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 121).

São Paulo. Não sei se a história é exatamente essa, mas o que a imprensa divulgava era isso; então perguntei para ela: “Se a imprensa me perguntar...”, eu ainda brinquei: “Eu sou kantiano, eu não gosto de mentir, se a imprensa perguntar se eu estive aqui, o que a senhora gostaria que eu dissesse?”. Ela disse: “Diga que eu quis lhe fazer uma consulta jurídica”. Eu disse: “Está bom”. Imaginei assim: “Ninguém vai acreditar”, mas, está bom. Mas ninguém me perguntou, quer dizer, a gente entrou e saiu sem ser visto (FONTAINHA *et al*, 2016a, p. 92 e 93).

A mesma advertência foi dada, à época do Governo Collor, ao Min. Ilmar Galvão:

Roberto Rosas havia me advertido de que silenciasse sobre a minha candidatura (...) Ele disse assim: “Olha, vamos fazer uma coisa. Há uns jornalistas lá no Rio que de vez em quando ligam, perguntando ‘quem é esse Ilmar Galvão que está cogitado para o Supremo?’. Eu tenho respondido a mais de um dizendo ser rebatido falso e que o novo ministro será um desembargador de Alagoas”. Segui o conselho à risca. A indicação foi uma novidade para toda a imprensa (FONTAINHA *et al*, 2016d, p. 52).

A razão desse sigilo é elucidada pelo Min. Sydney Sanches:

Mas a preocupação era que o nome surgisse para a imprensa, porque aí é um mal. Em vez de ajudar, é um mal: parece que o sujeito está cavando a... Como aconteceu agora, nessa nomeação para o Supremo lá, teve um que disse que tinha sido recebido pela presidente querendo saber... Dando a entender que queria nomeá-lo, conhecer as ideias dele e tal. E ele deu isso na imprensa e não foi mais. Porque a imprensa divulgando, parece que o sujeito que está cavando junto à imprensa a designação, o lançamento do nome dele. Então, esses cuidados, precisa ter, né? (FONTAINHA *et al*, 2015e, p. 96).

A importância da mídia no íterim entre a indicação e a sabatina foi reconhecida pelo Min. Edson Fachin. No período antecedente à avaliação, “contratou duas empresas de comunicação para assessorá-lo no relacionamento com a imprensa, moldar seu discurso durante a sabatina e lidar com a opinião pública, que até então nunca havia se manifestado tanto sobre uma indicação nas redes sociais” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 149 e 150). Isso não impediu, entretanto, que o Ministro passasse por dificuldades na aprovação de sua indicação tanto na CCJ como no Plenário do Senado Federal¹¹⁰.

¹¹⁰ Seu processo é classificado como cheio de superlativos: “[d]entre os processos de avaliação na CCJ de nomes indicados para o STF, [o do Min. Edson Fachin] foi, sem dúvida, o mais longo da história do Senado Federal (...) Em linha da difícil sabatina enfrentada, obteve a confirmação da aprovação (...) pelo placar mais ‘apertado’ da história: 52 a 27. (...) A discussão do nome do Ministro Edson Fachin não recebeu grande atenção apenas do mundo político e da imprensa. Provocou também verdadeira mobilização da sociedade civil, inclusive nas redes sociais. (...) foram criadas, de forma inédita, comunidades virtuais a favor e contra o nome do candidato. (...) Ainda, o Portal e-Cidadania do Senado Federal recebeu da população brasileira 254 perguntas para serem apresentadas ao professor paranaense. Uma pesquisa no site *Google* com as entradas “sabatina + Fachin” nos apresenta nada menos que 146 mil resultados” (JORGE, 2020, p. 47 e 48).

2.2.2. sabatina

Logo após esse intervalo, chega o momento da sabatina do indicado¹¹¹. Esse procedimento vem sendo objeto de crescente atenção acadêmica¹¹². A principal crítica se dá pela aparente ineficiência dos Senadores em extrair do sabatinado alguma informação que seja relevante para a ulterior apreciação pelo Plenário do Senado: “historicamente superficiais nos questionamentos, as sabinas ressaltavam os floreios de currículo, o charme e a empatia do indicado” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 137). O Min. Ayres Brito, por exemplo, relata que “nunca vi[u] uma coisa tão fácil” ao tratar de sua arguição (FONTAINHA *et al*, 2017d, p. 93). Na mesma linha, o Min. Roberto Barroso descreveu sua sabatina como um momento “adorável” (FONTAINHA *et al*, 2016a, p. 95). O Min. Sepúlveda Pertence, inclusive, expressou que “fugi[u] de tudo aquilo que não podia responder”, ainda assim recebendo “muita solidariedade, de vários senadores” (FONTAINHA *et al*, 2015c, p. 91)¹¹³.

A ineficiência da sabatina é sintetizada pelo Min. Nelson Jobim: “[p]orque a verdade é o seguinte: você sabe que, nessas sabinas, parte de perguntas já são preestabelecidas e outras se dão na base do elogio” (FONTAINHA *et al*, 2015i, p. 190 e 191). Em concordância, uma apuração¹¹⁴ da íntegra da arguição de onze indicados¹¹⁵ para o STF demonstra que “[a]s sabinas, que deveriam ser

¹¹¹ Registre-se que a arguição só passou a ser realizada com a CF/1988 (v. JORGE, 2020, p. 29).

¹¹² V., por todos, JORGE (2020, p. 18 e 19).

¹¹³ O silêncio como resposta aos questionamentos na sabatina não se restringe ao Min. Sepúlveda Pertence. As arguições dos Min. Rosa Weber, Joaquim Barbosa, Alexandre de Moraes, Cezar Peluso, Teori Zavascki e Roberto Barroso são colacionadas por JORGE (2020, p. 81 – 87) como exemplos da resistência dos sabatinados em dar respostas que podem ser julgadas pelo STF no futuro ou que sejam reveladoras das ideologias dos arguidos. Essa inflexão cria um embate entre um “silêncio justificado” e o “interesse público constantes na atuação da CCJ”. Segundo o autor, “[o] Senado quer ouvir. O candidato não quer falar, sequer para deixar compreender seus posicionamentos gerais. Esse impasse sempre será enfrentado, mas ele deve ser resolvido pelo próprio Senado. Nesse sentido, talvez no futuro a ‘eloquência dos silêncios’ do candidato poderá levar à desconfiança dos senadores e à rejeição do nome. Ou passará a ser entendida como um dado do processo... A conferir” (JORGE, 2020, p. 87).

¹¹⁴ O trabalho também realizou avaliação da resistência ou receptividade da CCJ a cada indicado baseando-se na quantidade de elogios e perguntas feitas. A análise feita constatou que, para além do excesso de elogios, há desrespeito aos procedimentos determinados no Regimento Interno do Senado Federal, como a exposição e fotocópia dos votos (que são secretos), pedido para adiamento da votação e redução do tempo de perguntas e ausência de réplica ou reclamação sobre questionamentos sem resposta. Em conclusão, diz a autora que “os senadores adotam um comportamento estranho e alheio ao que determina o Regimento Interno do Senado. Um procedimento ao qual deveria ser garantida a seriedade é tratado com desdém” (PAES, 2011, p. 76).

¹¹⁵ Ampliando a pesquisa iniciada por PAES (2011), o trabalho de MENEGON (2018) analisou especificamente a sabatina do Min. Alexandre de Moraes. Isso demonstra que contínuos estudos

caracterizadas por um jogo de perguntas, respostas e réplicas são substituídas, muitas vezes, tão somente por elogios” (PAES, 2011, p. 76)¹¹⁶:

| Ministro | Perguntas | Elogios | Perguntas e elogios |
|---------------------|-----------|---------|---------------------|
| Fux | 8 | | 7 |
| Dias Tofolli | 3 | 5 | 9 |
| Menezes de Direito | 3 | 12 | 5 |
| Cármen Lúcia | | 11 | 8 |
| Ricardo Lewandowski | | 8 | 7 |
| Eros Grau | 1 | 9 | 7 |
| Joaquim Barbosa | | 7 | 10 |
| Ayres Britto | | 5 | 6 |
| Cezar Peluso | 1 | 3 | 8 |
| Gilmar Mendes | 3 | 9 | 2 |
| Ellen Gracie | 1 | 1 | 12 |

Tabela 13: perguntas e elogios realizados na sabatina de indicados ao STF. Fonte: PAES (2011, p. 71).

Essas falas e dados evidenciam que muitos indicados prescindiram esforços na sua provação perante a CCJ, bem como que houve ausência de rigidez e/ou investigação relevante dos sabatinados por parte dos Senadores¹¹⁷. Tal omissão acaba sendo compreendida como um vetor de mitigação da legitimidade do processo de escolha dos Ministros da Corte (v., p. ex., SILVEIRA, 2019, p. 279).

Em concordância, alguns sabatinados, como o Min. Marco Aurélio, relatam uma decepção com esse comportamento:

[MAM] — A memória específica, e falo isso para que seja mantida a evolução, foi decepcionante.

[TP] — Por que, ministro?

[MAM] — Porque me cobrei antes de ir à sabatina. Busquei preparar-me. Quando cheguei à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o presidente apressava, na formulação de perguntas, os colegas, porque teriam uma sessão conjunta, uma Sessão do Congresso, com a reunião dos membros das duas Casas. Ou seja, não davam, no Senado Federal – e hoje isso não ocorre mais, haja vista a longa sabatina

acadêmicos são necessários para acompanhar o tema. Afinal, os dados são atualizados a cada nova sabatina.

¹¹⁶ À mesma conclusão, mas em análise das entrevistas da HOS, chegam COSTA *et al* (2017, p. 18): “[f]ora o exemplo quase caricatural do embate entre Sepúlveda Pertence e o senador Roberto Campos, em quase todos os outros houve uma clara deferência do Senado ao indicado, a qual se revela em promoção de elogios e análises rasas sobre os problemas do país”. Para detalhes do embate citado pelos autores, v. FONTAINHA *et al*, 2015c, p. 87 – 90.

¹¹⁷ A crítica de que o Poder Legislativo deveria exercer com mais afinco seu papel de controle das indicações ao STF sempre foi presente, ainda que com crescimento sutil, entre os próprios Senadores. Sobre isso, v. JORGE (2020, p. 72 – 81).

do ministro Luiz Edson Fachin –, importância maior à indicação de nome, pelo presidente da República, para preencher cadeira no Supremo (FONTAINHA *et al*, 2017c, p. 57).

Já, outros, narram o procedimento sob ponto de vista diferente. O Min. Luiz Fux, por exemplo, rememora que se preparou para as possíveis perguntas que poderia enfrentar, inclusive estudando os processos em voga à época¹¹⁸:

[IN] — Como foi a sabatina?

[LF] — Olha, a sabatina, eu fui muito espontâneo. Eu acho que surpreendi os senadores com a espontaneidade. Não sei. Eu distribuí currículos. Eu tinha livros, eu tinha vida acadêmica desde os 22 anos. Eu me preparei para a sabatina, eu estudei para a sabatina, me preparei. E eu tinha, assim, uma certa... Uma postura de magistrado. Normalmente, o juiz é um homem que não tem medo de nada. Tem que ser assim. Não é que não tenha medo de nada. Ele tem... Ele não pode fazer nada que lhe deixe com medo, mas tem que ser um homem corajoso. Eu costume dizer que os países onde os juízes temem as suas decisões valem tanto quanto eles valham. Porque o juiz com medo não tem autoridade para nada. Então, eu fui com muita autoridade, vamos dizer assim, sem arrogância, com espontaneidade e autoridade. Aí, algumas perguntas interessantes. Umas que esbarravam... Eu estudei todos os casos que estavam pendentes. Eu estudei Ficha Limpa Um, estudei uma causa lá que tinha de demarcação de terras (FONTAINHA *et al*, 2016b, p. 105).

O Min. Teori Zavascki, na mesma esteira, viu em sua avaliação a oportunidade de esclarecer os riscos¹¹⁹ quanto a sua potencial parcialidade no julgamento da Ação Penal n. 470, à época em julgamento no STF:

[FF] — Ministro, como o senhor descreveria a sua sabatina para o Supremo?

[TZ] — Teve esse problema. Na primeira sabatina, em função dessa coisa de participar ou não participar do Mensalão, ela foi muito tensa, porque alguns senadores já tinham falado coisas, então a primeira pergunta que foi feita pelo senador Álvaro Dias foi oportuna porque ele tocou nesse assunto e me deu a oportunidade de esclarecer mais uma vez o que eu disse (...) Foi bom, porque o senador disse “Entendi, está entendido”, “Está satisfeito?”, está satisfeito. Então

¹¹⁸ O estudo de temas atuais foi uma estratégia bem fundamentada. Como explica JORGE (2020, p. 88), “[a]os senadores, afora questões que representam preocupações permanentes como, por exemplo, controle de constitucionalidade, independência do magistrado, morosidade da justiça, sistema processual e a importância das próprias arguições – pontos discutidos em grande parte das sabatinas – importa também questionar sobre temas conjunturais e aleatórios. Todos esses temas, bem-entendidos, constituem questões de macro política pública, específicas ou gerais”. A aferição das sabatinas realizada por PAES (2011) organizou as perguntas feitas pelos Senadores na CCJ por temas, indo ao encontro com a conclusão de JORGE (2020, *idem*) que “não é possível traçar (...) um padrão temático dos questionamentos. As preocupações externadas pelos senadores, sejam aliados do governo ou de oposição, foram as mais variadas possíveis, adotando um padrão randômico”, em que pese o autor faça ressalva quanto a paulatina criação de um certo modelo de questionamentos a partir da sabatina da Min. Rosa Weber, relativamente ao maior enfoque no papel do Poder Judiciário como regulador de políticas públicas.

¹¹⁹ A indicação do Min. Teori Zavascki era vista com receio por alguns Senadores: temiam que “o PT estivesse plantando seu nome no tribunal visando a absolvição de alguns dos integrantes da cúpula do partido. Por isso seu nome só foi aprovado depois da condenação dos réus” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 201).

me deram essa oportunidade. (...) foi boa, então a coisa desanuviou (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 73 e 74).

O Min. Dias Toffoli também foi alvo de uma avaliação mais estrita na CCJ: sua sabatina foi a de maior duração até então. Indagado em sua entrevista, explicou isso:

[T.P.] — Por que o senhor acha que a sua foi... A que o senhor explicaria isso? Por que o senhor explicaria da sua ter sido mais longa que as outras? Um ponto de vista específico ao senhor?

[D.T.] — Não, cada vez mais a imprensa cobrava que o Senado tinha que cumprir o seu papel. E isso continua acontecendo. É como se o papel do Senado fosse rejeitar um nome, a única função do Senado fosse rejeitar o nome. Então isso, naquela época, surgiu, porque evidentemente eu tinha sido advogado privado na Justiça Eleitoral do PT e do presidente Lula, tinha sido assessor Jurídico no Palácio do Planalto e era Advogado-Geral da União no governo Lula. Então era natural que surgisse coisas como: “Ah, está indo lá para fazer a defesa do governo”, quando eu dizia e comprovava que na própria Advocacia-Geral da União eu atuei, muitas vezes, até em posição contrária a vários ministros, como no caso da Anistia (FONTAINHA *et al*, 2017f, p. 113).

A análise da duração das sabatinas no período de 2000 – 2021¹²⁰ demonstra que a resistência da CCJ à indicação do Min. Dias Toffoli¹²¹ realmente foi um ponto de inflexão:

¹²⁰ As sabatinas antecedentes foram documentadas de forma obscura, razão pela qual preferi, na mesma linha de PAES (2011), SILVEIRA (2019) e JORGE (2020), utilizar somente os dados a partir da indicação da Min. Ellen Gracie.

¹²¹ Conforme esclarecem RECONDO e WEBER (2019, p. 152), a indicação de Toffoli foi a “decerto a mais problemática e contestada dos oito anos do governo Lula”, tanto pela idade (à época, 41 anos) como pela proximidade com o então Presidente da República, em favor do qual atuou diversas vezes perante a Justiça Eleitoral. Segundo os autores, “[o] sonho de Lula era que Toffoli se tornasse o Gilmar Mendes do PT, lembravam auxiliares próximos ao presidente”. Toffoli era referido pelo ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva como aquele que viria a ser “o meu menino no Supremo”.

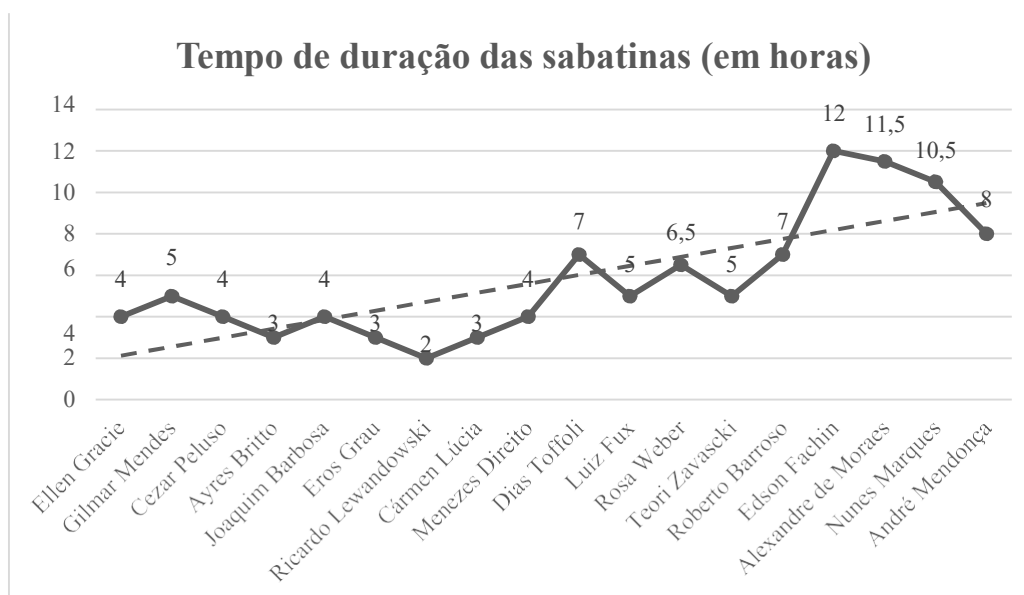


Gráfico 7: evolução do tempo de duração das sabatinas da CCJ dos indicados ao STF (2000 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados organizados por JORGE (2020, p. 76), atualizados com base nos registros do Portal e-Cidadania do Senado Federal (disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania>).

O aumento de duração das avaliações subsequentes sugere que o Senado, por meio da CCJ, buscou exercer controle mais rígido sobre a indicação presidencial. Esse indício, todavia, não dá razão suficiente para se afirmar que os Senadores passaram a realizar avaliações mais construtivas. Há equívoco em se comparar “longas sabatinas com boas sabatinas”, visto que “[u]ma sessão a CCJ que dure onze horas pode ser apenas desgastante e pouco revelar do candidato”. Esse argumento é ratificado pela resistência dos sabatinados em responder perguntas polêmicas e pela falta de padrão dos questionamentos. A realidade seria, portanto, que sabatinas “informais e reservadas, consultas sigilosas entre integrantes dos Três Poderes, jogo bruto, disputa entre indicados (com a produção de dossiês) definiram na largada o destino de vários indicados”¹²² (RECONDO e WEBER, 2019, p. 141, 143 e 144).

Ainda assim, há de se reconhecer que há crescente interesse da sociedade civil na arguição dos indicados, conforme apontado por JORGE (2020, p. 110 – 117):

A atenção que o STF recebe da sociedade civil e da mídia vem aumentando exponencialmente (...) Esse quadro de crescente cobertura midiática e interesse social, por óbvio, reflete-se como um todo no processo de eleição dos ministros do

¹²² Os autores ainda descrevem o procedimento oficial como imaturo do ponto de vista institucional, sendo meramente homologatório, sendo “momentos de confraternização, palco para o *stand-up* dos apontados” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 143).

STF e pode ser particularmente notado nas sabatinas. (...) Quanto mais o STF tornou-se protagonista da vida nacional, mais o Senado sofisticou, especialmente a partir de provocações da sociedade civil, as arguições dos nomes indicados pelo presidente da República. (...) Há, de fato, especialmente a partir da sabatina da Ministra Rosa Weber, um novo conjunto de questionamentos apresentados cuja origem é reconhecidamente externa. São apresentadas à candidata perguntas vindas diretamente da sociedade civil. (...) sabatina após sabatina, o tema da participação popular aparece latejante e cada vez mais presente. No que toca à ampliação dos *inputs* da academia, das ONGs etc., recebidos pelos senadores, a prática, antes inédita em uma sabatina, acaba por se tornar regra na seguinte.

Para o autor, isso seria “resultado de anos de ativismo do STF, da ampliação dos canais democráticos de participação do Senado Federal e, reconheça-se, da evolução desta Casa Legislativa a respeito do tema. (...) A curva é clara no sentido de mais participação e demais transparência”¹²³ e ¹²⁴. Logo, ao menos estaria demonstrado que o Senado reconhece a crescente influência de uma indicação ao STF na vida nacional¹²⁵ e, por conseguinte, a relevância e complexidade política de sua atuação nas sabatinas¹²⁶.

De todo modo, o trabalho da CCJ, satisfatório ou não, é tão somente uma parte da atuação do Senado. Após a votação dos membros da Comissão – seja pela aprovação ou recusa do parecer –, passa-se à deliberação do Plenário.

2.2.3. votação do plenário

A rejeição ou aprovação da CCJ não vincula o Plenário do Senado Federal, que é soberano quanto ao destino da indicação. Há, não obstante, significativa proximidade entre o percentual de aprovação na votação dos dois órgãos, conforme os dados da tabela abaixo comprovam:

| |
|---|
| <p align="center">COMPARATIVO ENTRE AS VOTAÇÕES DA CCJ E PLENÁRIO DO SENADO SOBRE AS INDICAÇÕES AO STF (2000 – 2021)</p> |
|---|

¹²³ No mesmo sentido, BARBOSA, GOMES e MARONA (2013, p. 30).

¹²⁴ A ampliação dos “canais democráticos” a que se refere o autor foi realizada por meio atualização do Regimento Interno do Senado Federal (art. 383, II, alíneas “c” e “d”).

¹²⁵ O que indica uma contraposição à visão de COSTA *et al* (2017, p. 18) de que “[o] povo ou democracia são sujeitos ocultos, quase sempre marginalizados, no processo de indicação e sabatina do candidato no processo brasileiro”.

¹²⁶ Isso opõe-se à análise de que “raramente o Senado impõe uma sabatina realmente pública e transparente aos indicados pelo Presidente da República, configurando, na maior parte das vezes, mero ‘rito de passagem’ (...) apenas uma “formalidade” a ser cumprida” (BARBOSA, GOMES e MARONA, 2013, p. 29).

| INDICADO AO SUPREMO | VOTAÇÃO DA CCJ | VOTAÇÃO PLENÁRIO | VARIAÇÃO PERCENTUAL |
|---------------------|-----------------|-------------------|---------------------|
| Ellen Gracie | 23 x 0; 4 (85%) | 67 x 0; 14 (83%) | 2% |
| Gilmar Mendes | 16 x 6; 5 (59%) | 57 x 15; 9 (70%) | 11% |
| Cezar Peluso | 19 x 0; 8 (70%) | 57 x 3; 21 (70%) | 0% |
| Ayres Britto | 20 x 0; 7 (74%) | 65 x 3; 13 (80%) | 6% |
| Joaquim Barbosa | 21 x 0; 6 (78%) | 66 x 3; 12 (81%) | 3% |
| Eros Grau | 20 x 0; 7 (74%) | 57 x 5; 19 (70%) | 4% |
| Ricardo Lewandowski | 22 x 1; 4 (81%) | 63 x 4; 14 (78%) | 3% |
| Cármem Lúcia | 23 x 0; 4 (85%) | 55 x 1; 25 (68%) | 17% |
| Menezes Direito | 22 x 0; 5 (81%) | 61 x 2; 18 (75%) | 6% |
| Dias Toffoli | 20 x 3; 4 (74%) | 58 x 9; 14 (72%) | 2% |
| Luiz Fux | 23 x 0; 4 (85%) | 68 x 2; 11 (84%) | 1% |
| Rosa Weber | 19 x 3; 5 (70%) | 57 x 14; 10 (70%) | 0% |
| Teori Zavascki | 18 x 0; 9 (67%) | 54 x 4; 23 (67%) | 0% |
| Roberto Barroso | 26 x 1; 0 (96%) | 59 x 6; 16 (73%) | 23% |
| Edson Fachin | 20 x 7; 0 (74%) | 52 x 27; 2 (64%) | 10% |
| Alexandre de Moraes | 19 x 7; 1 (70%) | 55 x 13; 13 (68%) | 2% |
| Nunes Marques | 22 x 5; 0 (81%) | 57 x 10; 14 (70%) | 11% |
| André Mendonça | 18 x 9; 0 (66%) | 47 x 32; 2 (58%) | 7% |

Tabela 14: comparativo entre a votação da CCJ e do Plenário do Senado Federal sobre as indicações ao STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal e-Cidadania e Portal do STF (disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania> e <https://www.stf.jus.br/portal>).

Os números arrolados certificam que, desde da indicação da Min. Ellen Gracie¹²⁷, a diferença entre o percentual de aprovação na CCJ e no Plenário se manteve baixa – quase sempre em uma casa decimal. Existe, por conseguinte, deferência do Plenário à decisão da CCJ, o que confere fundamento para se afirmar que a reprovação de um nome após aprovação na CCJ é improvável. Em sequência,

¹²⁷ A data foi definida como marco inicial pelo mesmo motivo descrito na nota de rodapé nº 120.

também se dá base à hipótese de que a votação do Plenário é fase meramente protocolar (*pro forma*).

Prosseguindo-se nesse raciocínio, seria viável escalar ainda mais hipótese e se propor que, como nenhuma indicação foi reprovada pelo Legislativo desde 1894, há também deferência do Senado ao apontamento do Executivo. Afinal, o percentual de indicações presidenciais reprovadas pela chancela senatorial é menor que 1%, o que aponta a uma deferência ainda maior entre a decisão de um Poder com o outro.

Essa segunda ideia, porém, não é tão consistente. Conforme explicou o Min. Dias Toffoli, a deferência do Senado à Presidência é apenas aparente:

É que aqui no Brasil, o que o presidente da República faz? Ele consulta o Senado antes, informalmente. Na verdade, é isso que ocorre. Então, por exemplo, se consultam os presidentes do Senado e da Câmara, o presidente do Supremo geralmente é ouvido. Pelo menos o presidente Lula, com quem eu trabalhei diretamente, seja na subchefia, seja na AGU, ele nunca nomeou, ou indicou, melhor dizendo, alguém ao Senado que ele já não soubesse que o nome ia passar e que era um nome bem visto pelos três poderes. Era um nome bem-visto pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário. Então, evidentemente que, entre esse momento em que ele me sonda por meio do chefe de gabinete se eu aceitaria ou não e o convite duas semanas depois, ele fez contatos e eu sei que ele fez, porque depois disso nós ficamos sabendo. Fez contatos com vários senadores, com líderes de partido no Senado. Inclusive de oposição, para saber a reação ao nome, se haveria uma reação ao nome ou uma aceitação ao nome, se o Supremo aceitaria esse nome de bom grado, ou não. Isso era uma prática que o presidente Lula tinha antes de encaminhar um nome ao Senado da República. Ou seja, o que ocorre no Brasil é que o Senado não rejeita porque já há um levantamento prévio de um sentimento de aprovação ou rejeição (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 109 e 110).

Essa visão é compreensível¹²⁸. Seria desgastante, do ponto de vista político, e inútil, sob a ótica institucional, realizar uma indicação da qual se soubesse inócua de antemão. Afinal, “[n]inguém, nenhum presidente quer indicar um nome que possa vir a ser rejeitado” (FONTAINHA *et al*, 2017a, p. 110). Essa preocupação é ilustrada na seguinte narração:

No início de 2006, o ministro Carlos Velloso se aposentou. Mais uma vaga se abria para a indicação do presidente Lula. O ambiente político tentava não sucumbir às turbulentas ondas do mensalão. No carnê de apostas para o STF, surgiam os nomes de Tarso Genro e Luiz Eduardo Greenhalgh, ambos filiados ao PT. Em entrevista aos autores, Márcio Thomaz Bastos, o MTB, contou: “Naquele momento estávamos naquela crise. E a oposição estava muito escarniçada. Eu me lembro do Antônio Carlos Magalhães ter me ligado e dito: ‘Se for um sujeito partidário, não

¹²⁸ O argumento, aliás, foi reiterado pelo Min. Dias Toffoli em entrevista a SERRANO (2019, p. 52), o que mostra sua familiaridade com esse processo.

vai passar. Eu perguntei: ‘Por exemplo?’. Ele respondeu: ‘Luiz Eduardo Greenhalgh e Tarso Genro não passam [ambos advogados e políticos do PT]’”. Como ministro da Justiça, MTB participava ativamente de seis das oito indicações de Lula para o STF. “Eu disse que estava tudo bem. Levei isso para o presidente, que me perguntou: ‘Você acha que o Lewandowski passa?’. Passa, passa assim, de rabo erguido” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 144).

A preocupação prévia da aceitação do Senado pela indicação presidencial demonstra, por conseguinte, que “[e]m Brasília, a decisão, o veredito sobre o candidato, ocorre nos bastidores, fora do Senado. Num jogo que poupa uma derrota ao governo” (RECONDO e WEBER, 2019, p. 144).

Entretanto, como essas negociações não são documentadas, torna-se inviável estabelecer qual dos dois Poderes foi realmente responsável pela decisão final de cada nome. Tanto as maiorias no Senado podem ter pressionado a indicação presidencial a determinada pessoa, sob pena causarem a reprovação dos demais interessados, como pode o Presidente abster-se de realizar qualquer apontamento que não concorde, mantendo o cargo vago até que o Senado aquiesça¹²⁹. De qualquer modo, os números da tabela 14 demonstram, em respaldo aos relatos dos Ministros, que, ao menos oficialmente, há tradição de consenso entre os dois agentes que participam da composição do Supremo Tribunal Federal.

2.3. Conclusão parcial: processo multifatorial

Segundo RECONDO e WEBER (2019, p. 133),

[a] análise das indicações ocorridas após a promulgação da Constituição mostra, até há pouco tempo, um processo de indicação subordinado a cálculos de política menor, a pequenos agradecimentos, idiosincrasias do presidente, ao marketing político, a padrinhos poderosos, à confiança pessoal do presidente da República na pessoa e não no perfil de quem será o julgador. Isso reduziria quase à

¹²⁹ Trata-se de cálculos políticos “extremamente complexos, não apenas pela quantidade de partidos que participam da coalizão de governo, mas também pelo grau variado de coesão interna que estes partidos podem ter — principalmente levando em consideração as características pouco programáticas de grande parte dos partidos brasileiros. Também vale anotar que outros atores também podem ter influência significativa nessas negociações, como o próprio STF, sociedade civil e associações de classe. Uma rápida observação das coalizões dos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do primeiro governo Lula (2003-2006) exemplifica o elevado número de preferências que podem estar em jogo no processo de indicação. O governo FHC se iniciou contando em sua base governista com o PSDB, o PTB, o PMDB e o PFL. A essa base foi incorporado o PPB, após aproximadamente quatrocentos dias de governo. Durante seu segundo mandato, FHC contou com o apoio formal dos partidos de sua base anterior, mas, ao final, tinha apenas o PSDB, PMDB e PPB. Já o primeiro governo Lula teve inicialmente em sua coalizão os partidos PT, PL, PCdoB, PDT, PPS, PSB, PTB e PV. Após aproximadamente trezentos dias de governo, a base perdeu o apoio do PDT e incorporou o PMDB. Esses três governos são suficientes para ilustrar a heterogeneidade de atores com os quais o presidente precisa lidar no processo decisório (número de partidos e divergências internas a cada partido)” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 129).

insignificância as avaliações sobre o poder das decisões de um ministro do STF para interferir na sociedade.

A importância de cada um desses elementos é inconstante, sendo impossível prever a participação que cada um terá sobre uma indicação.

Existem, todavia, alguns modelos que fornecem sinalizações sobre as decisões futuras. Entre os que favorecem um nome, há: i. hegemonia de oriundos do sul e sudeste, de membros de Tribunais Superiores e ocupantes de cargos jurídicos de confiança do Presidente da República; ii. vantagem – ou talvez necessidade – de estar o interessado bem envolto em relações que tenham trânsito direto ou indireto com o Presidente e/ou seus assessores de confiança; iii. a proximidade ou apreço de um jôquei ou Ministro do próprio STF, que pode ser o suficiente para escalar alguém ao Supremo. E, por outro lado, em prejuízo ao candidato, constam: i. exposição excessiva de um nome, que pode ser vista como uma tentativa explícita de campanha, lhe conferindo fama negativa; e ii. a chance de que as características pessoais não se amoldem à estratégia de marketing político adotada pelo governo da época.

Superada essa encruzilhada, a segunda etapa do processo costuma ser mais simples: é vista como tradição a espoliação dos indicados pelos Senadores nas sabatinas. Aprovados nessa fase, é estatisticamente improvável que recebam votação do Plenário muito destoante do escore dado pela Comissão. Essa facilidade, no entanto, vem sendo mitigada por sabatinas mais longas e com maior participação popular, dois indicativos de que o Senado mudou sua compreensão quanto à relevância do procedimento. Mas, antes mesmo da sabatina, também é requerido do apontado um (novo) trânsito nos bastidores entre os responsáveis pela sua chancela – ao mesmo tempo que se prepara para ser sabatinado, informalmente, pela imprensa.

Da indicação presidencial à apreciação senatorial, inexistente padrão claro para a aplicação da norma do art. 101 e parágrafo único da CF/1988. Tudo que foi narrado pode, ainda, ser alterado, sem justificativa nem aviso prévio, após cada eleição presidencial e renovação senatorial: os novos representantes podem tornar o processo ainda mais obscuro e desorganizado do que o que se tem documentado.

Com base no que foi exposto, é possível formular duas assertivas: 1. há uma pluralidade de agentes e critérios subjetivos que, de maneira inconstante e não oficial, influenciam o processo de ingresso no STF; e 2. esses fatores não têm limitação legal, existindo dentro da discricionariedade concedida aos agentes pelo silêncio normativo e abertura interpretativa dos termos “notável saber jurídico” e “reputação ilibada” presentes na CF/1988. Conjugando-se esses dois pontos, a conclusão é que a norma sobre a forma de ingresso para o Supremo Tribunal Federal é, ou ao menos se permite ser, aplicada de maneira exclusivamente política¹³⁰ e atécnica.

Relacionando-se essa nova premissa àquela construída no capítulo anterior (de que há descompasso entre a suficiência da norma de seleção e a relevância jurisdicional dos Ministros do STF), faz-se agora viável a elaboração de juízos de valor sobre o tema. Desse modo, o capítulo seguinte apresentará os potenciais problemas decorrentes da forma de ingresso atual.

¹³⁰ A seleção com viés político não necessariamente é negativa, podendo ser entendida como instrumento a implementação das propostas ideológicas dos agentes eleitos (CAPANO e LEITE, 2017, p. 166) ou até mesmo como opção mais condizente com a natureza do STF (PEIXOTO, 2012, p. 59). No entanto, o que busquei demonstrar no presente capítulo é que a execução política da norma não necessariamente manifesta as virtudes de representação democrática e melhor interesse público atribuíveis a esse modelo. O sentido que dei ao termo “política”, portanto, é o de uso estratégico indevido da forma de ingresso pelos agentes competentes.

3. Problemas decorrentes

As informações compiladas nos capítulos anteriores permitem associar a atual forma de ingresso ao STF a diversas consequências problemáticas. Trabalhos acadêmicos comumente relacionam o sistema à: i. falta de legitimidade dos Ministros para ocuparem seus cargos (ilegitimidade de origem¹³¹); ii. crise de legitimidade das decisões jurisdicionais (ilegitimidade de ofício¹³²); e iii. possibilidade de desvios de função (ilegitimidade de atuação¹³³).

Este capítulo analisará, de forma descritiva, a relação desses problemas com os componentes legais e aplicação da norma. Para tanto, organizarei as críticas em quatro categorias¹³⁴: i. Anacronismo Ideológico, para tratar dos efeitos da escolha política sobre a interpretação/aplicação do direito ao longo do tempo; ii. Controle Processual, para as escolhas visando resultados favoráveis, em processos específicos, aos agentes indicantes; iii. Pressão Eleitoral, para a relação entre as eleições e a indicação/aprovação; e iv. Prevalência de Interesses Privados, para o uso da forma de ingresso voltado à obtenção de vantagens pessoais.

Começarei pela questão que reputo mais complexa: o Anacronismo Ideológico.

3.1. Anacronismo ideológico

Chamo de Anacronismo Ideológico (AI) a circunstância na qual as crenças políticas e morais de um ou mais membros do STF destoam significativamente, em um mesmo momento histórico, daquelas de novos governantes eleitos. O AI se torna relevante quando presentes duas premissas: i. certas decisões dos Ministros

¹³¹ V., p. ex., BARBOSA, GOMES e MARONA (2013, p. 4 – 13).

¹³² V., p. ex., PEIXOTO (2012, p. 43) e também a crítica de SILVEIRA (2019, p. 252, especialmente o item xi).

¹³³ V., p. ex., MAGRI (2017, p. 66).

¹³⁴ V. também a organização proposta por SILVEIRA (2019), que enumera os problemas existentes em 11. Ressalve-se, entretanto, que alguns pontos colocados pelo autor (vi, vii e viii) assemelham-se mais a propostas de modificação da forma de ingresso do que propriamente críticas ao sistema.

da Corte tomadas com base em seus ideais políticos¹³⁵ (parcialidade política¹³⁶); e ii. existência de processos judiciais de competência do Supremo cujo resultado seja capaz de afetar as medidas políticas dos agentes eleitos (relevância administrativa¹³⁷). A conjunção desses contextos possibilita que a parcialidade política de um Ministro da Suprema Corte afete diretamente a administração pública¹³⁸; o que, em tese, interfere na relação de legitimidade entre as eleições e as decisões governamentais. Não diz respeito, note-se, ao controle técnico-jurídico exercido pelo Poder Judiciário, mas tão somente ao papel da posição ideológica dos juízes indicados em suas atuações no STF¹³⁹. Desse modo, ainda que os

¹³⁵ Isto é, uma decisão que se conformasse no chamado “modelo ideológico” (também referido como modelo atitudinal). O mesmo é definido por MELLO (2018, p. 694) como aquele que “identifica a ideologia dos magistrados como o fator determinante do seu comportamento judicial. A ideologia, no caso, é concebida de forma ampla, como o conjunto de valores e de ideias que integram a visão de mundo do magistrado. A partir desse conjunto, procura-se explicar ou até mesmo prever como determinado juiz votará em um caso inédito e controvertido. Os fundamentos utilizados pelo magistrado para decidir, as normas jurídicas e os argumentos invocados para justificar a sua decisão constituiriam, em verdade, uma mera racionalização produzida a posteriori, depois de tomada a decisão, com o fim de legitimá-la”. A propósito, a autora elenca exemplos expressivos de falas de Ministros do STF que denotam a facticidade desse comportamento: “[n]o que respeita ao Supremo Tribunal Federal, diversos ministros já reconheceram a influência das suas visões de mundo sobre os votos que proferem. A título ilustrativo, quando de sua confirmação pelo Senado, o Ministro Gilmar Mendes afirmou que, em sua atuação no STF, defenderia suas posições com a mesma veemência com que as defendera em sua vida pública pregressa. O Ministro Joaquim Barbosa declarou que desejava levar ao Supremo uma visão do direito influenciada por sua própria trajetória. O Ministro Marco Aurélio reconheceu expressamente: ‘Primeiro idealizo a solução mais justa. Só depois vou buscar apoio na lei’” (MELLO, 2018, p. 697 e 698). Qualquer detalhamento a essa temática afluiria nos estudos sobre o realismo jurídico, que, embora tangente, não é o objeto desta dissertação.

¹³⁶ A parcialidade política é tema constante nos trabalhos sobre o “modelo atitudinal” de explicação das decisões judiciais. Esse modelo é estudado predominantemente por juristas norte-americanos, voltados à SCOTUS dos EUA (v. ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 1 – 4). Em que pese a existência de importantes diferenças entre os sistemas políticos estadunidense e brasileiro, há gradativa adaptação do modelo atitudinal às instituições do Brasil, com vistas a seu uso para investigação de potencial vinculação entre a ideologia dos agentes indicantes e julgadores indicados. Sobre esse assunto, v. as discussões em PRADO e TÜRNER (2009), ARGUELHES e RIBEIRO (2010), SILVA, J. M. (2018), MELLO (2018), LIMA e GOMES NETO (2019) e um análise geral sobre modelos de interpretação do comportamento judicial em ARGUELHES e RIBEIRO (2013).

¹³⁷ Já foi citada a hiperconstitucionalização presente no direito brasileiro, assim como os atuais poderes individuais dos Ministros da Suprema Corte. Esses dois elementos fazem com que as competências jurisdicionais do STF tenham especial relevância sobre a elaboração/extinção de políticas públicas e formação de novos direitos.

¹³⁸ Essa interferência não necessariamente se dá de forma proativa. Isso porque, “[e]mbora sempre haja o risco de que o ministro nomeado não vote conforme o previsto (...), não há como eliminá-lo. Além disso, o risco não cria o incentivo contrário (ou seja, nomear alguém com a preferência oposta) e, portanto, não afeta os incentivos do presidente, que preferirá a escolha de ministros da Suprema Corte que sejam (ainda que só na aparência) mais próximos às suas preferências políticas” (PRADO e TÜRNER, 2009, p. 48). Ou seja, a indicação voltada à manutenção de uma ideologia no poder pode simplesmente querer garantir que um Ministro de ideologia contrária à desejada não seja indicado (ou que seja escolhido um juiz “neutro”), dispensando-se um alinhamento positivo.

¹³⁹ Nas categorias de circunstâncias criticáveis propostas por ARGUELHES e RIBEIRO (2010), o AI se enquadraria como uma “finalidade política interna”. A indicação presidencial age, portanto, como fator extrajurídico da decisão jurisdicional. Ou seja, objetiva manipular o resultado de

posicionamentos da sociedade venham a mudar a ponto de renovar a composição do Congresso e Presidência, a Suprema Corte continuaria composta e decidindo em alinhamento com os antigos mandatários – estes, eleitos em época em que era dada importância a outros princípios, ideias e preocupações sociais (MAGRI, 2017, p. 64).

Diante dessa possibilidade, é razoável que existam preocupações quanto a se o processo de seleção é utilizado como ferramenta de “manutenção indireta no poder”. Segundo PRADO e TÜRNER (2009), o uso estratégico da forma de ingresso ao STF pelos governantes está associado à renovação política própria dos sistemas democráticos. A incerteza quanto à reeleição incentivaria práticas que buscassem uma “maximização quantitativa” (número de juízes) e “prolongamento temporal” (período desses magistrados no cargo) da influência de um grupo político no Tribunal¹⁴⁰.

Entretanto, identificar se uma decisão se deu com base no alinhamento político entre o magistrado e os agentes que o aprovaram não é simples: o julgador tem o dever de fundamentar suas sentenças racionalmente (art. 93, IX da CF/1988), sequer podendo expor sua opinião pessoal quanto a litígios pendentes (art. 36, III da Lei Complementar n. 35/1979). Explorando a existência de alguma vinculação, a pesquisa de OLIVEIRA, F. (2012a) relacionou a coesão entre os votos dos Ministros do STF¹⁴¹ em ADI com os Presidentes que os indicaram¹⁴². A hipótese

processos por meio da motivação política daqueles a serem indicados (pela expectativa de concordância com o mérito ideológico das causas). Não são abrangidas as lides que, embora pertinentes para o governo (*i.e.*, com efeitos políticos), são julgadas exclusivamente por critérios técnico-jurídicos (*i.e.*, concordância meramente procedimental).

¹⁴⁰ A dimensão numérica pode tanto ser positiva, com o aumento do número de indicações feitas pelo interessado, como negativa, com a redução daquelas feitas por futuros adversário (PRADO e TÜRNER, 2009). O segundo efeito pode ser obtido, no caso da Suprema Corte, por meio aumento da idade-limite para a aposentadoria compulsória e/ou pelo apontamento de juízes mais jovens.

¹⁴¹ A pesquisa teve como enfoque a jurisprudência colegiada da Corte. Mas, levando-se em conta a atual relevância da atuação monocrática dos Ministros, investigações voltadas ao comportamento individual dos magistrados também são pertinentes.

¹⁴² Outra pesquisa com propósito semelhante foi realizada por JALORRETO e MUELLER (2011). As autoras cruzaram estatisticamente a quantidade de ADI procedentes nas diferentes composições do STF durante o governo do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011). A conclusão é que não houve modificação significativa no percentual de ADI julgadas procedentes, o que as levam a crer que a indicação de novos Ministros em nada afetou o balanço quantitativo da Corte. Porém, “com relação ao número de ações julgadas de forma unânime ou em que houve a presença de divergência nos votos, observa-se um maior desvio padrão em relação à média, o que sugere uma relação entre o número de ministros indicados por Lula e o número de ações com divergências de votos”, de forma que “é fato que a indicação de novos ministros pelo representante de um partido com ideologias diversas dos anteriores, contribuiu para a presença de uma maior discussão e divergência na Corte” (JALORRETO e MUELLER, 2011, p. 177 e 178). O trabalho corrobora o

seria que, atuando a partir de blocos e redes de votação, “agrupamentos [se dariam] de acordo com a nomeação presidencial, ou seja, ministros nomeados por um mesmo Presidente da República [seriam] mais propensos a votar em conjunto do que a dividir seus votos” (OLIVEIRA, F. 2012a, p. 140). O resultado demonstrou que “os ministros nomeados por um mesmo Presidente são mais propensos a votar em conjunto do que a dividir os seus votos e que a coesão verificada entre os ministros nomeados por um mesmo Presidente é maior que a coesão da corte de maneira geral” (OLIVEIRA, F. 2012a, p. 152). Outra análise, dessa vez realizada por LIMA e GOMES (2019), contabilizou os votos dos membros da Suprema Corte em ADI propostas pelo Partido dos Trabalhadores e Partido da Social Democracia Brasileira no período de 2002 a 2017. Partiram da premissa que a ideologia oposta desses partidos permitiria a criação de grupo de controle. Com isso, seria possível constatar se há algum viés entre os posicionamentos dos juízes indicados pelos ex-Presidentes da República Lula e FHC¹⁴³. Seus resultados corroboraram, em parte¹⁴⁴, a hipótese de que há alguma vinculação entre o grupo político indicante e a tendência decisória dos Ministros indicados, mas não vislumbrou, de forma substancial, desequilíbrio que indicasse que os votos variam de acordo com a suposta preferência ideológica dos julgadores. Assim, concluíram que,

[d]e modo geral, a apreciação individual dos votos proferidos (na série temporal compreendida entre 2002 e 2017) pelos Ministros indicados pelo PT mostra um relativo equilíbrio entre as decisões que refletem as pretensões da legenda e aquelas contrárias às suas preferências, reforçando (no universo restrito das ações diretas de inconstitucionalidade) a percepção institucional quanto a um grau elevado de independência judicial frente às influências ideológicas (político-partidárias) sobre o resultado do julgamento (LIMA e GOMES, 2019, p. 122).

Os resultados são relevantes, mas deve-se levar em conta que ambas as pesquisas têm enfoque predominantemente quantitativo. Foram apenas analisadas

estudo de OLIVEIRA, F. (2012a) no sentido de que uma maior a quantidade de indicações por um mesmo Presidente tem potencial de alteração da jurisprudência colegiada da Corte.

¹⁴³ Os ex-Presidentes citados são afiliados justamente aos dois partidos enunciados.

¹⁴⁴ Os dois julgadores a demonstrar uma variação significativa em relação ao legitimado ativo da ADI foram os Min. Joaquim Barbosa e Eros Grau: constatou-se, “especificamente em relação aos votos destes dois Ministros, uma associação qualitativa entre a presença de variáveis atitudinais (identidade ou choque nas preferências ideológicas) e a variação no comportamento decisório judicial no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade”, muito embora, no que diz respeito “aos demais Ministros indicados pelo PT, as hipóteses foram, a princípio, rejeitadas, excluindo-se assim o potencial explicativo do modelo atitudinal, pois, nas situações de identidade ou de choque nas preferências ideológicas, não se constata variação significativa no comportamento decisório judicial” (LIMA e GOMES, 2019, p. 121).

ADI¹⁴⁵; e as lides não foram categorizadas em grau de pertinência quanto aos interesses políticos dos autores das demandas. Ou seja, não se discutiu a relevância subjetiva de cada ação julgada, igualando-se todas estatisticamente¹⁴⁶. Isso fez com que tanto o *timing* da decisão¹⁴⁷ quanto os efeitos do resultado para cada grupo político¹⁴⁸ tenham sido ignorados. Pesquisas futuras que considerem esses fatores poderão, portanto, enriquecer a discussão.

A preocupação quanto a um alinhamento dos magistrados com a ideologia política do governo já tinha especial relevância antes da promulgação da CF/1988. Durante o Regime Militar (1964 – 1983), atribuiu-se às cinco vagas no STF criadas pelo Ato Institucional n. 2¹⁴⁹ a tentativa de “empacotamento da Corte”¹⁵⁰, pelo ex-Presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco¹⁵¹. Seu objetivo seria “diminuir a influência dos ministros indicados por presidentes anteriores ou anular integrantes do Supremo que não demonstravam afinidade ideológica com o

¹⁴⁵ Ora, outras ações de controle concentrado de constitucionalidade também têm aptidão à produção os efeitos políticos como os da ADI, mesmo que essas sejam maioria.

¹⁴⁶ Uma análise predominantemente quantitativa também desconsidera a possibilidade de um alinhamento parcial, relativo a “*questões pontuais* relevantes para o governo”. Assim, “[u]m ministro alinhado dessa forma tem, sobre temas específicos, posições que estão em larga medida alinhadas com as posições que o presidente que o indicou tem sobre esses mesmos temas pontuais — sem necessariamente estar de antemão comprometido com o programa político maior a que o presidente e/ou sua coalizão estão vinculados. Esse tipo de alinhamento político “local” entre orientação judicial e política presidencial é significativamente mais fácil de ocorrer do que um alinhamento abrangente, já que o conjunto de potenciais candidatos que preenchem esse requisito será por definição maior” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 135 e 136).

¹⁴⁷ A partir do (não) uso de pedidos de vista e agendamento das pautas de julgamento.

¹⁴⁸ O trabalho de JALORETTO e MUELLER analisou uma ADI específica (nº 1.442) proposta pela Central Única dos Trabalhadores, entidade associada ao Partido dos Trabalhadores. “Ao contrário do que seria esperado caso o método de escolha dos ministros fosse razão de uma influência do Executivo no Judiciário, os ministros nomeados pelo Presidente Lula votaram pelo não conhecimento da CUT como parte legítima do processo, enquanto 3 dos 8 ministros do grupo dos não nomeados pelo Lula votaram ao contrário” (JALORETTO E MUELLER, 2011, p. 180). Tal resultado, todavia, pode ser atribuído a questão meramente processual, uma vez que a decisão diz respeito à natureza jurídica e subsequente enquadramento da Central dentre os legitimados ativos da ADI.

¹⁴⁹ A aposentadoria compulsória de três Ministros do STF por meio do AI nº 6 também foi uma via de manipulação do Poder Judiciário por parte do Executivo (v. sobre isso, não só RECONDO, 2018, como PEGORARO, 2006) mas não diz respeito especificamente à forma de ingresso ao Tribunal.

¹⁵⁰ Termo que faz referência ao “*court packing*” atribuído às indicações do ex-Presidente dos EUA Franklin Roosevelt à SCOTUS, visando obstar que as medidas do seu plano de recuperação econômica (*New Deal*) fossem julgadas inconstitucionais (v. RECONDO, 2018, p. 111).

¹⁵¹ Segundo VALÉRIO (2010, p. 147), “Castello Branco optou pelo aumento do número de ministros ao invés da cassação daqueles tidos como “inimigos da Revolução” pela ala militar extremista. (...) Se para o executivo militar a concessão de habeas corpus pelo Supremo em favor dos subversivos era mais uma questão política do que jurídica, um desgaste político entre STF e executivo militar, nada melhor do que nomear ministros acostumados a avaliar politicamente os fatos e aptos a calcular as repercussões extrajurídicas de um acórdão. E o executivo militar estava muito bem servido de bacharéis-políticos que compreendiam, apoiavam e participavam da Revolução: a UDN”.

governo militar”, nomeando “cinco novos ministros para que defendessem a ‘revolução’”¹⁵² (RECONDO, 2018, p. 115). Uma pesquisa quantitativa cobrindo os demais períodos de existência do STF foi realizada por ROS e SANTOS (2008). Entre outras informações¹⁵³, os autores documentaram a vivência política prévia de todos os Ministros do STF até 2006¹⁵⁴. Os números apurados dão base à conclusão¹⁵⁵ de que a “constituição de conexões partidárias, eventualmente necessárias para impulsionar as carreiras no campo jurídico (...) indica[m], precisamente, a fluidez de fronteiras e o potencial da reconversão do capital político (votos, relações, compromissos políticos etc.) em mobilidade profissional no poder

¹⁵² Mas a ideia de “empacotar a corte, infiltrando julgadores de ideologia simpática ao governo” teve resultado “aquém do desejado pela linha dura”: “se enganaram, porque os cinco nomeados chegaram lá e passaram a votar absolutamente de acordo conosco [*i.e.*, contra o governo] nos processos políticos”, confirmou o ministro Evandro Lins e Silva. ‘As nomeações recaíram em nomes de expoentes nacionais das atividades a que se achavam ligados, de modo que o tribunal só ganhou com os novos magistrados, que reforçaram a linha independente e serena da Corte’, concordou o ministro Hermes Lima”. Em que pese isso, o processo em desfavor do ex-Presidente da República João Goulart teve resultado, ainda que apertado, favorável aos militares (RECONDO, 2018, p. 121 e ss.). Em complementação, v. VALÉRIO (2010, p. 194 – 196).

¹⁵³ Tais como as estatísticas sobre a origem profissional e a *alma mater* dos Ministros. Trata-se de estudo mais investigativo que propositivo, que ao final propõe “uma continuidade dos trabalhos acerca da composição de cortes judiciais em, pelo menos, duas direções: (...) explorar a relação entre os achados desta pesquisa (menor mobilidade territorial, mais diversificação escolar e moderada tendência à maior profissionalização a partir das carreiras profissionais) e os padrões decisórios adotados por essas cortes em diferentes períodos”. Isso permitiria verificar “se a menor probabilidade de vinculação ao poder Executivo federal, presente em carreiras com menor circulação geográfica e maior vinculação a uma perícia constituída no campo jurídico, corresponde, efetivamente, a decisões mais independentes em relação às preferências daquele poder (...) Paralelamente, estudos comparativos sobre supremas cortes (nos EUA e na América Latina) e Tribunais Constitucionais europeus poderão trazer informações relevantes sobre o efeito das regras restritivas de nomeação de ministros, verificando se a existência de indicações reservadas a candidatos com experiência jurídica repercute em padrões de recrutamento *endógenos*, bem como no desempenho institucional dessas cortes” (ROS e SANTOS, 2008, p. 147). Sugestões como essa destacam como a forma de ingresso à Corte Suprema é um tema com potencial interdisciplinar.

¹⁵⁴ Trabalho com igual escopo, mas com método e amostragem distintas, foi realizado por FONTAINHA *et al* (2018). O artigo considerou, entre outros dados, as entrevistas do projeto HOS. A conclusão, que se contrapõe ao raciocínio de ROS e SANTOS (2008), é que “[m]esmo expandindo nossa investigação em direção às eleições perdidas, a confissão partidária, a campanha eleitoral e o mandato eletivo são presentes na biografia de poucos ministros. Isto quer dizer, num primeiro plano, que podem haver resistências de ambas as instâncias elitárias à propulsão de atores híbridos, sendo as reconversões possíveis entre capitais político e jurídico dependentes de um complexo processo de realização prática, contrariando boa parte da literatura, que argumenta pela extrema permeabilidade entre ambos. Indicando que não ocorre sem ruído a reprodução de práticas políticas em contextos jurídicos e vice-versa. Num segundo plano, isso também sugere que os usos e competências típicos de um político profissional são relativamente ausentes do rol de práticas dos ministros do STF” (FONTAINHA *et al*, 2018 p. 123).

¹⁵⁵ A quantidade é significativa: 50,7%, 23,8%, 42,9%, 30,3% e 33,3% dos membros do Supremo possuíam vinculação partidária prévia nos períodos da 1ª República (1891 a 1930), Governo Vargas (1930 a 1945), 2ª República (1946 a 1963), Governo Militar (1964 a 1984) e Redemocratização (1984 a 2006), respectivamente.

Judiciário, em detrimento de um capital profissional específico deste (desempenho, perícia, formação jurídica etc.)” (ROS e SANTOS, 2008, p. 145).

Note-se que os componentes legais da forma de ingresso – requisitos e método de escolha – são ambos necessários à constituição deliberada do AI.

A indicação e aprovação serem feitas pelo Presidente e Senadores faz com que os agentes indicantes sejam atrelados a um mandato fixo. Logo, a escolha de um Ministro pode ser feita de modo que o seu tempo no cargo supere o daqueles que o aprovaram. Nesse ponto, a indicação para o STF se diferencia daquelas que normalmente ocorrem em outros órgãos de Estado – ainda que alguns também extravasem o tempo dos mandatos eletivos¹⁵⁶ – pois o cargo de magistrado atrai as garantias da vitaliciedade¹⁵⁷ e inamovibilidade¹⁵⁸ (art. 95, I e II da CF/1988).

Os requisitos para o cargo, por sua vez, intensificam o ponto anterior: a vagueza dos termos “notável saber jurídico” e “reputação ilibada” dá flexibilidade para que os agentes políticos amoldem os aspirantes que considerarem mais alinhados com seu viés político. Ao mesmo tempo, a idade mínima de 35 anos permite, em conjunto com a garantia à vitaliciedade, que esses indicados permaneçam no cargo por até quarenta anos¹⁵⁹.

Não obstante, ninguém jamais ficou esse período máximo na Corte¹⁶⁰: o Ministro mais novo a compor o Supremo, Alberto Torres, tinha 35 anos e 5 meses

¹⁵⁶ P. ex., diretores de Agências Reguladoras (art. 5º §5º da Lei nº 9.986/2000) e o Procurador-Geral da República (art. 52, III, “e” c/c art. 128 § 3º, ambos da CF/1988).

¹⁵⁷ A vitaliciedade dos magistrados é comumente analisada em conjunto com a forma de seleção de Ministros do STF. Para alguns, constitui “ponto central da crítica (...) na contradição existente entre a sua natureza político-institucional e o critério utilizado para a nomeação vitalícia dos seus ministros” (MACIEL, 2018, p. 47). A garantia pode fazer com que, “no atual modelo, as discussões democráticas [fiquem] prejudicadas (...) se a grande maioria do Tribunal, garantido pela vitaliciedade, compartilh[e] de posicionamentos semelhantes”, cenário esse que reduziria a diversidade de ideologias do órgão “responsável por decidir as questões mais relevantes do País, concernentes às garantias, aos princípios e aos direitos fundamentais” (MAGRI, 2017, p. 64). Para outros, como o Min. Carlos Velloso, a garantia não deveria ser deixada de lado, conservando-se, dessa forma, “[o] exemplo da Suprema Corte americana, cujos juízes são vitalícios e permanecem no cargo enquanto bem servirem” (VELLOSO, 2003, p. 311). Registre-se, todavia, que Velloso não afasta a possibilidade de um mandato ao apresentar sua proposta de modificação do sistema.

¹⁵⁸ A inamovibilidade exclui o Ministro do STF da categoria de cargos demissíveis *ad nutum*, como se dá com os Ministros de Estado (art. 84, I da CF/1988).

¹⁵⁹ Esse número leva em conta a data da aposentadoria compulsória atual, aos 75 anos de idade, adicionada à CF/1988 pela Emenda Constitucional nº 88/2015 e regulada no art. 2º da Lei Complementar nº 152/2015.

¹⁶⁰ Em 2021, isso sequer era possível: a idade de aposentadoria compulsória foi atualizada de 70 para 75 anos em 2015. Logo, apenas em 2055 um Ministro que ingressou na Corte aos exatos 35 anos – o que nunca ocorreu – poderia completar quatro décadas no cargo. Lembre-se que, apesar da

(nasceu em 26/11/1865, foi nomeado em 30/04/1901 e tomou posse em 18/05/1901)¹⁶¹, mas permaneceu na função por apenas 8,33 anos¹⁶² (v. RODRIGUES, 1991b, p. 207 – 211). O juiz a ficar o mais tempo no STF foi o Min. Celso de Mello, aposentando-se após 31 anos e 59 dias de ofício (de 17/08/1989 até 13/10/2020).

A média de permanência dos juízes do STF desde a promulgação da Constituição de 1988 até 31/12/2021¹⁶³ é 10,89 anos¹⁶⁴. Esse valor, contudo, é estático, ignorando o tempo em que os membros atuais continuarão no ofício. A média que considera que os todos os Ministros atuais ficarão no cargo até a aposentadoria compulsória resulta em 16,16 anos. Alguns autores sugerem que essa média pode ser compreendida como uma espécie de mandato informal (v. BARBOSA, MARONA e NETO, 2013, p. 31 e 32). Porém, isolando-se o período máximo de permanência dos onze membros atuais, a cálculo apontaria para 22,47 anos; o que demonstra que a estadia pode aumentar ao longo do tempo. Tal crescimento poderia se dar tanto por indicações de juízes mais jovens¹⁶⁵ como pela

data limite de ingresso e de aposentadoria compulsória terem sido modificadas desde a criação do Tribunal, a idade mínima sempre se manteve fixa nos 35 anos.

¹⁶¹ O segundo Ministro mais novo foi Epiácio Pessoa, com 36 anos. Na composição atual, que tomou posse com menos idade foi o Min. Dias Toffoli, com 41 anos. Em ambos os casos, a idade dos juristas foi tida como problemática (v. RECONDO e WEBER (2019, p. 152).

¹⁶² A época, não havia regra para aposentadoria compulsória de magistrados no ordenamento jurídico brasileiro – apenas opcional (para detalhes, v. GEDEON, 2018, p. 23). A idade limite para exercer o cargo de juiz só seria prevista no art. 64, “a” da CF/1934 (aos 75 anos), o que possibilitaria uma estadia de 39,67 anos do Min. Alberto Torres. Invalidando essa discussão, a aposentadoria do mesmo ocorreu, por motivos de saúde, em 1909, com posterior falecimento em 29/03/1917 (RODRIGUES, 1991b, p. 208).

¹⁶³ Essa foi a data final de revisão de dados deste trabalho. Entretanto, outros marcos históricos poderiam ser utilizados para fins diversos, como, p. ex., o aniversário de 33 anos da CF/1988, em 05/12/2021. Nesse caso, a média de permanência seria 11,20 anos. O apêndice 1 contém as datas de posse e saída de todos os Ministros que ocuparam uma vaga no STF desde sua criação, com as médias por cada período constitucional.

¹⁶⁴ À elaboração desse cálculo poderiam se opor os seguintes argumentos: i. que a ocorrência de falecimento de Ministros no exercício cargo abaixa a média ilusoriamente, já que a saída foi precoce; e ii. que uma média que leve em conta os membros ativos é meramente especulativa, uma vez que todos eles podem deixar o ofício a qualquer tempo e sem prévio aviso, além de haver influência do baixo tempo de estadia do Ministro mais novo no cargo. As duas razões são pertinentes. Por isso, também calculei a média aritmética que excluísse os Min. Teori Zavascki e Menezes Direito, encontrando resultado não tão próximo ao inicial: 13,75 anos. Do mesmo modo, também apurei a média ignorando os falecidos e os membros atuais, dessa vez encontrando valor similar: 13,07 anos. Finalmente, calculei a média excluindo apenas o Ministro mais novo a tomar posse, André Mendonça, chegando a 11,30 anos. Outras pesquisas podem se valer de cálculos baseados em dados filtrados com outros padrões (v., p. ex., as médias de cada período da República no estudo de ROS e SANTOS, 2008). No apêndice 1, reuni os dados completos das datas de posse e saída de todos os Ministros do STF, assim como o detalhamento da data máxima de aposentadoria da composição atual.

¹⁶⁵ PRADO e TÜRNER (2009, p. 49 e 53 – 56) sugerem que a escolha de Ministros cada vez mais novos pode ser uma estratégia deliberada dos agentes políticos visando reduzir as vagas dos

ampliação da idade para aposentadoria compulsória – variáveis pouco previsíveis. Assim, ainda que provado estatisticamente que um “mandato implícito” existe, o mesmo seria apenas uma realidade instável.

O gráfico seguinte organiza os dados citados:

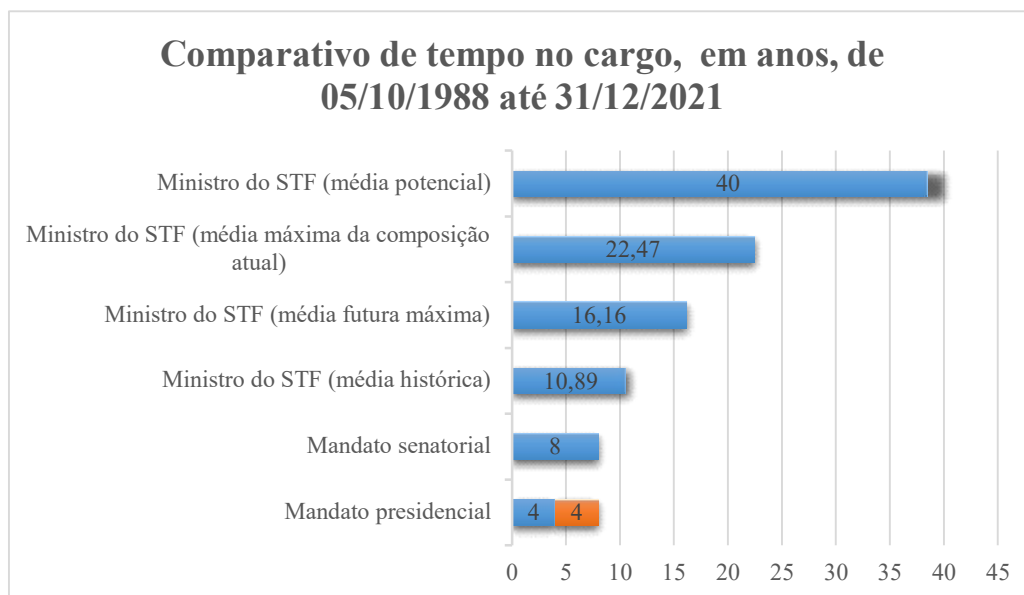


Gráfico 8: comparativo do tempo de permanência nos cargos de Senador da República, Presidente da República e Ministro do STF. Fonte: elaboração do próprio autor, a partir do Portal do STF (disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>).

O descompasso é significativo: mesmo comparando-se com a menor média, o exercício do cargo de Ministro do STF dura mais tempo do que dois mandatos presidenciais¹⁶⁶. O período máximo equivaleria a dez eleições gerais; com cinco renovações completas do Senado¹⁶⁷. A crítica, nesse sentido, é que

próximos governos e dilatar o tempo dos próprios escolhidos na Corte. Isso seria verificável especialmente no contraste entre o Regime Militar, em que há menor preocupação de alternância de poder, e a Redemocratização. Em discordância, uma apuração com diferente método feita por ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 137 e 138) demonstrou que a curva da idade da posse nos períodos citados não é decrescente e que a média entre os governos FHC e Lula, inclusive, subiu de 52 para 58 anos. Refira-se ao apêndice 1 para as datas de posse e saída de todos Ministros do STF até 2021.

¹⁶⁶ Individualmente, apenas cinco juízes indicados após 1988 ficaram menos de 8 anos no cargo. Dois deles, Min. Teori Zavascki e Min. Menezes Direito, faleceram em exercício; mas poderiam ter permanecido mais 6,57 e 3,02 anos no cargo (somando 10,70 e 5,00 anos no total, respectivamente). O Min. Francisco Rezek já compusera Corte anteriormente, somando, no total, 11,68 anos de exercício. Os outros dois Ministros, Paulo Brossard e Eros Grau, ficaram no cargo por 5,55 e 6,09 anos, respectivamente. O Min. Eros Grau, aliás, foi o único juiz do período constitucional atual a deixar o cargo enquanto o Presidente da República que o indicou ainda governava. Por sua vez, os Min. Nunes Marques e André Mendonça são os únicos membros do STF cujo Presidente da República responsável pela indicação ainda está no poder.

¹⁶⁷ Uma análise que leve em conta quais membros do Senado que votaram a favor ou contra cada indicado ao STF é inviável, pois o voto dos parlamentares sobre essa matéria é secreto. Outros trabalhos, no entanto, poderiam investigar a conjuntura política de cada época a partir dos blocos do

[p]or mais experiente e profissional que um ministro possa ser, a ideia de manter uma pessoa ou um grupo de pessoas isoladas de qualquer *accountability*, de qualquer incentivo para considerar mudanças nas preferências políticas dos eleitores, e de qualquer razão para considerar mudanças relevantes nos valores sociais, parece ser, no mínimo, desaconselhável dentro de um regime democrático e de uma sociedade em constante transformação (PRADO e TÜRNER, 2009, p. 60).

Com isso em mente, o argumento torna-se simples: a seleção de um Ministro do STF pode garantir a manutenção de um viés político por período significativamente superior ao mandato dos agentes políticos que carregavam tal ideologia. Essa preocupação pode ainda ser levada a alguns extremos. Relembre-se que, por conceito, o AI pode se caracterizar tão logo a eleição de mandatários que não participaram da indicação de um Ministro ocorra¹⁶⁸. Portanto, uma indicação e aprovação às vésperas da eleição de novos mandatários – ou até mesmo no ínterim entre sua vitória e a tomada de posse – pode aprofundar a desconexão entre o resultado eleitoral e as medidas políticas a serem efetivadas¹⁶⁹. Na outra via, porém, a reeleição tende a aumentar as chances de que um mesmo Presidente da República¹⁷⁰ indique um número significativo de Ministros para o STF¹⁷¹.

governo/oposição e da composição partidária no Congresso para tentar propor um desencontro ideológico entre a composição do Supremo e renovação do Senado.

¹⁶⁸ Mas mudanças de pensamento dentro da sociedade podem se dar de maneira mais rápida do que os períodos eleitorais. Por isso, pesquisas relacionadas à aprovação ou desaprovação do governo e/ou políticas públicas, p.ex., também são materiais capazes de evidenciar a formação de um AI.

¹⁶⁹ Desde 1988, nenhum desses cenários aconteceu. Contudo, situação muito semelhante deu início ao notório caso *Marbury vs. Madison*. Os magistrados indicados nos últimos dias do mandato do então Presidente dos EUA John Adams – entre eles um juiz para a SCOTUS, o *Chief Justice* John Marshall – foram até mesmo apelidados de “*midnight judges*” (do inglês “juizes da meia-noite”). Levando-se em conta que o sistema estadunidense é quase idêntico ao brasileiro, uma indicação após ou às vésperas de uma eleição poderia ocorrer.

¹⁷⁰ O Presidente da República que mais indicou juizes ao STF foi Getúlio Vargas (21 Ministros), mas o mesmo teve múltiplos mandatos e governou em períodos de exceção institucional (como o chamado Estado Novo, de 1937 a 1946). No período republicano pós-1988, foi o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva a fazer mais indicações (8 Ministros), o que instou inquietações em diversos trabalhos acadêmicos (v., p. ex., PEGORARO, 2006, p. 8; MARTINS, 2016, p. 36; e PEREIRA, C. e SILVA, A. 2021, p. 55 e 56). Ainda que a reeleição do Chefe do Executivo tenha tendência a alavancar o número de indicações, a coincidência entre o período do mandato e a abertura de vagas é, nos termos de PRADO e TÜRNER (2009, p. 63), um “fator ‘sorte’ estranho ao modelo político atual”. Refira-se aos dados do apêndice 1 para as indicações feitas por cada Presidente da República desde 1891.

¹⁷¹ O apontamento de muitos juizes pode, no limite, possibilitar a formação de nova maioria no Tribunal. Registre-se, entretanto, que a indicação de múltiplos membros pelo mesmo Chefe do Executivo só intensifica o AI caso todos sejam apontados com base em critérios ideológicos e decidam, conjuntamente, da maneira esperada pelo mandatário (v. OLIVEIRA, 2012a, p. 140). Caso não o façam, apenas o Ministro leal à ideologia do Presidente contribuiria para o AI. Mas isso não significa que a indicação de apenas um juiz não tenha potencial de alterar a jurisprudência da Suprema Corte, uma vez que a mesma pode, sobre qualquer matéria, encontrar-se dividida (v. ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 137).

No diagrama seguinte, correlaciono os raciocínios propostos:

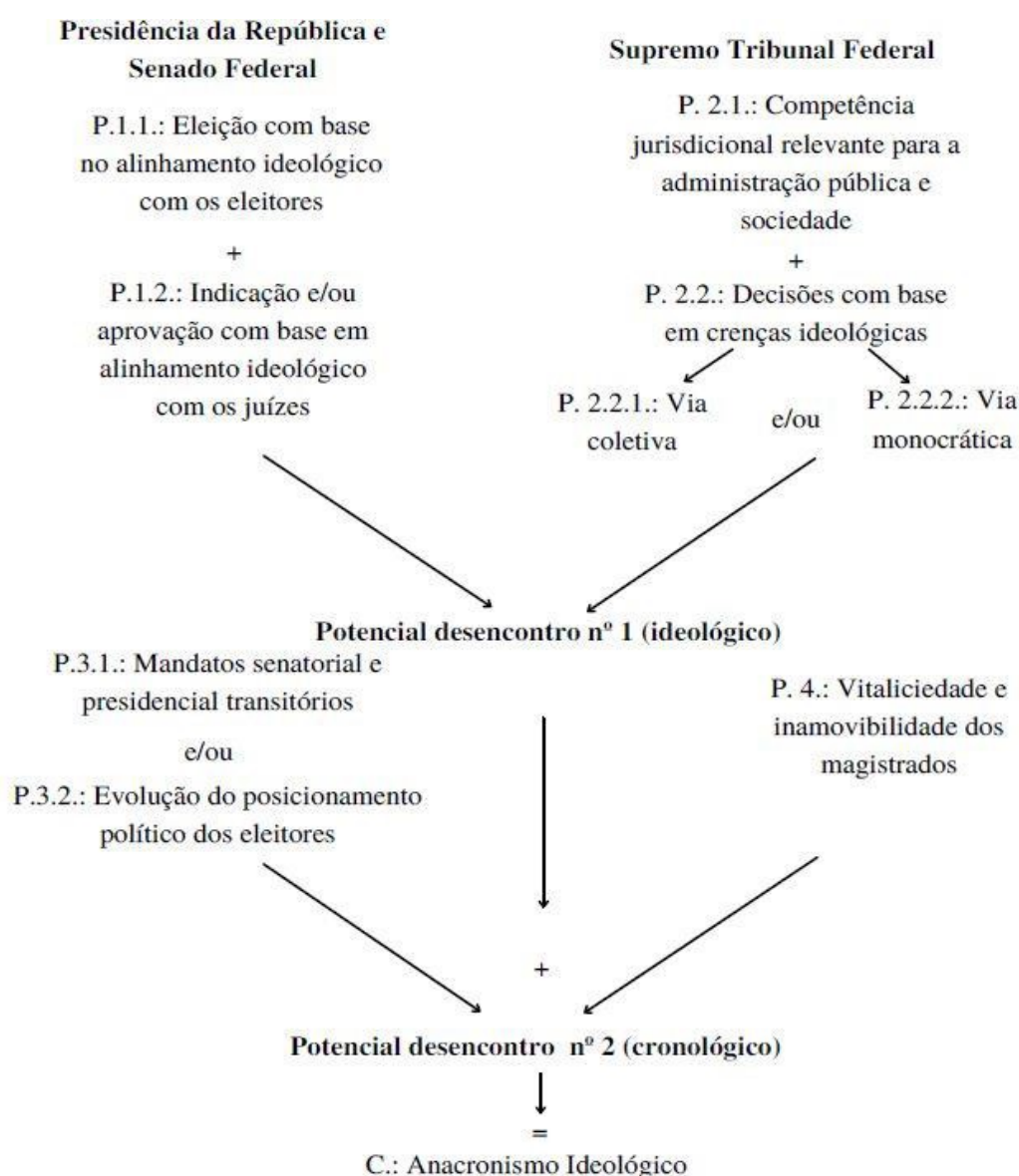


Diagrama 4: anacronismo ideológico. Fonte: elaboração do próprio autor.

Perceba-se que, em todos os casos, o AI é relacionado apenas a ideologias e comportamentos em abstrato, não possuindo relação direta com processos específicos. A categoria de problemas que trata do manejo de lides judiciais individualizadas é a que nomeei de Controle Processual.

3.2. ontrole Processual

A indicação dos juízes constitucionais também é criticável por ser capaz de controlar diretamente os prazos e resultados de processos julgados pelo STF. Mas, se o AI depende uma atuação positiva – o ingresso efetivo do indicado alinhado

ideologicamente com o agente político – o Controle Processual (CP) pode se dar tanto por ação como omissão.

3.2.1. Controle ativo

A existência de lides pendentes ou futuras no STF cujo resultado seja do interesse do Presidente da República ou Senadores pode fundamentar a escolha de magistrados cujo voto futuro seja conhecido. Refiro-me, nesse caso, a algum posicionamento específico do jurista. A título de exemplo, pense-se que, em determinado processo de ADI a ser julgado, os agentes políticos sabem que certo candidato ao STF defende a constitucionalidade de um ato normativo impugnado que lhes interessa a validade; ou que, em alguma ação penal, conhecem o posicionamento em favor da absolvição de um determinado indivíduo de interesse¹⁷².

A segunda possibilidade, aliás, ganhou enfoque à época do julgamento da Ação Penal n. 470. A desconfiança quanto à parcialidade dos juízes a serem indicados naquela época foi objeto de discussão tanto na mídia como nas sabatinas Senado (*supra*, pontos 2.2.1 e 2.2.2). O tema ressurgiu anos depois, quando o relator dos inquéritos oriundos da notória operação Lava Jato no STF faleceu abruptamente, gerando uma desconfiança quanto à escolha do sucessor¹⁷³ (v. RECONDO e WEBER, 2019, p. 42).

¹⁷² Esse indivíduo pode até mesmo ser o próprio agente político que indicou Ministro. O STF tem competência penal para julgar tanto Senadores (art. 102, II, alínea “b” da CF/1988) como o próprio Presidente – este, seja por crimes comuns, pelo colegiado do Tribunal (mesmo artigo), como de responsabilidade, pela via da Lei nº 1.079/50, com a coordenação do Senado Federal pelo Presidente da Corte (art. 52, I e parágrafo único da CF/1988). Com isso, dá-se ensejo para que um futuro réu tenha indicado seus próprios juízes, conforme aconteceu no julgamento dos ex-Presidentes Fernando Collor de Mello (Ação Penal nº 307) e Luís Inácio Lula da Silva (*Habeas Corpus* nº 152.752). A mesma apreensão também envolveu o então Presidente Michel Temer quando da indicação do Min. Alexandre de Moraes. Vale assinalar que o cenário narrado é comumente apontado como causa de suspeição dos Ministros apontados (v., p. ex., MAGRI, 2017, p. 66 – 67, e SILVEIRA, 2019, p. 260).

¹⁷³ O imbróglio é relatado por RECONDO e WEBER (2019, p. 42): “[n]o momento em que Temer soube da morte do ministro [Teori Zavascki], o secretário da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência, Márcio de Freitas, estava no gabinete do presidente. Naquele dia, ele almoçaria com o desembargador Hercules Fajores. (...) Fajores passou um recado ao presidente por intermédio do amigo: ‘Diga ao presidente para só nomear o sucessor de Teori após a distribuição da relatoria da Lava Jato’. Era uma solução institucional que preservava a separação dos Poderes e protegia o indicado por Temer. Normalmente, em casos de falecimento do ministro, o novo indicado, uma vez aprovado pelo Senado, herda o acervo de processos do antecessor. Nesse caso, caberia a Temer nomear o herdeiro da Lava Jato. Justo Temer, que se cercara de investigados e que em breve também seria atingido pelas apurações”. O ex-Presidente da República Michel Temer seguiu o conselho: o sorteio do Min. Edson Fachin à sucessão da relatoria do acervo da Lava Jato se deu em

Os posicionamentos podem ser conhecidos tanto pela via pública, a partir da leitura das publicações acadêmicas do candidato ou por meio de falas em determinada palestra, por exemplo, como privada, em conversas nos bastidores. No primeiro caso, o próprio indicado pode sequer ser avisado de que foi um tal pronunciamento que lhe garantiu/retirou a vaga no STF, sendo isso causa oculta da indicação presidencial e/ou aprovação senatorial.

Quando o posicionamento é conhecido em conversa particular, todavia, a estratégia torna-se precária. Ainda que o futuro Ministro explicitamente prometa que exarará decisão judicial favorável aos agentes políticos interessados, não haveria qualquer maneira de se ter certeza de que isso seria cumprido. Afinal, após a posse, o novo juiz gozará das proteções institucionais da magistratura (art. 95, *caput*, da CF/1988), o que o blindará de quaisquer vínculos institucionais, amizades e/ou promessas feitas¹⁷⁴. Por conta disso, qualquer de diálogo privado teria, no máximo, força de acordo verbal; e eventual reclamação quanto a seu descumprimento poderia caracterizar-se como uma confissão de crime¹⁷⁵.

Essa independência, a propósito, também permite que as falas públicas ou julgamentos pretéritos do futuro Ministro sejam retificados ao tomar posse. Especulo, contudo, que esse tipo de posicionamento teria maior chance de manutenção do que promessas privadas, uma vez que seria exposto de maneira espontânea e não teria base em negociações indevidas.

Levando-se isso em conta, seria ingênuo lastrear qualquer indicação/aprovação na expectativa de um resultado específico em um processo. Isso não quer dizer, todavia, que um candidato que propague determinada visão quanto a litígio em curso não possa obter a simpatia do Presidente ou alguns votos no Senado.

Mas, se a ação de indicação e/ou aprovação de dificilmente garantirá um resultado processual almejado, a omissão do Presidente e/ou Senadores no processo

02/02/2017, enquanto que a indicação do Min. Alexandre de Moraes só foi oficializada em 06/02/2017.

¹⁷⁴ Seria, em alusão à fala do Min. Dias Toffoli (*supra*, ponto 2.2.1), um segundo “despluge” entre o indicado e o governo.

¹⁷⁵ Pela prática de concussão, corrupção passiva e/ou prevaricação (tipificados, respectivamente, nos art. 316, 317 e 319 do Código Penal).

de escolha, por outro lado, é capaz de mudar imediatamente o andamento de uma lide.

3.2.2. Controle passivo

Em julgamento pendente pelo desfalque de vaga recém-aberta, um agente político interessado em adiar a efetivação de uma decisão poderia prorrogar a indicação/aprovação de um candidato visando controlar o *timing* do processo¹⁷⁶. No Senado, isso seria feito por meio da mora na entrega do relatório ou pelo agendamento estratégico das votações na CCJ ou Plenário¹⁷⁷. No Executivo, bastaria a desídia do Presidente em definir o indicado. Tais poderes são incontornáveis, já que envolvem competências privativas dos mandatários (art. 52, III, “a” e 84, XIV, ambos da CF/1988). Nesse ponto, é pertinente rememorar-se que os Ministros do STF têm poderes monocráticos que podem ser utilizados tão logo sua posse ocorra¹⁷⁸, de forma que cada seleção pode suscitar decisões imediatas em alguma lide sensível. Sabedores disso, tanto Presidente como um grupo de Senadores poderiam temer que alguma modificação no *status quo* acontecesse em momento inconveniente aos seus interesses.

Perceba-se que a omissão prescinde qualquer convergência ideológica ou posicionamento específico do escolhido com os agentes políticos: basta haver manejo sobre a data da posse para que a manipulação se realize¹⁷⁹. Características subjetivas do Ministro são, por conseguinte, irrelevantes.

Esse problema teve seu primeiro exemplo à época do Governo do ex-Presidente da República Floriano Peixoto, que, em atrito político com o STF¹⁸⁰,

¹⁷⁶ Registre-se que o desfalque de um membro da Corte também atrapalha a celeridade no desempenho geral de suas funções, prejudicando os jurisdicionados (MARTINS, 2016, p. 39 – 41).

¹⁷⁷ No caso do Legislativo, apenas Senadores em posições específicas teriam poderes para embargar individualmente o processo de sabatina e votação. Seriam eles: i. o relator do parecer sobre o indicado (art. 120 do RISF); ii. o Presidente da CCJ, que marca o início das sessões da Comissão (art. 89, I do RISF); e iii. o Presidente do Senado, que define as pautas de votação do Plenário (art. 48, VI do RISF). Isso não impede, é claro, que blocos parlamentares (art. 61 e ss. do RISF) pressionem indiretamente esses três agentes ou atuem a favor ou contra a aprovação.

¹⁷⁸ O novo Ministro pode assumir a relatoria imediata de um processo tanto por sorteio como sucessão (v., respectivamente, os art. 66 §2º e 38, IV, “a” do RISTF).

¹⁷⁹ Um efeito prático notável se dá no âmbito de processos criminais, nos quais o decurso do tempo pode acarretar na prescrição da pretensão punitiva estatal. Assim, sequer o posicionamento do juiz quanto ao mérito seria uma variável, uma vez que a absolvição seria obtida pela via processual.

¹⁸⁰ A celeuma envolvia, em síntese, a concessão de ordens de *habeas corpus* a adversários políticos do então Presidente. A pressão entre o mandatário e o Supremo foi tamanha que Peixoto chegou a ameaçar os juízes da Corte ao sugerir que não saberia, no dia de amanhã, quem concederia os *habeas*

deixou de indicar nomes para a Corte ao ponto de impossibilitar suas reuniões por falta de quórum (RODRIGUES, 1991a, p. 42 – 48). Recentemente, a demora na indicação à cadeira ora ocupada pelo Min. Edson Fachin, que levou 257 dias¹⁸¹, foi retrato de quão longo pode ser o processo de seleção – embora, no caso de Fachin, tenha ocorrido pela falta de apoio parlamentar ao Executivo (v. RECONDO e WEBER, 2019, p. 121 – 129).

A questão em tela é de difícilíssima verificação: não há meios oficiais de vincular a inércia presidencial/senatorial à intenção de dilação processual. Se tal estratégia for elaborada, por sinal, é improvável que sequer seja admitida publicamente¹⁸². Mas, ainda que prova cabal seja impossível¹⁸³, o simples fato de a omissão ser potencialmente manipulativa salienta como o método de escolha confere não só controle sobre a pessoa do magistrado como sobre o *timing* político de suas decisões. Em outros termos, a discricionariedade dos Senadores e Presidente abrange não só o “quem” como também o “quando”.

Não são eles, no entanto, os únicos a calcular quando e quem passará a compor a Suprema Corte: diferentes setores da sociedade também são afetados pelas decisões do STF e podem, por isso, pressionar seus governantes tanto pela celeridade na escolha como pela preferência a candidatos específicos.

3.3. Pressão eleitoral

Nos termos de JORGE (2020, p. 49 e 50),

[d]esde a entrada em vigor da Constituição de 1988, a distância entre o STF e a sociedade diminuiu e o interesse pelo Tribunal e seus membros aumentou. O STF não só entrou no noticiário, de onde nunca mais saiu, mas tomou sobretudo o palco das grandes questões nacionais e dá sinais de que jamais deixará de ser um dos protagonistas.

Segundo o autor, o aumento desse protagonismo se deve especialmente por fatores contextuais, como o julgamento de causas notórias (v. tabela 9) que fizeram

corpus para os Ministros do Supremo (v., para mais detalhes, VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 194 – 199)

¹⁸¹ De 31/07/2014 (data da aposentadoria do antecessor, Min. Joaquim Barbosa) até 14/04/2015 (dia em que foi publicada a indicação).

¹⁸² Pois poderia caracterizar crime.

¹⁸³ Indícios, porém, poderiam ser aventados: bastaria associar o escoamento de um prazo processual ao momento da indicação; ou o curso de um processo com resultados políticos para o governo com a resistência de Senadores da oposição em aprovar o Ministro. Todavia, salvo com a confissão explícita dos envolvidos, não vejo como tais indícios poderiam embasar mais do que meras suposições.

com que a Corte e seus membros fossem progressivamente mais citados na imprensa¹⁸⁴. No extremo, houveram até mesmo reportagens comparando a popularidade dos 11 Ministros do STF a dos 11 titulares da Seleção Brasileira de Futebol (v. GEDEON, 2018, p. 39).

Como causas à crescente vigilância sobre o STF, autores indicam a criação da TV Justiça¹⁸⁵, a expansão das redes sociais, as garantias de liberdade de expressão e informação e até mesmo a implementação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que juntas intensificaram “o conhecimento de segmentos da população acerca do STF, assim como a presença deste na mídia” (FALCÃO e OLIVEIRA, F., 2013, p. 429). O gráfico que segue demonstra como esse interesse é distribuído dentre diversos grupos sociais:

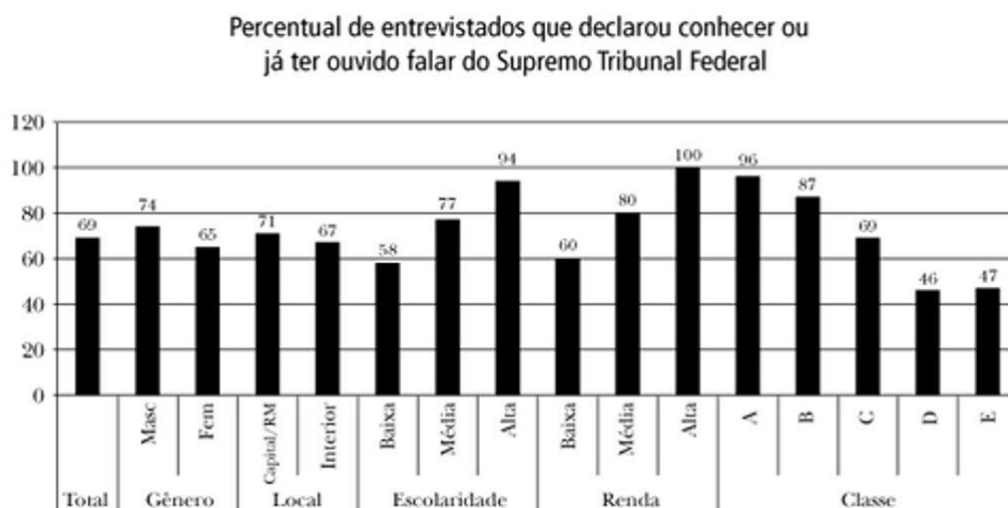


Gráfico 9: percentual de brasileiros de diferentes espécies de escolaridade, renda, gênero etc. que declararam conhecer ou ter ouvido falar sobre o STF. Fonte: FALCÃO e OLIVEIRA, F. (2013).

Estudo similar, mas com enfoque em brasileiros de 15 a 29 anos, demonstrou que os Ministros do STF são mais conhecidos do que os parlamentares

¹⁸⁴ Confira-se a pesquisa de FALCÃO e OLIVEIRA, F. (2013) para uma discussão detalhada da trajetória de crescimento de referências ao STF na mídia.

¹⁸⁵ A TV Justiça, em especial, “deu enorme visibilidade ao STF, aproximou a Corte da população, tornou seus ministros conhecidos e possivelmente mais preocupados com a sua imagem e com a comunicação estabelecida com o público, consequência do aumento de exposição provocado pelas sessões plenárias (...) Os votos passaram a ser ilustrados com metáforas, com referências a provérbios populares e a obras de conhecimento geral, que favoreciam a compreensão das questões debatidas pela Corte. (...) Nos casos de maior repercussão, os votos passaram a apresentar indícios de que os ministros, em suas decisões, dialogavam com diversos interlocutores que lhes eram caros, como, por exemplo, a opinião pública, a imprensa, os movimentos sociais, grupos religiosos e até a população da sua terra natal” (MELLO, 2018, p. 18).

– até mesmo entre aqueles em que os eleitores votaram –, e representam mais os entrevistados do que esses próprios mandatários (GEDEON, 2018, p. 43 – 46).

Esse cenário demonstra a expressividade da atenção dada para o cargo de Ministro do STF. Diante disso, as indicações à Corte se tornam ferramentas viáveis a atrair a simpatia de grupos de eleitores. A busca estratégica por esse efeito é nomeada por ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 131) como “sinalização”:

Trata-se do fim político que chamamos de *sinalização*: o presidente usa a oportunidade de nomeação para expressar seu comprometimento com um conjunto de valores, causas sociais ou ideias de relevância simbólica para a sociedade. Nesse sentido, (...) há relatos de presidentes que conscientemente buscaram indicar membros de grupos percebidos como minorias, sejam étnicas, religiosas, culturais ou de gênero.

Justamente pela indicação ser atribuição de um cargo representativo, o candidato a Presidência pode se valer de sua função para conquistar votos. Em via inversa, um boato sobre o apontamento de alguém indesejado pelos potenciais eleitores pode custar métricas relevantes para o pleito. Incide, dessa maneira, certa Pressão Eleitoral (PE) que, ainda que indiretamente, influencia a seleção ao STF. Essa PE, pontue-se, não é restrita ao período exato das campanhas eleitorais¹⁸⁶, podendo ser utilizada na obtenção de apoiadores para pleitos futuros.

No caso do Senado, vale apontar que o mesmo é visto por alguns (v. p. ex., PEIXOTO, 2012, p. 123) como menos atrelado aos desejos eleitorais do que a Câmara dos Deputados¹⁸⁷, razão pela qual há críticas quanto à falta de representatividade popular, ao menos durante fase Legislativa, no processo de escolha ao Supremo. Enfraquecendo esse entendimento, há a recente abertura à participação popular nas sabatinas e votações senatoriais, muito embora o caráter secreto e colegiado do pleito mitigue alinhamentos eleitorais mais substanciais.

Seja pelo Executivo ou Legislativo, o uso eleitoral da seleção ao STF é problemático por descaracterizar o aspecto técnico do Tribunal, colocando-o como instrumento de trocas políticas. Além disso, se a composição de seu quadro de juízes se pautar em conveniências governamentais, ficará em xeque a legitimidade

¹⁸⁶ O Min. Joaquim Barbosa, conforme visto *supra* (ponto 2.1.3.3), foi um exemplo do uso da indicação como “marketing político” fora de período eleitoral. Outro exemplo é o nomeado mais recente, Min. André Mendonça (v. nota de rodapé nº 100).

¹⁸⁷ O Senado, por não contar com a eleição de seus membros pela via proporcional, não refletiria a representação popular. Afinal, a Câmara Alta conta com três representantes de cada Estado e DF independentemente do tamanho de suas populações (v. SCHWARTZ e DERZOZI, 2010, p. 188).

para a atuação contramajoritária do órgão¹⁸⁸. Por outro lado, alguns autores entendem que a presença de certa PE no processo de composição da Corte é um meio lhe conferir legitimidade (v., p. ex., TAVARES FILHO, 2006 e LUZ e PAES, 2017), numa espécie de eleição indireta que conferiria um “lastro democrático justificante” à atuação dos nomeados (COSTA *et al*, 2017, p. 3).

De qualquer modo, o problema em exame é, ao menos em tese, diminuído pelo controle do Senado Federal sobre a indicação presidencial: o Presidente não conseguiria alçar um Ministro que, ainda que apoiado pelos seus eleitores, fosse rejeitado pelo Legislativo. Ao contra-argumento de que os Senadores também são eleitos e, portanto, podem se beneficiar eleitoralmente na apreciação de um nome, oponho novamente o fato de seus votos serem secretos.

Registre-se que a PE não seria possível caso parte dos requisitos à vaga ao STF não fossem subjetivos: sem a flexibilidade interpretativa, não haveria espaço para a utilização de critérios da conveniência eleitoral na seleção. Essa abertura, contudo, é compreendida como desejável¹⁸⁹ por alguns. Segundo VIERA, J. *et al* (2017, p. 4), “[a]s categorias abertas ‘notável saber jurídico’ e ‘reputação ilibada’ podem ser compreendidas como um critério democrático” que possibilitaria “um espaço de debate público para que se considere alguém qualificado para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal”. Isso faria com que “este meio de indicação, apesar de indireto – isto é, feito e ratificado por representantes políticos” fosse apto a estabelecer “uma comunicação com o mundo exterior”. Entretanto, a análise quanto ao projeto HOS realizada pelos próprios autores e por mim, demonstrou que a ideia não encontra respaldo na prática:

[a] pesquisa sobre a história oral do Supremo Tribunal Federal revelara dados completamente diferentes. Tal qual no adágio popular de que na prática a teoria é

¹⁸⁸ Nos termos de ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 118), “[s]e é certo que o Presidente procura e consegue maximizar a influência da sua visão política nas decisões do STF por meio do processo de indicação de Ministros, então a tradicional idéia (*sic*) do papel ‘contra-majoritário’ (*sic*) do Poder Judiciário em relação às maiorias políticas deve ser posta em xeque – para não falar de noções ainda persistentes de que a atividade de interpretação constitucional levada a cabo pelo STF é eminentemente técnica, sem qualquer componente político ou moral significativo”. No extremo, a indicação realizada com base na PE “pode significar a exclusão das minorias ou daqueles que estão à margem da sociedade, transformando a democracia em verdadeira tirania da maioria” (MAGRI, 2017, p. 66).

¹⁸⁹ Desejável no sentido de a natureza política as competências do STF seriam legitimadas na medida em que o critério de nomeação de seus membros admite a composição por critérios políticos. Em outros termos, “[n]a doutrina jurídica, a natureza eminentemente política das funções exercidas pelo STF é o principal fundamento conceitual que justifica o[s] aspectos subjetivos] do sistema de escolha e nomeação de seus membros” (TAVARES FILHO, 2016, p. 6).

outra, os relatos apresentados mostraram um processo não-conflitivo de indicação e sabatina entre o “candidato” indicado e os senadores. (...) nada de participação popular ou consultas democráticas, mas sim movimentação política (...) e depois, articulações políticas palacianas. O povo ou democracia são sujeitos ocultos, quase sempre marginalizados, no processo de indicação e sabatina do candidato no processo brasileiro (COSTA *et al*, 2017, p. 18).

A PE não consiste, portanto, em um debate de ideias, e sim de desejos: importam nomes com peso quantitativo, *i.e.*, cuja seleção possa contribuir em (re)eleições majoritárias; e dispensam-se parâmetros qualitativos do jurista, mesmo que benéficos ao funcionamento do Poder Judiciário.

O último ponto ser analisado diz respeito às finalidades secundárias que a forma de ingresso ao STF envolve. Tais fins não envolvem consequências para o funcionamento da Corte, processos judiciais relevantes para o governo nem projetos eleitorais: são relacionados apenas à esfera pessoal dos agentes responsáveis pela escolha.

3.4. Prevalência de interesses privados

A escolha ao STF, como ato administrativo, segue os princípios do art. 37 da CF/1988. Logo, a composição não pode ser feita a partir de preferências pessoais dos mandatários (se violaria o princípio da impessoalidade). Entretanto, como a indicação e aprovação são discricionárias¹⁹⁰ e prescindem fundamentação¹⁹¹, inexistem obstes legais que evitem a Prevalência de Interesses Privados (PIP) nas decisões dos agentes competentes.

A PIP pode envolver tanto características objetivas como subjetivas do candidato. No primeiro caso, dizem respeito, por exemplo, à naturalidade, gênero, raça e profissão, fazendo com que predileções particulares deem espaço a regionalismos, sexismo, racismo e corporativismos no âmbito da Corte¹⁹². No segundo, relaciona-se com a flexibilização do conceito dos requisitos subjetivos do

¹⁹⁰ Ao menos no que diz respeito aos requisitos subjetivos para o cargo.

¹⁹¹ O art. 383, I do RISF apenas exige fundamentação formal, qual seja, que o Presidente da República envie uma mensagem com o *curriculum vitae* do indicado contendo suas atividades profissionais e publicações acadêmicas (alínea “a”). Outros dados referentes à vida pública do candidato são colacionados a partir de declarações feitas por ele mesmo (alínea “b”).

¹⁹² Isso reduz o potencial de diversidade dentre os membros da Corte. Para o direito, a pertinência disso estaria na influência do perfil da composição na tomada da decisão em colegiado; mas outras humanidades, como a sociologia e ciência política, poderiam associar tal circunstância a elitismos e crise de representatividade. Isso leva a crer que investigações interdisciplinares enriqueceriam o tema sob estudo, ainda que em paralelo ao âmbito jurídico.

cargo, com decisões que visam acomodar amizades pessoais, relações familiares e barganhas, o que pode acarretar em apadrinhamentos, nepotismo e até crimes.

Em todos os casos, não há qualquer relação entre a motivação da escolha dos agentes e as funções a serem exercidas pelo magistrado. Em outros termos, algum tipo de finalidade externa ao funcionamento do STF é que fundamenta a indicação. ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 131) entendem que o objetivo externo mais evidente seria o uso da vaga como moeda de troca política, denominando isso de “barganha”:

O fim externo mais evidente é o uso da vaga no STF como moeda de troca para apoio político — o que chamamos aqui de *barganha*. Esse apoio pode se dar de forma pontual, em outras frentes políticas potencialmente mais relevantes para o presidente. Nesse caso, há uma troca mais ou menos explícita entre o uso do poder de nomeação para agradar certos grupos e o apoio desses mesmos grupos a outras iniciativas importantes para o presidente. Por outro lado, o apoio obtido (ou esperado) com a indicação pode ser mais difuso, como ocorre quando o presidente escolhe uma pessoa com o intuito de agradar certos grupos que já integram sua coalizão, sem vinculação a questões, votações ou decisões específicas que estejam na pauta política. Nos termos aqui propostos, para que esteja caracterizada a barganha como fim político relevante em uma dada indicação é necessário que o preenchimento da vaga seja parte de uma troca mais ou menos explícita. É preciso, portanto, que haja um elemento de *bilateralidade*, ainda que não haja um acordo explícito, com termos precisos que possam ser identificados.

Anote-se que, especificamente nas indicações baseadas na profissão do indicado, a PIP pode incidir de forma indireta. É que a seleção de alguém que ocupe um cargo cuja composição também se dá a partir da indicação presidencial – como um Ministro do STJ, por exemplo – leva a uma segunda indicação a ser feita pelo Presidente da República (ainda que seguindo requisitos legais distintos). A depender do órgão, a PIP pode estar ligada justamente a essa segunda indicação¹⁹³.

A PIP é, como o CP, problema de difícil comprovação. Contudo, diferentemente das barreiras legais existentes contra o CP (vitaliciedade e inamovibilidade), a PIP não é tão concreta, disfarçando-se de inúmeras formas¹⁹⁴.

¹⁹³ Tratar dos interesses relativos à indicação a outros órgãos é tarefa de trabalhos voltados à forma de composição justamente desses órgãos. Considerando-se a proporção de membros do STJ nas indicações mais recentes ao STF (gráfico 5), intuo que seria o Tribunal da Cidadania a merecer maior destaque.

¹⁹⁴ Isso pode ser atribuído, em parte, ao sistema de “presidencialismo de coalizão” (termo cunhado inicialmente por ABRANCHES, 1988), no qual “os fins políticos *externos* podem, em diversos momentos, ser mais importantes do que a simples maximização do alinhamento entre preferências políticas do presidente e decisões futuras do STF” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 120). Ou seja, as contingências políticas do governo podem, a todo tempo, alavancar negociações políticas imprevisíveis relacionadas à vaga no STF. Nesse ponto, é pertinente se frisar que, diferentemente

Consequentemente, é improvável que um único mecanismo jurídico¹⁹⁵ fosse capaz evitar a incidência de toda e qualquer PIP no processo de seleção ao Supremo. A solução desse problema, portanto, parece exigir a alteração de algum elemento da própria forma de ingresso.

3.5. conclusão parcial: modelo ultrapassado

Os problemas apontados quase sempre se baseiam em premissas estabelecidas a partir de 1988: a enorme importância da jurisdição e poderes individuais do STF. Quando não, relacionam-se com a descrença na classe política (pela desconfiança quanto a práticas delituosas na administração pública) ou na possibilidade do cruzamento entre interesses privados com funções públicas. O PIP é um problema universal e atemporal na governança pública, mas a preocupação concomitante com o AI, PE e CP ressaltam como a forma ingresso é especialmente problemática. Ilustrando isso, o diagrama abaixo relaciona cada elemento da norma atual com as críticas analisadas neste capítulo.

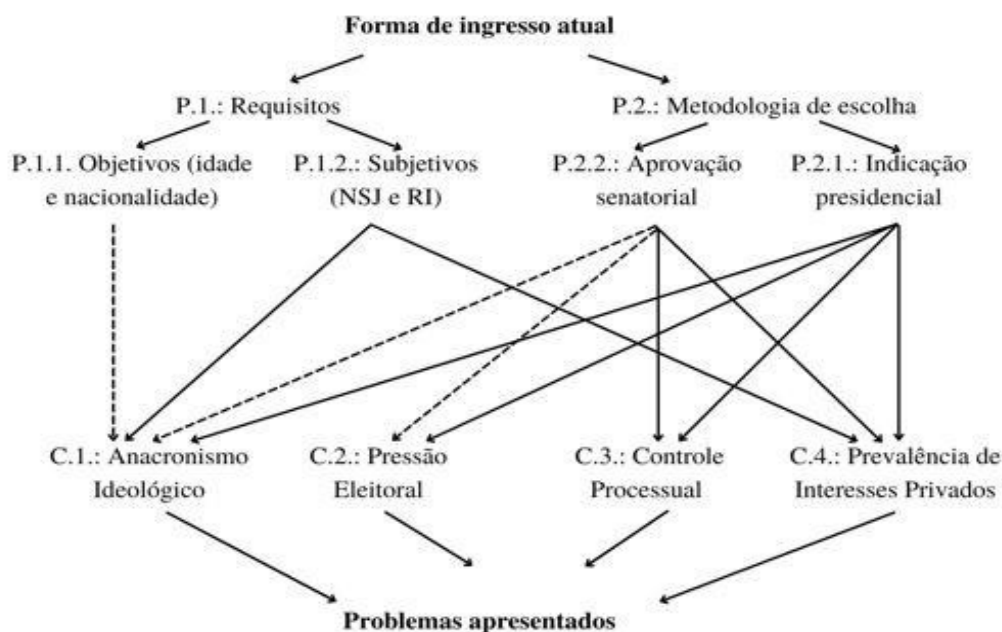


Diagrama 5: forma de ingresso ao STF e problemas relacionados. Fonte: elaboração do próprio autor.

de coalizões que exigem ampla maioria parlamentar (como a aprovação de PEC ou *impeachment*), a aprovação de uma indicação ao STF exige tão somente o quórum de uma Lei Complementar e apenas em uma das casas legislativas. Por conseguinte, bastaria uma coalizão ampla o suficiente para aprovar, no Senado, Projetos de Lei Complementar para que o Presidente também tivesse garantida “a aprovação de qualquer nome que ele indique ao posto de ministro do Supremo Tribunal Federal” (ALMEIDA, 2019, p. 38).

¹⁹⁵ O crivo do Senado deveria, em tese, cumprir esse papel. Porém, não só não o tem feito a contento (v. *supra*, ponto 2.2) como os próprios Senadores também são vulneráveis agir com PIP.

Há três linhas pontilhadas no esquema, simbolizando uma relação fraca de causa e consequência: i. na aprovação senatorial, pelo fato de ser um órgão colegiado que se manifesta por escrutínio secreto, tornando a associação direta com o AI e a PE incerta¹⁹⁶; e ii. nos requisitos objetivos para o ingresso, por não acarretarem em nenhum problema senão o anacronismo ideológico, mas apenas quando somados à indicação com fins de alinhamento político, não sendo causa suficiente por si só. No tocante às linhas firmes, note-se como os requisitos subjetivos conferem a discricionariedade necessária para que as escolhas com propósitos ideológicos possam ocorrer, mas são desnecessários àquelas com objetivos eleitoreiros ou processuais. A indicação presidencial é o único poder firmemente relacionado às quatro espécies de problemas, o que fortalece a noção de que o papel do Poder Executivo na seleção é hipertrofiado em prejuízo aos demais Poderes (MAGRI, 2017). Afinal, o apontamento presidencial é o filtro inicial de todo o procedimento, sendo o fator que reduz o universo de nomes possíveis a apenas um (SILVEIRA, 2019, p. 257). Por fim, o crivo senatorial participa em paralelo à atuação presidencial, mas tem as duas limitações assinaladas. Repare que não há impedimentos para os problemas apresentados transcorram tanto de forma autônoma como conjuntamente¹⁹⁷.

A última conclusão a se extrair é que todos os elementos da forma de ingresso são potencialmente¹⁹⁸ problemáticos. Todos podem ser lesivos em variadas combinações e intensidades¹⁹⁹, sendo fundamentos à multiplicidade de

¹⁹⁶ Ainda assim, os Senadores em certas posições de poder podem atuar individual e publicamente nos casos de CP e PIP.

¹⁹⁷ Em linha similar à conjugação entre os fins políticos externos e internos propostos por ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 139): “observamos que a indicação presidencial pode visar tanto a fins políticos internos — decisões judiciais alinhadas com o projeto político do presidente — quanto a fins políticos externos — barganhas com atores políticos e sinalizações para a sociedade em geral — ao funcionamento de um tribunal como o STF. Assim, os fins a serem maximizados são múltiplos, e a prioridade relativa atribuída a cada um deles depende da conjuntura política em que a coalizão presidencial se insere naquele momento”.

¹⁹⁸ Potencialmente pois, ainda que não houvesse qualquer constatação cabal ou crítica quanto a que os problemas elencados ocorrem, não há obstáculo legal para que eles possam acontecer. Em conclusão similar: “[q]uando pensamos nas múltiplas interações estratégicas e conflitos entre fins políticos diversos que pautaram o processo decisório que resultou no preenchimento de cada uma das vagas do STF, percebemos que o resultado observável (a composição do tribunal) não reflete necessária ou exclusivamente nem o projeto político do presidente, nem o seu favorecimento a uma determinada região do país ou grupo político — mas *podem* refletir, de uma forma complexa, uma tentativa de integrar esses variados fins políticos” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2010, p. 140).

¹⁹⁹ V. também a conclusão de ARGUELHES e RIBEIRO (2010, p. 140): “[a]s considerações vistas não indicam ser impossível pensar em um “modelo”, com um número limitado de variáveis, para explicar o processo de indicação e confirmação de ministros do STF. Elas apenas revelam que o

consequências destacadas. Isso, diante das modernas atribuições e poderes do STF, acentua como o sistema atual é arcaico.

Em reação a esse panorama, há número significativo de propostas legislativas que visam reformar o sistema. A seguir, irei apresentá-las.

desenho institucional (formado por múltiplos atores que participam do processo decisório) e a diversidade de objetivos a serem maximizados devem ser levados em consideração na análise da indicação”.

4. Proposições de modificação

Os problemas discutidos no capítulo anterior podem ser tratados pela via legal ou a partir de modificações na aplicação da norma. O capítulo 2 demonstrou como a seleção ocorre de maneira atécnica e permeada por fins políticos, o que inspira análises prescritivas a partir de pesquisas sobre a governança brasileira – mas não é objeto deste trabalho. No que diz respeito às soluções estritamente jurídicas, porém, há amplo material a ser examinado nesta dissertação.

Para os objetivos deste capítulo, contabilizei e classifiquei cada proposição presente nas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que visam modificar a seleção de Ministros do STF²⁰⁰ (ou elemento intimamente ligado à mesma). É claro que também há asserções acadêmicas pertinentes sobre o tema²⁰¹, mas a falta de centralidade de fontes impossibilita que as todas sejam compiladas tal qual os documentos normativos. Além disso, compreendo que o caráter oficial e representativo dos autores das PEC²⁰² justifica a atenção específica a esse material²⁰³. Afinal, qualquer proposta doutrinária, por mais relevante que seja, teria que ser acolhida por parlamentares antes de poder retificar qualquer componente normativo da forma de ingresso.

4.1. Iassificação

²⁰⁰ Devo registrar que pesquisas muito similares foram realizadas, ainda que com objetivos distintos, por SERRANO (2015), JORGE (2020) e CUNHA e OLIVEIRA, F. (2020). Todas foram utilizadas como fontes de dados para este trabalho. Ressalte-se que o estudo da matéria ora tratada demanda constante atualização: como Projetos de Lei sobre temas diversos, a todo tempo novas PEC sobre a seleção ingresso podem ser apresentadas.

²⁰¹ Para uma amostragem eclética das propostas acadêmicas, v. a compilação feita por SCHWARTZ e DEZORZI (2010, p. 191 – 196). Em resumo, os autores concluem que “as propostas doutrinárias existentes para remodelação estrutural do sistema de composição do Supremo Tribunal Federal têm apontado para valorização do modelo europeu de composição dos Tribunais Constitucionais. Efetivamente, reconhecendo-se a deficiência do atual sistema de composição do Supremo Tribunal Federal, são apontadas soluções que primam, sobretudo, pelo seu fortalecimento como instituição independente e democratizada” (2010, p. 196). Adicionalmente, v. a síntese de críticas apresentada por PEGORARO (2006, p. 79 – 87).

²⁰² Os projetos e debates realizados na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que deu origem à norma constitucional atual, também são interessantes. Para um detalhamento das ideias sobre a forma de ingresso discutidas nessa época, v. KOERNER e FREITAS (2013). Foram tópicos de discussão, entre outros, a mudança do quórum de aprovação senatorial; o estabelecimento de mandatos e a alteração das autoridades indicantes.

²⁰³ As discussões doutrinárias, de todo modo, são bom complemento ao estudo das proposições legislativas. Tanto que há PEC que, em suas justificativas, fazem alusão ou incorporam as propostas de alguns autores (como, p. ex., a de VELLOSO, 2003, p. 311 e 312). Também acontece o inverso, com autores discorrendo sobre a reforma da seleção tendo como base uma ou várias PEC sobre o tema (v., p. ex., COMPARATO, 2019 e TEIXEIRA, A., 2021).

Por ser norma constante na CF/1988, a modificação da forma de ingresso ao STF requer uma Emenda Constitucional (art. 60 da CF/1988). Desde a promulgação da regra atual, foram apresentadas oitenta PEC²⁰⁴ visando modificar o sistema (47 da Câmara dos Deputados e 33 do Senado Federal²⁰⁵). Esses documentos quase sempre pretendem mudar mais de um aspecto da seleção²⁰⁶, de modo que minha análise filtrou as proposições de cada PEC uma a uma, classificando-as individualmente²⁰⁷.

As proposições de modificação serão apresentadas em três espécies: i. ampliativas, que adicionam algum elemento à metodologia e/ou requisitos da seleção; ii. redutivas, que removem algum aspecto já existente; e iii. as alternativas, que criam um sistema novo, com pouca ou nenhuma coincidência com o atual.

As proposições ampliativas e redutivas comportam as seguintes subdivisões: i. de método, quando modificam o procedimento de seleção e/ou os agentes competentes; e ii. de requisitos, quando tratam das exigências objetivas e/ou subjetivas para o cargo. As propostas alternativas, por sua vez, subdividem-se em quatro: i. eleitoral; ii. concurso público; iii. progressão de carreira; e iv. sorteio.

Em paralelo a essas espécies, há proposições que, ainda que não afetem a forma de ingresso, são intimamente relacionadas ao tema. Classifico as mesmas como correlatas. Elas abrangem os seguintes tópicos: i. mandato para Ministros do

²⁰⁴ Esse número foi o resultado da filtragem de todas as PEC documentadas nos portais oficiais do Senado Federal e Câmara dos Deputados que, desde a promulgação da forma de ingresso atual, contivessem em suas ementas os termos “Supremo Tribunal Federal”, “STF” e/ou “art. 101”. Sobre isso, um alerta: a pesquisa pretendeu ser exaustiva, mas podem haver PEC que modificam a forma de ingresso sem citar os termos pesquisados em sua ementa (tratando a reforma como providência secundária) ou indiretamente, ao propor retificações para toda a magistratura (sem especificar o STF). De todo modo, assumi que o Supremo Tribunal Federal é instituição proeminente demais para que uma PEC pretenda o reformar sem sequer lhe fazer menção direta. Também cumpre esclarecer que algumas PEC não foram consideradas como relacionadas ao modelo atual, como a PEC nº 111/2003, da Câmara dos Deputados. A mesma propõe a extinção da atual Corte e criação de um Tribunal Constitucional. Apesar dela determinar uma forma de composição inédita, essa PEC também remodela as competências jurisdicionais do Tribunal ao ponto de descaracterizá-lo como é hoje; o que difere, portanto, de alteração meramente nominal como a realizada pela CF/1934.

²⁰⁵ A inexistência de PEC de iniciativa da Presidência da República é um indicio relevante de que o Poder Executivo tem interesse no sistema de seleção tal como ele está. Por sua vez, a ausência de propostas por parte das Assembleias Legislativas Estaduais não remete a causa evidente.

²⁰⁶ Também é comum que uma PEC busque mudanças mais amplas para todo o Poder Judiciário e cuide da forma de ingresso do STF apenas incidentalmente. Nesses casos, ignorei as proposições que são estranhas ao escopo deste trabalho.

²⁰⁷ A contabilização de quais PEC trazem cada proposição encontra-se quantificada na tabela 15 e detalhada no apêndice 3. Isso foi feito a fim de apresentar as referências sem torna-las repetitivas nem enfadonhas.

STF; ii. renovação agendada da Corte; iii. confirmação póstuma dos membros; iv. possibilidade de exercício provisório e suplentes para o cargo; v. vedações após a saída do posto; vi. quantidade de membros do Tribunal e; vii. desconstitucionalização e regimentalização do processo de seleção.

O diagrama abaixo organiza as categorias:

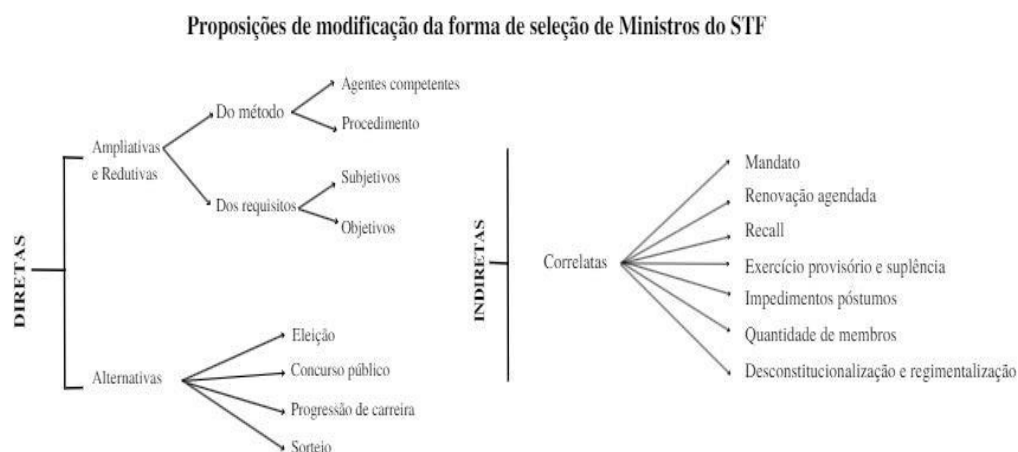


Diagrama 6: classificação das proposições de modificação. Fonte: elaboração do próprio autor.

A seguir, discorrerei sobre cada espécie.

4.2. Proposições ampliativas

Proposição ampliativa é toda sugestão que, preservando a essência do sistema atual, adiciona elemento ao seu método ou requisitos.

4.2.1. método

As sugestões de ampliação do método pressupõem que os agentes e/ou procedimento atuais pecam pela falta. Dessa maneira, propõem algum passo a mais no trâmite ou que mais autoridades participem da indicação, aprovação e/ou nomeação.

4.2.1.1. Dos agentes competentes

No capítulo 2 foi atribuída a vários personagens uma participação proativa, ainda que informal, no ingresso ao Supremo. As proposições ampliativas de agentes reconhecem e acolhem isso, conferindo um poder-dever de apontamento a outras autoridades além da Presidência.

Há proposições de participação direta e indireta dos novos agentes na indicação. No primeiro caso, confere-se o mesmo poder do Chefe de Estado, por meio da alocação de um número certo de vagas para o apontamento de cada ator. Em outros termos, quebra-se o monopólio presidencial sobre a indicação²⁰⁸. No segundo caso, a Presidência mantém-se com seu poder pleno, mas fica vinculada – em todas ou só algumas vagas – a opções pré-determinados pelas autoridades adicionadas. Isso ocorre com a elaboração de listas de nomes a serem apreciados pelo mandatário, o que afasta sua discricionariedade absoluta.

Há diversas autoridades aventadas para indicação direta: i. Câmara dos Deputados (por quórum indeterminado, de maioria simples, absoluta ou três quintos, em votação aberta ou secreta); ii. Senado Federal (por quórum indeterminado, de maioria simples, absoluta ou três quintos, em votação aberta ou secreta); iii. Congresso Nacional (por quórum indeterminado, de maioria absoluta de ambas as casas, em votação aberta ou secreta, ou por decisão da sua Presidência); iv. Superior Tribunal de Justiça (por procedimento indeterminado); v. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (por procedimento indeterminado); vi. Procuradoria-Geral da República (por procedimento indeterminado); vii. Supremo Tribunal Federal (por quórum indeterminado, de maioria absoluta ou dois terços, em votação aberta ou secreta) e viii. Poder Judiciário (sem especificação de órgão nem procedimento).

As autoridades sugeridas para indicação indireta, isto é, elaboração de listas, são ainda mais numerosas: i. órgãos colegiados das universidades com curso jurídico de doutorado há mais de 5 anos ou 10 anos (por procedimento indeterminado); ii. Conselho Federal²⁰⁹ da Ordem dos Advogados do Brasil (sem quórum determinado ou por decisão da sua Presidência); iii. Procuradoria-Geral da República; iv. Superior Tribunal de Justiça (por quórum indeterminado ou por decisão da sua Presidência); v. Tribunal Superior do Trabalho (por quórum

²⁰⁸ As proposições que levam o número de vagas à indicação presidencial a 0 são classificadas como redutivas. A adição de autoridades é classificada à parte, seja o Presidente da República mantido no processo ou não. Quando as novas autoridades compartilham a indicação direta com o Presidente, o número de vagas mantidas ao apontamento do Executivo varia entre 2 a 7. Vale registrar que em quase nenhum caso o Presidente mantém arbítrio sobre a maioria dos assentos.

²⁰⁹ Algumas PEC não especificam o Conselho Federal como o agente competente à indicação, referindo-se apenas à Ordem. Contudo, o art. 54, XIII da Lei nº 8.906/94 dá competência ao Conselho para a elaboração de listas constitucionalmente previstas. Logo, toda atribuição de indicação a ser feita pela Ordem será por decisão de seu Conselho Federal.

indeterminado ou por decisão da sua Presidência); vi. Tribunal de Contas da União (por decisão da sua Presidência); vii. Superior Tribunal Militar (por quórum indeterminado ou por decisão da sua Presidência); viii. Tribunal Superior Eleitoral (por quórum indeterminado); ix. Congresso Nacional (por quórum de maioria simples ou absoluta de ambas as casas ou por decisão de Comissão Mista); x. Conselho Nacional do Ministério Público (por quórum indefinido); xi. Conselho Superior do Ministério Público Federal (por quórum indefinido); xii. Conselho Nacional de Justiça²¹⁰ (por quórum indefinido); xiii. Ministérios Públicos Estaduais (por procedimento indeterminado); xiv. Ministério Público da União (por quórum indefinido); xv. Ministério Público Federal (por quórum indefinido); xvi. Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal (por procedimento indefinido); xvii. Tribunais Regionais Federais (por procedimento indefinido); xviii. Tribunais Regionais do Trabalho (por procedimento indefinido); xix. Senado Federal (por quórum de maioria simples, três quintos, em votação secreta ou aberta, por iniciativa de dez membros da casa ou por decisão da sua CCJ); xx. Câmara dos Deputados (por quórum de maioria simples, três quintos, em votação secreta ou aberta, por iniciativa de dez membros da casa ou por decisão da sua CCJ); xxi. órgãos de representação da magistratura (por procedimento indefinido); e xxii. Supremo Tribunal Federal (por quórum indeterminado ou de três quintos, em votação secreta ou aberta).

Embora mais escassas, há proposições que visam a inserção de outros responsáveis na avaliação da indicação. As que mantêm o controle no âmbito do Legislativo suscitam a coparticipação da Câmara dos Deputados com o Senado ou a criação de Comissão Mista do Congresso Nacional ou Comissão Especial da própria Câmara Alta²¹¹ para realizar a apreciação. A única proposta que atribui a chancela a Poder diferente sugere uma inversão do sistema atual para que o Senado Federal faça a indicação (por maioria absoluta) e o Presidente da República exerça o controle por meio de veto absoluto.

Por fim, há moções para que a nomeação seja implementada pelo Presidente do STF ou Presidente do Congresso Nacional, excluindo-se o Poder Executivo. Por

²¹⁰ Há proposta acadêmica, de BASTOS e CICHIVOSKI (2014, p. 131 e ss.), que leva em conta a escolha direta e exclusiva pelo Conselho Nacional de Justiça.

²¹¹ Nos casos de criação de comissões, o Senado Federal é sempre removido.

ser etapa meramente formal, a nomeação é raramente mencionada nas discussões legislativas.

4.2.1.2. Do procedimento

O procedimento atual é pouco detalhado, seja no âmbito constitucional ou regimental. Relembre-se que são apenas três fases: i. verificação de vacância do cargo; ii. indicação presidencial e apreciação senatorial; e iii. nomeação presidencial e posse.

O primeiro momento discutido é anterior à verificação da vacância: o Presidente da República definiria o nome do sucessor um ano antes do Ministro atual deixar o cargo. A PEC que contém essa proposição restringe essa indicação às vacâncias “previsíveis”, em referência à aposentadoria por idade e ao término dos mandatos dos Ministros (elemento que também é adicionado pelo seu texto).

A segunda etapa é o tempo entre a vacância e a indicação. Nessa fase, a inclusão mais comumente proposta é a elaboração de um rol de nomes que vincule a indicação. Há projetos de listas²¹² tríplexes²¹³, quádruplas, quintuplas, sêxtuplas, nônuplas e decuplas.

Ainda nesse ínterim, há proposições que determinam prazo²¹⁴ para o apontamento. Os termos aventados variam entre 20, 30, 60, 90 ou 180 dias, quanto mantida a competência presidencial, e 30 ou 120, nos casos em que se propõe que a indicação seja feita pelo Senado Federal²¹⁵. Também são sugeridos vencimentos para a elaboração das listas: 15 ou 30 dias. As consequências do desrespeito ao limite variam de sobrestamento de pauta (para o Legislativo), crime de responsabilidade (para o Executivo), mudança de procedimento²¹⁶ e nenhuma (prazo impróprio).

²¹² Algumas listas são reduzidas antes de passarem à fase de indicação. Por exemplo, há proposições que estabelecem a criação de lista sêxtupla a ser reduzida a tríplice. Cada etapa seria feita por autoridades diferentes.

²¹³ Há proposição pontual que estabelece a criação de seis listas tríplexes por seis autoridades diferentes.

²¹⁴ Para melhor comparação, converti os prazos de meses em dias.

215 Não há PEC que estabeleça prazo e, ao mesmo tempo, nova autoridade à indicação que não seja o Senado ou Presidência.

²¹⁶ Passa-se o poder de indicação ao Senado Federal ou insta-se a OAB a produzir lista decupla para escolha senatorial.

Em seguida, na etapa de apreciação da indicação, há projetos de ampliação do quórum de aprovação e de instituição de prazo para a manifestação do órgão de controle. Os quóruns sugeridos são de maioria simples, três quintos e dois terços; e os termos variam entre 30, 45 ou 120 dias. Não há proposta que regulamente o processo de sabatinas da CCJ, o que conserva o tema na esfera regimental. Também inexistiu sugestão para mudar o modelo de votação de secreta para aberta²¹⁷.

A nomeação somente tem proposição de criação de prazos, com ideias de 10, 15 ou 30 dias.

4.2.2. os requisitos

Os requisitos para o cargo, conforme classificados *supra* (ponto 1), dividem-se entre objetivos (nacionalidade, cidadania e idade) e subjetivos (notável saber jurídico e reputação ilibada). As proposições ampliativas acrescentam-lhe detalhes ou elaboram condições totalmente novas.

4.2.2.1. Objetivos

O único critério objetivo ampliado pelas propostas é o limite de idade. À mínima, há pretensões de elevação para 40, 45 ou 55 anos. À máxima, o único aumento sugerido é para 70 anos. A cidadania e a nacionalidade não são discutidas.

Em direção oposta, há várias ideias de requisitos inéditos. A primeira diz respeito à formação: passa a ser necessária a comprovação de graduação em nível superior, diploma em direito, pós-graduação *stricto sensu* ou simplesmente “formação jurídica”²¹⁸. Note-se que os termos variam, mas todos exigem alguma base acadêmica do potencial Ministro.

A segunda sugestão traz enfoque ao currículo, tornando obrigatório o pertencimento a certas classes profissionais e/ou ter algum tempo de atividade

²¹⁷ A votação aberta serviria “para garantir o acompanhamento popular (...) em homenagem à necessária transparência das ações parlamentares, tão reclamada pelos brasileiros em tempos recentes” (SANTOS, 2006, p. 17). Entretanto, como o processo de sabatina já é público, entendo uma mudança nesse sentido não traria consequências significativas no que importa ao acompanhamento popular. Conhecer os votos dos Senadores me parece ser muito mais útil para o estudo do alinhamento dos partidos e coalisões com a indicação do governo – dado hoje inacessível.

²¹⁸ O grau acadêmico é comumente associado à comprovação do “notável saber jurídico”, conferindo ao seu detentor uma certificação mínima desse requisito subjetivo. Contudo, não há unanimidade na literatura sobre sua necessidade nem utilidade (para síntese da discussão, v. TORRES, 2019, p. 586 – 588).

jurídica. A classe mais mencionada é a magistratura²¹⁹, seguida de membros do Ministério Público²²⁰, OAB e Defensoria Pública. Quanto ao tempo de atividade, há proposições de 5, 10, 12, 15 ou 20 anos na carreira. Por vezes, a PEC estabelece o tempo mínimo de prática sem especificar qualquer mister. Nesses casos, a expressão utilizada é “atividade jurídica”, “atividade privativa de bacharel em direito” ou simplesmente “atividade forense”.

Também há proposições de cotas na composição do STF²²¹. Os aspectos levados em conta são a instituição profissional de origem, o sexo e a região geográfica. Os órgãos consagrados são, com número variado de vagas²²², os seguintes: i. Superior Tribunal de Justiça; ii. Tribunal Superior do Trabalho; iii. Tribunais Regionais do Trabalho; iv. Tribunais Regionais Federais; v. Ordem dos Advogados do Brasil; vi. Ministério Público Federal; vii. Ministérios Públicos Estaduais; viii. Ministério Público do DF e Territórios; ix. Ministério Público da União; e x. Congresso Nacional²²³. As cotas por território de origem, por seu turno, pretendem que o Tribunal tenha juízes advindos²²⁴ das cinco regiões geográficas do Brasil, seja criando vagas fixas ou obrigando a alternância nas indicações/escolhas. O requisito de sexo, finalmente, determina um percentual²²⁵ entre 20, 30 ou 50% da composição do STF a ser ocupado por mulheres.

Por último, há requisitos negativos, que impõem ao candidato o não exercício de certos cargos por um determinado período antes da nomeação. Esse tempo varia entre 4, 5 ou 10 anos. Os cargos proibidos são: i. presidente de partido político; ii. Ministro de Estado; iii. Advogado-Geral da União; iv. Procurador-Geral da República; v. presidente de Agência Reguladora; vi. qualquer um, de confiança,

²¹⁹ Por vezes, especifica-se que o candidato deverá pertencer a algum Tribunal Superior, ser juiz atuante na segunda instância, ter sido alçado à classe a partir do quinto constitucional ou ter ingressado na atividade por meio de concurso público.

²²⁰ No caso dos membros do *Parquet*, há proposições que incluem que suas indicações observarão os parâmetros do art. 94 da CF/1988. Em uma delas, estende-se esse procedimento aos advogados.

²²¹ As cotas são requisitos objetivos porque exigem do candidato o enquadramento exato no parâmetro considerado.

²²² O número de vagas para cada órgão varia de apenas uma até ao máximo da metade da composição do Tribunal.

²²³ Ressalvada a menção de uma PEC a cota de “dois membros do Congresso Nacional com formação jurídica”, todos os órgãos prestigiados são pertencentes ao Poder Judiciário ou responsáveis por funções essenciais à Justiça.

²²⁴ Como critério de validação, algumas proposições requerem que o candidato tenha residido em Estado da região cotista nos dez anos antecedentes à nomeação.

²²⁵ Com o mesmo efeito, há proposição para que as seleções se deem em alternância de sexos – uma espécie de cota indireta de 50%.

subordinado ao Poder Executivo; vii. qualquer um, de confiança, subordinado ao Presidente da República em exercício; viii. qualquer um que goze de prerrogativa de foro por função perante o STF; e ix. qualquer um eletivo. Similarmente, consta como proibição o patrocínio de causas em favor de partidos políticos nos 10 anos antecedentes à nomeação.

4.2.2.2. Subjetivos

A rigor, não há proposições que visem adicionar requisitos subjetivos para o cargo. Ao tratarem do “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, o que as proposições tentam é conceituar os termos. No entanto, os textos sugeridos pouco detalham essas qualidades. Acrescentando elementos à “reputação ilibada”, constam: i. “notória idoneidade moral”; ii. “não ter sofrido nenhuma sanção disciplinar”; iii. “levar em conta a “vida social”; e iv. “não ter condenação criminal por órgão colegiado”²²⁶. O “notável saber jurídico” recebe tratamento similar: i. “levar em conta a formação acadêmica e produção científica” e ter dois dentre os seguintes: i. “tese e trabalhos publicados”; ii. “título acadêmico não inferior ao de mestre em Direito”; iii. “atuação jurídica destacada”. O meio de verificação do notável saber jurídico parece ser mais relacionado ao currículo acadêmico do que à vida profissional, ao passo que a reputação ilibada é mais associada ao não cometimento de crimes e infrações. Contudo, nenhum dos requisitos recebe significado objetivo, o que conserva alguma abertura interpretativa aos agentes indicantes²²⁷.

4.2.3. ães

As proposições enunciadas se justificam pelo seu potencial de solucionarem os problemas tratados no capítulo anterior. As razões seguintes não pretendem ser exaustivas²²⁸ – cada uma pode ser aprofundada em trabalhos com enfoque específico – mas dão noção geral dos benefícios do acolhimento de cada proposta.

²²⁶ A PEC com essa proposição limita esse requisito aos quatro anos antecedentes à nomeação.

²²⁷ Há proposições que delegam à OAB a função de atestar, “segundo critérios objetivos” o notável saber jurídico e reputação ilibada do candidato. Isso não exclui, todavia, a possibilidade de a Ordem usar parâmetros subjetivos para determinar os seus próprios quesitos.

²²⁸ Nesse sentido, usei como referencial especialmente a pesquisa de SERRANO (2015), que analisou os argumentos das justificações de várias PEC e entrevistou diversos de seus autores e outros agentes políticos, e a síntese apresentada por DA ROSA (2015).

Em primeiro lugar, quanto à ampliação dos agentes competentes: a alocação de novas autoridades pode prevenir o AI, a PE e a PIP. Retirar o monopólio do Presidente da República para determinar as indicações quebra sua discricionariedade absoluta na composição da Corte. Quando isso é feito com a elaboração de listas, o universo de possibilidades torna-se diminuto, limitando eventuais opções embasadas no alinhamento político, predileção pessoal ou estratégias eleitorais do mandatário. Atribuir indicações diretas às novas autoridades salientaria esse efeito: retira-se completamente do Executivo os meios de fazer prevalecer seus interesses políticos ou particulares no processo de seleção. Como quase todas os agentes suscitados não são eleitos²²⁹, não haveria – ao menos em tese – interesse dos mesmos no processo eleitoral²³⁰, o que afasta a PE. Isso seria ratificado quando esses agentes se manifestassem em colegiado, já que indicações por interesses individuais seriam dificultadas.

As reformas ao procedimento são igualmente desejáveis. Inicialmente, a determinação de prazos resolve o CP passivo: ficaria inviabilizada a desídia deliberada dos agentes, impossibilitando um atraso estratégico para manipular o *timing* de um processo judicial. Em seguida, o aumento do quórum de aprovação teria potencial de mitigar a PIP e PE, já que a necessidade de consenso suprapartidário estimularia indicações mais técnicas em detrimento daquelas baseadas em laços políticos (ALMEIDA, 2019, p. 41). Ou seja, se atrapalharia a prevalência do gosto pessoal do indicante e se constrangeria o apontamento com fins de ganho eleitoral, pois até uma minoria parlamentar teria mais chance de vetar indicações com desvio de finalidade (SANTOS, 2006, p. 17).

Os requisitos objetivos apresentados operam de dois modos: obrigam a existência de alguma qualidade (requisito positivo) ou ausência de algum defeito

²²⁹ O fato da maioria das instituições ser ligada à atividade forense também faria, em tese, com que os nomes da lista fossem aqueles “aceitos pela comunidade jurídica” (ARAÚJO, A. L. e SILVA, C., 2018, p. 679). A inclusão de órgãos jurisdicionais ensejaria especialmente a participação dos três Poderes na seleção. A presença do Judiciário junto aos demais Poderes é vista tanto como necessária para condizer com o caráter de “órgão de Estado” do Tribunal (FERREIRA, 1995, p. 155) como indesejável por ter viés mais tecnocrático do que democrático (BARBOSA, GOMES e MARONA, 2013, p. 31 e 32).

²³⁰ Mesmo as indicações feitas pelo Senado Federal e/ou Câmara dos Deputados – dois órgãos com interesse eleitoral – seria positiva por ampliar o caráter democrático da indicação para alguns (v., p. ex., BARILE, 2019, p. 261). Mas, a fim evitar a preponderância dos critérios políticos do parlamento, seria preferencial que a quantidade indicações de cada Poder fosse igual (SANTOS, 2006, p. 16).

(requisito negativo). Os positivos diminuem a discricionariedade da indicação e, com isso, dificultam o apontamento direcionado ao AI, CP ativo, PE e PIP. É que os apontamentos voltados a um projeto ideológico, ganho eleitoral, consequência processual ou predileção pessoal ficariam restritos aos nomes que atendessem os critérios introduzidos pelas propostas. Quanto mais numerosos e exigentes esses critérios, menor seria o universo de opções. As cotas por características pessoais atuam especificamente em desfavor da PIP: uma indicação baseada em predileções do mandatário quando ao sexo, origem territorial e profissão não seria mais possível (p. ex., jamais indicar mulheres, somente apontar Ministros provenientes do Sudeste ou preterir os oriundos de alguma instituição)²³¹. As cotas por profissão também garantem uma composição heterogênea do Tribunal, o que enriqueceria os debates e os argumentos formadores de sua jurisprudência (v. SANTOS, 2006, p. 17). Os requisitos negativos, por sua vez, atrapalham a PIP relacionada a amizades ou favores pessoais, eis que a maioria dos cargos proibidos à indicação é de natureza política ou intimamente conectada à Chefia do Executivo.

As vantagens específicas da ampliação dos limites de idade são a redução do tempo máximo de estadia – facilitando a oxigenação da Corte –, quando ampliada a mínima, e aproveitamento de juristas mais experientes, quando elevada a máxima.

Por último, o detalhamento dos requisitos subjetivos faz com que a interpretação do art. 101 da CF/1988 precise ser mais fundamentada. Mesmo que os termos continuem com alguma indeterminação, o acréscimo de minúcias dá menos espaço para que as autoridades competentes amoldem qualquer candidato. Assim sendo, tem o mesmo efeito dos requisitos objetivos positivos, ainda que de forma menos restritiva.

4.2.4. contrarrazões

Os argumentos em favor das proposições ampliativas podem ser contrapostos²³². Assim como as razões a favor, estas contrarrazões não são

²³¹ Isso também atenderia àquilo que alguns entendem como requisito constitucional implícito à composição do STF: a diversidade cultural (v. SIMÕES, 2016).

²³² Contra-argumentos à reforma da seleção para o STF já foram levantados por diversos autores, como PEIXOTO (2012), SERRANO (2015) e RIBEIRO (2015). Muitas de suas ideias foram utilizadas como referencial para a exposição das contrarrazões.

exaustivas, mas dão ideia global dos potenciais prejuízos decorrentes do acolhimento das proposições apresentadas.

A inclusão de mais autoridades na seleção pode substituir o teor político das decisões do Presidente e Senado pelo corporativismo²³³ das instituições aventadas²³⁴ (v. TEIXEIRA, A., 2021, p. 16 e ss.). Ainda que isso possa ser reputado como desejável, é temerário que sobre os novos indicantes não incida nenhum controle repressivo a ser feito pela população, como a perda de reeleições. Some-se a isso o fato de que os órgãos sugeridos não têm representatividade democrática²³⁵. Finalmente, a medida não dá garantias de que uma PIP aconteça nas indicações de todas as autoridades do colegiado – o que seria facilitado caso acolhida a proposição de manifestação das instituições por meio de suas respectivas Presidências.

Modificar o procedimento também pode ser problemático. O aumento do quórum de aprovação demanda um maior consenso sobre o indicado, mas isso não significa que será alcançado rapidamente nem de modo desejável. A necessidade de uma supermaioria aumenta o potencial de paralisação do processo (SANTOS, 2006, p. 17) e pode estimular consensos fundamentados nas conveniências políticas comuns aos parlamentares, preterindo o reconhecimento do valor técnico de certos candidatos. A criação de prazos até evitaria a paralisação, mas reduzir o período da seleção pode tornar a pesquisa de candidatos superficial e a discussão de seus méritos fugaz – o que seria imprudente, dada a importância do cargo.

Os requisitos objetivos são numerosos, cabendo citá-los ponto a ponto. Quanto aos positivos: i. o aumento da idade mínima de fato reduz o tempo no cargo, mas é injusto com jovens prodigiosos e, sendo exagerado, reduziria demais a estadia média, retirando a estabilidade da composição e jurisprudência da Corte; ii. o aumento da idade máxima abre espaço para nomeações muito próximas da idade de aposentadoria compulsória, o que igualmente acelera a renovação do Tribunal; iii. a exigência de grau acadêmico é inócua, pois aposta tão somente na primazia da

²³³ Corporativismo no sentido de se estabelecer uma endogenia do meio jurídico no processo de composição e no próprio âmbito da Corte (PEGORARO, 2006, p. 99 e 100).

²³⁴ Para detalhes, v. as críticas de TEIXEIRA, A. (2021, p. 16 e ss.) à participação de diversas autoridades na elaboração de listas.

²³⁵ Isso só não seria verdade nas proposições de indicações/listas realizadas pelo Legislativo, mas à participação desse Poder já valem as críticas quanto ao comportamento atual do Senado.

forma sobre a realidade: ora, um acadêmico nem sempre tem saber técnico e/ou aptidão para a magistratura constitucional; iv. do mesmo modo, o requisito de tempo mínimo de atividade forense não tem relação necessária com prudência ou conhecimento desejável para o cargo; v. por outro lado, o pertencimento a instituição com função similar ao STF – como os Tribunais Superiores – seria desejável, não fosse o elitismo e corporativismo que daí se formariam²³⁶; vi. o mesmo é aplicável quanto à cota obrigatória para causídicos e membros do Ministério Público; e vii. as cotas por sexo ou origem territorial têm boas intenções, mas trazem o risco de impedir a seleção de juristas destacados pelo simples fato de serem de um sexo ou Estado não contemplados pela cota. Sobre os negativos: i. proibir a indicação de cargos do Poder Executivo simplesmente excluiria diversos servidores competentes sob a mera hipótese de que o Presidente iria optar pelos mesmos por amizade ou barganha; ii. do mesmo modo, vetar o ingresso no STF para detentores de cargos políticos desconsidera o dever de imparcialidade dos magistrados e resume o currículo de um indivíduo à sua trajetória política; e iii. nem mesmo todas as proibições cumuladas impediriam que uma indicação com PIP ocorresse em relação sobre cargo ou pessoa, o que torna a proibição mais custosa – por potencialmente afastar bons candidatos – do que benéfica.

Por fim, os requisitos subjetivos até ganhariam detalhamento com as proposições enunciadas, mas nenhuma seria suficiente para eliminar sua indeterminação. Enquanto os adjetivos tiverem abertura para múltiplas interpretações, sua aplicação sempre dependerá da discricionariedade das autoridades competentes. Assim sendo, as proposições aventadas não seriam efetivas.

4.3. Proposições redutivas

Proposição “redutiva” é toda sugestão que, preservando a essência do sistema atual, subtrai ou reduz algum elemento de seu método ou requisitos.

4.3.1. método

²³⁶ Também há possibilidade remota de que nenhum dos membros desses Tribunais possuam todos os requisitos objetivos para o cargo no momento da vacância (p. ex., nenhum dentro dos limites de idade). As únicas soluções seriam esperar pela posse de novos juízes nos Tribunais Superiores ou reformar a Constituição para retificar o requisito impeditivo. Em qualquer um dos casos, o STF ficaria, a princípio, desfalcado.

4.3.1.1. Dos agentes competentes

A redução dos agentes comporta duas sugestões: a exclusão da participação do Presidente da República ou do Senado Federal. No primeiro caso, pode se dar de maneira absoluta, afastando-se completamente o mandatário da seleção, ou redistributiva, quando o Chefe do Executivo perde seu poder de indicação, mas continua participando por outra via²³⁷. O mesmo ocorre com o Senado Federal: admite-se que a casa pode ser excluída do processo de apreciação, recebendo não nova alocação (na fase de indicação).

4.3.1.2. Do procedimento

O procedimento atual só recebe proposições de redução quanto à fase de apreciação²³⁸. Quando a etapa é excluída, é comum que a mesma PEC estabeleça critérios mais rígidos para a indicação, como requisitos objetivos de cotas ou ampliação de autoridades indicantes. Ou seja, não há PEC que, aprovada globalmente, permita que o Presidente da República ou outra autoridade indicante tenha livre discricionariedade sem um órgão de controle.

Também há proposições que simplificam a votação²³⁹, removendo a menção do quórum de maioria absoluta. Com isso, passaria a valer a regra geral de apreciação parlamentar: maioria simples.

4.3.2. os requisitos

4.3.2.1. Objetivos

Há proposições de extinção e de redução do limite de idade máxima, para 55 ou 60 anos, mas nenhuma de diminuição da mínima. Quanto a essa, só há sugestões de exclusão total. Do mesmo modo, há PEC que não mencionam que o indicado deverá ser “cidadão” em seus textos, o que também tira a base normativa desse requisito.

²³⁷ Nesse caso, a nova alocação é classificada à parte, como proposição ampliativa.

²³⁸ As proposições redutivas de agentes até removem a indicação presidencial, mas sempre atribuem ao Senado ou agente novo a função, de forma que a etapa fica preservada.

²³⁹ Exclusivamente na literatura, constam propostas de remoção do caráter secreto da votação (v., p. ex., SANTOS, 2006, p. 17).

Nenhuma proposição pretende subtrair a exigência da nacionalidade nata prevista no art. 12 da CF/1988.

4.3.2.2. Subjetivos

Diversas proposições excluem a menção a notável saber jurídico e/ou reputação ilibada. Em alguns casos, sequer propõem requisito equivalente, demonstrando uma confiança no procedimento ou requisitos objetivos em detrimento da subjetividade dos agentes competentes na interpretação normativa.

4.3.3. ões

Retirar a participação do Chefe do Executivo objetiva resultados diferentes. Antes de tudo, é uma solução às críticas de ingerência indevida do governo sobre o Judiciário, seja pela desconfiança quanto às indicações passadas ou pelo temor de que decisões enviesadas sempre poderão ocorrer no futuro (SILVEIRA, 2019, p. 261). Além disso, pode excluir a relação de um cargo político com um jurídico, o que extirparia os problemas decorrentes da PE. Some-se a isso que o fim da indicação presidencial abriria espaço para atuação de órgãos considerados mais aptos ao apontamento. Nesse sentido, frise-se como quase todas autoridades aventadas são do meio jurídico e, a rigor, manifestam-se colegiadamente. Por último, a exclusão do Chefe do Executivo vai ao encontro do pensamento de que o poder de indicação centralizado no mandatário, como defendido nos artigos federalistas, não se amolda tão bem à realidade política brasileira²⁴⁰, podendo ser aperfeiçoada (v. SERRANO, 2019, p. 36 – 39).

Quanto ao procedimento: a redução do quórum de maioria absoluta para simples²⁴¹ facilitaria ao máximo a indicação presidencial sem, contudo, afastar completamente um juízo de controle. Isso poderia estimular indicações menos compromissadas em agradar maiorias legislativas, em preferência a nomes mais técnicos. A exclusão completa da fase de apreciação, por outro lado, sempre é acompanhada de novos requisitos objetivos. A razão parece ser uma preferência do

²⁴⁰ É que o pluripartidarismo brasileiro torna os cálculos políticos realizados pela indicação presidencial muito mais complexos que o sistema estadunidense (basicamente bipartidário).

²⁴¹ Cumpre registrar que essa proposição é rara: localizei apenas uma PEC com essa sugestão (v., no apêndice 3, a PEC nº 92/1995). Pode ter sido o caso de lapso na elaboração texto, uma vez que o novo quórum sequer é mencionado nas justificativas. Isso não significa que a ideia não tenha seus méritos.

controle normativo em detrimento de um avaliativo. Como consequência, haveria maior previsibilidade quanto ao perfil das indicações, já que um dos fatores políticos subjetivos – a obtenção do apoio maioria absoluta dos Senadores – seria retirado.

O abandono do limite da idade máxima é uma forma de valorizar talentos que, apesar de não tão jovens, teriam a contribuir com sua significativa carga de experiência pessoal. Nesse sentido, tem o mesmo efeito das proposições de ampliação para 70 anos. Sua redução, porém, tem consequência inverso: dificulta o ingresso dos mais idosos, em preferência a uma composição mais jovial do Tribunal. A extinção da idade mínima se justifica na confiança absoluta nos requisitos colocados para o cargo. Assim, o atendimento dos requisitos tornaria aceitável a seleção do indivíduo por mais jovem que ele fosse. Perceba-se que a exclusão da idade máxima não afeta o tempo de aposentadoria compulsória (75 anos); e nem a idade mínima muda os requisitos de capacidade civil (18 anos)²⁴². Essas duas idades se conservariam como limites indiretos.

Sobre a remoção dos requisitos subjetivos, pontue-se que a mesma jamais ocorre isoladamente: toda PEC que contém tal proposição concomitantemente sugere novas exigências objetivas para o cargo. A razão estaria no descrédito da avaliação subjetiva dos agentes competentes para reconhecer qualidades vagas, ao ponto de obstar a abertura normativa para isso seja feito.

4.3.4. contrarrazões

Remover a participação do Poder Executivo faria com que um só Poder, seja uni ou bicameral, fosse responsável pela seleção dos Ministros do STF. Isso pode afetar o equilíbrio político entre as instituições, hipertrofiando o Legislativo. Nesse caso, os blocos parlamentares de maioria teriam ensejo para formar a composição da Corte a partir de interesses privados ou ilegítimos, sem agente político para contrastar essa influência. A exclusão do Senado traria a mesma consequência, mas em via inversa: se agigantaria o poder da autoridade indicante, fosse ela o próprio Presidente ou outro agente sugerido por proposição ampliativa. Ainda que o Senado

²⁴² Também se poderia argumentar que a idade mínima precisa ser 35 anos para coincidir com a presidencial, já que o Ministro do STF pode ocupar interinamente a Presidência da República. Nesse caso, ou o Ministro mais novo não poderia ser nomeado por ausência de requisito indireto ou não poderia ser eleito à Presidência do Tribunal.

fosse substituído por nova autoridade, se abandonaria órgão formado por parlamentares eleitos por critério majoritário – algo que nem a Câmara Baixa tem.

A exclusão total da fase de apreciação é mais dramática. Implementando-se essa medida, instaura-se dependência plena na prudência do agente indicante e na suficiência dos requisitos para o cargo. É verdade que as limitações normativas dos requisitos objetivos poderiam evitar indicações abusivas, mas o desrespeito à lei ainda poderia ocorrer em situações extremas. Nesse caso, poderia acontecer uma espécie de “escolha inconstitucional”, o que daria competência ao STF para realizar o controle de fato²⁴³.

4.4. Proposições alternativas

Proposição alternativa é toda aquela que visa revogar a forma de ingresso atual em preferência a novo sistema. É possível que se conserve algum traço do processo antigo, mas a modificação pretendida é tão drástica que é impróprio classificá-la como mera adição ou subtração à norma inicial.

4.4.1. Eleição

A primeira proposição alternativa é o uso de eleição. Desde logo, frise-se que nenhuma PEC estabelece um pleito nos moldes do Código Eleitoral, e sim a partir de rito específico, normatizado na Constituição. Não há, portanto, proposição de eleição direta, tal como é feito para os membros do Executivo e Legislativo. Isso faz sentido: a eleição popular pode comprometer a liberdade de atuação do magistrado, na medida em que seus julgamentos poderiam ser moldados pelos ideais dos grupos responsáveis pela sua vitória – dando grande abertura ao uso político do cargo. Some-se a isso os custos ao erário e mecanismos complexos que um sistema eletivo popular demandaria (BASTOS e CICHIVOSKI, 2014, p. 121).

O que as proposições preveem, portanto, é uma eleição indireta. Nela, um conjunto de autoridades com capacidade eleitoral ativa é encarregado de escolher os Ministros do STF dentre indivíduos que atendam certos pressupostos. A composição desse colégio eleitoral varia: há sugestões de participação de cidadãos

²⁴³ Em atuação muito similar ao controle de constitucionalidade dos critérios de “relevância” e “urgência” para a edição de medidas provisórias (art. 62 da CF/1988).

com notável saber jurídico²⁴⁴, advogados, membros Ministério Público e diversas classes do Poder Judiciário. As exigências à capacidade eleitoral passiva são pertencimento a alguma instituição (Ministério Público, Poder Judiciário ou OAB), certo tempo de atividade jurídica (10 ou 12 anos) e/ou o não exercício de cargo eletivo por 5 anos. Algumas PEC também reaproveitam os requisitos²⁴⁵ ou procedimentos²⁴⁶ já existentes.

Em defesa da proposição, pode-se argumentar que a adoção da eleição indireta faz com que o escolhido seja nome notável e com boa reputação dentre as carreiras jurídicas. Afinal, sua vitória se daria graças ao reconhecimento de sua capacidade técnica e aptidão para o cargo. Mais ainda, o modelo retiraria de órgãos políticos a seleção de autoridades jurídicas, em um esforço de proteção à imparcialidade e independência do Judiciário. Por fim, os requisitos à capacidade eleitoral passiva garantiriam que o vencedor do pleito sempre teria uma qualificação mínima.

Em outro sentido, é razoável se temer que tal sistema daria espaço a um alto grau de corporativismo na formação da cúpula do Judiciário. Como os eleitores seriam apenas membros de classes jurídicas, não haveria qualquer grau de representatividade popular. Na mesma linha, a formação do STF se tornaria completamente desagregada dos demais Poderes, algo que é arguível como politicamente indesejável e até inconstitucional²⁴⁷. É também possível que membros de órgãos estratégicos, como os federais, obtivessem mais votos, pela visibilidade nacional e potencial de influência de suas decisões, mitigando as chances dos profissionais estaduais.

4.4.2. oncurso público

A segunda alternativa é a realização de concurso público. Nenhuma PEC estabelece qualquer detalhe quanto ao conteúdo e formato²⁴⁸ do certame, deixando isso ao encargo de legislação infraconstitucional. Ainda assim, algumas mantêm os

²⁴⁴ Os mesmos seriam indicados na qualidade de “conselheiros” pelo Congresso, Presidente da República, Governadores e Assembleias Legislativas Estaduais.

²⁴⁵ Tanto os requisitos objetivos como subjetivos são reaproveitados em alguma PEC com proposição de eleição, seja em todo o conjunto ou parcialmente. Do mesmo modo, há PEC que não só recicla o requisito de idade mínima como o amplia (para 40 anos).

²⁴⁶ No caso, apenas a apreciação posterior pelo Senado Federal.

²⁴⁷ Por ferir a harmonia dentre os Poderes (art. 2º da CF/1988).

²⁴⁸ A única regra aventada é o prazo de realização: até seis meses da vacância do cargo.

requisitos do sistema atual para o cargo, por vezes cumulando-os ao período de atividade (10 ou 15 anos) e pertencimento à magistratura, advocacia, Ministério Público ou Defensoria Pública.

A principal justificativa dessa proposição é a instituição de um critério de mérito na seleção para o Supremo – para alguns, o mais adequado para um cargo de extrema relevância (v., p. ex., ARAUJO, A., 2017, p. 20). O exame se prestaria, nesse sentido, a filtrar os interessados com maior conhecimento jurídico e melhor preparo técnico. Isso é reputado como desejável tanto por questões morais (reconhecimento da capacidade em detrimento da subjetividade) como pragmáticas (busca daquele que mais ajudará na eficiência administrativa).

Há, entretanto, grande número de oposições a esse sistema.

Inicialmente, a realização do exame dá a uma junta examinadora o poder-dever de determinação de quais conhecimentos se esperam de um juiz constitucional. A definição dos corretores e membros da banca é ponto especialmente sensível, pois os mesmos exerceriam o papel que os Senadores hoje têm – porém sem o respaldo da representatividade popular. Em questões polêmicas – leia-se, sem jurisprudência consolidada ou abertas a múltiplos posicionamentos – é possível que o gabarito seja definido de acordo com a ideologia desses examinadores. Isso poderia gerar um filtro político em desfavor daqueles que discordam de certos posicionamentos jurídicos²⁴⁹.

O risco de fraudes materiais por parte dos candidatos ou examinadores é outro problema. Todavia, não vejo a plena higidez da prova como inalcançável: se isso fosse verdade, a correção de todos os concursos do país deveria ser posta sob suspeita. Há diversas garantias nos exames públicos, como a ocultação do nome do avaliando, correção das provas por diversos profissionais, questões objetivas, pré-divulgação do edital, publicação de gabaritos oficiais etc.

Outra preocupação diz respeito à atuação política dos magistrados: não haveria meios de verificação de que o aprovado terá capacidade de leitura conjuntural que alguns atribuem como necessária ao exercício do cargo (v., p. ex., BASTOS e CICHIVOSKI, 2014, p. 121). No extremo, o certame poderia selecionar

²⁴⁹ Pense-se, por exemplo, em uma questão sobre a constitucionalidade do crime de aborto ou perguntando objetivamente qual o marco temporal da demarcação de terras indígenas.

apenas tecnocratas (v. BARBOSA, GOMES e MARONA, 2013, p. 10 – 13), o que ensejaria decisões em descompasso com as contingências políticas ou realidade social – temerário a um projeto de Judiciário mais humanista e voltado ao bem-estar social. Em via oposta, a valorização dos aspectos técnicos é defensável por dar ao Ministro do STF independência dos vieses políticos constantes no processo de seleção atual.

A última crítica concerne algumas idiossincrasias dos participantes do concurso. Os mais velhos tenderiam a ter mais experiência profissional e anos voltados à obtenção de títulos acadêmicos, que compõem a nota. Do mesmo modo, haveria abertura ao uso de privilégios econômicos: aqueles com recursos para suspender suas atividades profissionais visando a dedicação exclusiva ao concurso saltariam à frente dos que precisariam conciliar estudos e trabalho.

Em síntese, ao concurso público podem incidir problemas formais, de elaboração e correção da prova²⁵⁰, e materiais, com seleções politicamente indesejáveis.

4.4.3. progressão de carreira

Abandonando os parâmetros subjetivos da eleição ou técnicos no concurso, a progressão de carreira seria alternativa totalmente objetiva e previsível: os membros do Poder Judiciário que atendam aos critérios de progressão seriam alçados à Suprema Corte. Em regra geral, as condições de promoção são a antiguidade e o merecimento. No que diz respeito à antiguidade, bastaria a constatação documental do tempo de serviço. A ascensão por mérito, por seu lado, não é tão simples. Em que pese não seja impossível a elaboração de padrões objetivos de verificação, há certas circunstâncias que podem privilegiar alguns julgadores em detrimento de outros (como o recebimento de menor quantidade de processos ou julgamento de causas tecnicamente mais simples).

De qualquer modo, a maioria das proposições tendentes a estabelecer progressão de carreira limitam-se ao critério da antiguidade. Em todos casos, a progressão parte imediatamente do Superior Tribunal de Justiça. A forma de

²⁵⁰ Também há quem considere que isso atingiria a harmonia entre os Poderes (v. ARAÚJO, A. L. e SILVA, C., 2018, p. 671).

composição dessa Corte pode justificar isso: há cotas para diversos órgãos²⁵¹ e suas indicações são estruturadas observando-se um escalonamento entre as instâncias do Judiciário²⁵². Assim, o Tribunal da Cidadania teria um universo de candidatos que agrega certa pluralidade de origem em conjunto a um histórico de carreira.

A vantagem dessa proposição é a plena imparcialidade: assumindo-se que os preceitos de progressão sejam objetivos, a sucessão de Ministros do STF ocorreria de forma automática. Isso obstaría qualquer espaço para interferências políticas indevidas e vontades particulares. A Corte Suprema seria composta, portanto, da maneira mais independente possível.

A principal crítica, por sua vez, é o corporativismo: em tese, seria dada a oportunidade somente para magistrados²⁵³. Mais ainda, com as proposições atuais, tais juízes seriam apenas os Ministros do STJ – uma categoria extremamente restrita. Acrescente-se a isso a exclusão dos demais Poderes e o perigo de uma progressão de juízes sem o perfil conciliador potencialmente necessário para o STF. A progressão de carreira reúne, por conseguinte, as falhas das alternativas anteriores.

4.4.4. teio

A última proposição alternativa que merece enfoque é uso do o sorteio. Nenhuma PEC contém essa sugestão, mas reputo sua menção como pertinente por dois motivos: i. apesar de altamente criticável, é um sistema que resolve todos os problemas associados à forma de ingresso atual²⁵⁴; e ii. é facilmente adaptável às demais proposições, podendo compor um projeto de seleção mais complexo e original.

O sorteio pressupõe três condições: i. método que permita o uso do mero acaso na seleção do vencedor; ii. autoridades para a fiscalização e regulamentação; e iii. candidatos pré-estabelecidos. O primeiro ponto é simples e não inspira discussão. O segundo, por sua vez, demanda alguma norma para organizar o

²⁵¹ Os tribunais especializados são, entretanto, excluídos.

²⁵² Dois terços entre desembargadores, que, salvo pelo quinto constitucional, alcançam o cargo por progressão de carreira, e um terço entre causídicos e membros do Ministério Público que são selecionados levando-se em conta os mesmos critérios (art. 94 da CF/1988).

²⁵³ Mesmo que não sejam originários da carreira.

²⁵⁴ O uso do acaso como único critério material de seleção impede a influência de qualquer pressão política ou desejo pessoal.

procedimento e resguardá-lo de interferências indevidas. Essa regulamentação seria meramente técnica, já que o juízo de valor dos fiscais em nada poderia afetar o procedimento. Por fim, o terceiro ponto é o mais importante: definir quais os indivíduos sorteáveis permite um filtro prévio que evita uma seleção infeliz ou absurda²⁵⁵. Nesse ponto, seriam propícios alguns requisitos objetivos.

Reunidos somente candidatos com características objetivas suficientes à ascensão ao Supremo, o sorteio de um nome ao invés de outro será irrelevante. Assim, se substituiria a subjetividade de uma autoridade eleitoral ou os problemas do concurso e progressão de carreira pela imparcialidade do acaso sem, contudo, permitir-se que alguém com despreparo técnico ingressasse na cúpula do Judiciário. Logo, todos os interessados aptos à vaga são postos em plena igualdade.

Trata-se, todavia, de um sistema pouco usual: a mera sorte pode ser vista pelos jurisdicionados como justificativa banal ou ilegítima para a conquista do cargo. No extremo, se poderia instaurar algum tipo de crise de legitimidade. Mais ainda, seria perdida a influência final dos outros Poderes na definição do nome, o que vai de encontro ao pensamento de que alguma modulação política deve incidir na composição da Corte.

4.5. Proposições correlatas

A última espécie de proposições só afeta indiretamente o sistema de seleção. Contudo, é merecedora de atenção por reformar algum elemento muito fortemente relacionado ao mesmo – tanto que a maioria delas é apresentada em conjunto com as proposições diretas, dentro de uma mesma PEC. Os temas tratados são: i. mandato; ii. renovação agendada; iii. *recall*; iv. suplência e exercício provisório; v. desconstitucionalização e regimentalização; vi. impedimentos póstumos; e vii. quantidade de membros.

4.5.1. Mandato

Em paralelo às discussões sobre a forma de ingresso, há numerosas proposições de criação de mandatos para os Ministros do STF. Os termos sugeridos

²⁵⁵ Fossem todos os brasileiros sujeitos passivos do processo, é claro que haveria chance de sorteados indisputavelmente inviáveis.

são 15, 12, 11, 10, 9, 8, 7 e 5 anos²⁵⁶. Apenas os mandatos de 8 e 5 anos têm propostas que admitem a recondução, seja apenas uma vez (para ambos) ou indefinidamente (só para 8 anos).

A instituição do mandato é uma regra que, se instituída, pode conflitar com a aposentadoria compulsória no serviço público²⁵⁷. Ainda assim, nem todas as PEC que pretendem a criação de um mandato preocuparam-se em antever essa situação. As que o fizeram, no entanto, sugeriram tanto uma imunidade à aposentadoria compulsória para os Ministros do Supremo ou nova seleção voltada apenas ao período restante do mandato. Não sendo acolhida nenhuma das soluções, penso que o conflito seria solucionado com a sucessão sem conclusão do período de mandato.

A principal virtude da proposta em tela seria impedir a constituição do AI em razão do longo período que o Ministro ocupe seu cargo. Adicionalmente, há a hipótese de que uma maior rotatividade na Corte levaria à renovação desejável de teses jurídicas²⁵⁸.

A esse posicionamento opõe-se a necessidade de um Tribunal com composição longa e estável para manter a jurisprudência previsível, contribuindo-se à segurança jurídica. Além disso, o momento da instituição do mandato poderia levar à justaposição de muitas indicações durante um mesmo período presidencial²⁵⁹ – algo potencialmente problemático.

²⁵⁶ Artigos acadêmicos propõem prazos que ampliam ainda mais o intervalo. No extremo menor, há sugestão de três anos (v. FERREIRA, 1995, p. 155) e, no maior, 22 anos (PRADO E TÜRNER, 2009, p. 62). Disso, infere-se que o uso do mandato parece buscar três objetivos distintos: i. garantia de renovação constante (prazos pequenos); ii. garantia de conservação da composição (prazos maiores) e iii. uma ponderação entre ambos (prazos médios). A possibilidade de recondução é raramente proposta e sempre relacionada a prazos menores.

²⁵⁷ Refiro-me à hipótese de um Ministro com 65 anos, por exemplo, ser nomeado com mandato de 12 anos. Pela regra atual, aos 75 anos ele seria aposentado compulsoriamente sem, contudo, completar o período de mandato.

²⁵⁸ Registre-se que esse prognóstico não é adotado de forma unânime na literatura (v., p. ex., TEIXEIRA, A., 2021, p. 16). Desafiando a tese, uma pesquisa sobre o histórico do Min. Sepúlveda Pertence em decisões do controle concentrado de constitucionalidade mostrou que até mesmo o decano do Tribunal pode ser flexível em seus posicionamentos ao longo do tempo ao ponto de manter a jurisprudência da Corte permeável a novos argumentos e contextos sociais. Nos termos do estudo, “a análise de decisões acirradas de controle concentrado de constitucionalidade do decano Sepúlveda Pertence indica que o estabelecimento de mandatos para ministros do STF não parece ser necessário para promover constante oxigenação à corte, tornando-a atenta à realidade de fora do tribunal” (MEIRA, 2015, p. 100).

²⁵⁹ Imagine-se, por exemplo, que seja instituído no dia 01/01/2023 um mandato de 8 anos para os Ministros do STF. Isso faria com que todos deixassem o cargo em 01/01/2031. Os Presidentes da República que ocupassem o cargo durante as legislaturas de 2023 a 2026 e 2027 a 2030 não fariam

Para PRADO e TÜRNER (2009, p. 61 – 64), esses dois argumentos poderiam ser aglutinados com a criação de mandato fixo longo em conjunto com uma renovação escalonada da Corte²⁶⁰.

4.5.2. ovação agendada

O segundo tema discutido pelas proposições correlatas é a renovação agendada da Corte. A única PEC a propor isso estabelece que um terço²⁶¹ do Tribunal será renovado a cada três anos²⁶². A renovação agendada opera de forma muito semelhante ao mandato, já que determina prazo certo para o exercício do cargo. O diferencial da renovação agendada é que o tempo de estadia não fica vinculado ao cargo de um Ministro, e sim a um número pré-determinado de cadeiras do STF. Embora inexistentes outras sugestões, tanto o número de vagas afetadas como o tempo de renovação são facilmente adaptáveis.

O benefício de uma renovação agendada é a previsibilidade de quantos e quais Ministros deixarão a Corte em data certa, discriminando previamente quais os agentes que serão responsáveis pelas sucessões. A depender do prazo e quantidade de vagas alteradas, seria possível garantir que todas as legislaturas recebessem o mesmo número de indicações.

Em sentido oposto, atribuir uma renovação pré-determinada à Corte pode impedir que a mesma concretize sua jurisprudência. Isso seria uma quebra ainda mais interruptiva do que término dos mandatos, já que não seria apenas um Ministro – mas vários – a serem sucedidos ao mesmo tempo.

4.5.3. Recall

nenhuma indicação, mas o sucessor eleito em 2030 escolheria todos os membros do Tribunal. Muitas outras circunstâncias, com igual ou menor intensidade, poderiam ser suscitadas nesse mesmo molde.

²⁶⁰ O tempo sugerido pelas autoras é 22 anos. A justificativa é que esse número possibilitaria a renovação bianual de uma das 11 vagas da Corte. Isso levaria a uma reconstrução gradual e proporcional da composição do Supremo feita a cada mandato presidencial (duas indicações por mandato). As vacâncias imprevistas instariam novas indicações, mas o sucessor apenas completaria o mandato vinculado à vaga.

²⁶¹ O número atual de Ministros não é divisível por três em inteiros e a PEC não sugere uma ampliação de membros, de forma que a aplicação dessa fração pode ser problemática.

²⁶² Isso condiz com a proposta de mandato de 9 anos sugerida pela mesma PEC.

Uma outra maneira de renovação extraordinária da Corte é o *recall*²⁶³. O mesmo se caracteriza em uma avaliação póstuma dos Ministros do STF que, sendo negativa, leva à perda dos cargos pelos seus detentores. Com a saída, um novo processo de seleção seria instado. Portanto, a depender da periodicidade e critérios para o *recall*, novas seleções poderiam ocorrer de forma constante e/ou estratégica para certos interesses.

O *recall* suscitado pelas PEC se daria pela via representativa, com decisão da maioria absoluta do Senado a cada quatro anos de exercício de cada um dos Ministros. Na literatura, há sugestões de *recall* direto, *i.e.*, feito pela população, em consideração aos princípios de democracia semidireta consagrados na CF/1988 (art. 14); ainda que a dimensão demográfica do Brasil e o aspecto técnico da matéria possam dificultar o processo (SANTOS, 2006, p. 14 e 15).

O *recall* dá chance periódica de que Ministros com atuação indesejável sejam afastados do cargo. Seus problemas, contudo, são diversos: i. prejudica a independência Poder Judiciário, que passaria a ser avaliado eternamente pela autoridade responsável pelo *recall*; ii. mitiga a estabilidade da composição e subsequente segurança jurídica da jurisprudência do Tribunal; iii. permite interferência de um Poder sobre o outro, caso o responsável pelo *recall* seja o Executivo ou Legislativo; iv. possibilita um grande número de sucessões a um só tempo, concentrando-as em um mesmo período governamental; e v. estimula decisões ou comportamentos judiciais voltados a agradar a autoridade responsável pelo *recall*, com a intenção de evitar a perda do cargo.

4.5.4. Exercício provisório e suplência

A mora na indicação de um Ministro foi uma preocupação constante dentre as os parlamentares. Alguns deles, ao invés de estabelecer prazos ao apontamento, suscitaram solução mais imediata: o exercício provisório do cargo. Apesar de não ser uma seleção em definitivo, a regra proposta permite que um indivíduo exerça todas as funções de Ministro do Supremo e, por isso, faz jus a exame.

²⁶³ Também poderia ser utilizado o termo “confirmação póstuma” ou “ratificação”, mas penso que “*recall*” engloba tanto a ideia de saída como a de entrada de um novo Ministro e, portanto, se enquadra melhor no tema do presente trabalho.

Segundo a nova regra, certos agentes exerceriam o cargo vacante até que se efetuassem a nomeação definitiva. São propostos os seguintes: i. o próprio Ministro cujo cargo ficará vago²⁶⁴; ii. um Ministro do STJ, escolhido pelo STF, a partir de lista tríplice formulada pelo STJ²⁶⁵; e iii. o decano do STJ.

Em sentido semelhante, algumas PEC com proposições de eleição anteveem a vacância enquanto não for realizado pleito. Entendendo esse vácuo como lesivo, estabelecem que cada Ministro será eleito com um suplente, que deverá ocupar o cargo vacante e convocar nova eleição até 60 dias da saída do titular.

4.5.5. pedimentos póstumos

Tema seguinte é a proibição de exercício de certos cargos após a saída da Corte. Essa regra segue o mesmo formato dos requisitos objetivos à seleção, mas opera em momento posterior. São alvitados prazos de impedimento de 3, 4 e 5 anos. Suas limitações abrangem o impedimento para todos os cargos eleitos, todas as funções públicas, todas as funções em comissão e de livre nomeação e o exercício da advocacia.

Essa medida pressupõe uma influência significativa dos Ministros do STF na política e administração pública (SANTOS, 2006, p. 17), em parte justificável pela visibilidade midiática que receberam nas últimas duas décadas. Em tese, a existência desse capital político tornaria iníqua ou suspeita sua participação em alguns cargos após sua saída do Supremo.

4.5.6. uantidade de membros

Há espécie de proposição correlata que pretende modificar o número de membros do STF. Tal tem relação com a forma de seleção por automaticamente gerar novas vagas durante algum governo. Os agentes políticos da época seriam responsáveis, assim, por um certo número de escolhas extraordinárias graças à implementação da ampliação ter sido promulgada durante seus mandatos. Isso pode estimular que os agentes competentes aproveem o acréscimo de vagas para dar ao governo da época a decisão sobre os novos nomes – potencialmente com os fins

²⁶⁴ Nesse caso, apenas se sua saída for decorrente de aposentadoria compulsória. Há PEC que veda esse exercício provisório caso haja impedimento de ordem legal para tanto – mas não esclarece se a aposentadoria compulsória se enquadraria nesse caso.

²⁶⁵ Nessa hipótese, somente quando a saída for decorrente de óbito.

estratégicos apresentados no capítulo 3. Há fácil solução para isso, no entanto: as vagas abertas seriam compostas por indicações progressivas a cada legislatura, impedindo que muitas ou todas fossem decididas pelos mandatários atuais e/ou seus sucessores.

Só há proposições de elevação do número de membros para 15²⁶⁶. Nenhuma PEC especifica como os quatro novos cargos seriam preenchidos, de forma que a escolha recairia sobre governantes da época.

4.5.7. esconstitucionalização e regimentalização

A última espécie de proposição correlata é a desconstitucionalização e regimentalização. Algumas PEC, ao invés de reformarem a forma de ingresso, buscaram retificar o seu meio de modificação. Para tanto, apresentaram duas ideias: i. desconstitucionalização do procedimento, atribuindo a Lei Complementar o papel de regulamentar a seleção para o STF²⁶⁷; e ii. regimentalização do procedimento, delegando aos regimentos internos das casas legislativas federais o detalhamento do processo.

Os dois caminhos atingem o mesmo fim: tornam mais fácil a reforma da norma, tendo em vista o quórum menos qualificado para uma aprovação do regimento ou de Lei Complementar²⁶⁸. Também mantêm o protagonismo da reforma nas mãos dos parlamentares – embora com a desconstitucionalização passasse a haver chance de veto presidencial.

A facilidade da reforma é desejável quando se entende que o tema em tela não precisa de tanto consenso ou e/ou deve poder ser modificado com maior constância. Além disso, é solução estratégica para inserir alguma modificação que é obstada pela necessidade da maioria qualificada exigida pelo art. 60 da CF/1988.

²⁶⁶ Mas há artigos que sugerem outros tamanhos à Corte, como, p. ex., uma redução a 9 membros (OLIVEIRA, A. e SOUZA, 2020).

²⁶⁷ O texto da PEC coloca norma programática vaga: a Lei Complementar terá que estabelecer “requisitos objetivos” para a seleção, sem mais dispor. Além disso, revoga o sistema atual desde logo, determinando, por meio de acréscimo ao ADCT, que os membros dos Tribunais Superiores mais antigos na magistratura e com mais idade que se voluntariem ocuparão as eventuais vagas no STF, até que seja aprovada a referida lei. Apesar dessa regra determinar uma forma de seleção para o STF, é essencialmente de transição e condicionada à existência de vaga no período entre a revogação e promulgação da nova lei. Por isso, foi compreendida como mero acessório da proposição correlata de desconstitucionalização.

²⁶⁸ O quórum para modificação do regimento interno das casas legislativas é de maioria simples (art. 51, III e 52, XII da CF/1988 c/c art. 288 do RISF e art. 183 do RICD); e o aprovação de Lei Complementar é de maioria absoluta (art. 69 da CF/1988).

Por outro lado, a redução de quórum pode ser perigosa: a dificuldade em reformar uma norma constitucional se justifica pelas consequências que o novo texto pode trazer. Um quórum mais rígido atrai, afinal, maior prudência nas retificações.

4.6. Balanço

Há alguns padrões verificáveis dentre as proposições apresentadas: i. é constante a busca pela exclusão total ou parcial da participação do Poder Executivo na seleção²⁶⁹, seja por meio do compartilhamento das indicações diretas ou vinculação de sua decisão a listas²⁷⁰; ii. há forte vontade de inclusão de autoridades institucionais, quase sempre do meio jurídico e de natureza colegiada; iii. os requisitos propostos relacionam-se principalmente com o exercício de certas profissões do meio jurídico; e iv. existe intensa preocupação com o tempo de estadia dos Ministros, manifestado tanto pela criação de mandatos, modulação dos limites de idade, renovação agendada e *recall*.

Em termos quantitativos, o número de proposições ampliativas se demonstrou muito superior às demais. Essa discrepância evidencia que as soluções parlamentares apostam mais na via regulatória do que comportamental, isto é, em regras minuciosas em detrimento da confiança na aplicação da norma. Fosse o contrário, provavelmente haveriam mais proposições redutivas ou alternativas. O quadro abaixo discrimina quais PEC contêm proposições de cada espécie. Perceba-se como as ampliativas são quase ubíquas, ao passo que as demais são seletas:

| RELAÇÃO DAS PEC QUE CONTÊM CADA ESPÉCIE DE PROPOSIÇÃO | |
|---|---------------------|
| PROPOSIÇÕES AMPLIATIVAS E REDUTIVAS | |
| AMPLIATIVAS DO MÉTODO | REDUTIVAS DO MÉTODO |
| | |

²⁶⁹ Outros autores, como, p. ex., TORRES (2019, p. 592 e 593) e NEVES e SOUZA (2018, p. 31), chegam a conclusão semelhante, ainda que a partir de amostragem menor de PEC.

²⁷⁰ Isso demonstra que os parlamentares concordam com a crítica de que o poder do mandatário na seleção se encontra hipertrofiado (v. MAGRI, 2017), especialmente diante de um controle insuficiente do Senado Federal: “quando se observam as razões apresentadas [nas PEC], constata-se que expressiva parte delas busca limitar a discricionariedade do presidente por considerar que o Senado não exerce adequadamente a função de analisar as indicações feitas, potencializando a assimetria já existente entre Executivo e Legislativo” (SERRANO, 2019, p. 39).

| | |
|---|--|
| Dos agentes: 96/1992; 92/1995; 71/1999; 473/2001; 546/2002; 566/2002; 68/2005; 484/2005; 128/2007; 30/2008; 342/2009; 408/2009; 434/2009; 12/2010; 17/2011; 44/2012; 143/2012; 227/2012; 3/2013; 50/2013; 275/2013; 367/2013; 3/2014; 46/2014; 55/2014; 378/2014; 449/2014; 17/2015; 35/2015; 46/2015; 95/2015; 259/2016; 309/2017; 406/2018; 16/2019; 77/2019; e 225/2019. Total: 37. | Dos agentes: 566/2002; 68/2005; 484/2005; 30/2008; 44/2012; 275/2013; 46/2014; 55/2014; e 180/2015. Total: 9. |
| Do procedimento: 96/1992; 92/1995; 71/1999; 473/2001; 546/2002; 68/2005; 484/2005; 128/2007; 30/2008; 342/2009; 408/2009; 434/2009; 12/2010; 4/2011; 17/2011; 44/2012; 3/2013; 50/2013; 68/2013; 275/2013; 367/2013; 3/2014; 46/2014; 55/2014; 378/2014; 17/2015; 35/2015; 46/2015; 55/2015; 59/2015; 90/2015; 91/2015; 95/2015; 259/2016; 309/2017; 406/2018; e 16/2019. Total: 37. | Do procedimento: 92/1995; 473/2001; 68/2005; 484/2005; 44/2012; 46/2014; 180/2015; 259/2016; 309/2017; 406/2018; 77/2019; e 225/2019. Total: 12. |
| AMPLIATIVAS DOS REQUISITOS | REDUTIVAS DOS REQUISITOS |
| Objetivos: 96/1992; 57/1995; 92/1995; 131/1995; 430/1996; 510/1997; 557/1997; 620/1998; 7/1999; 71/1999; 28/2002; 546/2002; 566/2002; 569/2002; 484/2005; 32/2007; 128/2007; 393/2009; 408/2009; 434/2009; 17/2011; 56/2011; 44/2012; 3/2013; 50/2013; 238/2013; 243/2013; 275/2013; 367/2013; 3/2014; 42/2014; 449/2014; 35/2015; 53/2015; 54/2015; 95/2015; 115/2015; 259/2016; 309/2017; 310/2017; 313/2017; 388/2017; 11/2018; 406/2018; 413/2018; 77/2019; 225/2019; e 32/2021. Total: 48. | Objetivos: 92/1995; 430/1996; 128/2007; 408/2009; 275/2013; 309/2017; e 77/2019. Total: 7. |
| Subjetivos: 430/1996; 12/2010; e 46/2015. Total: 3. | Subjetivos: 92/1995; 180/2015; e 77/2019. Total: 3. |
| PROPOSIÇÕES ALTERNATIVAS | |
| Eleição: 131/1995; 430/1996; 28/2002; e 393/2009. Total: 4. | |
| Progressão de carreira: 262/2008 e 441/2009. Total: 2. | |
| Concurso público: 569/2002; 238/2013; 243/2013; 52/2015; e 413/2018. Total: 5. | |
| Sorteio: <i>nenhuma.</i> | |
| PROPOSIÇÕES CORRELATAS | |
| Mandato: 96/1992; 131/1995; 430/1996; 20/2003; 342/2009; 393/2009; 58/2012; 143/2012; 161/2012; 227/2012; 3/2013; 378/2014; 449/2014; 35/2015; 52/2015; 55/2015; 90/2015; 95/2015; 276/2016; 406/2018; 413/2018; 16/2019; 77/2019; e 225/2019. Total: 24. | |

| |
|--|
| Renovação agendada: 96/1992. Total: 1. |
| Recall: 51/2009. Total: 1. |
| Exercício provisório e suplência: 131/1995; 18/2015; 46/2015; e 117/2015. Total: 4. |
| Desconstitucionalização e regimentalização: 180/2015 e 309/2017 Total: 2. |
| Impedimentos póstumos: 484/2005; 434/2009; 143/2012; 378/2014; e 35/2015. Total: 5. |
| Quantidade de membros: 3/2013; 275/2013; e 449/2014. Total: 3. |
| Exclusivamente correlatas: 20/2003; 6/2008; 51/2009; 58/2012; 161/2012; 18/2015; 117/2015; e 276/2016. Total: 8. |

Tabela 15: relação das PEC por espécie de proposição que contém. Fonte: elaboração do próprio autor.

No que diz respeito à cadência, dois dados são dignos de nota: i. a quantidade de PEC propostas por ano tem sutil tendência de crescimento e notável ápice no ano de 2015; e ii. nenhum tópico ou classe de proposição se sobressaiu como mais ou menos discutido em qualquer período. O primeiro ponto é representado no gráfico abaixo:

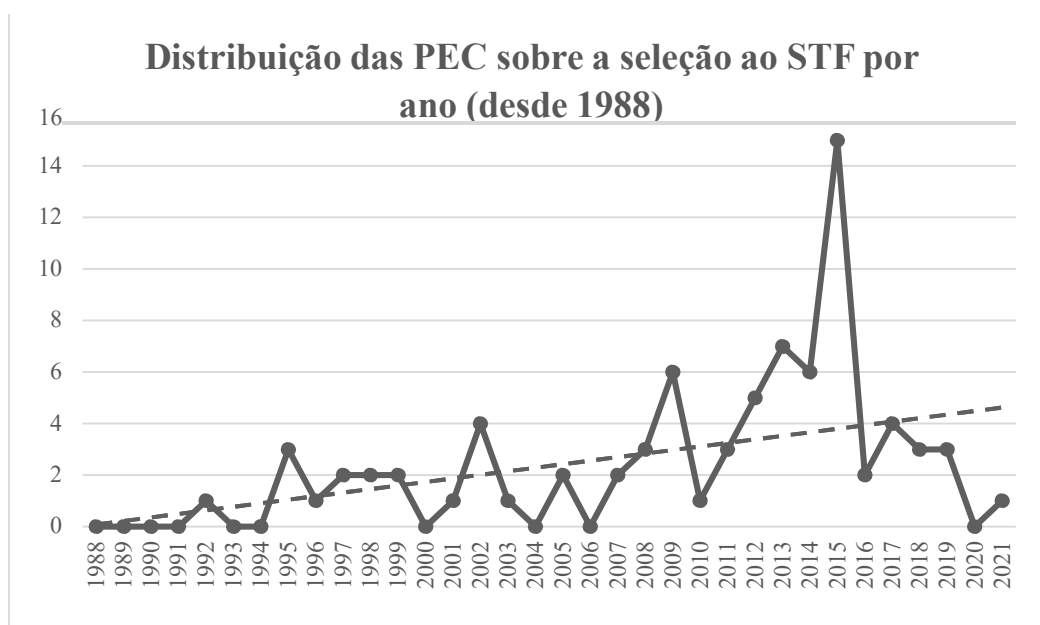


Gráfico 10: quantidade de PEC visando modificar a seleção ao STF propostas por ano (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor.

O vértice desse gráfico, o ano de 2015, é o mesmo da duração das sabatinas na CCJ (gráfico 7). Essa justaposição é forte indício de que o período motivou significativa atuação parlamentar em relação à seleção ao STF. À época, rememore-se, o Senado avaliava o nome do Min. Edson Fachin, apontado pela ex-Presidente da República Dilma Rousseff – que pouco depois sofreria *impeachment*. O descontentamento legislativo com a agir da Presidência parece não só ter inspirado

maior resistência à aprovação de Fachin como certas medidas profiláticas²⁷¹ por meio das PEC. A partir disso, é razoável assumir que um nome considerado polêmico para o Supremo pode servir de estopim às discussões de reforma da seleção no âmbito do Congresso. Corroborando esse raciocínio, note-se que nos anos de 2002 e 2009 também ocorreram as indicações relativamente relutadas²⁷² dos Min. Gilmar Mendes e Dias Toffoli e tais períodos apresentam-se como dois pontos de pico no gráfico 10, ainda que com menor intensidade.

Por fim, vale registrar que a nacionalidade nata é o único aspecto da forma de ingresso que não incitou nenhuma proposição de modificação²⁷³. Parece que a única unanimidade dentre os parlamentares é que se um agente estatal pode ascender, ainda que provisoriamente, ao cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas, então não poderá ter vínculos de origem com outro Estado soberano. Se a linha de substituição presidencial for modificada algum dia para excluir o Presidente do Supremo, é provável que disso surgirão proposições tendentes a abandonar o requisito.

4.7. onclusão parcial: dispersão de ideias

A quantidade ideias existentes para a modificação da seleção ao STF é alta. Muitas se complementam e até são apresentadas sistematicamente, mas, a rigor, há profundas incompatibilidades entre elas. Só entre as autoridades aventadas para elaboração de lista há vinte e uma possibilidades – muitas vezes com mais de uma opção para se manifestarem. O quórum de apreciação compete sozinho com quatro sugestões diferentes. Por sua vez, o tempo de atividade jurídica tem cinco variações e o de mandato, sete. A quantidade de caminhos que uma PEC aprovada poderia implementar é, desse modo, uma miríade: fossem calculadas tão somente as combinações entre idade mínima e máxima suscitadas, já haveriam 15

²⁷¹ Em rápida análise das PEC apresentadas em 2015 é possível se observar que a preocupação mais recorrente é a mora na indicação. Das 15 PEC desse ano, 6 têm proposições ampliativas para estabelecer prazo para o apontamento e 3 têm proposições correlatas para definir um Ministro provisório até que o sucessor assuma. Isso é reação condizente com a vacância de 257 dias que se avolumava naquele período (v. *supra*, ponto 3.2.2).

²⁷² Relembre-se que o nome de Mendes foi o que recebeu mais votos contrários no Plenário e CCJ até a apreciação de Fachin, 13 anos depois (tabela 14). A aprovação de Toffoli foi mais consensual, mas a duração da sua sabatina foi um ponto de inflexão (gráfico 7).

²⁷³ Do mesmo modo, não localizei nenhuma menção na literatura.

possibilidades²⁷⁴. E nenhuma proposição impede que, no âmbito legislativo, oferte-se nova PEC com ideias inéditas. Não há, portanto, qualquer padrão histórico firmado quanto a um projeto de reforma da seleção para o STF.

Essa dispersão de ideias permite afirmar que o alcance de um consenso sobre a matéria não é simples. O alto número de PEC e suas numerosas diferenças acusa, afinal, o caráter imaturo que a discussão ainda tem no Brasil. A causa disso até poderia ser atribuída a dissensos parlamentares, mas, como na literatura a quantidade de sugestões também é grande²⁷⁵, é mais razoável se concluir que o tema recebe tantas respostas por ser muito complexo.

Essa última conclusão talvez respalde o posicionamento de manutenção da norma como ela está²⁷⁶. Mas, se a solução dos problemas apresentados no capítulo anterior realmente residir na via legislativa, então a opção pelo caminho ideal demandará uma análise exaustiva. Para tanto, será necessária visão global das proposições até então apresentadas e familiaridade com argumentos que as acolhem ou repudiam. Este capítulo se dispôs a oferecer isso.

Foram discutidos os aspectos normativos, as questões práticas, os problemas associados e as proposições de modificação sobre a seleção para o STF. Com essa estrutura em mente, passa-se, agora, ao fechamento.

²⁷⁴ Há quatro idades mínimas propostas: 0, 40, 45 e 55 anos. A combinação delas com os quatro limites máximos propostos (0, 55, 60 e 70) resulta em 16 arranjos, mas um deles (55 – 55) deve ser excluído por inviabilizar qualquer escolha. A título de curiosidade, o número de arranjos possíveis da combinação desse resultado com as possibilidades de mandato é 112 e, se for levada em conta a variação entre os mandatos reconduzíveis ou não, 150. O cruzamento disso com as demais as proposições multiplicariam números cada vez maiores.

²⁷⁵ V. nota de rodapé nº 201.

²⁷⁶ Há bons argumentos pela conservação do processo tal como ele está: i. o sistema atual é inspirado no modelo norte-americano e tem “bom funcionamento nos EUA”; ii. há “suposta qualidade” no histórico de nomeados ao STF; e iii. existe temor de que “eventuais alterações no modelo não garantirão melhores escolhas” (SERRANO, 2019, p. 38 e 39). Também há certos fatores que obstam uma reforma: i. Presidentes da República tenderiam a ter resistência em abrir mão do seu poder de indicação; ii. há falta de interesse parlamentar suficiente à aprovação; iii. uma parcela significativa de autores e agentes oficiais consideram que a seleção funciona a contento; iv. o modelo atual é centenário e está integrado nos costumes e tradições do direito brasileiro, sendo defendido por tradicionalistas; v. pelo fato de que a modificação possa piorar os problemas atuais, há aqueles que reputam mais prudente manter o *status quo*; e vi. existem correntes que preferem melhorias pela via de aplicação da norma, com a participação mais firme do Senado Federal (SERRANO, 2015, p. 338 – 341). No sentido de que a participação mais firme do Senado nas sabatinas é a via de melhoria mais recomendável, v., p. ex., PEGORARO (2006, p. 100).

5. Conclusão

A seleção dos Ministros do STF demonstra-se processo complexo. Conforme exposto nesta dissertação, o poder institucional da Corte e de cada um de seus juízes não é ordinário: desde sua criação, o Tribunal decidiu e participou de conflitos jurídicos e políticos que moldaram a história brasileira e, especialmente no período constitucional corrente, são centrais à administração pública. Atualmente, o STF é responsável pela guarda de uma Constituição recheada de direitos e normas programáticas que demandam grande número de medidas estatais. Entretanto, nem sempre a execução dessas medidas é matéria de consenso entre os agentes competentes. Como a mesma Constituição também facilitou o ingresso de ações no âmbito do Supremo, tornou-se cada vez mais usual a resolução de disputas de teor político na arena jurídica da Corte. Naturalmente, isso sobrecarregou a demanda de trabalho e responsabilidade do plenário do Tribunal.

O plenário do STF é composto por seus onze Ministros, mas cada um deles tem meios de desempenhar as funções da Corte individualmente. São caminhos para tanto, o uso do pedido de vista, a definição estratégica da pauta de julgamentos, a prolação de decisões liminares e as manifestações informais na mídia e academia. Assim, se o Tribunal tem hoje enorme responsabilidade e poder, cada um de seus membros também possui uma parcela significativa desses predicados. É coerente, então, que seja dada considerável atenção ao seu sistema de ingresso.

Primeiramente, no seu aspecto normativo: desde a criação da Corte, a seleção de seus Ministros sempre seguiu o argumento proposto pelos federalistas norte-americanos. É certo que alguns detalhes desses requisitos e método foram alterados ao longo do histórico constitucional brasileiro, mas a essência do procedimento permanece incólume até os dias atuais. Por meio de um ato administrativo complexo e discricionário, atribuiu-se ao Presidente da República o apontamento e ao Senado Federal a apreciação de cada novo nome a compor o Tribunal. Esse escolhido também passa por crivos objetivos e subjetivos que, supostamente, avaliam sua aptidão ao mister. Todavia, a vagueza de uma parcela desses requisitos e o comedimento dos demais não se traduzem em exigência rígida para filtrar os interessados. Dessa maneira, apenas com as regras legais do processo não é possível elencar quem pode ou será alçado ao Supremo. O conhecimento de

quem sucederá cada assento é tão imprevisível quanto as variáveis que compõem os cálculos políticos dos Chefes de Estado e Senadores da República.

Isso inspira uma investigação sobre o modo pelo qual a norma é aplicada, isto é, os argumentos, parâmetros e interesses que circundam as decisões de apontamentos presidenciais e embasam a aprovação ou reprovação do órgão de controle. Conhecer bem essas razões, no entanto, é tarefa difícil: há excesso de negociações, debates e avaliações, que acontecem de maneira privada, nos bastidores das instituições políticas ou simplesmente nos ideais pessoais dos agentes competentes. Ainda assim, pesquisas de cunho jornalístico que observam e questionam diretamente os atores envolvidos no processo dão preciosos indícios de como a seleção se estrutura na prática. A partir do material acessado, foi possível traçar um comportamento com múltiplas variáveis tanto na fase de indicação como de apreciação dos indivíduos alçados à Corte. São critérios informais e instáveis, que envolvem: i. a presença de padrinhos e arqueiros que influenciam ou até determinam quem será apontado pelo Presidente da República; ii. campanhas conduzidas pelos próprios interessados, com vistas à indicação, entre pessoas de influência; iii. uso de critérios pessoais implícitos para a decantação de candidatos, tais como profissão, território, raça e gênero; e iv. participação dos próprios Ministros do Supremo para obstar ou facilitar o ingresso de um ou outro candidato. Mais além, também incidem no Senado diversas variáveis que afetam o conteúdo dos questionamentos das sabatinas, a margem de votação e a importância dada à avaliação de cada pretendente ao cargo. Entre o (des)interesse de Senadores à cobertura midiática das sabatinas, cada indicado carrega consigo o contexto governamental e jurídico que incidem sobre o Tribunal do qual poderá fazer parte. O processo todo é tão inconstante que, ao final, só é próprio o classificar como político e atécnico.

A atecnia e interesses políticos indevidos na seleção de um Ministro do Supremo são potenciais causas de resultados indesejáveis. Em primeiro lugar, pelo fato de cada membro da Corte gozar da garantia de vitaliciedade que permite que sua estadia se protraia por período tão longo quanto o de dez legislaturas. Nesse intervalo, mudanças sociais e eleitorais podem ser de tal vulto a ponto de modificar as ideologias admitidas pela população e o perfil de seus governantes. Ainda assim, juízes selecionados há décadas permanecem com o poder de vetar ou de aprovar a

validade de medidas administrativas ou normas jurídicas que dariam base à efetivação dessas mudanças. Sabedores disso, os agentes competentes à escolha podem fazer uso de suas atribuições visando projetos de longo prazo para a composição do Tribunal. E com o aumento das menções do STF na mídia e maior exposição do público leigo às suas decisões e consequências, a indicação e a aprovação de cada Ministro torna-se tema relevante entre a população. População essa formada por eleitores que votam naqueles que determinarão os próximos nomes para compor o Supremo e que, por isso, podem dar a vitória a quem prometer a opção por indivíduos mais alinhados a certas vertentes políticas. Se esses dois cenários precisam de dilação temporal para serem verificados ou e/ou ocorrerem, o uso do poder de escolha visando a intervenção em um processo judicial é imediato. Uma indicação/aprovação pode ser voltada a candidato que carregue determinado posicionamento jurídico benéfico para os governantes da época, ou inclusive prometer proferir determinadas decisões caso seja elevado ao cargo. Com o mesmo fim, mas em via inversa, a desídia em executar sua atribuição funcional permite ao agente indicante obstar o andamento da seleção por prazo indeterminado, gerando atrasos estratégicos nos resultados de certos litígios. E, ainda que esses problemas sejam deixados de lado, interesses privados continuarão a ter espaço na discricionariedade das autoridades. Tais interesses podem se manifestar na predileção por familiares ou amizades pessoais, rejeição a certos grupos sociais ou simplesmente deferência a barganhas impróprias. Considerando-se a estrutura jurídica e a forma de execução da norma de ingresso, é plenamente possível que qualquer vacância no Tribunal inste uma ou todas as questões enunciadas.

É coerente, então, que a forma de seleção receba grande número de propostas de melhoramento. Dentre o universo de sugestões existentes, certamente as mais pertinentes são as que têm potencial concreto de modificação da norma: as Propostas de Emenda à Constituição. Com a decantação e a organização de oitenta PEC relativas ao sistema de ingresso desde o ano de 1988, foi possível elaborar uma classificação original às proposições que pretendem modificar o cenário atual. Do acréscimo de agentes no processo à remoção de requisitos, ou da criação de modelos alternativos à reforma de temas tangentes à seleção, as possibilidades de modificação normativa são incontáveis. Permeando cada uma delas, há número incognoscível de discussões acadêmicas que as apoiam ou criticam. Dessa maneira,

os debates sobre a mudança da forma de ingresso são extensos e, considerando-se a quantidade e a distinção de propostas, também dispersos. Há, assim, caminho considerável até o amadurecimento e consistência do debate.

O amadurecimento, no entanto, é sempre elemento imprescindível em análises de temas tão caros à estabilidade jurídica, comportamento político, sociedade e Estado de Direito. Para que qualquer investigação avance, são necessárias informações extensivas e bem ordenadas sobre o tópico; apresentação imparcial e satisfatória dos posicionamentos existentes sobre o tema; abordagem inovadora e coerente das premissas que circundam a discussão; e leitura técnica e racional dos argumentos dele decorrentes. Esta dissertação foi elaborada levando em conta esses parâmetros. Teve em vista, portanto, entregar aos seus leitores uma espécie de farol, uma luz orientadora, às futuras e relevantes pesquisas sobre a seleção de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Pedro Luiz Ferreira de. **A composição do Supremo Tribunal Federal: discricionariedade, separação dos poderes e sistema de freios e contrapesos.** In Revista Digital de Direito Administrativo, vol. 6, n. 2, p. 27 – 45. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2019.

ARAÚJO, Aline Lauti Toscano de; SILVA, Carlos Sérgio Gurgel da. **A indicação de ministro do STF pelo presidente da república e a subjetividade de seus critérios à luz do princípio da independência dos poderes.** In Revista Jurídica Luso Brasileira, vol. 4, n. 2, p. 645 – 683. Lisboa, 2018.

ARAUJO, Antonio Carlos Alves de. **Procedimento de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal.** Monografia (graduação em direito). Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. Orientador: Prof. Renato de Souza Nunes. Patrocínio, 2017.

ARGUELHES, Diego Werneck; FALCÃO, Joaquim; RECONDO, Felipe (orgs.). **Onze supremos: o supremo em 2016.** Belo Horizonte, Letramento, 2017.

_____; HARTMANN, Ivar A. **Timing Control without Docket Control: how individual justices shape the brazilian supreme court's agenda.** In Journal of Law and Courts, spring 2017, p. 105 – 140. American Political Science Association. Washington, 2017.

_____; RIBEIRO, Leandro Molhano. **‘The Court, is it I’? Individual judicial powers in the Brazilian Supreme Court and their implications for constitutional theory.** In Global Constitutionalism, vol. 7, n. 2, p. 236 – 262. Cambridge, Cambridge University Press, 2018a. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core> (acesso em: 31 ago. 2021).

_____. **A indicação política importa nas decisões do STF?** In Conjuntura Econômica, vol. 68, n. 5, p. 48 e 49. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas

(FGV), 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/issue/view/1775/135> (acesso em: 21 nov. 2021).

_____. **Indicações presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus fins políticos: uma resposta a Mariana Prado e Cláudia Türner.** In Revista de Direito Administrativo, vol. 255, p. 115 – 143. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

_____. **Ministrocracia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro.** In Revista Novos Estudos, vol. 37, n. 44, p. 13 – 32. CEBRAP. São Paulo, 2018b.

_____. **O Supremo Individual: mecanismos de atuação direta dos ministros sobre o processo político.** In Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 46, p. 121 – 155. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Preferências, estratégias e motivações: pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro.** In Revista Direito e Práxis, vol. 4, n. 7, p. 85 – 121. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

ASSIS, Rogério Rocha de; LOUREIRO, Ângelo Antônio Barbosa. **A politização da Suprema Corte diante dos requisitos constitucionais para nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal.** In Revista Ab Origine, vol. 2, n. 27, p. 140 – 172. CESUT (edição digital). Jataí, 2018. Disponível em: <https://www.cesut.edu.br/aborigine/> (acesso em: 31 ago. 2021).

BARBOSA, Leon Victor de Queiroz Barbosa; GOMES NETO, José Mário Wanderley; MARONA, Marjorie Corrêa. **Falta legitimidade à Suprema Corte brasileira? Uma análise empírica comparada do modelo de recrutamento dos Tribunais Superiores no Brasil.** In VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política – Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 2013.

BARBOSA, Marcos Henrique Franco. **A problemática da vitaliciedade e do processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. Monografia (graduação em direito). Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Orientadora: Prof^ª. Ms. Elaine Rodrigues Nunes. Goiânia, 2020.

BARÉA, Marina; TIBOLLA, Diana. **A escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. In Anais do I Seminário de Direito Constitucional, vol. 1, n. 1, p. 7 – 14. Chapecó: UNOESC, 2015. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/sdc/issue/view/191> (acesso em: 31 ago. 2021).

BASTOS, Elísio Augusto Veloso; CICHOVSKI, Patrícia Kristiana Blagitz. **A forma de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: análise histórica e proposta de aprimoramento**. In Acesso à justiça III [Recurso eletrônico on-line], p. 109 – 136. Florianópolis, CONPEDI, 2014. Disponível em: <https://conpedi.org.br/> (acesso em: 31 ago. 2021).

CAPANO, Fernando Fabiano; LEITE, Glauco Costa. **Reflexões sobre o Sistema Brasileiro de Composição das Cortes Superiores**. In CAGGIANO, Monica Herman S. (org.): Reforma política: um mito inacabado, p. 163 – 179. Barueri, Manole, 2017.

CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. **O poder dos juízes: Supremo Tribunal Federal e o desenho institucional do Conselho Nacional de Justiça**. In Revista de Sociologia e Política, vol. 21, n. 45, p. 13 – 27. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **Para arejar a cúpula do judiciário**. In Cadernos IHU ideias, vol. 17, n. 288. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2019.

CORRÊA, Ananias de Oliveira; FRANCO, Evanilde Gomes. **Critérios políticos e/ou discricionários na escolha dos ministros do STF.** *In* Revista de Direito da Faculdade Estácio do Pará, vol. 4, n. 6, p. 37 – 59. Belém, 2017.

COSTA, Pedro D’Angelo da *et al.* **O processo de escolha de ministros para o Supremo Tribunal Federal de possibilidades de democratização do poder judiciário.** *In* Revista Quaestio Iuris, vol. 10, n. 1, p. 1 – 23. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2017.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Reformar o Supremo Tribunal Federal?** *In* Revista de Estudos Institucionais, vol. 6, n. 1, p. 1 – 20. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.

DEZORZI, Diego; SCHWARTZ, Germano. **A (in)adequação do sistema de composição e da vitaliciedade dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a proteção dos direitos fundamentais.** *In* Revista Direitos Fundamentais & Justiça n. 10, p. 180 – 199. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, HS editora, 2010.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. **Definição de pauta no Supremo Tribunal Federal e (auto)criação do processo objetivo.** *In* Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, p. 4357 – 4377. Brasília, 2008.

DORNELES, Tiago Almeida. **O poder judiciário no Brasil e a forma de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: uma reflexão crítica.** Monografia (graduação em direito). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Gilmar Antônio Bedin. Ijuí, 2018.

DORNELLES, Rodrigo Filipi. **O STF, o controle concentrado e a pandemia.** Associação Brasileira de Jurimetria, 2021. Disponível em: <https://lab.abj.org.br/posts/2021-04-13-stf-controle-concentrado/> (acesso em: 06 de jun. de 2021).

FALCÃO, Joaquim *et al.* **II Relatório Supremo em Números: o Supremo e a federação entre 2010 e 2012**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014.

_____. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?** *In* Revista Lua Nova, n. 88, p. 429 – 469. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). São Paulo, 2013.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Por um tribunal constitucional**. *In* Revista de Informação Legislativa, n. 128, p. 149 – 156. Senado Federal. Brasília, 1995. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril> (acesso em: 31 ago. 2021).

FERREIRA, Desirée Cavalcante. **A utilização do STF como instrumento de manobra política: a questão da nomeação dos ministros analisada à luz da teoria dos diálogos institucionais**. *In* Revista Brasileira de Sociologia do Direito, vol. 3, n. 1 p. 194 – 215. Porto Alegre, 2016.

FONTAINHA, Fernando de Castro; JORGE, Thiago Filippo Silva; SATO, Leonardo Seiichi Sasada. **Os três poderes da elite jurídica: a trajetória político partidária dos ministros do STF (1988 – 2013)**. *In* Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 2, p. 93 – 131. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2018.

FONTAINHA, Fernando de Castro Fontainha *et al* (orgs.). **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 1: Rafael Mayer**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015a.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 2: Aldir Passarinho**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015b.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 3: Sepúlveda Pertence**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015c.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 4: Cezar Peluso**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015d.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 5: Sydney Sanches.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015e.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 6: Célio Borja.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015f.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 7: Carlos Velloso.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015g.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 8: Néri da Silveira.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015h.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 9: Nelson Jobim.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015i.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 10: Eros Grau.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015j.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 11: Luís Roberto Barroso.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016a.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 12: Luiz Fux.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016b.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 13: Moreira Alves.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016c.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 14: Ilmar Galvão.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016d.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 15: Francisco Rezek.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016e.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 16: Teori Zavascki.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017a.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 17: Octavio Gallotti.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017b.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 18: Marco Aurélio Mello.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017c.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 19: Carlos Ayres Britto.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017d.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 20: Paulo Brossard.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017e.

_____. **História oral do Supremo (1988 – 2013), vol. 21: Dias Toffoli.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017f.

FREITAS, Lígia Barros; KOERNER, Andrei. **O supremo na constituinte e a constituinte no supremo.** In Revista Lua Nova, n. 88, p. 141 – 184. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). São Paulo, 2013.

GEDEON, Rani Gomes. **A nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: normas vigentes e possibilidade de alterações.** Monografia (graduação em direito). Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria da Costa Gonçalves Ribeiro. São Luís, 2018.

GOMES NETO, José Mario Wanderley; LIMA, Flávia Danielle Santiago. **Aparelhamento da corte? Uma análise atitudinal da relação entre indicação partidária e comportamento decisório no Supremo Tribunal Federal (STF).** In Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, vol. 19, n. 35, p. 109 – 125. Santo Ângelo, 2019.

GUIMARÃES, Helen Rose Carlos Rodrigues. **O procedimento de seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a interferência da mídia impressa nas sabatinas**. Dissertação (mestrado em direito). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Orientador: Prof. Dr. José Duarte Neto. Franca, 2020.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; apresentação Isaac Kramnick; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. **Os artigos federalistas: 1787 – 1788: edição integral**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HONÓRIO, Mário Sérgio Librelon; VIEIRA, Vânia Ereni Lima. **A composição do Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva do princípio da separação das funções do estado**. In Revista do Curso de Direito Unimontes, v. 35, n. 1, p. 61 – 110. Montes Claros, 2019. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/direito (acesso em: 31 ago. 2021).

JALORETTO, Maria Fernanda; MUELLER, Bernardo Pinheiro Machado. **O procedimento de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal: análise empírica**. In Economic Analysis of Law Review, vol. 2, n. 1, p. 170 – 187. Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília: Universa, 2011.

JORGE, Álvaro Palma de. **Supremo Interesse**. Rio de Janeiro: Synergia, 2020.

LUNARDI, Fabrício Castagna. **O STF na política e a política no STF**. IDP – linha de pesquisa acadêmica. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LUZ, Eduardo Silva; PAES, José Eduardo Sabo. **A participação da sociedade civil na escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. In Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vol. XII, n. 2, p. 257 – 280 (edição digital). Porto Alegre, 2017. Disponível em: seer.ufrgs.br/ppgdir (acesso em: 31 ago. 2021).

MACHADO, Diana Soares. **A politização do Supremo Tribunal Federal diante do mecanismo de escolha de seus ministros**. Trabalho de conclusão de Curso

(Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo). Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Orientador: Dr. Amandino Teixeira Nunes Júnior. Brasília, 2007.

MACIEL, Wilker Cardoso. **A seleção de juízes de órgãos de cúpula judicial: análise do caso dos ministros do Supremo Tribunal Federal brasileiro.** Monografia (graduação em direito). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orientador: Prof. Me. Ulisses da Silveira Job. Santa Rita, 2018.

MADEIRA, Lígia Mori; OLIVEIRA, Vanessa Elias. **Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório no STF?** In Revista Brasileira de Ciência Política, n. 35, p. 1 – 44. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2021.

MAGRI, Natália Bárbara Menezes. **Hipertrofia do poder executivo: uma análise do atual modelo de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal.** Monografia (graduação em direito). Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Orientação: Prof.^a Dra. Alessia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese. Brasília, 2017.

MARTINS, Otávio Vivaldo. **A composição e a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal: uma análise crítica.** Trabalho de Curso (Graduação em Direito). Curso de Direito da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Orientador: Prof. Dr. Roberto da Freiria Estevão. Marília, 2016.

MEIRA, Marina Silva. **Sobre o tempo de permanência dos ministros no STF e seu impacto em suas decisões: um estudo sobre os votos do decano Sepúlveda Pertence em decisões acirradas de controle concentrado de constitucionalidade.** Monografia (graduação em direito). Escolha de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Prof. Saylon Alves Pereira. São Paulo, 2015.

MELLO FILHO, José Celso de. **Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)**, 4ª ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2014.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **“A vida como ela é”: comportamento estratégico nas cortes**. In Revista Brasileira de Políticas Públicas, vol. 8, n. 2, 2018 p. 688 – 718. Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília, 2018.

_____. **Trinta anos, uma constituição, três Supremos: autorrestrrição, expansão e ambivalência**. In Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE-RJ, vol. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge> (acesso em: 31 ago. 2021).

MENEGON, Thiane Oliveira de Almeida. **A legitimidade da indicação dos membros do Supremo Tribunal Federal pelo chefe do executivo sob a ótica do estado democrático de direito**. Monografia (graduação em direito). Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Orientador: Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes. Criciúma, 2018.

MENONCELLO, Aline Michelini. **Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça**. Dissertação (mestrado em história). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr. Assis, 2016.

NEVES, Sinvaldo Conceição; SOUZA, Edson Kayque Batista de. **A politização da forma de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. In Revista Campo Jurídico, vol. 7, n. 1, p. 17 – 36. Barradas, 2019.

OLIVEIRA NETO, Edilson dos Santos; SOUZA, Aldryn Amaral de. **A reforma do Supremo Tribunal Federal**. In Brazilian Journal of Development, vol. 6, n. 1, p. 4039 – 4049. Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. **Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e “panelinhas”**. In Revista de Sociologia e Política, vol. 20, n. 44, p. 139 – 153. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2012a.

_____. **Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula.** In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, n. 80, p. 89 – 115. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). São Paulo, 2012b.

OLIVEIRA, Maria Ângela Jardim de Santa Cruz. **Sobre a Recusa de Nomeações para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado.** In Revista de Direito Público, n. 25, p. 68 – 78. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Brasília, 2009.

PAES, Taíse Sossai. **A influência do processo de escolha dos ministros da suprema corte na judicialização da política: uma análise empírica do procedimento da sabatina dos indicados para o Supremo Tribunal Federal.** Dissertação (mestrado profissional em poder judiciário). Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Prof. Dr. Leandro Molhano Ribeiro. Rio de Janeiro, 2011.

PEGORARO, Joana Cristina. **A política na corte: uma análise da forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.** Dissertação (mestrado em ciência política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Orientador: Prof. Dr. André Marengo. Porto Alegre, 2006.

PEIXOTO, Leonardo Scofeno Damasceno. **Supremo Tribunal Federal: composição e indicação de seus ministros.** Rio de Janeiro, Forense; São Paulo, Método, 2012.

PEREIRA, Carlos André Maciel Pinheiro; SILVA, Allyson Luan de Oliveira. **A investidura no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal: uma análise entre os modelos alemão, português e brasileiro.** In Constitucionalismo democrático e justiça constitucional, p. 31 – 66. Curitiba, Brazil Publishing, 2021.

PEREIRA, Thomaz; ARGUELHES, Diego Werneck; ALMEIDA, Guilherme da Franca Couto. **VIII Relatório Supremo em Números: quem decide no Supremo? Tipos de decisão colegiada no tribunal.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2020.

PRADO, Mariana; TÜRNER, Cláudia. **A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do STF**. In Revista de Direito Administrativo, n. 250, p. 27 – 74. Rio de Janeiro, 2010.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas: o STF e a ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____; WEBER, Luiz. **Os onze: o STF, seus bastidores e suas crises**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Roberto da Silva. **O Processo de Indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal: uma análise crítica**. Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado (Texto para Discussão n. 174). Brasília, 2015. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos (acesso em: 11 nov. 2021).

RIESEMBERG, Klaus Bayer. **A escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal e das cortes constitucionais no direito comparado**. Monografia (graduação em direito). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orientador: Prof. Elizeu de Moraes Corrêa. Curitiba, 2005.

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. **O Governo Lula e a indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal**. In Revista Debates, vol. 4, n. 2, p. 136 – 158. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal, tomo I**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a.

_____. **História do Supremo Tribunal Federal, tomo II**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

_____. **História do Supremo Tribunal Federal, tomo III**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991c.

_____. **História do Supremo Tribunal Federal, tomo IV**, vol. 1: 1930 – 1963. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSA, Lucas Costa da. **Aprimoramento do processo de indicação e nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal**. In Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 22, p. 109 – 115. Escola Superior de Direito Constitucional. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/index> (acesso em: 29 nov. 2021).

SANTOS, André Marengo dos; DA ROS, Luciano. **Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006)**. Revista de Sociologia e Política, vol. 16, n. 30, p. 131 – 149. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2008.

SERRANO, Paulo Marcelo de Miranda. **A elite governante e a escolha dos ministros do STF**. In Revista Perspectivas, vol. 53, p. 33 – 57. Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo, 2019.

_____. **Caminhos para a corte: estado e sociedade da escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal**. Tese (doutorado em ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Vasconcelos Raposo. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Jeferson Mariano. **Mapeando o Supremo: as posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012 – 2017)**. In Revista Novos Estudos, vol. 37, n. 1, p. 35 – 54. CEBRAP. São Paulo, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 38ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2015.

SILVA, Marina Ribeiro da. **A primeira recusa de nomeação para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado – o Dr. Barata Ribeiro**. In Revista do Instituto do

Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, vol. 1, n. 6, p. 3667 – 3678. Lisboa, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso. **O relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian.** *In* Revista Estudos Institucionais, vol. 2, n. 2, p. 648 – 669. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Quem tem notável saber jurídico? O papel da Presidência da República e do Senado Federal no processo de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal na Constituição Federal de 1988.** *In* Revista de Direito Administrativo & Constitucional, n. 78, p. 249 – 279. Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Belo Horizonte, Fórum, 2019. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec> (acesso em: 31 ago. 2021).

SIMÕES, Sandro Nery. **A diversidade cultural na escolha de membros para o Supremo Tribunal Federal e a legitimidade democrática.** *In* Revista Derecho y Cambio Social, n. 43. Lima, 2016. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com> (acesso em: 31 ago. 2021).

TAVARES FILHO, Newton. **Composição dos Tribunais Superiores.** Estudo técnico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3> (acesso em: 10 out. 2021).

_____. **Democratização do processo de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal.** Estudo técnico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2006. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3> (acesso em: 10 out. 2021).

_____. **Procedimento e Escolha e Nomeação dos Titulares de Cortes Constitucionais no Direito Comparado.** Estudo técnico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2002. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3> (acesso em: 10 out. 2021).

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **A PEC 35/2015 e o sistema de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal: análise crítica a partir do direito constitucional comparado.** *In* Revista de Direito da Administração Pública, vol. 1, n. 1, p. 1 – 20. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.redap.com.br/index.php/redap> (acesso em: 31 ago. 2021).

TEIXEIRA, Sérgio Luiz. **O procedimento de escolha dos ministros do STF: ingerência do executivo no legislativo? Uma análise à luz do princípio da separação de poderes.** Monografia (pós-graduação *lato sensu* em direito constitucional). Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Orientador: Prof. MsC. Alexandre Kruel Jobim. Brasília, 2012.

TORRES, Saulo de Medeiros. **Considerações gerais sobre a sistemática de nomeação dos ministros do STF.** *In* ASENSI, Felipe Dutra *et al* (orgs.): Interfaces entre instituições e estado, p. 581 – 595. Rio de Janeiro, Multifoco, 2019.

VALÉRIO, Otávio L. S. **A toga e a farda: o Supremo Tribunal Federal e o regime militar (1964 – 1969).** Dissertação (mestrado em direito). Universidade de São Paulo (USP). Orientador: Prof. Dr. José Reinaldo de Lima Lopes. São Paulo, 2010.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **A Renovação do Supremo Tribunal Federal.** *In* Revista de Direito Administrativo, n. 231, p. 297 – 312. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Juízes e tribunais – Perspectivas da História da Justiça no Brasil – O STF na República Velha.** *In* Revista de Direito Público, n. 41, p. 191 – 217. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Brasília, 2011.

VERISSIMO, Marcos Paulo. **A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial “à brasileira”.** *In* Revista Direito GV, vol. 4, n. 2, p. 407 – 440. Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Supremocracia**. In Revista Direito GV, vol. 4, n. 2, p. 441 – 464. Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2008.

ZUCCOLOTTO, Vinicius Rodrigues. **O Congresso Nacional e a Judicialização da Política: o uso das Ações Diretas de Inconstitucionalidade pelos principais partidos de oposição no Brasil**. In Caderno eletrônico de Ciências Sociais, vol. 4, n. 1, p. 65 – 85. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2016.

7. Apêndices

APÊNDICE 1

DADOS SOBRE OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1.1. RELAÇÃO ENTRE OS NOMES COMPLETOS E DE CARREIRA

| NOMES OFICIAIS E DE CARREIRA DOS MINISTROS DO STF (1891 – 2021) | |
|--|---|
| 1. | Visconde de Sabará (João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato) |
| 2. | Freitas Henriques (João Antonio de Araujo Freitas Henriques) |
| 3. | Alencar Araripe (Tristão de Alencar Araripe) |
| 4. | Andrade Pinto (João José de Andrade Pinto) |
| 5. | Aquino e Castro (Olegario Herculano D'Aquino e Castro) |
| 6. | Faria (Joaquim Francisco de Faria) |
| 7. | Mendonça Uchôa (Ignacio José de Mendonça Uchôa) |
| 8. | Queiroz Barros (Luiz Correa de Queiroz Barros) |
| 9. | Souza Mendes (Antonio de Souza Mendes) |
| 10. | Trigo de Loureiro (Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro) |
| 11. | Costa Barradas (Joaquim da Costa Barradas) |
| 12. | Barão de Pereira Franco (Luiz Antonio Pereira Franco) |
| 13. | Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena) |
| 14. | Barão de Sobral (José Julio de Albuquerque Barros) |
| 15. | Piza e Almeida (Joaquim de Toledo Piza e Almeida) |
| 16. | Barros Pimentel (Esperidião Eloy de Barros Pimentel) |
| 17. | Macedo Soares (Antonio Joaquim de Macedo Soares) |
| 18. | Amphilophio (Amphilophio Botelho Freire de Carvalho) |
| 19. | Faria Lemos (Francisco de Faria Lemos) |
| 20. | Bento Lisboa (Bento Luiz de Oliveira Lisboa) |
| 21. | José Hygino (José Hygino Duarte Pereira) |
| 22. | Ferreira de Resende (Francisco de Paula Ferreira de Resende) |
| 23. | Barata Ribeiro (Candido Barata Ribeiro)* |
| 24. | Pindahiba de Mattos (Eduardo Pindahiba de Mattos) |
| 25. | Souza Martins (Antonio de Souza Martins) |
| 26. | Bernardino Ferreira (Bernardino Ferreira da Silva) |
| 27. | Herminio do Espirito Santo (Herminio Francisco do Espirito Santo) |
| 28. | Americo Braziliense (Americo Braziliense de Almeida Mello) |
| 29. | Luiz Osorio (Fernando Luiz Osorio) |
| 30. | Americo Lobo (Americo Lobo Leite Pereira) |
| 31. | Ubaldo do Amaral (Ubaldo do Amaral Fontoura) |
| 32. | Lucio de Mendonca (Lucio de Mendonça) |
| 33. | Figueiredo Junior (Joaquim Antunes de Figueiredo Junior) |
| 34. | Ribeiro de Almeida (Antonio Augusto Ribeiro de Almeida) |
| 35. | Joao Barbalho (João Barbalho Uchôa Cavalcanti) |
| 36. | João Pedro (João Pedro Belfort Vieira) |
| 37. | Manoel Murtinho (Manoel José Murtinho) |
| 38. | André Cavalcanti (André Cavalcanti D'Albuquerque) |
| 39. | Augusto Olyntho (Adolpho Augusto Olyntho) |
| 40. | Gonçalves de Carvalho (Antônio Gonçalves de Carvalho) |
| 41. | Alberto Torres (Alberto de Seixas Martins Torres) |

| | |
|-----|---|
| 42. | Epitacio Pessoa (Epitacio da Silva Pessoa) |
| 43. | Oliveira Ribeiro (Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro) |
| 44. | Guimarães Natal (Joaquim Xavier Guimarães Natal) |
| 45. | Cardoso de Castro (Antonio Augusto Cardoso de Castro) |
| 46. | Amaro Cavalcanti (Amaro Cavalcanti) |
| 47. | Manoel Espinola (Manoel José Espinola) |
| 48. | Pedro Lessa (Pedro Augusto Carneiro Lessa) |
| 49. | Canuto Saraiva (Canuto José Saraiva) |
| 50. | Godofredo Cunha (Godofredo Xavier da Cunha) |
| 51. | Leoni Ramos (Carolino de Leoni Ramos) |
| 52. | Muniz Barreto (Edmundo Muniz Barreto) |
| 53. | Oliveira Figueiredo (Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo) |
| 54. | Enéas Galvão (Enéas Galvão) |
| 55. | Pedro Mibieli (Pedro Affonso Mibieli) |
| 56. | Sebastiao Lacerda (Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda) |
| 57. | Coelho e Campos (José Luiz Coelho e Campos) |
| 58. | Viveiros de Castro (Augusto Olympio Viveiros de Castro) |
| 59. | Joao Mendes (João Mendes de Almeida Júnior) |
| 60. | Pires e Albuquerque (Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque) |
| 61. | Edmundo Lins (Edmundo Pereira Lins) |
| 62. | Hermenegildo de Barros (Hermenegildo Rodrigues de Barros) |
| 63. | Pedro dos Santos (Pedro Joaquim dos Santos) |
| 64. | Alfredo Pinto (Alfredo Pinto Vieira de Mello) |
| 65. | Geminiano da Franca (Geminiano da Franca) |
| 66. | Arthur Ribeiro (Arthur Ribeiro de Oliveira) |
| 67. | Joao Luiz Alves (João Luiz Alves) |
| 68. | Bento de Faria (Antonio Bento de Faria) |
| 69. | Herculano de Freitas (Uladislau Herculano de Freitas) |
| 70. | Heitor de Sousa (Heitor de Sousa) |
| 71. | Soriano de Souza (José Soriano de Souza Filho) |
| 72. | Cardoso Ribeiro (Francisco Cardoso Ribeiro) |
| 73. | Firmino Whitaker (Firmino Antonio da Silva Whitaker Filho) |
| 74. | Rodrigo Octavio (Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes) |
| 75. | Eduardo Espinola (Eduardo Espinola) |
| 76. | Plínio Casado (Plínio de Castro Casado) |
| 77. | Carvalho Mourão (João Martins de Carvalho Mourão) |
| 78. | Laudo de Camargo (Laudo Ferreira de Camargo) |
| 79. | Costa Manso (Manoel da Costa Manso) |
| 80. | Octavio Kelly (Octavio Kelly) |
| 81. | Ataulpho de Paiva (Ataulpho Napoles de Paiva) |
| 82. | Carlos Maximiliano (Carlos Maximiliano Pereira dos Santos) |
| 83. | Armando de Alencar (Armando de Alencar) |
| 84. | Cunha Mello (Francisco Tavares da Cunha Mello) |
| 85. | José Linhares (José Linhares) |
| 86. | Washington de Oliveira (Washington Osório de Oliveira) |
| 87. | Barros Barreto (Frederico de Barros Barreto) |
| 88. | Annibal Freire (Annibal Freire da Fonseca) |
| 89. | Castro Nunes (José de Castro Nunes) |
| 90. | Orozimbo Nonato (Orozimbo Nonato da Silva) |
| 91. | Waldemar Falcão (Waldemar Cromwell do Rego Falcão) |
| 92. | Goulart de Oliveira (Alvaro Goulart de Oliveira) |
| 93. | Philadelpho e Azevedo (José Philadelpho de Barros e Azevedo) |
| 94. | Lafayette de Andrada (Antonio Carlos Lafayette de Andrada) |
| 95. | Edgard Costa (Edgard Costa) |
| 96. | Ribeiro da Costa (Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa) |
| 97. | Hahnemann Guimarães (Hahnemann Guimarães) |
| 98. | Luiz Gallotti (Luiz Gallotti) |
| 99. | Rocha Lagôa (Francisco de Paula Rocha Lagôa) |

| | |
|------|--|
| 100. | Mario Guimaraes (Mario Guimarães) |
| 101. | Nelson Hungria (Nelson Hungria Hoffbauer) |
| 102. | Ary Franco (Ary de Azevedo Franco) |
| 103. | Candido Motta (Candido Motta Filho) |
| 104. | Vilas Boas (Antônio Martins Vilas Boas) |
| 105. | Gonçalves de Oliveira (Antonio Gonçalves de Oliveira) |
| 106. | Victor Nunes (Victor Nunes Leal) |
| 107. | Pedro Chaves (Pedro Rodovalho Marcondes Chaves) |
| 108. | Hermes Lima (Hermes Lima) |
| 109. | Evandro Lins (Evandro Cavalcanti Lins e Silva) |
| 110. | Adalício Nogueira (Adalício Coelho Nogueira) |
| 111. | Prado Kelly (José Eduardo do Prado Kelly) |
| 112. | Oswaldo Trigueiro (Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello) |
| 113. | Aliomar Baleeiro (Aliomar de Andrade Baleeiro) |
| 114. | Carlos Medeiros (Carlos Medeiros Silva) |
| 115. | Eloy da Rocha (Eloy José da Rocha) |
| 116. | Djaci Falcão (Djaci Alves Falcão) |
| 117. | Adaucto Cardoso (Adaucto Lucio Cardoso) |
| 118. | Barros Monteiro (Raphael de Barros Monteiro) |
| 119. | Amaral Santos (Moacyr Amaral Santos) |
| 120. | Themistocles Cavalcanti (Themistocles Brandão Cavalcanti) |
| 121. | Thompson Flores (Carlos Thompson Flores) |
| 122. | Bilac Pinto (Olavo Bilac Pinto) |
| 123. | Antonio Neder (Antonio Neder) |
| 124. | Xavier de Albuquerque (Francisco Manoel Xavier de Albuquerque) |
| 125. | Rodrigues Alckmin (José Geraldo Rodrigues de Alckmin) |
| 126. | Leitão de Abreu (João Leitão de Abreu) |
| 127. | Cordeiro Guerra (João Baptista Cordeiro Guerra) |
| 128. | Moreira Alves (José Carlos Moreira Alves) |
| 129. | Cunha Peixoto (Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto) |
| 130. | Soares Muñoz (Pedro Soares Muñoz) |
| 131. | Décio Miranda (Décio Meirelles de Miranda) |
| 132. | Rafael Mayer (Luiz Rafael Mayer) |
| 133. | Clovis Ramalhete (Clovis Ramalhete Maia) |
| 134. | Firmino Paz (Firmino Ferreira Paz) |
| 135. | Néri da Silveira (José Néri da Silveira) |
| 136. | Alfredo Buzaid (Alfredo Buzaid) |
| 137. | Oscar Corrêa (Oscar Dias Corrêa) |
| 138. | Aldir Passarinho (Aldir Guimarães Passarinho) |
| 139. | Francisco Rezek (José Francisco Rezek) – primeira indicação |
| 140. | Sydney Sanches (Sydney Sanches) |
| 141. | Octavio Gallotti (Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti) |
| 142. | Carlos Madeira (Carlos Alberto Madeira) |
| 143. | Célio Borja (Célio de Oliveira Borja) |
| 144. | Paulo Brossard (Paulo Brossard de Souza Pinto) |
| 145. | Sepúlveda Pertence (José Paulo Sepúlveda Pertence) |
| 146. | Celso de Mello (José Celso de Mello Filho) |
| 147. | Carlos Velloso (Carlos Mário da Silva Velloso) |
| 148. | Marco Aurélio (Marco Aurélio Mendes de Farias Mello) |
| 149. | Ilmar Galvão (Ilmar Nascimento Galvão) |
| 150. | Francisco Rezek (José Francisco Rezek) – segunda indicação |
| 151. | Maurício Corrêa (Maurício José Corrêa) |
| 152. | Nelson Jobim (Nelson Azevedo Jobim) |
| 153. | Ellen Gracie (Ellen Gracie Northfleet) |
| 154. | Gilmar Mendes (Gilmar Ferreira Mendes) |
| 155. | Cezar Peluso (Antonio Cezar Peluso) |
| 156. | Ayres Britto (Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto) |
| 157. | Joaquim Barbosa (Joaquim Benedito Barbosa Gomes) |

| | |
|------|---|
| 158. | Eros Grau (Eros Roberto Grau) |
| 159. | Ricardo Lewandowski (Enrique Ricardo Lewandowski) |
| 160. | Cármén Lúcia (Cármén Lúcia Antunes Rocha) |
| 161. | Menezes Direito (Carlos Alberto Menezes Direito) |
| 162. | Dias Toffoli (José Antonio Dias Toffoli) |
| 163. | Luiz Fux (Luiz Fux) |
| 164. | Rosa Weber (Rosa Maria Pires Weber) |
| 165. | Teori Zavascki (Teori Albino Zavascki) |
| 166. | Roberto Barroso (Luís Roberto Barroso) |
| 167. | Edson Fachin (Luiz Edson Fachin) |
| 168. | Alexandre de Moraes (Alexandre de Moraes) |
| 169. | Nunes Marques (Kassio Nunes Marques) |
| 170. | André Mendonça (André Luiz de Almeida Mendonça) |

Tabela A1: relação entre nomes de carreira e nomes completos de todos os Ministros do STF. Fonte: Portal do STF (disponível em: <https://portal.stf.jus>).

1.2. INDICAÇÕES PRESIDENCIAIS

| RELAÇÃO DE INDICADOS AO STF POR CADA PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ORDEM CRONOLÓGICA) | | | |
|---|--------------------|----------------------------|--------------------|
| 24/02/1891 – 15/07/1934 | | | |
| Indicado | Presidente | Indicado | Presidente |
| 1. Visconde de Sabará | Deodoro da Fonseca | 44. Gonçalves de Carvalho | Prudente de Moraes |
| 2. Freitas Henriques | Deodoro da Fonseca | 45. Alberto Torres | Campos Salles |
| 3. Alencar Araripe | Deodoro da Fonseca | 46. Epitácio Pessoa | Campos Salles |
| 4. Andrade Pinto | Deodoro da Fonseca | 47. Oliveira Ribeiro | Rodrigues Alves |
| 5. Aquino e Castro | Deodoro da Fonseca | 48. Guimarães Natal | Rodrigues Alves |
| 6. Faria | Deodoro da Fonseca | 49. Cardoso de Castro | Rodrigues Alves |
| 7. Mendonça Uchôa | Deodoro da Fonseca | 50. Amaro Cavalcanti | Rodrigues Alves |
| 8. Queirós Barros | Deodoro da Fonseca | 51. Manoel Espínola | Rodrigues Alves |
| 9. Souza Mendes | Deodoro da Fonseca | 52. Pedro Lessa | Afonso Pena |
| 10. Trigo de Loureiro | Deodoro da Fonseca | 53. Canuto Saraiva | Afonso Pena |
| 11. Costa Barradas | Deodoro da Fonseca | 54. Godofredo Cunha | Nilo Peçanha |
| 12. Barão de Pereira Franco | Deodoro da Fonseca | 55. Leoni Ramos | Nilo Peçanha |
| 13. Barão de Lucena | Deodoro da Fonseca | 56. Muniz Barreto | Hermes da Fonseca |
| 14. Barão de Sobral | Deodoro da Fonseca | 57. Oliveira Figueiredo | Hermes da Fonseca |
| 15. Piza e Almeida | Deodoro da Fonseca | 58. Enéas Galvão | Hermes da Fonseca |
| 16. Barros Pimentel | Floriano Peixoto | 59. Pedro Mibielli | Hermes da Fonseca |
| 17. Macedo Soares | Floriano Peixoto | 60. Sebastiao Lacerda | Hermes da Fonseca |
| 18. Anfilóbio | Floriano Peixoto | 61. Coelho e Campos | Hermes da Fonseca |
| 19. Faria Lemos | Floriano Peixoto | 62. Viveiros de Castro | Venceslau Brás |
| 20. Bento Lisboa | Floriano Peixoto | 63. João Mendes | Venceslau Brás |
| 21. José Higino | Floriano Peixoto | 64. Pires e Albuquerque | Venceslau Brás |
| 22. Ferreira de Resende | Floriano Peixoto | 65. Edmundo Lins | Venceslau Brás |
| 23. Barata Ribeiro* | Floriano Peixoto | 66. Hermenegildo de Barros | Delfim Moreira |
| 24. Pindaíba de Matos | Floriano Peixoto | 67. Pedro dos Santos | Epitácio Pessoa |
| 25. Souza Martins | Floriano Peixoto | 68. Alfredo Pinto | Epitácio Pessoa |
| 26. Bernadino Ferreira | Floriano Peixoto | 69. Geminiano da Franca | Epitácio Pessoa |
| 27. Antônio Navarro** | Floriano Peixoto | 70. Arthur Ribeiro | Artur Bernardes |

| | | | |
|----------------------------|----------------------|--------------------------|-----------------|
| 28. Galvão de Queiroz** | Floriano Peixoto | 71. João Luiz Alves | Artur Bernardes |
| 29. Hermínio do Espírito | Floriano Peixoto | 72. Bento de Faria | Artur Bernardes |
| 30. Américo Braziliense | Floriano Peixoto | 73. Herculano de Freitas | Artur Bernardes |
| 31. Américo Lobo | Floriano Peixoto | 74. Heitor de Sousa | Artur Bernardes |
| 32. Demóstenes Lobo** | Floriano Peixoto | 75. Soriano de Souza | Washington Luís |
| 33. Luiz Osório | Floriano Peixoto | 76. Cardoso Ribeiro | Washington Luís |
| 34. Ewerton Quadros** | Floriano Peixoto | 77. Firmino Whitaker | Washington Luís |
| 35. Ubaldino do Amaral | Prudente de Moraes | 78. Rodrigo Otávio | Washington Luís |
| 36. Lúcio de Mendonça | Prudente de Moraes | 79. Eduardo Espínola | Getúlio Vargas |
| 37. Figueiredo Júnior | Prudente de Moraes | 80. Plínio Casado | Getúlio Vargas |
| 38. Ribeiro de Almeida | Prudente de Moraes | 81. Carvalho Mourão | Getúlio Vargas |
| 39. João Barbalho | Manoel Pereira | 82. Laudo de Camargo | Getúlio Vargas |
| 40. João Pedro | Manoel Pereira | 83. Costa Manso | Getúlio Vargas |
| 41. Manoel Murtinho | Manoel Pereira | 84. Otávio Kelly | Getúlio Vargas |
| 42. André Cavalcanti | Prudente de Moraes | 85. Ataulfo de Paiva | Getúlio Vargas |
| 43. Augusto Olinto | Prudente de Moraes | | |
| 16/07/1934 – 09/11/1937 | | | |
| 86. Carlos Maximiliano | Getúlio Vargas | | |
| 10/11/1937 – 17/09/1946 | | | |
| 87. Armando de Alencar | Getúlio Vargas | 94. Orizimbo Nonato | Getúlio Vargas |
| 88. Cunha Mello | Getúlio Vargas | 95. Waldemar Falcão | Getúlio Vargas |
| 89. José Linhares | Getúlio Vargas | 96. Goulart de Oliveira | Getúlio Vargas |
| 90. Washington de Oliveira | Getúlio Vargas | 97. Filadelfo e Azevedo | Getúlio Vargas |
| 91. Barros Barreto | Getúlio Vargas | 98. Lafayette de Andrada | José Linhares |
| 92. Aníbal Freire | Getúlio Vargas | 99. Edgard Costa | José Linhares |
| 93. Castro Nunes | Getúlio Vargas | 100. Ribeiro da Costa | José Linhares |
| 18/09/1946 – 14/03/1967 | | | |
| 101. Hahnemann Guimarães | Gaspar Dutra | 112. Hermes Lima | João Goulart |
| 102. Luiz Gallotti | Gaspar Dutra | 113. Evandro Lins | João Goulart |
| 103. Rocha Lagoa | Gaspar Dutra | 114. Adalício Nogueira | Castelo Branco |
| 104. Mario Guimarães | Getúlio Vargas | 115. Prado Kelly | Castelo Branco |
| 105. Nelson Hungria | Getúlio Vargas | 116. Osvaldo Trigueiro | Castelo Branco |
| 106. Ary Franco | Nereu Ramos | 117. Aliomar Baleeiro | Castelo Branco |
| 107. Cândido Mota | Juscelino Kubitschek | 118. Carlos Medeiros | Castelo Branco |
| 108. Vilas Boas | Juscelino Kubitschek | 119. Elói Rocha | Castelo Branco |
| 109. Gonçalves de Oliveira | Juscelino Kubitschek | 120. Djaci Falcão | Castelo Branco |
| 110. Victor Nunes | Juscelino Kubitschek | 121. Adauto Cardoso | Castelo Branco |
| 111. Pedro Chaves | Jânio Quadros | | |
| 15/03/1967 – 05/10/1988 | | | |
| 122. Barros Monteiro | Costa e Silva | 135. Décio Miranda | Ernesto Geisel |

| | | | |
|--------------------------------|------------------|--------------------------|-----------------|
| 123. Amaral Santos | Costa e Silva | 136. Rafael Mayer | Ernesto Geisel |
| 124. Themístocles Cavalcanti | Costa e Silva | 137. Clóvis Ramalhete | João Figueiredo |
| 125. Thompson Flores | Costa e Silva | 138. Firmino Paz | João Figueiredo |
| 126. Bilac Pinto | Emílio Médici | 139. Néri da Silveira | João Figueiredo |
| 127. Antônio Neder | Emílio Médici | 140. Alfredo Buzaid | João Figueiredo |
| 128. Xavier de Albuquerque | Emílio Médici | 141. Oscar Correia | João Figueiredo |
| 129. Rodrigues Alekmin | Emílio Médici | 142. Aldir Passarinho | João Figueiredo |
| 130. Leitão de Abreu | Ernesto Geisel | 143. Francisco Rezek | João Figueiredo |
| 131. Cordeiro Guerra | Ernesto Geisel | 144. Sydney Sanches | João Figueiredo |
| 132. Moreira Alves | Ernesto Geisel | 145. Octavio Gallotti | João Figueiredo |
| 133. Cunha Peixoto | Ernesto Geisel | 146. Carlos Madeira | José Sarney |
| 134. Soares Muñoz | Ernesto Geisel | 147. Célio Borja | José Sarney |
| 05/10/1988 – 31/12/2021 | | | |
| 148. Paulo Brossard | José Sarney | 162. Eros Grau | Lula da Silva |
| 149. Sepúlveda Pertence | José Sarney | 163. Ricardo Lewandowski | Lula da Silva |
| 150. Celso de Mello | José Sarney | 164. Cármen Lúcia | Lula da Silva |
| 151. Carlos Velloso | Fernando Collor | 165. Menezes Direito | Lula da Silva |
| 152. Marco Aurélio | Fernando Collor | 166. Dias Toffoli | Lula da Silva |
| 153. Ilmar Galvão | Fernando Collor | 167. Luiz Fux | Dilma Rousseff |
| 154. Francisco Rezek | Fernando Collor | 168. Rosa Weber | Dilma Rousseff |
| 155. Maurício Corrêa | Itamar Franco | 169. Teori Zavaski | Dilma Rousseff |
| 156. Nelson Jobim | Fernando Cardoso | 170. Roberto Barroso | Dilma Rousseff |
| 157. Ellen Gracie | Fernando Cardoso | 171. Edson Fachin | Dilma Rousseff |
| 158. Gilmar Mendes | Fernando Cardoso | 172. Alexandre de Moraes | Michel Temer |
| 159. Cezar Peluso | Lula da Silva | 173. Nunes Marques | Jair Bolsonaro |
| 160. Ayres Britto | Lula da Silva | 174. André Mendonça | Jair Bolsonaro |
| 161. Joaquim Barbosa | Lula da Silva | | |

Tabela A2: relação entre indicado ao STF e Presidente que o indicou. Fonte: Elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

1.3. UNIDADE FEDERATIVA DE ORIGEM

| RELAÇÃO DE MINISTROS DO STF POR UNIDADE FEDERATIVA DE ORIGEM | | | |
|---|-----------|-------------------------|-----------|
| Ministro | UF | Ministro | UF |
| 24/02/1891 – 15/07/1934 | | | |
| 1. Visconde de Sabará | MG | 42. Eptácio Pessoa | PB |
| 2. Freitas Henriques | BA | 43. Oliveira Ribeiro | MG |
| 3. Alencar Araripe | CE | 44. Guimarães Natal | GO |
| 4. Andrade Pinto | RJ | 45. Cardoso de Castro | BA |
| 5. Aquino e Castro | SP | 46. Amaro Cavalcanti | RN |
| 6. Faria | RJ | 47. Manoel Espínola | BA |
| 7. Mendonça Uchôa | AL | 48. Pedro Lessa | MG |
| 8. Queirós Barros | PE | 49. Canuto Saraiva | SP |
| 9. Souza Mendes | PI | 50. Godofredo Cunha | RS |
| 10. Trigo de Loureiro | SP | 51. Leoni Ramos | BA |
| 11. Costa Barradas | MA | 52. Muniz Barreto | RJ |
| 12. Barão de Pereira Franco | BA | 53. Oliveira Figueiredo | RJ |
| 13. Barão de Lucena | PE | 54. Enéas Galvão | RS |

| | | | |
|----------------------------|----|----------------------------|----|
| 14. Barão de Sobral | CE | 55. Pedro Mibielli | RS |
| 15. Piza e Almeida | SP | 56. Sebastiao Lacerda | RJ |
| 16. Barros Pimentel | AL | 57. Coelho e Campos | SE |
| 17. Macedo Soares | RJ | 58. Viveiros de Castro | MA |
| 18. Anfilóbio | BA | 59. João Mendes | RJ |
| 19. Faria Lemos | PE | 60. Pires e Albuquerque | BA |
| 20. Bento Lisboa | RJ | 61. Edmundo Lins | MG |
| 21. José Higinio | PE | 62. Hermenegildo de Barros | MG |
| 22. Ferreira de Resende | MG | 63. Pedro dos Santos | BA |
| 23. Barata Ribeiro* | BA | 64. Alfredo Pinto | PE |
| 24. Pindaíba de Matos | MA | 65. Geminiano da Franca | PB |
| 25. Souza Martins | PI | 66. Arthur Ribeiro | MG |
| 26. Bernadino Ferreira | SP | 67. João Luiz Alves | MG |
| 27. Hermínio do Espírito | PE | 68. Bento de Faria | RJ |
| 28. Américo Braziliense | SP | 69. Herculano de Freitas | RS |
| 29. Américo Lobo | MG | 70. Heitor de Sousa | SE |
| 30. Luiz Osório | RS | 71. Soriano de Souza | PE |
| 31. Ubaldino do Amaral | PR | 72. Cardoso Ribeiro | SP |
| 32. Lúcio de Mendonça | RJ | 73. Firmino Whitaker | SP |
| 33. Figueiredo Júnior | RJ | 74. Rodrigo Otávio | SP |
| 34. Ribeiro de Almeida | RJ | 75. Eduardo Espínola | BA |
| 35. João Barbalho | PE | 76. Plínio Casado | RS |
| 36. João Pedro | MA | 77. Carvalho Mourão | MG |
| 37. Manoel Murtinho | MT | 78. Laudo de Camargo | SP |
| 38. André Cavalcanti | PE | 79. Costa Manso | SP |
| 39. Augusto Olinto | MG | 80. Otávio Kelly | RJ |
| 40. Gonçalves de Carvalho | RJ | 81. Ataulfo de Paiva | RJ |
| 41. Alberto Torres | RJ | | |
| 16/07/1934 – 09/11/1937 | | | |
| 82. Carlos Maximiliano | RS | | |
| 10/11/1937 – 17/09/1946 | | | |
| 83. Armando de Alencar | RS | 90. Orizimbo Nonato | MG |
| 84. Cunha Mello | PE | 91. Waldemar Falcão | CE |
| 85. José Linhares | CE | 92. Goulart de Oliveira | RJ |
| 86. Washington de Oliveira | RJ | 93. Filadelfo e Azevedo | RJ |
| 87. Barros Barreto | PE | 94. Lafayette de Andrada | MG |
| 88. Aníbal Freire | SE | 95. Edgard Costa | RJ |
| 89. Castro Nunes | RJ | 96. Ribeiro da Costa | RJ |
| 18/09/1946 – 14/03/1967 | | | |
| 97. Hahnemann Guimarães | RJ | 108. Hermes Lima | BA |
| 98. Luiz Gallotti | SC | 109. Evandro Lins | PI |
| 99. Rocha Lagoa | MG | 110. Adalício Nogueira | BA |

| | | | |
|------------------------------|----|--------------------------|----|
| 100. Mario Guimarães | SP | 111. Prado Kelly | RJ |
| 101. Nelson Hungria | MG | 112. Osvaldo Trigueiro | PB |
| 102. Ary Franco | RJ | 113. Aliomar Baleeiro | BA |
| 103. Cândido Mota | SP | 114. Carlos Medeiros | MG |
| 104. Vilas Boas | MG | 115. Elói Rocha | MG |
| 105. Gonçalves de Oliveira | MG | 116. Djaci Falcão | PB |
| 106. Victor Nunes | MG | 117. Adauto Cardoso | MG |
| 107. Pedro Chaves | SP | | |
| 15/03/1967 – 05/10/1988 | | | |
| 118. Barros Monteiro | SP | 131. Décio Miranda | MG |
| 119. Amaral Santos | SP | 132. Rafael Mayer | PB |
| 120. Themístocles Cavalcanti | RJ | 133. Clóvis Ramalhete | ES |
| 121. Thompson Flores | RS | 134. Firmino Paz | PI |
| 122. Bilac Pinto | MG | 135. Néri da Silveira | RS |
| 123. Antônio Neder | MG | 136. Alfredo Buzaid | SP |
| 124. Xavier de Albuquerque | AM | 137. Oscar Correia | MG |
| 125. Rodrigues Alckmin | SP | 138. Aldir Passarinho | PI |
| 126. Leitão de Abreu | RS | 139. Francisco Rezek | MG |
| 127. Cordeiro Guerra | RJ | 140. Sydney Sanches | SP |
| 128. Moreira Alves | SP | 141. Octavio Gallotti | RJ |
| 129. Cunha Peixoto | MG | 142. Carlos Madeira | MA |
| 130. Soares Muñoz | RS | 143. Célio Borja | RJ |
| 05/10/1988 – 31/12/2021 | | | |
| 144. Paulo Brossard | RS | 158. Eros Grau | RS |
| 145. Sepúlveda Pertence | MG | 159. Ricardo Lewandowski | RJ |
| 146. Celso de Mello | SP | 160. Cármen Lúcia | MG |
| 147. Carlos Velloso | MG | 161. Menezes Direito | PA |
| 148. Marco Aurélio | RJ | 162. Dias Toffoli | SP |
| 149. Ilmar Galvão | BA | 163. Luiz Fux | RJ |
| 150. Francisco Rezek | MG | 164. Rosa Weber | RS |
| 151. Maurício Corrêa | MG | 165. Teori Zavaski | SC |
| 152. Nelson Jobim | RS | 166. Roberto Barroso | RJ |
| 153. Ellen Gracie | RJ | 167. Edson Fachin | RS |
| 154. Gilmar Mendes | MT | 168. Alexandre de Moraes | SP |
| 155. Cezar Peluso | SP | 169. Nunes Marques | PI |
| 156. Ayres Britto | SE | 170. André Mendonça | SP |
| 157. Joaquim Barbosa | MG | | |

Tabela A3: UF de origem de cada Ministro do STF (1891 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

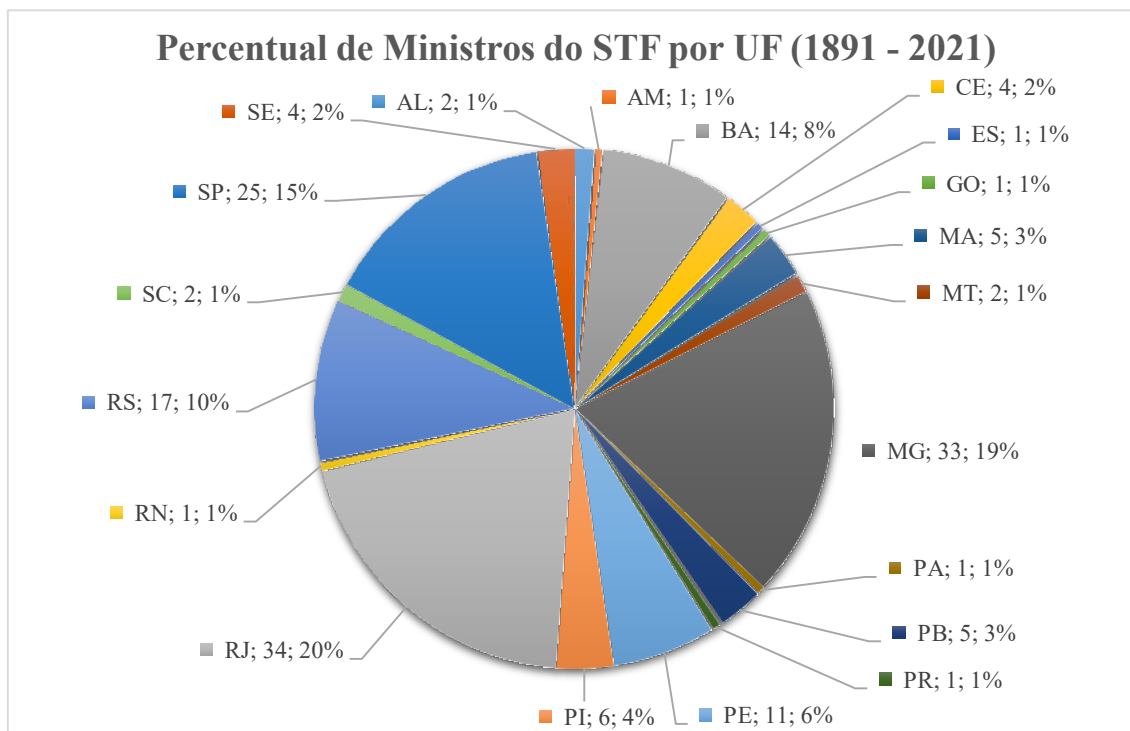


Gráfico A1: percentual de Ministros do STF por UF de origem. AC, AP, DF, MS, RO, RR e TO nunca tiveram juiz nascido em seus territórios indicado à Suprema Corte. Note-se também que RJ, RS, SP, e MG competem sozinhos com 109 dos 170 nomeados (64%).

1.4. PERMANÊNCIA NO CARGO

| TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CARGO DE MINISTRO DO STF (PERÍODO DE 24/02/1891 ATÉ 04/10/1988) | | | |
|--|------------|------------|--------------|
| Ministro | Posse | Saída | Tempo (anos) |
| 24/02/1891 – 15/07/1934 | | | |
| 1. Visconde de Sabará | 28/02/1891 | 04/05/1892 | 1,18 |
| 2. Freitas Henriques | 28/02/1891 | 10/02/1894 | 2,95 |
| 3. Alencar Araripe | 28/02/1891 | 25/01/1892 | 0,90 |
| 4. Andrade Pinto | 28/02/1891 | 08/10/1894 | 3,60 |
| 5. Aquino e Castro | 28/02/1891 | 10/08/1906 | 15,44 |
| 6. Faria | 28/02/1891 | 01/02/1892 | 0,92 |
| 7. Mendonça Uchôa | 28/02/1891 | 25/03/1892 | 1,07 |
| 8. Queirós Barros | 28/02/1891 | 15/03/1892 | 1,04 |
| 9. Souza Mendes | 28/02/1891 | 06/05/1892 | 1,18 |
| 10. Trigo de Loureiro | 28/02/1891 | 29/09/1894 | 3,58 |
| 11. Costa Barradas | 28/02/1891 | 21/10/1893 | 2,64 |
| 12. Barão de Pereira Franco | 28/02/1891 | 20/01/1902 | 10,89 |
| 13. Barão de Lucena | 28/02/1891 | 25/01/1892 | 0,90 |
| 14. Barão de Sobral | 28/02/1891 | 31/08/1893 | 2,50 |
| 15. Piza e Almeida | 01/04/1891 | 22/04/1908 | 17,05 |
| 16. Barros Pimentel | 29/01/1892 | 18/11/1893 | 1,80 |
| 17. Macedo Soares | 29/01/1892 | 14/08/1905 | 13,53 |
| 18. Anfilóbio | 01/03/1892 | 03/04/1895 | 3,09 |
| 19. Faria Lemos | 04/06/1893 | 11/01/1894 | 0,60 |
| 20. Bento Lisboa | 04/06/1892 | 18/11/1893 | 1,45 |

| | | | |
|----------------------------|------------|------------|-------|
| 21. José Higinio | 04/06/1892 | 07/06/1897 | 5,00 |
| 22. Ferreira de Resende | 28/06/1892 | 26/10/1893 | 1,32 |
| 23. Barata Ribeiro* | 25/11/1893 | 24/09/1894 | 0,83 |
| 24. Pindaíba de Matos | 10/10/1894 | 27/12/1910 | 16,21 |
| 25. Souza Martins | 10/10/1894 | 25/12/1896 | 2,20 |
| 26. Bernadino Ferreira | 10/10/1894 | 24/10/1905 | 11,03 |
| 27. Hermínio do Espírito | 17/11/1894 | 11/11/1924 | 29,98 |
| 28. Américo Brasiliense | 24/11/1894 | 26/03/1896 | 1,33 |
| 29. Américo Lobo | 08/12/1894 | 01/10/1903 | 8,81 |
| 30. Luiz Osório | 28/11/1894 | 26/11/1896 | 1,99 |
| 31. Ubaldino do Amaral | 15/12/1894 | 04/05/1896 | 1,38 |
| 32. Lúcio de Mendonça | 24/04/1895 | 26/10/1907 | 13,50 |
| 33. Figueiredo Júnior | 11/12/1895 | 23/08/1897 | 1,69 |
| 34. Ribeiro de Almeida | 24/06/1896 | 30/09/1913 | 17,26 |
| 35. João Barbalho | 20/01/1897 | 16/04/1906 | 9,23 |
| 36. João Pedro | 20/01/1897 | 02/11/1910 | 13,78 |
| 37. Manoel Murtinho | 23/01/1897 | 22/04/1917 | 20,24 |
| 38. André Cavalcanti | 12/06/1897 | 13/02/1927 | 29,67 |
| 39. Augusto Olinto | 08/09/1897 | 12/08/1898 | 0,92 |
| 40. Gonçalves de Carvalho | 01/09/1898 | 18/01/1901 | 2,38 |
| 41. Alberto Torres | 18/05/1901 | 18/09/1909 | 8,06 |
| 42. Eptácio Pessoa | 28/01/1902 | 17/08/1912 | 10,55 |
| 43. Oliveira Ribeiro | 14/10/1903 | 29/06/1917 | 13,70 |
| 44. Guimarães Natal | 23/09/1905 | 13/04/1927 | 21,55 |
| 45. Cardoso de Castro | 11/11/1905 | 26/10/1911 | 5,95 |
| 46. Amaro Cavalcanti | 27/06/1906 | 30/12/1914 | 8,50 |
| 47. Manoel Espínola | 29/09/1906 | 07/10/1912 | 6,02 |
| 48. Pedro Lessa | 20/11/1907 | 25/07/1921 | 13,67 |
| 49. Canuto Saraiva | 16/06/1908 | 25/05/1919 | 10,93 |
| 50. Godofredo Cunha | 25/09/1909 | 18/02/1931 | 21,40 |
| 51. Leoni Ramos | 22/10/1910 | 20/03/1931 | 20,49 |
| 52. Muniz Barreto | 31/12/1910 | 18/02/1931 | 20,13 |
| 53. Oliveira Figueiredo | 11/11/1911 | 29/10/1912 | 0,96 |
| 54. Enéas Galvão | 24/08/1912 | 24/11/1916 | 4,25 |
| 55. Pedro Mibielli | 13/11/1912 | 18/02/1931 | 18,26 |
| 56. Sebastião Lacerda | 16/11/1912 | 05/07/1925 | 12,63 |
| 57. Coelho e Campos | 01/11/1913 | 13/10/1919 | 5,94 |
| 58. Viveiros de Castro | 03/02/1915 | 14/04/1927 | 12,19 |
| 59. João Mendes | 05/01/1917 | 24/10/1922 | 5,80 |
| 60. Pires e Albuquerque | 26/05/1917 | 18/02/1931 | 13,73 |
| 61. Edmundo Lins | 12/09/1917 | 16/11/1937 | 20,17 |
| 62. Hermenegildo de Barros | 26/07/1919 | 16/11/1937 | 18,30 |
| 63. Pedro dos Santos | 29/11/1919 | 18/02/1931 | 11,22 |
| 64. Alfredo Pinto | 21/09/1921 | 08/07/1923 | 1,79 |
| 65. Geminiano da Franca | 22/11/1922 | 18/02/1931 | 8,24 |
| 66. Arthur Ribeiro | 06/08/1923 | 24/03/1936 | 12,63 |
| 67. João Luiz Alves | 24/01/1925 | 15/11/1925 | 0,80 |
| 68. Bento de Faria | 19/08/1925 | 25/05/1945 | 19,76 |
| 69. Herculano de Freitas | 28/01/1926 | 14/05/1926 | 0,29 |
| 70. Heitor de Sousa | 02/07/1926 | 11/01/1929 | 2,52 |
| 71. Soriano de Souza | 25/02/1927 | 20/07/1933 | 6,39 |
| 72. Cardoso Ribeiro | 25/05/1927 | 16/05/1932 | 4,97 |
| 73. Firmino Whitaker | 06/06/1927 | 05/03/1934 | 6,74 |
| 74. Rodrigo Otávio | 08/02/1929 | 07/02/1934 | 4,99 |
| 75. Eduardo Espínola | 13/05/1931 | 25/05/1945 | 14,03 |
| 76. Plínio Casado | 04/06/1931 | 01/10/1938 | 7,32 |

| | | | |
|--------------------------------|------------|------------|-------|
| 77. Carvalho Mourão | 08/06/1931 | 10/12/1940 | 9,50 |
| 78. Laudo de Camargo | 09/06/1932 | 25/04/1951 | 18,87 |
| 79. Costa Manso | 28/08/1933 | 03/05/1939 | 5,67 |
| 80. Otávio Kelly | 14/02/1934 | 30/07/1942 | 8,31 |
| 81. Ataulfo de Paiva | 20/03/1934 | 16/12/1937 | 3,74 |
| Média aritmética: | | | 8,59 |
| 16/07/1934 – 09/11/1937 | | | |
| 82. Carlos Maximiliano | 04/05/1936 | 13/06/1941 | 5,10 |
| Média aritmética: | | | 5,10 |
| 10/11/1937 – 17/09/1946 | | | |
| 83. Armando de Alencar | 22/11/1937 | 06/05/1941 | 3,45 |
| 84. Cunha Mello | 24/11/1937 | 01/04/1942 | 4,35 |
| 85. José Linhares | 24/12/1937 | 29/01/1956 | 18,09 |
| 86. Washington de Oliveira | 12/10/1938 | 17/06/1940 | 1,68 |
| 87. Barros Barreto | 17/05/1939 | 20/05/1963 | 24,00 |
| 88. Aníbal Freire | 26/06/1940 | 17/05/1951 | 10,89 |
| 89. Castro Nunes | 18/12/1940 | 02/09/1949 | 8,70 |
| 90. Orizimbo Nonato | 21/05/1941 | 27/01/1960 | 18,68 |
| 91. Waldemar Falcão | 18/06/1941 | 02/10/1946 | 5,29 |
| 92. Goulart de Oliveira | 15/04/1942 | 28/05/1950 | 8,11 |
| 93. Filadelfo e Azevedo | 16/08/1942 | 26/01/1946 | 3,44 |
| 94. Lafayette de Andrada | 08/11/1945 | 03/02/1969 | 23,23 |
| 95. Edgard Costa | 08/11/1945 | 19/01/1957 | 11,19 |
| 96. Ribeiro da Costa | 30/01/1946 | 05/12/1966 | 20,84 |
| Média aritmética: | | | 11,56 |
| 18/09/1946 – 14/03/1967 | | | |
| 97. Hahnemann Guimarães | 30/10/1946 | 03/10/1967 | 20,92 |
| 98. Luiz Gallotti | 22/09/1949 | 16/08/1974 | 24,89 |
| 99. Rocha Lagoa | 16/06/1950 | 19/11/1960 | 10,42 |
| 100. Mário Guimarães | 28/05/1951 | 10/04/1956 | 4,87 |
| 101. Nelson Hungria | 04/06/1951 | 11/04/1961 | 9,85 |
| 102. Ary Franco | 01/02/1956 | 17/06/1963 | 7,37 |
| 103. Cândido Mota | 02/05/1956 | 18/09/1967 | 11,38 |
| 104. Vilas Boas | 20/02/1957 | 25/11/1966 | 9,76 |
| 105. Gonçalves de Oliveira | 15/02/1960 | 03/02/1969 | 8,96 |
| 106. Victor Nunes | 07/12/1960 | 16/01/1969 | 8,10 |
| 107. Pedro Chaves | 26/04/1961 | 05/06/1967 | 6,10 |
| 108. Hermes Lima | 26/06/1963 | 19/01/1969 | 5,56 |
| 109. Evandro Lins | 04/09/1963 | 16/01/1969 | 5,36 |
| 110. Adalício Nogueira | 25/11/1965 | 24/02/1972 | 6,24 |
| 111. Prado Kelly | 25/11/1965 | 18/01/1968 | 2,14 |
| 112. Osvaldo Trigueiro | 25/11/1965 | 03/01/1975 | 9,10 |
| 113. Aliomar Baleeiro | 25/11/1965 | 02/05/1975 | 9,43 |
| 114. Carlos Medeiros | 25/11/1965 | 18/07/1966 | 0,64 |
| 115. Elói Rocha | 15/09/1966 | 03/06/1977 | 10,71 |
| 116. Djaci Falcão | 21/02/1967 | 26/01/1989 | 21,93 |
| 117. Aduino Cardoso | 02/03/1967 | 18/03/1971 | 4,04 |
| Média aritmética: | | | 9,41 |
| 15/03/1967 – 04/10/1988 | | | |
| 118. Barros Monteiro | 07/07/1967 | 03/05/1974 | 6,82 |
| 119. Amaral Santos | 18/10/1967 | 25/07/1972 | 4,76 |
| 120. Themístocles Cavalcanti | 18/10/1967 | 14/10/1969 | 1,98 |
| 121. Thompson Flores | 14/03/1968 | 26/01/1981 | 12,87 |
| 122. Bilac Pinto | 17/06/1970 | 09/02/1978 | 7,64 |

| | | | |
|--|------------|------------|-------------|
| 123. Antônio Neder | 28/04/1971 | 10/06/1981 | 10,11 |
| 124. Xavier de Albuquerque | 19/04/1972 | 21/02/1983 | 10,84 |
| 125. Rodrigues Alckmin | 11/10/1972 | 06/11/1978 | 6,07 |
| 126. Leitão de Abreu | 17/06/1974 | 11/08/1981 | 7,15 |
| 127. Cordeiro Guerra | 26/09/1974 | 18/03/1986 | 11,47 |
| 128. Moreira Alves | 20/06/1975 | 20/04/2003 | 27,83 |
| 129. Cunha Peixoto | 04/07/1975 | 09/12/1981 | 6,43 |
| 130. Soares Muñoz | 08/08/1977 | 05/11/1984 | 7,24 |
| 131. Décio Miranda | 27/06/1978 | 02/09/1985 | 7,18 |
| 132. Rafael Mayer | 15/12/1978 | 14/03/1989 | 10,24 |
| 133. Clóvis Ramalhete | 08/04/1981 | 25/02/1982 | 0,88 |
| 134. Firmino Paz | 24/06/1981 | 17/07/1982 | 1,06 |
| 135. Néri da Silveira | 01/09/1981 | 24/04/2002 | 20,64 |
| 136. Alfredo Buzaid | 30/03/1982 | 20/07/1984 | 2,30 |
| 137. Oscar Correia | 26/04/1982 | 17/01/1989 | 6,72 |
| 138. Aldir Passarinho | 02/09/1982 | 22/04/1991 | 8,63 |
| 139. Francisco Rezek | 24/03/1983 | 15/03/1990 | 6,97 |
| 140. Sydney Sanches | 31/08/1984 | 27/04/2003 | 18,65 |
| 141. Octavio Gallotti | 20/11/1984 | 28/10/2000 | 15,93 |
| 142. Carlos Madeira | 19/09/1985 | 17/03/1990 | 4,49 |
| 143. Célio Borja | 14/04/1986 | 31/03/1992 | 5,96 |
| Média aritmética: | | | 8,87 |
| Média aritmética do período (1891 – 1988): | | | 9,03 |

Tabela A4: tempo de permanência dos Ministros do STF no cargo (1891 – 1988). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

| TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CARGO DE MINISTRO DO STF (PERÍODO DE 05/10/1988 ATÉ 31/12/2021) | | | |
|--|--------------|--------------|---------------------|
| Ministro | Posse | Saída | Tempo (anos) |
| Paulo Brossard | 05/04/1989 | 23/10/1994 | 5,55 |
| Sepúlveda Pertence | 17/05/1989 | 24/08/2007 | 18,28 |
| Celso de Mello | 17/08/1989 | 13/10/2020 | 31,17 |
| Carlos Velloso | 13/06/1990 | 19/01/2006 | 15,61 |
| Marco Aurélio | 13/06/1990 | 12/07/2021 | 31,10 |
| Ilmar Galvão | 26/06/1991 | 03/05/2003 | 11,86 |
| Francisco Rezek | 21/05/1992 | 05/02/1997 | 4,71 |
| Maurício Corrêa | 15/12/1994 | 08/05/2004 | 9,40 |
| Nelson Jobim | 15/05/1997 | 29/03/2006 | 8,87 |
| Ellen Gracie | 14/12/2000 | 08/08/2011 | 10,65 |
| Gilmar Mendes | 20/06/2002 | – | 19,54** |
| Cezar Peluso | 25/06/2003 | 03/09/2012 | 9,20 |
| Ayres Britto | 25/06/2003 | 18/11/2012 | 9,40 |
| Joaquim Barbosa | 25/06/2003 | 31/07/2014 | 11,10 |
| Eros Grau | 30/06/2004 | 02/08/2010 | 6,09 |
| Ricardo Lewandowski | 16/03/2006 | – | 15,80** |
| Cármem Lúcia | 21/06/2006 | – | 15,53** |
| Menezes Direito | 05/09/2007 | 01/09/2009 | 1,99* |
| Dias Toffoli | 23/10/2009 | – | 12,19** |
| Luiz Fux | 02/03/2011 | – | 10,84** |
| Rosa Weber | 19/12/2011 | – | 10,04** |
| Teori Zavascki | 29/11/2012 | 19/01/2017 | 4,14* |
| Roberto Barroso | 26/06/2013 | – | 8,52** |
| Edson Fachin | 16/06/2015 | – | 6,54** |
| Alexandre de Moraes | 22/03/2017 | – | 4,78** |

| | | | |
|--|------------|---|--------|
| Nunes Marques | 05/11/2020 | – | 1,15** |
| André Mendonça | 16/12/2021 | – | 0,04** |
| Média aritmética: | | | 10,89 |
| Média aritmética sem os falecidos no exercício do cargo (*): | | | 13,75 |
| Média aritmética sem membros atuais (**) nem os falecidos (*): | | | 13,07 |
| Média aritmética considerando o tempo máximo no cargo dos membros atuais (v. tabela A6): | | | 16,16 |
| Média aritmética considerando o tempo máximo no cargo dos membros atuais (tabela A6) e desconsiderando os falecidos (*): | | | 17,21 |
| Média aritmética da permanência de todos os 170 Ministros: | | | 9,03 |

Tabela A5: tempo de permanência dos Ministros do STF no cargo (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

| PÉRIODO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA NO CARGO DOS ATUAIS MEMBROS DO STF (31/12/2021) | | | |
|---|------------|---------------|--------------|
| Ministro | Posse | Aposentadoria | Tempo (anos) |
| Gilmar Mendes | 20/06/2002 | 30/12/2030 | 28,54 |
| Ricardo Lewandowski | 16/03/2006 | 11/05/2023 | 17,16 |
| Cármem Lúcia | 21/06/2006 | 19/04/2029 | 22,84 |
| Dias Toffoli | 23/10/2009 | 15/11/2042 | 33,08 |
| Luiz Fux | 02/03/2011 | 26/04/2028 | 17,16 |
| Rosa Weber | 19/12/2011 | 02/10/2023 | 11,79 |
| Roberto Barroso | 26/06/2013 | 11/03/2033 | 19,72 |
| Edson Fachin | 16/06/2015 | 08/02/2033 | 17,66 |
| Alexandre de Moraes | 22/03/2017 | 13/12/2043 | 26,74 |
| Nunes Marques | 05/11/2020 | 16/05/2047 | 26,54 |
| André Mendonça | 16/12/2021 | 27/12/2047 | 26,04 |
| Média aritmética: | | | 22,47 |

Tabela A6: tempo máximo de permanência dos Ministros do STF no cargo (composição de 16/12/2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

1.4. PROFISSÕES OCUPADAS AO TEMPO DA INDICAÇÃO

| ÚLTIMO CARGO OCUPADO POR CADA INDICADO AO STF (1988 – 2021) | |
|---|----------------------------------|
| INDICADO | CARGO |
| Paulo Brossard | Ministro da Justiça |
| Sepúlveda Pertence | Procurador-Geral da República |
| Celso de Mello | Promotor de Justiça (SP) |
| Carlos Velloso | Ministro do STJ |
| Marco Aurélio | Ministro do TST |
| Ilmar Galvão | Ministro do STJ |
| Francisco Rezek | Ministro das Relações Exteriores |
| Maurício Corrêa | Ministro da Justiça |
| Nelson Jobim | Ministro da Justiça |
| Ellen Gracie | Desembargadora Federal (TRF-4) |
| Gilmar Mendes | Advogado-Geral da União |
| Cezar Peluso | Desembargador Estadual |
| Ayres Britto | Advogado |
| Joaquim Barbosa | Procurador da República |
| Eros Grau | Advogado |
| Ricardo Lewandowski | Desembargador Estadual (SP) |
| Cármem Lúcia | Procuradora Estadual (MG) |
| Menezes Direito | Ministro do STJ |

| | |
|---------------------|-----------------------------------|
| Dias Toffoli | Advogado-Geral da União |
| Luiz Fux | Ministro do STJ |
| Rosa Weber | Ministra do TST |
| Teori Zavascki | Ministro do STJ |
| Roberto Barroso | Advogado/Procurador Estadual (RJ) |
| Edson Fachin | Advogado |
| Alexandre de Moraes | Ministro da Justiça |
| Nunes Marques | Desembargador federal (TRF-1) |
| André Mendonça | Advogado-Geral da União |

Tabela A7: última profissão exercida pelos Ministros do STF no cargo (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor, a partir dos dados do Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br>).

APÊNDICE 2

DADOS SOBRE A JURISDIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2.1. PROPORÇÃO DE ADI ENTRE AS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

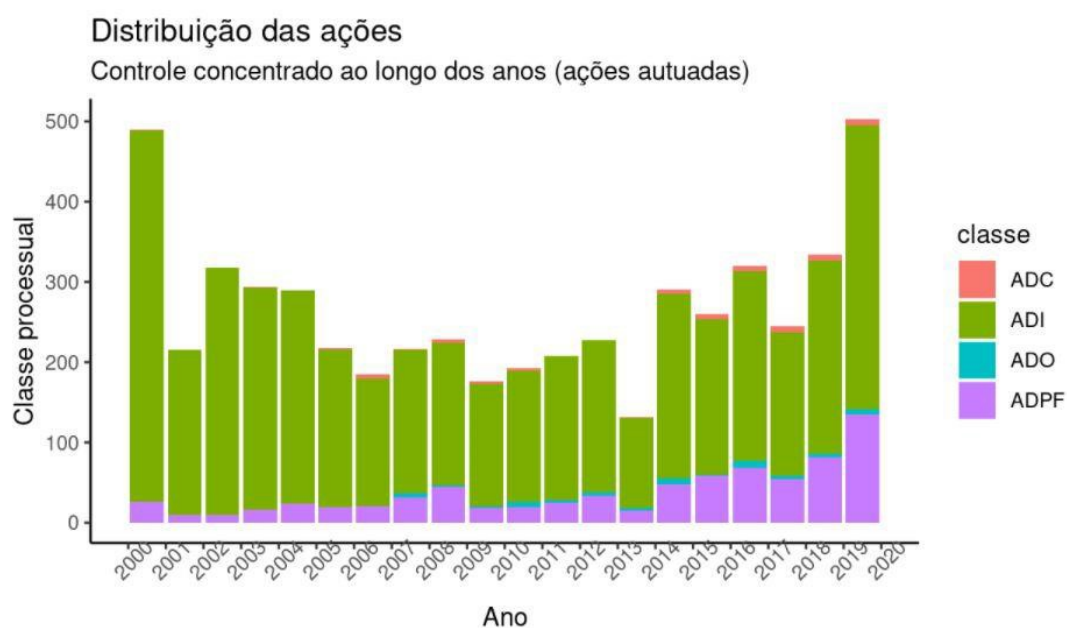


Gráfico A2: distribuição das ações de controle concentrado de constitucionalidade no STF (2000 – 2020). Fonte: DORNELLES (2021).

2.2. JULGAMENTOS NOTÁVEIS (1891 – 1988)

| JULGAMENTOS NOTÁVEIS DECIDIDOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (1891 – 1988) | | | |
|---|-----------|--------------------|--|
| Tema/Evento | Período | Processo | Contexto histórico |
| Revolta da Armada e Revolução Federalista | 1892-1895 | Habeas Corpus 300 | A Revolta da Armada e a Revolução Federalista foram movimentos instaurados logo após a Proclamação da República em oposição aos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e abrangeram os anos de 1891 a 1895. |
| | | Habeas Corpus 406 | |
| | | Habeas Corpus 410 | |
| | | Habeas Corpus 415 | |
| Estado de sítio. Prisões políticas | 1898 | Habeas Corpus 1063 | Prisões políticas ordenadas durante a vigência de estado de sítio e continuadas após o término do período de exceção. |
| | | Habeas Corpus 1073 | |
| Banimento da família imperial | 1903/1907 | Habeas Corpus 1974 | Com a proclamação da República, o governo provisório baixou decreto banindo a família real do território brasileiro. |
| | | Habeas Corpus 2437 | |

| | | | |
|--|-----------|-------------------------------|--|
| Limites interestaduais entre o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina | 1904/1913 | Ação Cível Originária n. 7 | Ação envolvendo o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina, em disputa faixa de terra situada no limite geográfico entre ambos. Tal espaço viria a se tornar, em 1912, palco do conflito bélico chamado “Guerra do Contestado”. |
| | | Ação Criminal n. 41 | |
| Revolta da Vacina | 1905 | Recurso de Habeas Corpus 2244 | Sob pretexto de expurgo do mosquito vetor da febre amarela, o governo ordenou a agentes de inspeção sanitária a entrada no domicílio dos cidadãos, o que afrontou garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio. |
| Caso do Conselho Municipal do Distrito Federal | 1909-1911 | Recurso de Habeas Corpus 2793 | O caso do Conselho Municipal do Distrito Federal representou um embate que envolveu os três poderes da República. Dá-se início nesta época à criação da doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> . |
| | | Habeas Corpus 2794 | |
| | | Habeas Corpus 2797 | |
| | | Recurso de Habeas Corpus 2799 | |

| | | | |
|---|-----------|---|---|
| | | Habeas Corpus 2990 | |
| Dualidade de assembleias no Estado do Rio de Janeiro | 1911 | Habeas Corpus 2984 Habeas Corpus 3061 | Durante o governo de Hermes da Fonseca houve casos de dualidade de assembleias no país. O caso ocorrido no Rio de Janeiro colocou os três poderes da República em disputa. |
| Dualidade de assembleias no Estado da Bahia | 1912 | Habeas Corpus 3137 Habeas Corpus 3145 Habeas Corpus 3148 | Durante o governo de Hermes da Fonseca houve casos de dualidade de assembleias no país. O caso ocorrido na Bahia colocou os três poderes da República em disputa. |
| Caso Nilo Peçanha | 1914 | Habeas Corpus 3697 | Nilo Peçanha foi eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro, mas sofreu constrangimento por ocasião da sua posse. |
| Caso Macedo Soares | 1914 | Habeas Corpus 3527 | Prisões políticas ordenadas durante a vigência de estado de sítio decretado pelo governo de Hermes da Fonseca. |
| Liberdade de imprensa e imunidades parlamentares | 1914 | Habeas Corpus 3536 | O senador Ruy Barbosa viu-se impedido de publicar na imprensa discurso que havia lido no Senado Federal. |
| Liberdade de reunião e expressão do pensamento durante as eleições para Presidência da República. | 1919 | Habeas Corpus 4781 | Ruy Barbosa, na condição de candidato da oposição à Presidência da República, impetra <i>habeas corpus</i> contra atos de coação que restringiam o exercício de liberdades fundamentais. |
| Tenentismo | 1922-1930 | Habeas Corpus 8801 Habeas Corpus 8811 Habeas Corpus 8826 Habeas Corpus 11942 Recurso Criminal 536 Recurso Criminal 553 | O tenentismo foi um movimento promovido por militares do Exército, entre os anos de 1920 e 1930, que tinha como objetivo proporcionar melhores condições de vida aos militares, além de contribuir para uma ampla reforma na política brasileira. |
| O estado de sítio no governo Vargas Aliança Nacional Libertadora | 1930-1945 | Mandado de Segurança 111 | Durante a presidência de Getúlio Vargas, 1930-1945, o Partido Comunista do Brasil – PCB manteve-se em oposição ao governo. Getúlio combateu de forma incisiva o comunismo no país. Fechou a Aliança Nacional Libertadora – ANL, combateu a “Intentona Comunista” e desfez o “Plano Cohen”. Com o argumento de que o comunismo era prejudicial ao país, obteve apoio militar e popular, derrubando a |
| O estado de sítio no governo Vargas Intentona Comunista | | Habeas Corpus 26178 | |
| O estado de sítio no governo Vargas | | Habeas Corpus 29763 | |

| | | | |
|---|------|---------------------------|---|
| Partido Comunista do Brasil | | | Constituição e declarando o chamado Estado Novo. |
| O estado de sítio no governo Vargas O caso Olga Benário | | Habeas Corpus 26155 | |
| Liberdade religiosa | 1949 | Mandado de Segurança 1114 | Em 1949, é fundada, por Dom Carlos Duarte Costa, a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Considerada como um ramo dissidente da Igreja Católica Apostólica Romana, os seus cultos e práticas são considerados ilegítimos e, portanto, levados ao Supremo Tribunal Federal para que se posicione sobre o caso. |
| Ideologia comunista | 1954 | Mandado de Segurança 2264 | Movimento que tinha como premissa o fim das classes sociais. |
| Impedimento no governo de Café Filho | 1955 | Mandado de Segurança 3557 | Após o falecimento de Getúlio Vargas, em 1954, Café Filho, então vice-presidente, assume a Presidência da República. Em 1955, devido a complicações no seu estado de saúde, é afastado de suas funções. Em seu lugar assume o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, o qual, também impedido de exercer o cargo, repassa a Presidência da República para o senador Nereu Ramos, provocando, assim, um estado de sítio e impedindo Café Filho de retornar ao cargo. |
| | | Habeas Corpus 33908 | |
| Governo militar a partir de 1964 O caso do governador Mauro Borges | 1964 | Habeas Corpus 41296 | O governo militar teve início em 1º de abril de 1964 com o afastamento de João Goulart da presidência da República. O regime militar perdurou até as eleições indiretas para presidente da República no ano de 1985. |
| Acusação de genocídio na segunda guerra mundial | 1967 | Extradição 272 | O Nazismo, adotado pela Alemanha durante os anos de 1933 a 1945 e coordenado por Adolph Hitler, tinha como um de seus ideais a intolerância contra judeus. Combatido na Segunda Guerra Mundial pelos países aliados, teve o seu término em 7 de maio de 1945. |
| | | Extradição 273 | |
| | | Extradição 274 | |

Tabela A8: lista de julgamentos históricos realizados pelo STF no período anterior a 1988. Fonte: Portal Institucional do Supremo Tribunal Federal (disponível em: <https://portal.stf.jus.br> e adaptado aos fins desta dissertação).

APÊNDICE 3

DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO COM PROPOSIÇÕES SOBRE A SELEÇÃO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO TENDENTES A MODIFICAR A FORMA DE INGRESSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (05/10/1988 – 05/10/2021) | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------|----------------------|---|
| N./ano (situação) | Ementa | Modificações na forma de ingresso | Autor (partido) | Origem | Classificação da proposta |
| 96/1992 (transformada na EC n. 45/2004) | “Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”. | 1. Estabelece que a indicação presidencial será feita a partir de lista tríplice; 2. Estabelece que a lista tríplice será elaborada, em terços, pela OAB, MPF e STJ; 3. Estabelece como requisito o diploma em direito; 4. Estabelece que a apreciação da indicação presidencial será feita pelo Congresso Nacional; 5. Estabelece a renovação de um terço do Tribunal a cada três anos; e 6. Estabelece mandato de 9 anos para o cargo, vedada a recondução; e 7. Remove a previsão aposentadoria compulsória dos membros do STF. | Dep. Hélio Bicudo (PT/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MP; 2. Ampliativa de MAC; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de MAC; 5. Correlata; 6. Correlata; e 7. Correlata. |
| 57/1995 (arquivada) | “Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do serviço público em geral”. | 1. Estabelece 70 anos como requisito de idade máxima. | Sen. Pedro Simon (PMDB/RS) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |
| 92/1995 (arquivada) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal”. | 1. Remove o requisito de idade mínima; 2. Remove os RS; 3. Remove o quórum de maioria absoluta para a aprovação senatorial, passando a ser simples; 4. Estabelece como requisito o pertencimento a algum Tribunal Superior; 5. Estabelece como requisito a carreira originária na magistratura; | Dep. Nicias Ribeiro (PMDB/PA) | Câmara dos Deputados | 1. Redutiva de RO; 2. Redutiva de RS; 3. Redutiva de MP; 4. Ampliativa de RO; 5. Ampliativa de MP; 6. Ampliativa de MP; e 7. Ampliativa de MAC. |

| | | | | | |
|---------------------------------|---|--|-------------------------------------|----------------------|--|
| | | 6. Estabelece que a indicação presidencial se dará a partir de lista tríplice; e 7. Estabelece que a lista tríplice será elaborada pelo STF. | | | |
| 131/1995 (arquivada) | “Altera a redação dos artigos 93, 94, 95, 96, 101, 104, 107, 111, 115, 119, 120, 123 e 125 da Constituição Federal”. | 1. Estabelece que os membros do STF serão escolhidos por meio de eleição pelos advogados brasileiros com registro na Ordem há mais de 20 anos, membros dos MPE e MPF e procuradorias estaduais e municipais que tenham autorização a peticionar em 2ª instância e juízes de 2º instância de todos os tribunais do Brasil; 2. Estabelece mandato de 15 anos para o cargo, vedada a recondução; 3. Estabelece que os membros do STF serão eleitos com suplentes que exercerão o cargo na vacância e convocarão nova eleição em até 60 dias. 4. Estabelece como requisito 12 anos de prática na advocacia ou magistratura; e 5. Mantém os RO. | Dep. Cunha Lima (sem partido/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; 2. Correlata; 3. Correlata; e 4. Ampliativa de RO. |
| 430/1996 (arquivada) | “Altera os arts. 73, 93, inciso 111, 94, 101, 104, 107, 111, 115, 119, 120, 123 e 128 §§ 1º e 3º, da Constituição Federal”. | 1. Estabelece que os membros do STF serão escolhidos por meio de eleição: oito membros eleitos dentre os Ministros de Tribunais Superiores, com os eleitores sendo todos os juízes do Brasil e três, alternadamente, eleitos dentre os membros do Ministério Público, com eleitores sendo os membros do Ministério Público do Brasil, e advogados, com eleitores sendo todos os causídicos registrados na OAB; 2. Estabelece mandato de 8 anos, reconduzível uma única vez; 3. Estabelece requisito de 40 anos de idade mínima; 4. Remove o requisito de idade máxima; 5. Estabelece requisito de dez anos de atividade na carreira jurídica; e 6. Estabelece como requisito que o eleito deve ter “notória idoneidade moral” e nunca ter sofrido “sanção disciplinar”. | Dep. Jair Siqueira (PPB/MG) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; 2. Correlata; 3. Ampliativa de RO; 4. Redutiva de RO; 5. Ampliativa de RO; e 6. Ampliativa de RS. |
| 510/1997 (arquivada) | “Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Constituição Federal”. | 1. Estabelece que um quinto das vagas do STF deverão ser destinadas a mulheres que atendam aos requisitos legais para o cargo e, em até 5 anos da promulgação da norma, um meio. | Dep. Feu Rosa (PSDB/ES) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |

| | | | | | |
|---|--|--|---|----------------------|--|
| 557/1997 (apensada à PEC 510/1997) | “Acrescenta inciso ao art. 93, da Constituição da República Federativa do Brasil”. | 1. Estabelece que ao menos um quinto das vagas do STF deverão ser destinadas a mulheres que atendam aos requisitos legais para o cargo. | Dep. Marinha Raupp (PSDB/RO) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |
| 3/1998 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências” | <i>Documento inacessível</i> | Sen. Ademir Andrade (PSB/PA) | Senado Federal | <i>Propostas inacessíveis</i> |
| 620/1998 (apensada à PEC 510/1997) | “Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal”. | 1. Estabelece que ao menos um quinto das vagas do STF deverão ser destinadas a mulheres. | Dep. Pires Franco (PFL/PA) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |
| 7/1999 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências”. | 1. Estabelece que as indicações ao STF deverão ser realizadas com alternância entre cada sexo. | Sen. Ademir Andrade (PSB/PA) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |
| 71/1999 (apensada à PEC 131/1995) | “Determina que os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão indicados, alternadamente, um terço pelo Congresso Nacional, um terço pelo Poder Judiciário, dentre os Ministros dos Tribunais Superiores, e um terço pelo Presidente da República”. | 1. Estabelece que um terço dos Ministros do STF serão indicados pelo Poder Judiciário; 2. Estabelece que as indicações do Poder Judiciário recairão dentre os Ministros dos Tribunais Superiores; 3. Estabelece que um terço dos Ministros do STF serão indicados pelo Congresso Nacional; e 4. Estabelece que as indicações do Congresso Nacional serão realizadas pela maioria absoluta de ambas casas, em sessão conjunta. | Dep. Valdemar Costa Neto (PL/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MAC; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de MAC; e 4. Ampliativa de MP. |
| 473/2001 (em tramitação) | “Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal” | 1. Estabelece que a escolha será realizada alternadamente entre o Presidente da República e o Congresso Nacional; 2. Estabelece que a escolha do Congresso Nacional será feita por maioria absoluta de ambas casas; e 3. Remove a apreciação senatorial. | Dep. Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MAC; 2. Ampliativa de MP; e 3. Redutiva de MP. |
| 28/2002 (arquivada) | “Altera a forma de provimento dos cargos da magistratura que compõem o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais do Poder Judiciário”. | 1. Estabelece que a indicação será feita por votação de um colégio eleitoral composto pelos Presidentes dos Tribunais Superiores, Regionais Federais e Estaduais; 2. Estabelece que o número de magistrados de carreira não pode exceder a maioria absoluta do Tribunal; e 3. Mantém a aprovação pelo Senado Federal, os RO e RS. | Sen. Francisco Escórcio (PMDB/MA) | Senado Federal | 1. Alternativa; e 2. Ampliativa de RO. |
| 546/2002 (arquivada) | “Dá nova redação aos arts. 94, 101, | 1. Estabelece como requisito 15 anos na carreira de magistrado; e 2. Estabelece que a indicação presidencial será vinculada a lista tríplice; e | Dep. Telma de Souza (PT/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de MP; e 3. Ampliativa de MAC. |

| | | | | | |
|---|---|--|-------------------------------|----------------------|--|
| | 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma de investidura de membros do Poder Judiciário”. | 3. Estabelece que a lista tríplice será criada pelo próprio STF. | | | |
| 566/2002 (apensada à PEC 473/2001) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal” | 1. Remove a indicação presidencial; 2. Estabelece que a indicação será realizada pelo STF; 3. Estabelece que um terço das vagas deverá ser destinada a juízes dos TRF, desembargadores dos TJ e, em partes iguais e alternadamente, membros do MPF, MPE e MPDFT; 4. Estabelece que a indicação dos membros oriundos da magistratura se dará a partir de lista tríplice elaborada pelo próprio STF; e 5. Estabelece que a indicação dos membros do Ministério Público deve se dar segundo os critérios do art. 94 da CF/1988. | Dep. Alceu Collares (PDT/RS) | Câmara dos Deputados | 1. Redutiva de MAC; 2. Ampliativa de MAC; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de RO; e 5. Ampliativa de RO. |
| 569/2002 (arquivada) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, para alterar a forma de investidura dos membros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que a seleção será feita por meio de concurso público; e 2. Estabelece como requisito 15 anos de carreira na magistratura; e 3. Mantém os RO e RS. | Dep. Dr. Evilásio (PSB/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; e 2. Ampliativa de RO. |
| 20/2003 (arquivada) | “Institui mandato com duração de oito anos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar, para os Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Militares e para os Desembargadores dos Tribunais de Justiça”. | 1. Estabelece mandato de 8 anos para o cargo, vedada a recondução. | Dep. Maurício Rands (PT/PE) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata. |
| 68/2005 (arquivada) | “Altera a Constituição Federal para dispor sobre a escolha de | 1. Remove a indicação presidencial; 2. Remove a apreciação senatorial; | Sen. Jefferson Péres (PDT/AM) | Senado Federal | 1. Redutiva de MAC; 2. Redutiva de MP; |

| | | | | | |
|---|---|--|---------------------------------------|----------------------|---|
| | Ministros do Supremo Tribunal Federal” | 3. Estabelece que os órgãos de representação da magistratura, advogados e Ministério Público indicarão, cada um, na forma da lei, dois candidatos à vaga; 4. Estabelece que, a partir da lista sêxtupla formada, o STF escolherá o novo Ministro; e 5. Estabelece que a escolha do STF se dará por votação secreta e quórum de maioria absoluta. | | | 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MAC; e 5. Ampliativa de MP. |
| 484/2005 (apensada à PEC 473/2001) | “Altera a redação dos arts. 101 e 84, modificando a sistemática de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Remove a indicação presidencial; 2. Remove a apreciação senatorial; 3. Estabelece que a escolha será feita pelo Congresso Nacional; 4. Estabelece que a escolha do Congresso Nacional será feita por maioria absoluta em ambas casas; 5. Estabelece que os escolhidos não poderão ter exercido mandato eletivo, cargo em Ministério de Estado ou presidência de partido político nos quatro anos que precederem a nomeação; e 6. Estabelece que os Ministros do STF se tornarão inelegíveis por quatro anos após a saída do cargo. | Dep. João Campos (PSDB/GO) | Câmara dos Deputados | 1. Redutiva de MAC; 2. Redutiva de MP; 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de RO; e 6. Correlata. |
| 32/2007 (arquivada) | “Dá nova redação aos arts. 73 e 101 da Constituição Federal, para estabelecer, como requisito ao exercício dos cargos de Ministro do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal, a obtenção de diploma de curso superior”. | 1. Estabelece como requisito o diploma de nível superior. | Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |
| 128/2007 (arquivada) | “Dá nova redação aos arts. 94, 101, 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura de membros do Poder Judiciário”. | 1. Estabelece 40 anos como requisito de idade mínima; 2. Estabelece 60 anos como requisito de idade máxima; 3. Estabelece que a indicação presidencial será feita a partir de lista triplíce; 4. Estabelece que a lista triplíce será elaborada pelo STF; 5. Estabelece cotas para a composição do STF: i. cinco magistrados com 20 anos de carreira; ii. quatro, em partes iguais, membros do MPF, MPE e MPDF e advocacia; e iii. dois parlamentares do Congresso Nacional com formação jurídica; e | Dep. Silvinho Peccioli (DEM/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Redutiva de RO; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Ampliativa de RO; e 6. Ampliativa de RO. |

| | | | | | |
|---|--|--|--------------------------------|----------------------|--|
| | | 6. Estabelece que os membros do Ministério Público deverão observar os requisitos do art. 94 da CF/1988. | | | |
| 6/2008 (arquivada) | “Altera dispositivos constitucionais relativos ao limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que os Ministros do STF são aposentados compulsoriamente aos 75 anos de idade. | Sen. Pedro Simon (PMDB/RS) | Senado Federal | 1. Correlata. |
| 30/2008 (arquivada) | “Altera os arts. 84 e 101 da Constituição Federal, para modificar o sistema de escolha de Ministros para o Supremo Tribunal Federal”. | 1. Remove a indicação presidencial; 2. Estabelece que a indicação será feita pelo STF; 3. Estabelece que a indicação do STF será realizada em votação secreta e por maioria absoluta, a partir de lista tríplice; 4. Estabelece que a lista tríplice será elaborada pela CCJ do Senado Federal, CCJ da Câmara dos Deputados e pelo Conselho Federal da OAB. | Sen. Lobão Filho (PMDB/MA) | Senado Federal | 1. Redutiva de MAC; 2. Ampliativa de MAC; 3. Ampliativa de MP; e 4. Ampliativa de MP. |
| 262/2008 (em tramitação) | “Altera dispositivos relativos aos Tribunais e ao Ministério Público”. | 1. Estabelece que a seleção se dará por progressão de carreira, por antiguidade e merecimento, a partir do STJ. 2. Mantém os RO. | Dep. Neilton Mulin (PR/RJ) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa. |
| 51/2009 (arquivada) | “Dá nova redação ao inciso XI do art. 52, ao inciso I do art. 95 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para sujeitar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a confirmação, a cada quatro anos, pelo Senado Federal”. | 1. Estabelece que os Ministros do STF estarão sujeitos a confirmação no cargo, a cada quatro anos, pela maioria absoluta do Senado Federal. | Sen. Marcelo Crivella (REP/RJ) | Senado Federal | 1. Correlata. |
| 342/2009 (apensada à PEC 473/2001) | “Altera dispositivos constitucionais referentes à composição do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que o quórum da aprovação será de três quintos; 2. Estabelece que seis Ministros serão escolhidos, em partes iguais, pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados e STF; 3. Estabelece que a escolha do Legislativo e Judiciário se darão por votação secreta e quórum de três quintos dos respectivos membros. 4. Estabelece que as escolhas deverão se dar a partir de lista tríplice; 5. Estabelece que as listas serão elaboradas pelo STJ, TST, CNJ, CNMP, Conselho Federal da OAB e órgãos colegiados das Faculdades de Direito que mantenham programa de doutorado há ao menos dez anos; | Dep. Flávio Dino (PCdoB/MA) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MP; 2. Ampliativa de MAC; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MAC; 6. Correlata; e 7. Correlata. |

| | | | | | |
|---|--|---|---------------------------------|----------------------|--|
| | | 6. Estabelece mandato de 11 anos para o cargo, vedada recondução; e 7. Estabelece que os Ministros não poderão exercer cargos em comissão ou mandatos eletivos em quaisquer dos Poderes e entes da federação até três anos da saída do cargo. | | | |
| 393/2009 (apensada à PEC 473/2001) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal”. | 1. Estabelece que a seleção será feita por um Conselho Eleitoral com membros definidos na CF/1988 e com mandato de cinco anos; 2. Estabelece como requisito que o Ministro não tenha sido eleito para mandato político-partidário nos últimos 5 anos; 3. Estabelece mandato de oito anos para o cargo, vedada a recondução; e 4. Mantém os RO e RS. | Dep. Julião Amin (PDT/MA) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; 2. Ampliativa de RO; e 3. Correlata. |
| 408/2009 (apensada à PEC 128/2007) | “Dá nova redação aos arts. 94, 101, 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura de membros do Poder Judiciário”. | 1. Estabelece 45 anos como idade mínima; 2. Estabelece 60 anos como idade máxima; 3. Estabelece que a indicação presidencial será feita a partir de lista triíplice; 4. Estabelece que a lista triíplice será elaborada pelo STF; 5. Estabelece que a lista deverá ser elaborada em até 15 dias depois da vacância; e 6. Estabelece regras a composição: i. seis magistrados com mais de 20 anos de carreira; ii. um magistrado originário do quinto constitucional com mais de cinco anos de carreira; e iii. um advogado, um membro do Ministério Público, um advogado público e um defensor público, cada um com ao menos 20 anos da respectiva carreira. | Dep. Regis de Oliveira (PSC/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Redutiva de RO; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Ampliativa de MP; e 6. Ampliativa de RO. |
| 434/2009 (apensada à PEC 473/2001) | “Dá nova redação ao art. 101, da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura no Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece 45 anos como idade mínima; 2. Estabelece como requisito a graduação em direito; 3. Estabelece como requisito 20 anos de prática jurídica; 4. Estabelece que a indicação presidencial se dará a partir de lista sêxtupla; 5. Estabelece que a lista sêxtupla será elaborada pelo STF; 6. Estabelece quórum de três quintos para a aprovação senatorial; 7. Estabelece que ao menos um terço da lista sêxtupla deverá ser formado por magistrados de carreira; 8. Estabelece que aqueles que ocuparam determinados cargos nos últimos três anos da vacância não poderão integrar a lista; e | Dep. Vieira da Cunha (PDT/RS) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MAC; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de RO; 8. Ampliativa de RO; e 9. Correlata. |

| | | | | | |
|---|--|---|--------------------------------|----------------------|---|
| | | 9. Estabelece uma proibição de três anos para o exercício funções públicas, de livre nomeação e da advocacia após a saída do cargo de Ministro do STF. | | | |
| 441/2009 (apensada à PEC 473/2001) | Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, para alterar o sistema de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que o decano do STJ sempre ocupará a vaga no STF; e 2. Mantém os RS e requisito de nacionalidade. | Dep. Camilo Cola (PMDB/ES) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa. |
| 12/2010 (arquivada) | “Altera os arts. 92 e 101 da Constituição Federal, para definir as expressões "reputação ilibada" e "notável saber jurídico", e modificar o critério de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece detalhes aos conceitos jurídicos de “Notável Saber Jurídico” e “Reputação Ilibada”; 2. Estabelece que a indicação presidencial será feita a partir de lista tríplice; e 3. Estabelece que a lista tríplice será elaborada pelos Tribunais Superiores. | Sen. Marconi Perillo (PSDB/GO) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RS; 2. Ampliativa de MP; e 3. Ampliativa de MAC. |
| 4/2011 (arquivada) | “Acrescenta os § 2º a 4º ao art. 84 da Constituição Federal, para fixar prazo para o Presidente nomear autoridades judiciárias ou enviar os respectivos nomes a deliberação do Senado Federal”. | 1. Estabelece um prazo de 20 dias, contados a partir da vacância, para a indicação presidencial. | Sen. Marisa Serrado (PSDB/MS) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MP. |
| 17/2011 (em tramitação) | “Dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que a indicação será realizada pelas seguintes autoridades: i. três pelo STJ; ii. dois pela OAB; dois pela PGR; um pela Câmara dos Deputados; um pelo Senado Federal; dois pelo Presidente da República; 2. Estabelece requisitos para os indicados de cada autoridade; e 3. Estabelece a ordem de suprimimento das vagas. | Dep. Rubens Bueno | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MAC; 2. Ampliativa de RO; e 3. Ampliativa de MP. |
| 56/2011 (apensada à PEC 25/2011) | “Altera as disposições que menciona da Constituição Federal”. | 1. Estabelece 40 anos como idade mínima. | Dep. Vicente Candido (PT/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |

| | | | | | |
|---|---|--|---------------------------------|----------------------|---|
| 44/2012 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal”. | 1. Remove a indicação presidencial; 2. Remove a apreciação senatorial; 3. Estabelece que a escolha será feita pelo Senado Federal; 4. Estabelece dois terços como quórum para escolha; 5. Estabelece como requisito o pertencimento a carreiras jurídicas; 6. Estabelece que a escolha do Senado Federal será feita a partir de lista tríplice; 7. Estabelece que a lista tríplice será formulada a partir de lista sêxtupla; 8. Estabelece que a lista sêxtupla será formulada por dois indicados cada do CSMPF e CNJ e um indicado cada do Conselho Federal da OAB e Câmara dos Deputados; 9. Estabelece que a lista sêxtupla será reduzida a tríplice pelo Presidente da República; e 10. Estabelece como requisito o não exercício de mandato eletivo no Congresso Nacional ou cargo de Ministro de Estado, Advogado-Geral da União ou Procurador-Geral da República. | Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF) | Senado Federal | 1. Redutiva de MAC; 2. Redutiva de MP; 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de RO; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de MP; 8. Ampliativa de RO; 9. Ampliativa de MP; e 10. Ampliativa de RO. |
| 58/2012 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece mandato de oito anos para o cargo, vedada a recondução. | Sen. Roberto Requião (PMDB/RS) | Senado Federal | 1. Correlata. |
| 143/2012 (apensada à PEC 262/2008) | “Altera dispositivos da Constituição Federal, dispondo sobre a forma de escolha e a fixação de mandato de sete anos para Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Contas da União e dos Estados”. | 1. Estabelece mandato de sete anos para o cargo, vedada a recondução. 2. Estabelece que a seleção ocorrerá de forma alternada entre a indicação da Presidência da República e escolha Congresso Nacional (em alternância das casas); e 3. Estabelece que os Ministros não poderão exercer, por quatro anos após deixarem o cargo, mandato eletivo ou cargos em comissão. | Dep. Nazareno Fonteles (PT/PI) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata; 2. Ampliativa de MAC; e 3. Correlata. |
| 161/2012 (apensada à PEC 143/2012) | “Acrescenta parágrafo ao art. 101 da Constituição Federal para estabelecer prazo de mandato para os Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece mandato de oito anos para o cargo, vedada a recondução. | Dep. Domingos Dutra (PT/MA) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata. |

| | | | | | |
|---|---|---|---------------------------------------|----------------------|---|
| 227/2012 (apensada à PEC 143/2012) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, alterando o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece mandato de cinco anos para os Ministros do STF, reconduzível uma vez; e 2. Estabelece que a indicação será realizada pelo STF, pela Câmara dos Deputados, pela Presidência da República e pela OAB, em três nomes para os primeiros e dois para o último. | Dep. Manoel Júnior (PMDB/PB) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata; e 2. Ampliativa de MAC. |
| 3/2013 (arquivada) | “Altera a Constituição para determinar novo procedimento de composição do Supremo Tribunal Federal e alterar a idade de aposentadoria compulsória”. | 1. Estabelece que o STF terá 15 Ministros; 2. Estabelece como requisito a formação jurídica; 3. Estabelece 45 anos como idade mínima; 4. Estabelece que a indicação presidencial se dará a partir de lista quádrupla; 5. Estabelece que a lista quádrupla será formulada pelos Tribunais Superiores, CNJ, CNMP e Conselho Federal da OAB; 6. Estabelece que quórum de dois terços para a aprovação senatorial; 7. Estabelece mandato de quinze anos para os Ministros do STF; e 8. Estabelece que aqueles que nos quatro anos que antecederem a nomeação tiverem condenação criminal por órgão colegiado ou que tenham ocupado o posto de Advogado-Geral da União, Ministro de Estado e Presidente de agência reguladora não poderão figurar entre os indicados. | Sen. Fernando Collor (PTB/AL) | Senado Federal | 1. Correlata; 2. Ampliativa de RO; e 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MAC; 6. Ampliativa de MP; 7. Correlata; e 8. Ampliativa de RO. |
| 50/2013 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para disciplinar o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que as autoridades indicantes serão o Presidente da República (com cinco indicações) e o Congresso Nacional (com três indicações de cada casa); 2. Estabelece que a indicação se dará a partir de lista sêxtupla; 3. Estabelece que a lista será formulada por órgãos e entidades da área jurídica a serem definidos em lei; e 4. Estabelece que a lista será composta por pessoas com ao menos dez anos de atividade jurídica. | Sen. Antônio Carlos Rodrigues (PL/SP) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MAC; 2. Ampliativa de MP; 3. Ampliativa de MAC; e 4. Ampliativa de RO. |
| 68/2013 (arquivada) | “Altera o art. 84 da Constituição Federal para impor ao Presidente da República prazo para nomeação de agentes políticos”. | 1. Estabelece prazo de 20 dias para a indicação presidencial. | Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MP. |
| 238/2013 (arquivada) | “Dá nova redação ao artigo 101 da Constituição Federal, | 1. Estabelece que a seleção ocorrerá por meio de concurso público; 2. Estabelece como requisito dez anos de atividade jurídica; | Dep. Onofre Agostini (PSD/SC) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; 2. Ampliativa de RO; e |

| | | | | | |
|---|---|--|-------------------------------|----------------------|--|
| | alterando a forma e os requisitos de investidura dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 3. Estabelece como requisito o pertencimento à advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública ou magistratura; e 4. Mantém os RO e RS. | | | 3. Ampliativa de RO. |
| 243/2013 (apensada à PEC 128/2007) | “Dá nova redação ao artigo 101 da Constituição Federal, alterando a forma e os requisitos de investidura dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que a seleção ocorrerá por meio de concurso público; 2. Estabelece como requisito dez anos de atividade jurídica; 3. Estabelece como requisito o pertencimento à advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública ou magistratura; e 4. Mantém os RO e RS. | Dep. Onofre Agostini (PSD/SC) | Câmara dos Deputados | 1. Alternativa; 2. Ampliativa de RO; e 3. Ampliativa de RO. |
| 275/2013 (em tramitação) | “Cria a Corte Constitucional; altera a composição, a competência e a forma de nomeação dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça; altera a composição do Conselho Nacional de Justiça”. | 1. Estabelece que o STF terá 15 Ministros; 2. Estabelece 40 anos como idade mínima; 3. Estabelece 60 anos como idade máxima; 4. Remove a indicação presidencial; 5. Estabelece que a indicação será realizada pelo Presidente do Congresso Nacional; 6. Estabelece que a aprovação da indicação será feita pela maioria absoluta de ambas as casas do Congresso Nacional; 7. Estabelece que a indicação de dará a partir de três listas tríplices; 8. Estabelece que cada lista tríplice será feita pelo CNJ, CNMP e Conselho Federal da OAB; e 9. Estabelece os indicados das listas elaboradas pelo CNJ e CNMP alternarão entre membros federais e estaduais das respectivas classes. | Dep. Luiza Erundina (PSB/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata; 2. Ampliativa de RO; 3. Redutiva de RO; 4. Redutiva de MAC; 5. Ampliativa de MAC; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de MP; 8. Ampliativa de MAC; e 9. Ampliativa de RO. |
| 367/2013 (apensada à PEC 243/2013) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, alterando as formas e os requisitos para investidura dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece como requisito dez anos de atividade jurídica; 2. Estabelece que cinco Ministros da Corte serão provenientes do STJ; 3. Estabelece que os cinco nomes provenientes do STJ serão escolhidos a partir de lista tríplice; 4. Estabelece que a lista do ponto 3 será elaborada pelo STJ; 5. Estabelece que dois Ministros da Corte serão provenientes do TST; 6. Estabelece que os dois nomes provenientes do TST serão escolhidos a partir de lista tríplice; 7. Estabelece que a lista do ponto 6 será elaborada pelo próprio TST; 8. Estabelece que quatro Ministros da Corte serão provenientes da advocacia e do MPU e MPE, alternadamente; e 9. Estabelece que a escolha dos advogados e membros dos Ministérios Públicos será feita na forma do art. 94 da CF/1988. | Dep. Márcio Bittar (PSDB/AC) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Ampliativa de RO; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de MAC; 8. Ampliativa de RO; e 9. Ampliativa de MP. |

| | | | | | |
|--------------------------------|---|--|------------------------------------|----------------|--|
| 3/2014 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha e nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelece que dois Ministros do STF serão provenientes do STJ; 2. Estabelece que um Ministro do STF será proveniente, alternadamente, dos TRT e TRF; 3. Estabelece que um Ministro do STF será proveniente dos TJ estaduais e do DF; 4. Estabelece que um Ministro do STF será proveniente do MPU; 5. Estabelece que um Ministro do STF será proveniente dos MPE; 6. Estabelece que um Ministro do STF será proveniente da advocacia; 7. Estabelece que um Ministro do STF será escolhido pelo Congresso Nacional; 8. Estabelece que a indicação dos oito Ministros provenientes dos pontos 1 a 7 será realizada a partir de listas tríplexes criadas pelos próprios órgãos de origem; 9. Estabelece que o Ministro proveniente da advocacia deverá ter mais de dez anos de atividade profissional; 10. Estabelece que o Presidente da República terá 30 dias para realizar a indicação a contar do recebimento da lista tríplex. | Sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | Senado Federal | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de RO; 5. Ampliativa de RO; 6. Ampliativa de RO; 7. Ampliativa de MAC; 8. Ampliativa de MP; 9. Ampliativa de RO; e 10. Ampliativa de MP. |
| 42/2014 (arquivada) | “Altera os arts. 37, 101, 104, 111-A, 119 e 123 da Constituição Federal, para estabelecer cotas para admissão e progressão funcional de pessoas de cada sexo no âmbito da administração pública”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelece que ao menos 30% das vagas do STF serão ocupadas por cada sexo. | Sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) | Senado Federal | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliativa de RO. |
| 46/2014 (arquivada) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Remove a indicação presidencial; 2. Remove a apreciação senatorial; 3. Estabelece que a indicação será realizada pelo Congresso Nacional; 4. Estabelece que a indicação será realizada a partir de lista tríplex; e 5. Estabelece que a lista tríplex será elaborada pelos Tribunais Superiores. | Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | Senado Federal | <ol style="list-style-type: none"> 1. Redutiva de MAC; 2. Redutiva de MP; 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MP; e 5. Ampliativa de MAC. |
| 55/2014 (arquivada) | “Altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Remove a indicação presidencial; 2. Estabelece que uma lista sêxtupla será formulada com indicados ao STF; 3. Estabelece um conjunto de autoridades que formulará a lista; 4. Estabelece que a lista sêxtupla será reduzida a tríplex; | Sen. Paulo Bauer (PSDB/SC) | Senado Federal | <ol style="list-style-type: none"> 1. Redutiva de MAC; 2. Ampliativa de MP;; 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MAC; |

| | | | | | |
|---|---|--|------------------------------|----------------------|---|
| | | <p>5. Estabelece que o STF reduzirá a lista sêxtupla;</p> <p>6. Estabelece que o Senado Federal escolherá um nome dentre os integrantes da lista tríplice;</p> <p>7. Estabelece que a escolha senatorial será feita por maioria absoluta de seus membros; e</p> <p>8. Estabelece que o Presidente da República poderá vetar o nome escolhido pelo Senado Federal, reiniciando o processo.</p> | | | <p>6. Ampliativa de MAC;</p> <p>7. Ampliativa de MP; e</p> <p>8. Ampliativa de MP.</p> |
| 378/2014 (apensada à PEC 262/2008) | “Altera dispositivos constitucionais, instituindo mandato com duração de 10 anos, vedando a recondução para os Ministros do STF, TCU e TCE e modifica forma de investidura no STF”. | <p>1. Estabelece que o Senado Federal, Câmara dos Deputados e STF escolherão, cada um, dois Ministros para a Corte;</p> <p>2. Estabelece que a escolha do ponto 1 se dará por meio de votação secreta com quórum de três quintos;</p> <p>3. Estabelece que a aprovação das indicações presidenciais será feita por quórum de três quintos do Senado Federal;</p> <p>4. Estabelece que todas as escolhas e indicações serão feitas a partir de seis listas tríplexes;</p> <p>5. Estabelece que as seis listas tríplexes serão elaboradas pelo STJ, TST, CNMP, CNJ, Conselho Federal da OAB e órgãos colegiados das Faculdades de Direito que mantenham programa de doutorado em funcionamento há pelo menos cinco anos;</p> <p>6. Estabelece que mandato de 10 anos, para o cargo, vedada a recondução; e</p> <p>7. Estabelece que até quatro anos após deixar o cargo o Ministro não poderá exercer mandato eletivo ou cargos em comissão em qualquer órgão público.</p> | Dep. Zé Geraldo (PT/PA) | Câmara dos Deputados | <p>1. Ampliativa de MAC;</p> <p>2. Ampliativa de MP;</p> <p>3. Ampliativa de MP;</p> <p>4. Ampliativa de MP;</p> <p>5. Ampliativa de MAC;</p> <p>6. Correlata; e</p> <p>7. Correlata.</p> |
| 449/2014 (apensada à PEC 227/2012) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal”. | <p>1. Estabelece que o STF terá 15 Ministros;</p> <p>2. Estabelece 55 anos como idade máxima;</p> <p>3. Estabelece mandato de 10 anos para o cargo, vedada recondução;</p> <p>4. Estabelece que cinco Ministros serão escolhidos pelo STJ;</p> <p>5. Estabelece que os escolhidos pelo STJ deverão ser magistrados; e</p> <p>6. Estabelece que cinco Ministros serão escolhidos pelo Congresso Nacional.</p> | Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ) | Câmara dos Deputados | <p>1. Correlata;</p> <p>2. Ampliava de RO;</p> <p>3. Correlata;</p> <p>4. Ampliativa de MAC;</p> <p>5. Ampliativa de RO; e</p> <p>6. Ampliativa de MAC.</p> |
| 17/2015 (arquivada) | “Altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal | <p>1. Estabelece que a indicação presidencial será realizada em até 90 dias da vacância do cargo, com 30 dias para a apreciação senatorial; e</p> <p>2. Estabelece que, caso a indicação não seja realizada, caberá ao Senado fazê-la;</p> | Sen. Blairo Maggi (PL/MT) | Senado Federal | <p>1. Ampliativa de MP;</p> <p>2. Ampliativa de MAC; e</p> <p>3. Ampliativa de MP.</p> |

| | | | | | |
|------------------------------------|--|---|--------------------------------|----------------------|---|
| | Federal, estabelecendo prazo para sua indicação pela Presidência da República”. | 3. Estabelece que a indicação senatorial, se instada, deverá ocorrer em até 30 dias. | | | |
| 18/2015 (em tramitação) | “Altera o art. 93 da Constituição Federal, estabelecendo que o afastamento de Ministro após sua aposentadoria somente se dará com a nomeação do seu sucessor”. | 1. Estabelece que o afastamento em virtude de aposentadoria compulsória só ocorrerá após a nomeação do sucessor. | Dep. Mendonça Filho (DEM/PE) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata. |
| 35/2015 (em tramitação) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece como requisito a comprovação de 15 anos de atividade jurídica; 2. Estabelece que a indicação presidencial será feita a partir de lista tríplice; 3. Estabelece que a lista tríplice será elaborada em até 30 dias da abertura da vaga e a indicação presidencial em mais 30; 4. Estabelece que a lista será elaborada pelos presidentes do STF, STJ, TST, STM, TCU, OAB e pelo PGR; 5. Estabelece mandato de 10 anos para o cargo, vedada recondução; e 6. Estabelece que os Ministros serão inelegíveis para qualquer órgão público por 5 anos após a saída do cargo. | Sen. Lasier Martins (PDT/RS) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de MP; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Correlata; e 6. Correlata. |
| 46/2015 (arquivada) | “Altera os art. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores”. | 1. Estabelece quórum de dois terços para a aprovação senatorial; 2. Estabelece que deverão ser levados em conta a formação acadêmica, a produção científica e a vida social na verificação do notável saber jurídico e reputação ilibada; 3. Estabelece prazo de 180 dias para a indicação presidencial; 4. Estabelece que, findo o prazo para indicação presidencial, caberá ao Senado Federal a indicação do novo Ministro, por iniciativa de dez de seus membros; 5. Estabelece que o Ministro do STF continuará no cargo até sua efetiva substituição, salvo motivo de ordem legal; e 6. Estabelece que a vaga decorrente do óbito será provisoriamente ocupada por escolhido pelo STF a partir de lista tríplice formada por Ministros do STJ escolhidos pelo seu próprio Tribunal, até que ocorra a nomeação no novo Ministro. | Sen. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MP; 2. Ampliativa de RS; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Correlata; e 6. Correlata. |

| | | | | | |
|------------------------------------|--|--|---------------------------------|-------------------|------------------------------------|
| 52/2015 (em tramitação) | “Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos”. | 1. Estabelece que os Ministros do STF serão selecionados por meio de concurso público; 2. Estabelece mandato de 5 anos para o cargo; e 3. Mantém os RO e RS. | Sen. Reguffe (PDT/DF) | Senado Federal | 1. Alternativa; e 2. Correlata. |
| 53/2015 (arquivada) | Altera os arts. 73, 101, 104, 111-A, 119 e 123 da Constituição Federal, para instituir a idade mínima de cinquenta e cinco anos como requisito para compor o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais Superiores”. | 1. Estabelece 55 anos como idade mínima. | Sen. Raimundo Lira (PMDB/PB) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |
| 54/2015 (em tramitação) | “Altera os arts. 73, 101, 104, 107, 111-A, 115, 119, 120, 123 e 125 da Constituição Federal, para elevar a idade mínima requerida para a investidura no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas da União, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nos | 1. Estabelece 55 anos como idade mínima. | Sen. Raimundo Lira (PMDB/PB) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |

| | | | | | |
|--|---|--|-------------------------------|----------------------|---|
| | Tribunais de Justiça dos Estados”. | | | | |
| 55/2015 (apensada à PEC 473/2001) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal para determinar um mandato de dez anos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e para modificar o quórum de aprovação no Senado Federal para três quintos dos membros”. | 1. Estabelece quórum de três quintos para a aprovação senatorial; e 2. Estabelece mandato de dez anos para o cargo. | Dep. Pedro Lima (PSBD/PB) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MP; e 2. Correlata. |
| 59/2015 (em tramitação) | “Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento”. | 1. Estabelece prazo de três meses para a indicação presidencial e de quinze dias para a nomeação após a aprovação senatorial, sob pena de crime de responsabilidade; 2. Estabelece prazo de 45 dias para a apreciação senatorial, sob pena de sobrestamento de pauta; e 3. Estabelece prazo de dois meses para as indicações subsequentes a eventual indicação rejeitada. | Sen. Marta Suplicy (SP/SP) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MP; 2. Ampliativa de MP; e 3. Ampliativa de MP. |
| 90/2015 (apensada à PEC 55/2015) | “Altera os arts. 84 e 101 da Constituição Federal, fixando prazo para a indicação, aprovação do nome e a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, instituindo mandato de dez anos para seus membros”. | 1. Estabelece mandato de dez anos para o cargo, vedada recondução; 2. Estabelece prazo de 30 e 15 dias para a indicação e nomeação presidenciais, contados, respectivamente, da vacância e aprovação senatorial; 3. Estabelece prazo de 30 dias para a apreciação senatorial; e 4. Estabelece que os prazos dos pontos 2 e 3 serão contados em dobro caso a vacância ocorra durante o tempo regular do mandato. | Dep. Carlos Cadoca (PCdoB/PE) | Câmara dos Deputados | 1. Correlata; 2. Ampliativa de MP; 3. Ampliativa de MP; e 4. Ampliativa de MP. |
| 91/2015 (em tramitação) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade”. | 1. Estabelece prazo de três meses para a indicação presidencial, contados da vacância do cargo, sob pena de crime de responsabilidade. | Sen. Cássio Lima (PSDB/PB) | Senado Federal | 1. Ampliativa de MP. |

| | | | | | |
|--|---|---|---------------------------------|----------------------|--|
| 95/2015 (apensada à PEC 90/2015) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece 45 anos como idade mínima; 2. Estabelece mandato de 12 anos para o cargo, vedada recondução; 3. Estabelece que aqueles que tenham exercido mandato eletivo, cargo de Ministro de Estado ou de presidente de partido político não poderão ser nomeados por quatro anos do afastamento definitivo de suas funções; 4. Estabelece que a Câmara dos Deputados, Senado Federal e STF indicarão, cada um, dois Ministros, 5. Estabelece que as indicações do ponto 4 serão realizadas por votação secreta com quórum de três quintos; 6. Estabelece que as indicações provenientes do STF deverão recair sobre membros da magistratura; e 7. Estabelece quórum de três quintos para a aprovação senatorial. | Dep. Tadeu Alencar (PSB/PE) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Correlata; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de MAC; 5. Ampliativa de MP; 6. Ampliativa de RO; e 7. Ampliativa de MP. |
| 113/2015 (apensada à PEC 56/2011) | “Dispõe sobre a idade máxima para ingresso nos tribunais e sobre a idade para aposentadoria compulsória dos membros da magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas dos Estados”. | 1. Estabelece 70 anos como idade máxima. | Dep. Paes Landim (PTB/PI) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |
| 117/2015 (arquivada) | “Acrescenta o § 2º ao art. 101 da Constituição Federal, e renomeia o parágrafo único para tratar da vacância no Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que o Ministro mais antigo do STJ ocupará provisoriamente a vaga do STF até que um novo membro seja nomeado. | Sen. Flexa Ribeiro (PSDB/PA) | Senado Federal | 1. Correlata. |
| 180/2015 (apensada à PEC 262/2008)* | “Altera a redação dos artigos 73, 94, 101, 103-B, 104, 107, 111-A, 119, 120, 123, 128, 130-A e 131 da Constituição Federal e acresce o art. 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para conferir independência ao Tribunal de Contas da União, | 1. Remove os RS; 2. Remove a indicação presidencial; 3. Remove a apreciação senatorial; 4. Estabelece que Lei Complementar disporá sobre requisitos objetivos para a seleção dos Ministros do STF; e 5. Estabelece que, até que seja aprovada a Lei Complementar, o Ministro voluntário mais antigo dentre os que compõem os Tribunais Superiores ocupará eventual vaga. | Dep. Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) | Câmara dos Deputados | 1. Redutiva de RS; 2. Redutiva de MAC; 3. Redutiva de MP; 4. Correlata; e 5. Correlata. |

| | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|----------------------|---|
| | ao Poder Judiciário e às Funções Essenciais à Justiça”. | | | | |
| 259/2016 (apensada à PEC 143/2012) | “Altera o artigo 101 da Constituição Federal para estabelecer critérios de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelece como requisito dez anos de carreira jurídica; 2. Estabelece que os escolhidos deverão ser membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da magistratura ou advogados privados; 3. Remove a apreciação senatorial; 4. Estabelece que a indicação presidencial se dará a partir de lista tríplice; 5. Estabelece que a lista tríplice será formada por Comissão Mista do Congresso Nacional; 6. Estabelece que a formação da lista tríplice será feita a partir da sabatina e votação secreta de nomes constantes em lista quintupla; 7. Estabelece que a lista quintupla será elaborada pelo STF; 8. Estabelece que os indicados da lista quintupla não poderão possuir ou terem possuído, nos últimos dez anos, relações partidárias ou serviços de natureza jurídica a partido político e coadunados; 9. Estabelece que a indicação presidencial deverá ocorrer em até 90 dias; e 10. Estabelece que a indicação presidencial deverá ser aprovada pela maioria absoluta da Comissão Mista do Congresso Nacional. | Dep. Roberto de Lucena (PV/SP) | Câmara dos Deputados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de RO; 3. Redutiva de MP; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MAC; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de MAC; 8. Ampliativa de RO; 9. Ampliativa de MP; e 10. Ampliativa de MP. |
| 276/2016 (apensada à PEC 143/2012) | “Dá nova redação aos arts. 101, 104, 111-A, 123 e 73 da Constituição Federal, para estabelecer prazo de mandato para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelece mandato de oito anos para o cargo, vedada recondução. | Dep. Arthur Maia (PPS/BA) | Câmara dos Deputados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Correlata. |
| 309/2017 (arquivada) | “Acrescenta dispositivos aos artigos 84 e 87, e altera o art. 101, todos da Constituição Federal, para propor alterações na organização do Poder Executivo e modificar a forma | <ol style="list-style-type: none"> 1. Remove o requisito de idade máxima; 2. Remove a apreciação senatorial; 3. Estabelece que dois Ministros serão indicados pela Câmara dos Deputados e dois pelo Senado Federal; 4. Estabelece que a indicação das casas legislativas se dará por maioria absoluta, após parecer de Comissão Especial; | Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) | Câmara dos Deputados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Redutiva de RO; 2. Redutiva de MP; 3. Ampliativa de MAC; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de RO; 6. Ampliativa de MP; 7. Ampliativa de RO; |

| | | | | | |
|---|---|---|-----------------------------|----------------------|--|
| | de composição do Supremo Tribunal Federal”. | 5. Estabelece que as indicações presidenciais dos sete nomes restantes deverão englobar ao menos dois magistrados de carreira; 6. Estabelece que a indicação presidencial deverá ser aprovada por Comissão Especial do Senado Federal; 7. Estabelece como requisito a comprovação de dez anos de atividade forense; 8. Estabelece que a avaliação da Comissão Especial do Senado Federal se dará por escrutínio secreto; e 9. Estabelece que os regimentos internos das casas legislativas deverão regulamentar o processo de seleção dos Ministros do STF. | | | 8. Ampliativa de MP; e 9. Correlata. |
| 310/2017 (apensada à PEC 262/2008) | “Dá nova redação ao caput do art. 101 da Constituição Federal para impedir o preenchimento de vaga no Supremo Tribunal Federal por candidato que tenha ocupado cargo de confiança durante o mandato do Presidente da República em exercício”. | 1. Estabelece que o selecionado não poderá ter ocupado cargo de confiança vinculado ao Presidente da República em exercício. | Dep. Bacelar (PTN/BA) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |
| 313/2017 (apensada à PEC 259/2016) | “Inclui o § 2º ao art. 101 da Constituição Federal, para modificar os requisitos para nomeação ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece como requisito o não exercício, nos dez anos que precederem a nomeação, de atividade político-partidária ou de funções de confiança no âmbito do Poder Executivo. | Dep. Jaime Martins (PSD/MG) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO. |
| 388/2017 (apensada à PEC 259/2016) | “Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 101 da Constituição Federal, determinando que os Ministros do Supremo Tribunal Federal sejam escolhidos dentre candidatos originários das diferentes regiões geográficas do Brasil”. | 1. Estabelece que dez dentre os membros do STF deverão ser provenientes das cinco regiões geográficas do Brasil, na proporção de dois por região; 2. Estabelece que uma dentre as dez vagas do STF deverá, a cada nomeação, ser proveniente, sequencialmente, de cada uma das regiões geográficas do Brasil; e 3. Estabelece que, para critérios de origem geográfica, o nomeado deverá ter residido ao menos dez anos naquele território. | Dep. André Amaral (PMDB/PB) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Ampliativa de RO; e 3. Ampliativa de RO. |
| 11/2018 (em tramitação) | “Altera a Constituição Federal para elevar a idade máxima para escolha e nomeação de | 1. Estabelece 70 anos como requisito de idade máxima. | Sen. José Serra (PSDB/SP) | Senado Federal | 1. Ampliativa de RO. |

| | | | | | |
|---|--|--|--------------------------------|----------------------|---|
| | membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União”. | | | | |
| 406/2018 (apensada à PEC 259/2016) | “Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, alterando o modo de escolha e nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelece mandato de dez anos para o cargo, vedada a recondução; 2. Estabelece como requisito o não exercício de cargo em comissão ou função de confiança subordinados ao Presidente da República em exercício; 3. Estabelece como requisito o não exercício, nos dez anos que antecedam a nomeação, da advocacia em favor de partidos políticos ou cargo ou função que goze de prerrogativa de foro por função perante o STF; 4. Estabelece que o Presidente da República deverá realizar a indicação do novo Ministro um ano antes da abertura de uma vaga, quando essa for previsível; 5. Estabelece que o Presidente da República deverá realizar a indicação do novo Ministro trinta dias após a abertura de uma vaga, quando essa for imprevisível; 6. Estabelece que o desrespeito aos prazos dos pontos 4 e 5 instará a OAB a elaborar lista décupla; 7. Estabelece que, ao elaborar a lista, a OAB deverá atestar, segundo critérios objetivos, o Notável Saber Jurídico e a Reputação Ilibada dos dez cidadãos; 8. Estabelece que a lista décupla deverá ter membros oriundos de todas as regiões geográficas do Brasil; 9. Estabelece que a lista décupla da OAB deverá ter membros oriundos da magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública e Advocacia Privada; 10. Estabelece que a lista décupla será reduzida a tríplece pelo Congresso Nacional; 11. Estabelece que o Congresso Nacional terá trinta dias para elaborar a lista tríplece; 12. Estabelece que a lista tríplece será enviada à Presidência da República para escolha do novo Ministro; e 13. Remove a apreciação senatorial. | Dep. Jaime Martins (PSD/MG) | Câmara dos Deputados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Correlata; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de RO; 4. Ampliativa de MP; 5. Ampliativa de MP; 6. Ampliativa de MAC; 7. Ampliativa de RO; 8. Ampliativa de RO; 9. Ampliativa de RO; 10. Ampliativa de MAC; 11. Ampliativa de MP; 12. Ampliativa de MP; e 13. Redutiva de MP. |

| | | | | | |
|---|--|--|---------------------------------|----------------------|--|
| 413/2018 (apensada à PEC 378/2014) | “Dá nova redação aos arts. 14 e 101 da Constituição Federal, para exigir concurso público para acesso ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, fixar mandato, e estabelecer inelegibilidade cessado o exercício da função”. | 1. Estabelece como requisito quinze anos de efetivo exercício de atividade privativa de bacharel em direito; 2. Estabelece que a seleção ocorrerá por meio de concurso público em até seis meses da vacância; 3. Estabelece mandato único de dez anos para o cargo; 4. Mantém os RO e RS. | Dep. Rogério Mendonça (PMDB/SC) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de RO; 2. Alternativa; e 3. Correlata. |
| 16/2019 (em tramitação) | “Altera o art. 101 da Constituição Federal para dispor sobre o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e fixar os respectivos mandatos em oito anos”. | 1. Estabelece mandato de oito anos para o cargo, vedada recondução; 2. Estabelece que a indicação presidencial ocorrerá em até um mês da abertura da vaga; 3. Estabelece que a nomeação presidencial ocorrerá em até dez dias da aprovação senatorial; 4. Estabelece que o desrespeito ao prazo do ponto 2 fará com que a escolha seja realizada pelo Senado Federal; 5. Estabelece que, caso instada, a escolha senatorial será feita pela maioria absoluta; e 6. Estabelece prazo de 120 dias para quaisquer das apreciações senatoriais, sob pena de sobrestamento de pauta. | Sen. Plínio Valério (PSDB/AM) | Senado Federal | 1. Correlata; 2. Ampliativa de MP; 3. Ampliativa de MP; 4. Ampliativa de MAC; 5. Ampliativa de MP; e 6. Ampliativa de MP. |
| 77/2019 (em tramitação) | “Altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais”. | 1. Remove os RS; 2. Remove o requisito de idade máxima; 3. Remove a apreciação senatorial; 4. Estabelece 55 anos como limite de idade mínima; 5. Estabelece mandato de 8 anos para o cargo, permitida recondução; 6. Estabelece como requisito que o escolhido seja membro da magistratura; 7. Estabelece que cada casa do Congresso Nacional escolherá três Ministros. | Sen. Angelo Coronel (PSD/BA) | Senado Federal | 1. Redutiva de RS; 2. Redutiva de RO; 3. Redutiva de MP; 4. Ampliativa de RO; 5. Correlata; 6. Ampliativa de RO; e 7. Ampliativa de MAC. |
| 225/2019 (apensada à PEC 259/2016) | “Dá nova redação ao artigo 101 da Constituição Federal e ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”. | 1. Estabelece que o Presidente da República, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o STF escolherão, respectivamente, três, três, três e dois Ministros; 2. Estabelece que ao menos um dos Ministros escolhidos por cada agente competente deverá ser magistrado de carreira que officie na segunda instância ou órgão superior; | Dep. Paulo Ganime (NOVO/RJ) | Câmara dos Deputados | 1. Ampliativa de MAC; 2. Ampliativa de RO; 3. Ampliativa de RO; e 4. Correlata; e 5. Redutiva de MP. |

| | | | | | |
|--------------------------------|--|--|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | | <p>3. Estabelece que os Ministros indicados para o STF que não sejam magistrados de carreira deverão ter ao menos dez anos de atividade jurídica e ao menos uma pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>4. Estabelece que os Ministros exercerão o cargo por no máximo 12 anos; e</p> <p>5. Remove a apreciação senatorial.</p> | | | |
| 32/2021 (em tramitação) | <p>“Altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal de Contas da União”.</p> | <p>1. Estabelece como requisito de idade máxima 70 anos.</p> | <p>Dep. Cacá Leão (PP/BA)</p> | <p>Câmara dos Deputados</p> | <p>1. Ampliativa de RO.</p> |

Tabela A9: detalhamento das PEC com proposições sobre a seleção para o STF (1988 – 2021). Fonte: elaboração do próprio autor.